

# **Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café — 1906-1945: Teoria, Política e Medição**

Carlos Manuel Peláez \*

1. Introdução: a teoria dos choques adversos e a industrialização do Brasil. 2. Mercado livre do café e intervenção governamental 1906-1924. 3. Políticas cafeeiras do Brasil durante a Grande Depressão. 4. O Acôrdo Interamericano de Café e o café brasileiro durante a II Guerra Mundial. 5. Rendas do café, relações de troca, políticas do comércio e o argumento da recuperação. 6. Reajustamento econômico dos agricultores, o crescimento das exportações de algodão e o argumento da transferência. 7. Conclusão.

Compreende-se que haja quem diga que os estruturalistas nada mais fazem do que construir teorias obscuras para justificar os desmandos dos governos de sua simpatia... Os remédios estruturalistas recomendados para o Brasil são de inspiração nitidamente keynesiana. Mas a transposição é de uma heterodoxia que talvez horripilasse o autor da Teoria Geral.

Mario Henrique Simonsen, **Brasil 2001**.

## **Prefácio**

Uma parte do trabalho de pesquisa para o presente artigo foi realizada na Fundação Getulio Vargas, no projeto Fatores do Crescimento Econômico do Brasil de 1889 a 1970 dirigido pelo Professor Annibal Villela no período de janeiro a junho de 1970. Sinto-me particularmente grato ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas por me ter propiciado essa oportunidade de elevado estímulo intelectual. O pessoal da biblioteca do Ministério da Fazenda do Brasil foi extremamente prestativo, fornecendo-me excelentes fontes de estudo. Do Instituto Brasileiro do Café, devo agradecer à bibliotecária-chefe, Senhora Lenir, ao Senhor João e

\* Da Vanderbilt University, e *pro tempore* PUC, Rio.

aos outros funcionários de uma das mais organizadas e eficientes bibliotecas que conheço.

Algumas das idéias referentes à microeconomia da sustentação do café foram-me transmitidas pelos Professôres Stanislaw Wellisz e Robert Zevin. No decorrer de estimulantes cursos ministrados pelo Professor Peter B. Kenen, das Universidade de Columbia e Princeton, fui formalizando os meus conceitos intuitivos. Desejo manifestar a minha gratidão ao Professor Albert G. Hart, da Universidade de Columbia, pelas suas inúmeras críticas construtivas à minha tese doutoral. Muitas estão incorporadas ao presente artigo, mas o Professor Hart não é responsável por qualquer êrro meu, principalmente tendo em vista que discordamos sôbre alguns pontos, nos quais provàvelmente estou errado.

Pela minha especialização em história econômica, estímulo nas fases incipientes dos trabalhos de pesquisa e através dos anos, exemplo de erudição, estudo e dedicação, devo agradecer ao eminente historiador econômico, Professor Rondo E. Cameron. A maior parte de minhas idéias foi desenvolvida na época em que fui seu aluno no Programa de pós-graduação de História Econômica, na Universidade de Wisconsin. O Professor José Maria Gouvêa Vieira ofereceu-me um estímulo constante para continuar as pesquisas dêste artigo e muito me beneficieei de sua erudição, honestidade, capacidade analítica, conversas e paciência. Tudo o que há de contribuição neste artigo, deve-se ao meu amigo Prof. Gouvêa Vieira. Em conseqüência, dedico-lhe êste trabalho. Ao reconhecer os pacientes conselhos dêstes colegas, devo salientar que todos os erros do texto são inteiramente de minha responsabilidade.

O manuscrito foi excelentemente datilografado pela Sra. Lúcia Paiva de Souza Pinto, a quem muito agradeço.

Aos meus amigos George e Mary Pease, e Edlow e Carmen Parker, os meus agradecimentos pelo seu bondoso estímulo.

## **1. Introdução: a teoria dos choques adversos e a industrialização do Brasil**

### **1.1 A decomposição da Divisão Internacional do Trabalho**

A única escola de pensamento dedicada à economia na América Latina talvez seja a do *estruturalismo*. É, porém, difícil empreender um estudo do estruturalismo, tanto da exposição escrita quanto da tradição oral.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Para uma excelente crítica do estruturalismo, principalmente no que tange à sua aplicação no Brasil, ver o melhor trabalho brasileiro de economia normativa: SIMONSEN, Mario Henrique. O pensamento estruturalista. *Brasil 2001*. cap. 3. "Pensamento" é, provàvelmente, o termo mais adequado para idéias estruturalistas.

A teorização estruturalista não consiste em uma caixa compacta de “ferramentas” tais como, por exemplo, a da Chicago School dos Estados Unidos, mas sim em uma série de generalizações isoladas acêrca dos problemas de desenvolvimento que afligem os países latino-americanos. Existe, porém, um acontecimento histórico comum a grande parte do pensamento estruturalista: a *Grande Depressão*. Na primeira exposição do estruturalismo, um dos mais influentes economistas dos países sub-desenvolvidos inicia seu “manifesto” da seguinte forma: <sup>2</sup>

“Na América Latina, a realidade está desmentindo o esquema ultrapassado da divisão internacional do trabalho, que assumira enorme importância no século XIX e, como conceito teórico, continuou exercendo uma considerável influência até anos bem recentes.

Segundo êsse esquema, a função específica que coube à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, foi a de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Nêle não havia lugar para a industrialização dos novos países. Entretanto, os acontecimentos estão forçando-os a se industrializarem. Duas guerras mundiais em uma só geração e a grande crise econômica que se desencadeou entre as guerras mostraram aos países latino-americanos que chegara o momento de enveredarem pelo rumo das atividades industriais.”

É êste o fundamento empírico do estruturalismo. Salientou-se, ainda, que a década da Depressão foi mais importante do que qualquer outro período, tendo em vista que “a depressão da década de 1930 constituiu um incentivo à industrialização através de um mecanismo automático de proteção que é ainda mais interessante do que as duas guerras mundiais, pois temos aqui duas forças econômicas internas influenciando as atividades econômicas internas... É preciso salientar que essa industrialização foi quase totalmente financiada pelas *poupanças internas*...” <sup>3</sup>

A afirmativa de que a subdivisão da divisão internacional do trabalho durante a década da Depressão teve como conseqüência a industrialização da América Latina introduz um sério conflito entre a teoria do comércio exterior e a teoria do balanço de pagamentos. Embora a curto prazo, com vistas a ajustarem seus problemas de balanço de pagamentos, as economias latino-americanas devessem ter aumentado sua produção das mer-

<sup>2</sup> PREBISCH, Raul. *The economic development of Latin America and its principal problems*. Nações Unidas, Lake Success, 1950. p. 1. Ver também FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Lia, 1969. cap. 5.

<sup>3</sup> BAER, Werner & KERSTENETZKY, Isaac. *Patterns of Brazilian economic growth*. Cornell University, 1966. p. 2, 6. Estudo mimeogr. depois publicado em DAVIS, Tom, ed. *The next ten years of Latin American growth*. Cornell University Press, 1967.

cadorias que era preciso importar, em resposta às variações de lucros devidas às restrições ao comércio exterior e desvalorização cambial, uma indústria nacional só teria sido justificável por um fenômeno de maior duração, qual seja, uma mudança nos custos comparativos internacionais. Para efeitos de verificação empírica, se os estruturalistas se houvessem detido nesse ponto, a teoria teria perdido sua significação econômica, tornando-se impossível de testar e, provavelmente, incompatível com os fatos e o raciocínio.

## 1.2 Formalização do estruturalismo

Quase uma década após a formulação original do estruturalismo, realizou-se uma tentativa de explicar o desenvolvimento da América Latina através de hipóteses estruturalistas, a chamada "teoria dos choques adversos".<sup>4</sup> De acordo com essa teoria, o resultado da queda nas importações depois das guerras e a depressão foi um aumento no preço de produtos manufaturados importados concorrentes com produtos nacionais, em relação ao preço das importações. Houve, conseqüentemente, um aumento no índice de rentabilidade dos produtos importados concorrentes com os nacionais em relação à agricultura de exportação, ocasionando uma transferência de recursos da agricultura de exportação para as atividades industriais-urbanas. O resultado final foi a formação de um setor industrial interno. Enquanto a escassez de importações durante as duas guerras mundiais fôra o resultado de problemas de transportes e controles estabelecidos na época das guerras (um fator externo que o Brasil não teve condições de influenciar), a escassez da Depressão foi provocada por controles sobre o comércio exterior e câmbio deliberadamente impostos.

## 1.3 Estruturalismo empírico e a industrialização do Brasil

A aplicação da teoria dos choques adversos no Brasil tornou evidente que a Grande Depressão constituiu o único período formativo em que

<sup>4</sup> É preciso reconhecer que uma "formalização", do ponto de vista empírico, foi apresentada por Celso Furtado. (*A economia brasileira*. Rio, A Noite, 1954), mas não uma formalização, do ponto de vista claro e teórico. A base empírica de Furtado e Prebisch foi: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. *Survey of Latin America 1949*. Nações Unidas, New York, 1951. A primeira formalização encontra-se em KAFKA, Alexandre. *Interpretação teórica do desenvolvimento latino-americano*. In ELLIS, H.S. ed. *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. cap. 1. Esse ensaio foi elaborado para uma reunião da Associação Econômica Internacional celebrada no Rio de Janeiro em 1957. Desta forma, as idéias acerca da Grande Depressão têm dominado esse campo durante mais de 20 anos, desde a primeira exposição de Prebisch.

ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica.<sup>5</sup> Essas mudanças consistiram, primordialmente, no desenvolvimento do setor industrial interno. Para efeitos de conveniência expositiva, convém dividir a tese Furtado em dois argumentos reconhecidamente interdependentes. Essa divisão também simplifica a verificação empírica. O *argumento da recuperação* explica a manutenção dos níveis da renda do Brasil durante a década da Depressão em termos de políticas fiscais e efeitos redistributivos. O *argumento da transferência* parte da premissa da sustentação da receita e explica a industrialização como sendo uma transferência dos recursos “líquidos” e reais da agricultura de exportação para a indústria urbana, em razão da maior rentabilidade da última. Esses argumentos podem ser claramente subdivididos em subargumentos.

De acordo com o argumento de recuperação:

Primeiro. *Princípio da depressão*: existem provas empíricas de que a economia do Brasil se recuperou mais rapidamente que a maioria dos países do mundo, “. . . a renda nacional do Brasil recomeçou a crescer em 1933, enquanto os primeiros indícios de recuperação nos Estados Unidos só apareceram em 1934. . .”<sup>6</sup>

Segundo. *Limitado impacto da depressão*: evidências empíricas demonstram que os níveis de renda do Brasil não decaíram tão drasticamente quanto nos países industrializados. Supostamente, “. . . a redução da *renda monetária* do Brasil entre 1929 e o nível mínimo da depressão oscilou entre 25 e 30%, taxa relativamente pequena quando comparada com a dos demais países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o declínio superou os 50%, apesar do fato de os índices de preços por atacado desse país terem sofrido queda muito inferior à dos preços do café no comércio internacional. . .”<sup>7</sup>

Terceiro. *Sustentação da renda*: Os níveis da renda do Brasil permaneceram em níveis elevados durante toda a década da Depressão. Não só o impacto inicial foi mais suave em relação aos níveis de renda, como também manteve-se nulo durante o resto da década da Depressão.

<sup>5</sup> FURTADO, Celso. *The economic growth of Brazil*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1963. cap. 31 e seg. FURTADO. *External disequilibrium in underdeveloped structures. Development and underdevelopment*. Berkeley and Los Angeles, University of California, 1964; EMBaixada DO BRASIL. *Survey of the Brazilian economy 1960*. Washington D. C., 1960; COMISSÃO DO BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *The development of Brazil*. U.S.G.P.O., Washington, 1955; BAER, Werner. *Industrialization and economic development in Brazil*. Homewood Illinois, R. D. Irwin, 1965. cap. 2; BAER, Werner. & KERSTENETZKY, Isaac. op. cit.

<sup>6</sup> FURTADO. *The economic*. . . p. 212.

<sup>7</sup> Op. cit. p. 211.

Quarto. *Política fiscal*: a compra e queima de grandes estoques de café foram financiadas pela criação de dinheiro. O programa de subsídio ao café implicou em deficits federais substanciais durante a década da Depressão quando, contrariamente às políticas adotadas em períodos anteriores, as compras de café foram financiadas com créditos concedidos pelas autoridades monetárias. Esse elevado deficit exerceu efeito multiplicador nos níveis de rendas, restabelecendo o nível integral de emprego na economia. Segundo Celso Furtado,<sup>8</sup> "... a acumulação de estoques de café antes da crise correspondeu a dívidas contraídas no exterior. Logo não houve investimentos líquidos, pois o que se aplicou no Brasil através da acumulação de estoques foi desembolsado no exterior na contratação de dívidas... A acumulação de café financiado no exterior se assemelhou, portanto, a um processo de exportação... Caso diferente deu-se com os estoques de café, já que a base desse financiamento foi a expansão do crédito. A compra de café para armazenagem implicou a geração de receitas, que se somaram à renda produzida pelas despesas dos consumidores e investidores..."

Furtado afirma, ainda, que o Brasil estava construindo a famosa pirâmide de renda posteriormente imaginada por Lord Keynes, e que a compra de estoques de café constituiu tão-somente uma primeira amostra da política compensatória keynesiana. O Brasil adotou essa política a um extremo que jamais fôra sonhado pelos países industrializados.<sup>9</sup>

De acôrdo com o argumento de transferência:

Primeiro. *Mercado para os produtos de importação concorrentes*: Os dois argumentos são interdependentes, pois o argumento de transferência utiliza o de recuperação como fonte do mercado para produtos concorrentes de importação. A manutenção dos níveis de renda pelo programa de subsídio ao café sustentou o mercado daqueles produtos que eram importados pelo Brasil e passaram a ser fabricados no país.<sup>10</sup>

Segundo. *Escassez de importações*: contrôles cambiais, política do comércio exterior e a desvalorização ocasionaram a escassez de importações no Brasil. Conseqüentemente, o preço dos produtos concorrentes importa-

<sup>8</sup> Op. cit. p. 213.

<sup>9</sup> Ibid. p. 211-2. Os argumentos do deficit se encontram em FURTADO. *The development of Brazil*: In: SCIENTIFIC AMERICAN, ed. *Technology and economic development*. New York, A. Knopf, 1964. p. 160-1.

<sup>10</sup> FURTADO. *The economic...* p. 226. O mesmo argumento é apresentado por BAER & KERSTENETZKY op. cit.

dos cresceu em relação aos preços comprimidos do café.<sup>11</sup> A tabela 1 mostra o preço do café estabelecido para exercer essa contenção.<sup>12</sup>

TABELA 1

Números do índice do Brasil, exportações e preços do café

Ano	Exportações	Preço interno do café	Preço internacional do café
1928	144	151	309
1929	136	142	294
1930	141	88	173
1931	112	97	157
1932	133	113	141
1933	153	98	121
1934	143	110	149
1935	98	116	118
1936	136	104	126
1937	126	131	147
1938	121	99	102
1939	100	100	100
1940	87	97	94

Fonte: BAER, Werner. & KERSTENETZKY, Isaac. *Patterns of brazilian economic growth*. Cornell University, 1966. p. 4. tabela 1, Estudo mimeogr.

Terceiro. *Variações de rentabilidade*: devido às variações de preços relativos, a rentabilidade dos produtos manufaturados em relação à exportação agrícola aumentou drásticamente pela primeira vez na história econômica do Brasil. Pela primeira vez, o setor nacional se uniu ao mercado interno no processo de formação de capital, e os recursos foram transferidos do cultivo do café e da agricultura em geral para a indústria nacional. Em resumo, as poupanças do setor cafeeiro financiaram a industrialização incipiente do Brasil.

Quarto. *Indústrias tradicionais*: não se registrou qualquer acréscimo substancial no capital das indústrias tradicionais mas, de modo geral, elevou-se a utilização da capacidade ociosa. Porém, as importações de maquinaria usada de países industrializados atingidos pela depressão

<sup>11</sup> FURTADO. op. cit. p. 226.

<sup>12</sup> BAER & KERSTENETZKY (op. cit.) introduzem o índice de custo de vida no Rio de Janeiro para confirmar as variações de preços relativos. As dificuldades desse índice são bem conhecidas. Ver meu estudo: A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, mar. 1968. p. 27, nota 35. O índice se baseia nas despesas domésticas do estatístico que o calculou. Mesmo admitindo-se que o estatístico seja o "consumidor representativo" de Marshall, a contribuição do índice é modesta.

constituíram importante fonte de formação de capital para a produção têxtil e outras indústrias tradicionais.<sup>13</sup>

Quinto. *Indústrias de base*: a indústria siderúrgica implantou-se no Brasil em decorrência do processo de financiamento compensatório keynesiano e da transferência real de recursos do setor da exportação para o da indústria.<sup>14</sup>

Sexto. *Fatores externos*: investimentos estrangeiros, assistência técnica e organização empresarial não constituíram fatores importantes da industrialização na década da Depressão. O Brasil ficou praticamente isolado pela Depressão e as poupanças e o desenvolvimento foram processos totalmente internos.<sup>15</sup> Chega-se, também, à conclusão de que o comércio exterior deixou de ser importante para o Brasil.

Sétimo. A socialização das dívidas agrícolas através da emissão de títulos do governo aos credores agrícolas pelo governo federal durante a década da Depressão — o chamado *reajustamento econômico dos agricultores* — foi considerada por Werner Baer como sendo mais uma causa dos efeitos multiplicadores nos níveis de renda e uma fonte de fundos líquidos para as finanças industriais. Fiel à maneira *mítica* como são introduzidas as idéias estruturalistas, Werner Baer não consubstanciou seu argumento com fontes de referência ou dados e somos obrigados a atribuí-lo à “tradição oral” estruturalista.<sup>16</sup>

A causa fundamental do excesso de produção de café no Brasil depois de 1929, segundo Furtado, é uma fraqueza inerente ao capitalismo: à primeira vista, a destruição do café é absurda, mas constitui fenômeno comum nas economias de mercado.<sup>17</sup> Furtado não dá maiores explicações acêrca dessa fraqueza do mercado, mas afirma que as crises de excesso de produção de café coincidiram com o declínio das despesas dos países industrializados. Sendo o café um produto perene e havendo um ajustamento teórico defasado dos cafeicultores ao preço, a fraqueza da economia de mercado mencionada por Furtado deve ser um “ciclo teia de aranha”. Os elevados preços do café, durante a segunda metade da década de 1920, por exemplo, não tiveram impacto algum na produção até princípios da década dos 30.

<sup>13</sup> FURTADO. op. cit. p. 218.

<sup>14</sup> Id. ibid. p. 218. Ver as diferenças na exposição dêsse argumento de Werner Baer em meu artigo A balança... RBE, p. 19, nota 12.

<sup>15</sup> FURTADO. op. cit. p. 211-2; BAER & KERSTENETZKY. op. cit. p. 2, 6.

<sup>16</sup> Ver BAER. *Industrialization*... p. 22-3.

<sup>17</sup> FURTADO. op. cit. p. 207; e meu artigo A balança... RBE, p. 23, nota 27.



Já se argumentou que os estruturalistas geralmente falam da *mão governamental invisível*: a má administração de governos de sua simpatia sempre enseja melhoramentos sociais e econômicos.<sup>18</sup> A variedade dessa mão invisível proclamada pela teoria estruturalista da industrialização do Brasil apresenta outra importante faceta: a maior participação do governo *invariavelmente* promove o bem-estar social e econômico, pois os leitores de Furtado não raro deparam com a alegação, empiricamente não confirmada, de que a participação nas atividades econômicas (dos governos favorecidos) sempre fortalece a situação econômica e garante um progresso duradouro. Logo, a verificação empírica da tese Furtado deve consistir, integralmente, no uso da teoria e estatísticas econômicas na avaliação de políticas governamentais passadas.

#### 1.4 Esquema de pesquisas

Não teria sentido criticar um argumento teoricamente confuso baseado numa séria distorção dos fatos, como é o caso da tese Furtado, se a idéia não tivesse encontrado tão grande aceitação na América Latina e no exterior.<sup>19</sup> Essa tese dificulta um raciocínio esclarecido sobre um dos períodos mais importantes da história da América Latina e é uma fonte de sérias confusões para audiências não versadas no assunto. O objetivo da presente monografia é reconstruir a intervenção do Brasil no mercado do café para mostrar a diferença entre as políticas reais e aquelas alegadas pelos estruturalistas. As partes restantes da tese Furtado já foram criticadas

<sup>18</sup> Ver o meu artigo *Economic policies of President Vargas: Wirth on the politics of Brazilian development 1930-1954*. *Revista Brasileira de Economia*, jul./set. 1970.

<sup>19</sup> BAER, Werner. *Furtado on development*. Vanderbilt University, 1968. Estudo mimeogr.; em quase todas as outras obras de Baer; SIMONSEN, Mario Henrique. *Brasil 2001*. p. 40: "A renda interna dos exportadores foi bastante protegida pela sustentação governamental dos preços do café (que em 1929 era responsável por 71% da receita cambial) e pela famosa queima dos excedentes — política que impediu a retração abrupta da demanda global." Quase todas as obras que tratam dos problemas econômicos do Brasil apoiam a tese Furtado. A obra de Furtado não só é intensamente lida no Brasil como também é amplamente usada em cursos universitários de ciências sociais na Europa, Estados Unidos e América Latina. Nos dezesseis anos decorridos desde sua primeira exposição, não tem havido nenhuma reformulação fundamental da tese Furtado. No seu recente *best-seller* sobre história econômica latino-americana, Furtado afirma: "... a outra condição essencial para que se realize a substituição de importações é que ocorra uma expansão da renda monetária capaz de anular o efeito depressivo no nível de emprego da contração das atividades de exportação. Esta condição adicional foi preenchida mais facilmente nos países de agricultura permanente, como a do café no Brasil, cuja produção passou a ser adquirida pelo Governo com financiamento baseado em crédito concedido pelas autoridades monetárias. Ali onde foram preenchidas essas condições, ocorreu rápida expansão da produção industrial, crescendo ainda mais a sua rentabilidade..." (*Formação econômica da América Latina*. p. 141.)

em outras obras.<sup>20</sup> Os assuntos aqui discutidos são os seguintes:

Primeiro. A reconstrução das políticas cafeeiras estatais do Brasil de 1906 a 1945, a fim de apresentar uma visão equilibrada dos contrôles governamentais no setor do café.

Segundo. Uma tentativa de isolar e analisar os problemas econômicos verdadeiramente significativos da sustentação do café através da utilização de hipóteses e estatísticas econômicas, de tal forma que os aspectos econômicos principais de acontecimentos passados possam ser reconstruídos.

Terceiro. Uma análise das bases empíricas e lógicas das drásticas propostas políticas baseadas na tese Furtado — financiamento pelo deficit orçamentário de desenvolvimento econômico, condições de quase total protecionismo e socialização da indústria interna.

## **2. Mercado livre do café e a intervenção governamental 1906-1929**

### **2.1 Introdução e método**

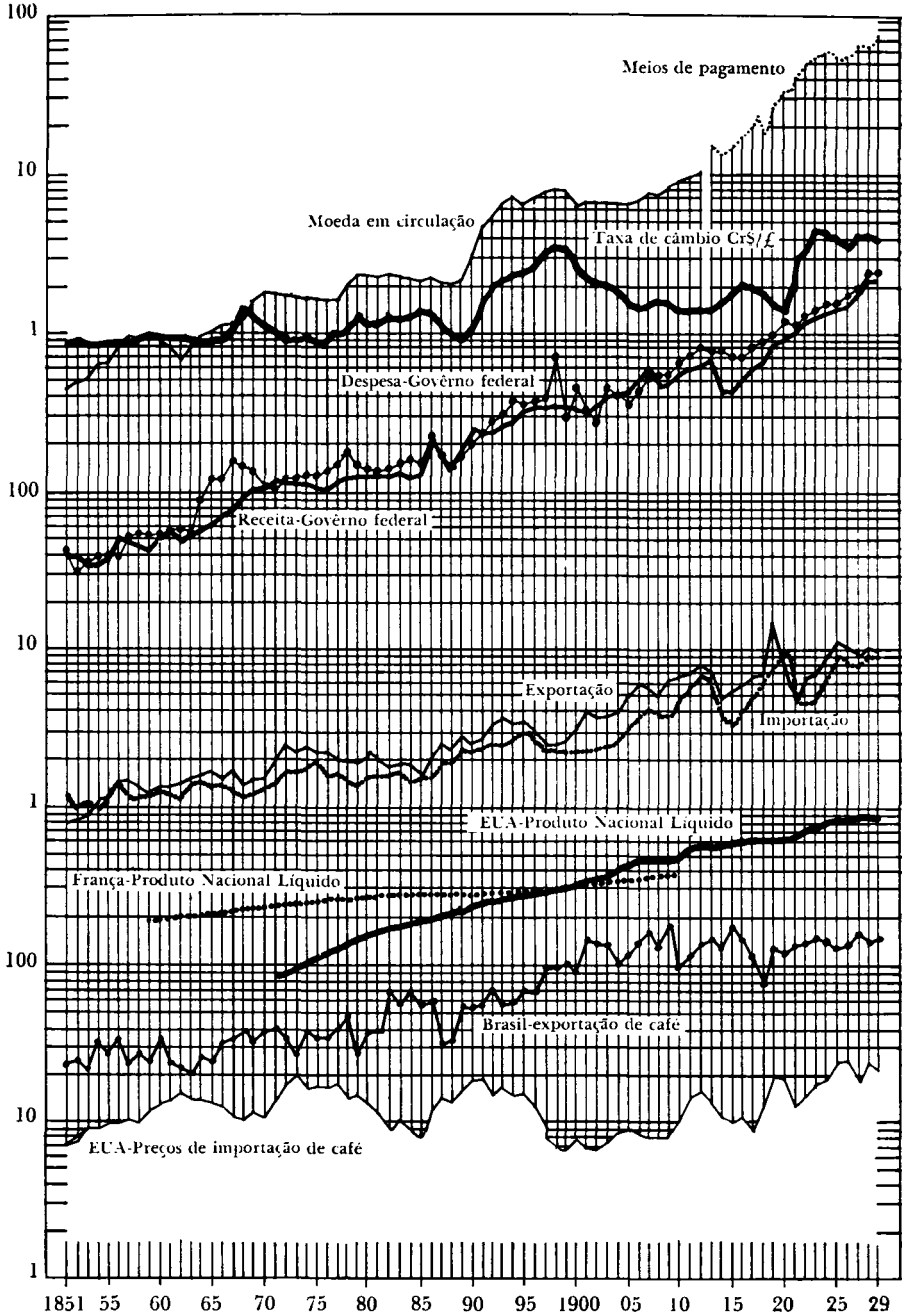
A escassez de dados sobre o Brasil antes de 1945 restringe o método a ser empregado. Conseqüentemente, a verificação empírica das hipóteses econômicas mais simples é, de modo geral, impossível. Além do mais, o assunto escolhido desafia os métodos estatísticos modernos. A intervenção governamental no mercado de café, com vistas a estabelecer um preço mínimo, mesmo dentro da suposição de um modelo de equilíbrio parcial, altera a estrutura de um modelo econômico de maneira tão radical que sua medição é impossível. Porém, já se realizaram “medições” em mercados dessa ordem, chegando-se à conclusão geral de que a demanda é inelástica. O fato é que, num tal mercado, o preço é fixado exógenamente e, em conseqüência, os coeficientes de preços não chegam a variar significativamente de zero. Situação muito semelhante ocorre quando se atribuem cotas de importação a um dado produto. Desta forma, a escassez de dados e fatores institucionais impede a utilização rigorosa do importante método que é a análise da demanda.

A única alternativa é o uso de métodos históricos. Pelo menos durante um período prolongado, 1857-1906, o mercado se manteve livre de intervenções, e uma análise das informações e dados disponíveis poderá ser extremamente valiosa. O estudo de acontecimentos institucionais de 1906 a 1929 poderá ser uma contribuição proveitosa para compreender a longa formação da grande crise do setor cafeeiro que teve início em 1929. E,

<sup>20</sup> Ver as referências aos meus estudos em: *Economic policies...* RBE, jul./set. 1970.

GRÁFICO 1

Fatores no mercado de café do Brasil — 1851-1929



Fonte: Ver apêndice estatístico no fim do artigo

depois de 1929, as hipóteses econômicas testadas na presente monografia não exigem análises da demanda e podem ser empregados testes razoáveis.

Uma ilustração do que é possível fazer-se em condições de aguda escassez de fatos é apresentada no gráfico 1, que mostra os dados disponíveis que interessam a êste capítulo. Após 1920, apareceram dados mais significativos que são tratados separadamente na parte inferior. Durante o Mercado Livre de 1857-1906, é aconselhável salientar os fatores exógenos que influenciaram o mercado do lado da demanda ou do lado da oferta. Naturalmente, as conclusões acêrca do movimento de preços baseadas nesta análise experimental são severamente limitadas pela validade das suposições, em relação à estabilidade das funções da demanda ou oferta e ao padrão dos atrasos.

Alguns exemplos poderão ajudar a esclarecer a utilidade dêsse método — apesar de suas conhecidas limitações. Com referência ao gráfico 1, a pesquisa histórica poderá fornecer valiosas informações acêrca do impacto nos preços e produção dos seguintes fatores exógenos a um modelo de equilíbrio parcial:

a) Renda. A hipótese econômica padrão é que a demanda de um produto depende da renda, que é exógena ao modelo. No mercado do café, a renda que nos interessa é a daqueles países que consumiam café brasileiro. O gráfico 1 mostra a severa contração das atividades econômicas na França e nos Estados Unidos de 1882 a 1885.<sup>21</sup> Foi êsse um período em que os preços de café sofreram forte depressão. É importante conhecer as condições econômicas dos países consumidores de café para compreender o comportamento do mercado brasileiro.

b) Política oficial. Durante o mercado livre, a produção e os preços sofreram significativa influência das políticas internas. Nos primeiros anos da República depois de 1889, o govêrno aumentou substancialmente o estoque de moeda e as despesas federais, como mostramos no gráfico 1. Se se utilizar a taxa de câmbio em substituição dos preços, houve severa inflação interna. As contas dêsse período confirmam essa inflação, o chamado *saddling* (encilhamento). A baixa no preço do café, em moeda estrangeira, foi compensada por um aumento no preço em mil-réis do câmbio, mantendo internamente, ao menos em têrmos monetários, o preço em mil-réis do café. Governos e escritores posteriores afirmaram que produtores ineficientes entraram no mercado naquela época, atraídos pelos

<sup>21</sup> Ver FRIEDMAN, Milton. & SCHWARTZ, Anna Jacobson. *A monetary history of the United States 1867-1960*. Princeton University Press, 1963. p. 99, 102.

lucros relativamente altos do café, criados artificialmente pela política oficial do princípio da República. No fim do século, os Ministros da Fazenda Joaquim Murinho e Leopoldo de Bulhões implantaram com sucesso programas de estabilização. O preço em mil-réis do câmbio caiu acentuadamente e diminuiu a rentabilidade do cultivo do café. O objetivo de Murinho era eliminar do mercado os produtores ineficientes e restaurar rentabilidades relativas na economia brasileira. A importância dessas políticas não pode ser ignorada numa análise do mercado do café.

c) Condições atmosféricas e pragas. Os rendimentos da produção de café estão sujeitos a bruscas variações decorrentes das condições atmosféricas e pragas. Foi precisamente depois de uma dessas pragas, que aniquilou a produção asiática, que o Brasil se tornou produtor importante. As geadas do estado de São Paulo já provocaram bruscas oscilações. Uma das mais fortes verificou-se em 1918 e outra, em 1942. Ambas causaram estragos suficientes para absorver as reservas acumuladas no mercado. A geada de 1918 exerceu, decididamente, um impacto nos preços, mas é preciso também levar em conta a reabertura dos mercados depois da guerra e, talvez, o programa de sustentação após 1917.

Apesar da importância atribuída às limitações das pesquisas de história econômica, o método é útil para o conhecimento de processos econômicos. Talvez não seja possível chegar-se a conclusões de políticas na base de conhecimentos históricos. O processo decisório deve erguer-se sobre raízes mais científicas e minuciosas e, de modo geral, a história econômica pouco é capaz de contribuir para a formação de decisões específicas. Porém, as experiências históricas são proveitosas para o conhecimento econômico. Como explicamos neste capítulo, a aguda crise do setor brasileiro do café que teve início em 1929 não decorreu de fraqueza inerente a uma economia de mercado, como proclamado por Celso Furtado, mas da má orientação administrativa das autoridades. O resultado previsível da sustentação de um preço mínimo é o excesso de produção e foi essa a origem do debacle do café na década de 1930.

## 2.2 O mercado livre do café

### 2.2.1 Ciclos cafeeiros de 1856-1857 a 1904-1905

Em seu amplo tratado sobre a economia cafeeira do Brasil, o Professor Antônio Delfim Netto salienta a ocorrência de ciclos nos preços do café

durante o período do mercado livre. Os dados utilizados por Delfim Netto são o “valor unitário das importações” nos Estados Unidos, obtidos pela divisão do valor das importações pelas unidades importadas. O gráfico 1 apresenta esses dados. Delfim Netto submete-os a dois testes. Primeiro, o teste da tendência secular, cuja existência pode dar uma falsa impressão de “ciclos aparentes”. Delfim Netto não encontra indício de uma tendência secular.<sup>22</sup> Segundo, o teste da oscilação dos preços. Igualmente, a hipótese nula da não-oscilação dos preços é rejeitada com um elevado índice de segurança.<sup>23</sup>

Além do mais, existem fortes evidências *a priori* sobre a existência de oscilações no mercado do café. O café é um produto perene e seu primeiro rendimento só é obtido quatro anos após o plantio. Logo, a produção se ajustaria aos preços com um atraso de pelo menos quatro anos. Delfim Netto apresenta o modelo abaixo para ilustrar as propriedades essenciais desse mercado:

$$\text{Função da demanda: } q_t^d = a + bp_t \quad b < 0 \quad (1)$$

$$\text{Função da oferta: } q_t^s = c + dp_{t-4} \quad d > 0 \quad (2)$$

$$\text{Identidade de equilíbrio: } q_t^d = q_t^s \quad (3)$$

$$\text{Resolvendo: } p_t + mp_{t-4} = k \quad (4)$$

onde  $m = -(d/b) > 0$ , pois  $b < 0$ ,

$$\text{e } k = c - a/b.$$

A equação (4) é uma equação de diferenças finitas, não-homogênea de quarta ordem, com coeficientes constantes, e sua solução é:

$$p_t = A_1(z_1)^t + A_2(z_2)^t + A_3(z_3)^t + A_4(z_4)^t + k/(1+m), \quad (5)$$

onde  $z_i$  são as raízes de

<sup>22</sup> O teste empregado por Delfim Netto é descrito por MANN, H. B. Nonparametric tests against trends. *Econometrica*, 13: 246, e os resultados se encontram em DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*, São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1959. p. 4-5.

<sup>23</sup> O teste empregado por Delfim Netto é descrito por WALLIS, W. A. & MOORE, G. H. *A significant test for time series*. National Bureau of Economic Research, New York, 1941. Technical Paper 1; e os resultados estão em DELFIM NETTO. op. cit. p. 5-7.

$$x^4 + m = 0$$

e, como  $m > 0$ , essas raízes são complexas e  $p_t$  se caracteriza por oscilações senoidais, com um período de oito unidades.<sup>24</sup>

São possíveis os seguintes três casos de variação:

1.  $m = 1$ , ou amplitude constante de oscilação;
2.  $m > 1$ , oscilação explosiva;
3.  $m < 1$ ,  $p_t \rightarrow k/(1 + m)$ , oscilação restrita.

Pode-se efetuar uma série de variações deste modelo baseadas na hipótese do ajustamento defasado aos preços.<sup>25</sup>

Os três ciclos analisados por Delfim Netto são apresentados no gráfico 1. São eles 1857-1868, 1869-1885 e 1886-1906. O método analítico mais válido é o empregado por Delfim Netto e resumido na introdução ao presente artigo, qual seja, o emprêgo de dados históricos na reconstrução dos fatores exógenos que afetaram a demanda e a oferta do mercado cafeeiro. A escassez de dados sobre esse período dificulta uma medição apurada dos parâmetros. De acordo com as suposições do modelo de mercado acima, o gráfico 2 mostra a provável influência dos antigos preços do café na produção brasileira. A produção corresponde ao preço comparável de quatro anos atrás. Os preços e o produto defasado evoluíram com alguma uniformidade até 1875. Na realidade, não é possível deduzirem-se conclusões sólidas desses dados, embora, segundo indica Delfim Netto, os agricultores brasileiros tenham reagido bem ao preço.<sup>26</sup> De 1875 a 1906 uma série de fatores internos e internacionais afetou o mercado do café, e a análise desses dados, em tais circunstâncias, não tem qualquer sentido.

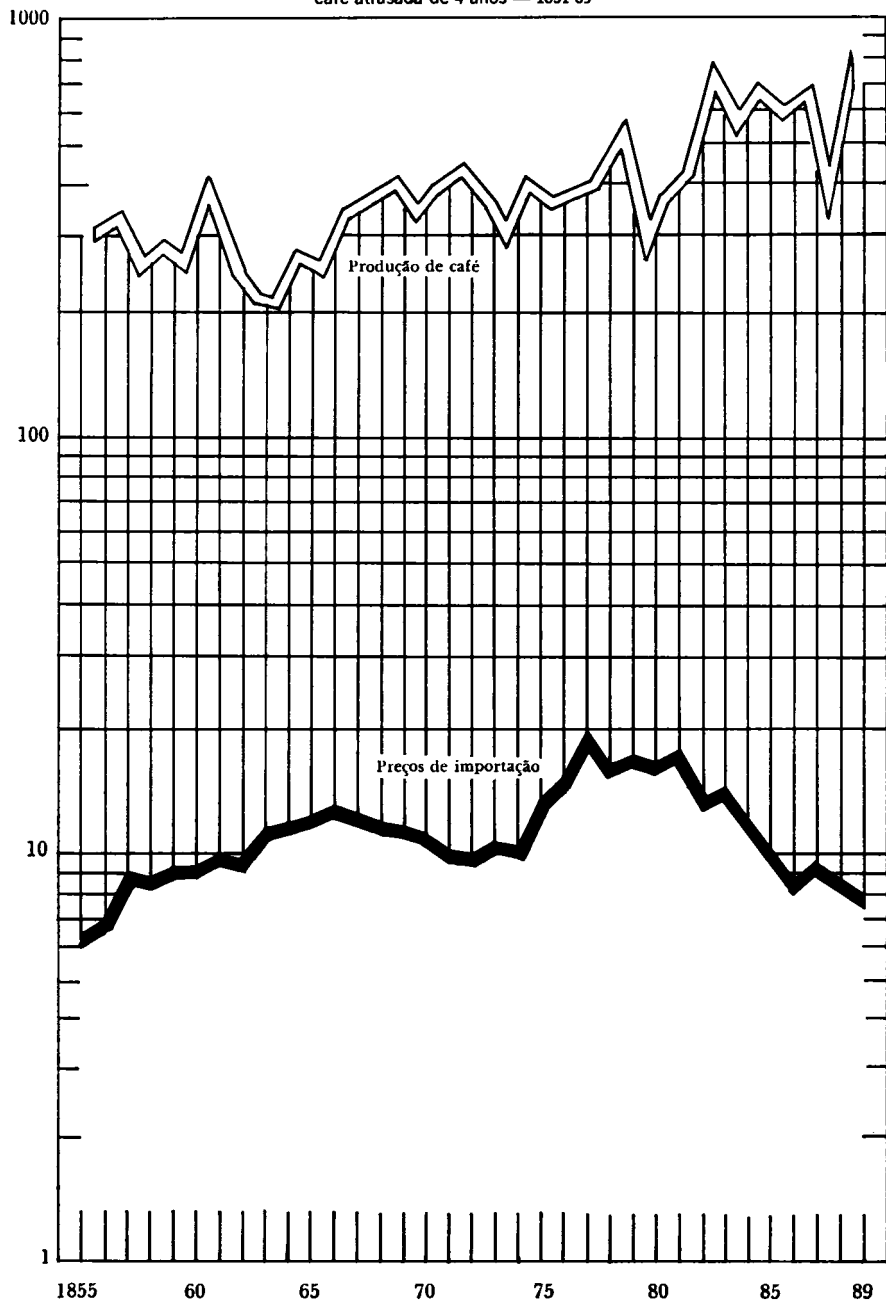
<sup>24</sup> Excelente referência a esse tipo de modelos se encontra em SAMUELSON, Paul A. *Mathematical appendix B: difference equations. Foundations of economic analysis*. Cambridge, Harvard University Press, 1947.

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, DELFIM NETTO. Um modelo do mercado cafeeiro, op. cit. cap. 5. É possível construir-se modelos na base de um "equilíbrio mutante". Ver SAMUELSON. op. cit. p. 321.

<sup>26</sup> Diz ele: "Um exame das estatísticas da produção nacional mostra a maneira impressionante da resposta da cultura de café às elevações dos preços. Durante a fase de expansão deste ciclo (1869-1885), que se prolongou até 1874, as plantações se multiplicaram. Nos quatro anos posteriores ao ponto máximo da alta (1874), nossa produção média foi de menos do que 4 milhões de sacas. Nos quatro anos seguintes (quando os cafezais se tornaram adultos), nossa produção foi de 5,5 milhões de sacas..." (p. 21).

GRÁFICO 2

Preços de importação de café nos Estados Unidos e produção brasileira de café atrasada de 4 anos — 1851-89



Fonte: Ver apêndice estatístico no fim do artigo.



## 2.2.2 Primeiro ciclo, 1857-1868

### 2.2.2.1 Origens do cultivo do café no Brasil

Antes de o Brasil começar a produzir café,<sup>27</sup> o seu plantio tinha passado por uma série de países e continentes. O principal fornecedor mundial até aproximadamente 1690 foi o Iemen, que produzia o verdadeiro café Moka.<sup>28</sup> Posteriormente Martinica, nas Índias Ocidentais, assumiu a liderança do mercado cafeeiro até 1830.<sup>29</sup> Java e Ceilão dominaram o mercado até o último quarto do século passado, quando o Brasil passou a ocupar a posição predominante. Durante o domínio de Java-Ceilão, Amsterdam e Rotterdam se tornaram importantes centros do comércio cafeeiro; e, depois que o Brasil elevou sua participação no mercado, o comércio se transferiu a Le Havre e Hamburgo.

Diversas causas provocaram essas mudanças de produção. As pragas destruíram os cafézais de Ceilão e Java, obrigando o primeiro a empreender a cultura do chá. No Brasil, o combate às pestes tem obtido sucesso maior. A abolição da escravatura marcou o declínio da produção das Índias Ocidentais. Porém o Brasil conseguiu atrair trabalhadores europeus para expandir a produção. Condições de clima, solo e especialização, somadas à crescente mão-de-obra, constituíram fatores importantes na fase incipiente do estabelecimento da indústria do café no Brasil.

### 2.2.2.2 Movimento de produção e preços

O gráfico 3 e a tabela 2 mostram os fatores importantes disponíveis acerca do mercado do café durante o primeiro ciclo dos preços. Só existem dados esporádicos sobre a renda da França e, no que tange aos Estados Unidos, só há informações a partir da Guerra Civil. A análise se ressentia, portanto, da falta de uma determinante significativa das exportações: a renda dos países consumidores. Segundo Delfim Netto, a recuperação da Europa

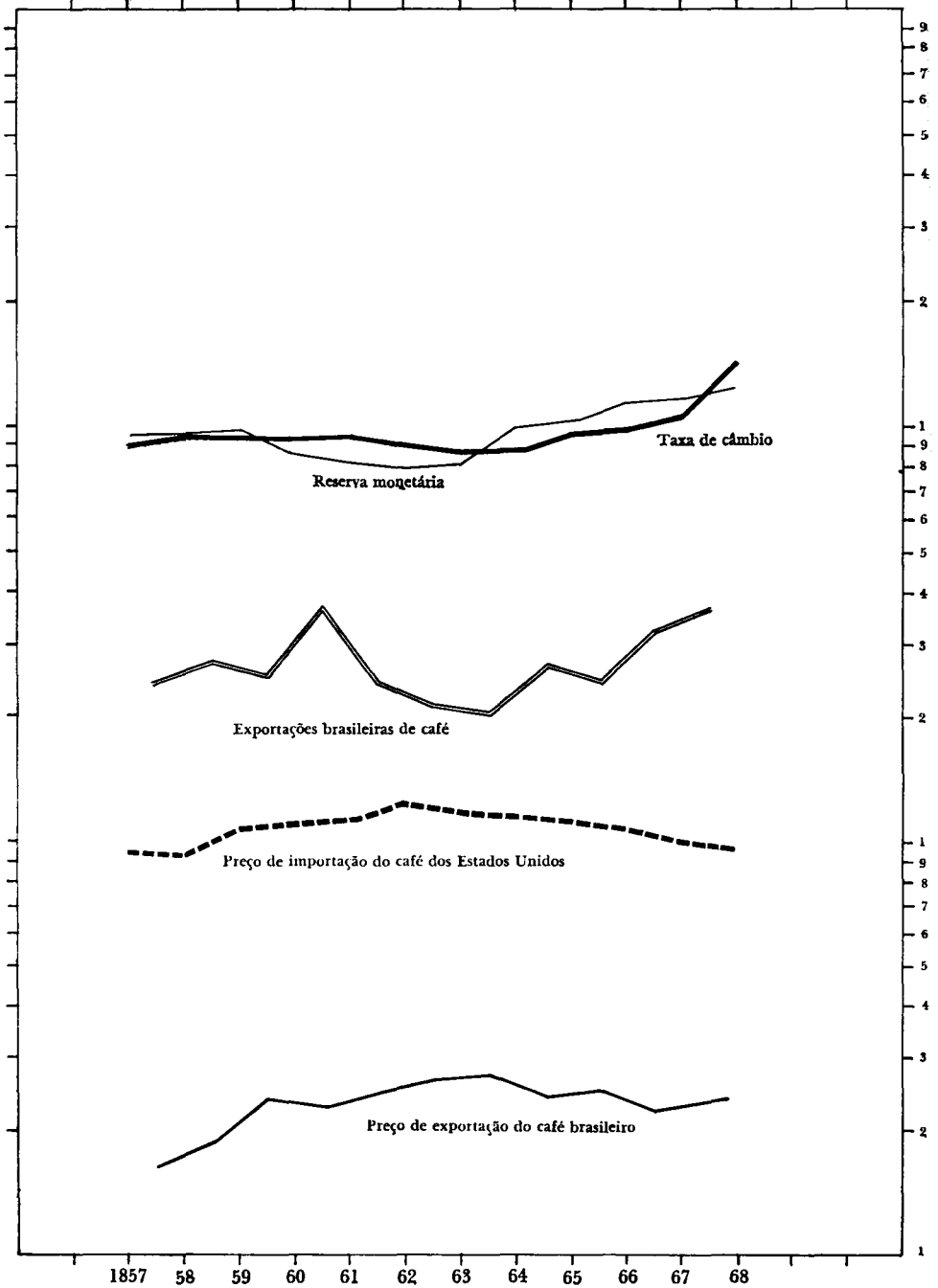
<sup>27</sup> Ver um detalhado histórico do café brasileiro em TAUNAY, Afonso E. *A história do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Edição do Departamento Nacional do Café, 1939. 15 v. Ver também *Retrospecto do Jornal do Commercio 1926*, que descreve os acontecimentos do século XVIII; SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, jan. 1940; STEIN, Stanley. *Vassouras*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1957, e numerosos estudos publicados na *Revista do Departamento Nacional do Café* e na *Revista do Instituto de Café de São Paulo*.

<sup>28</sup> WICKIZER, V. D. *The world coffee economy with special reference to control schemes*. Food Research Institute, Stanford University, 1943. p. 87.

<sup>29</sup> REGRAY, LEON. A situação do café. *Boletim do Instituto do Café de São Paulo*, jan. 1932, p. 24; e WICKIZER. op. cit. p. 87.

GRÁFICO 3

Fatores do primeiro ciclo dos preços do café — 1857-1868



depois de 1857 foi fator de importância no melhoramento do ciclo.<sup>30</sup> O ponto máximo, como se vê no gráfico 3, foi 1862. Vieram, a seguir, as menores exportações de café brasileiro. Esse declínio das exportações se explica, em parte, pela guerra civil nos Estados Unidos, o fechamento de alguns portos e dificuldades de transporte. O ponto máximo de 1862 provocou sensíveis aumentos de produção mais tarde. A queda é atribuída à depressão mundial de 1866-1867. Além do mais, Delfim Netto alega que o aumento da produção abaixou a curva da oferta de café,<sup>31</sup> causando quedas de preços.

TABELA 2

Brasil, receitas das exportações de café, saldo comercial e saldo orçamentário, 1857-69

(em mil cruzeiros e libras esterlinas)

Ano	Receita da exportação de café (milhões de libras esterlinas)	Receita da exportação de café (mil cruzeiros)	Saldo comercial (mil cruzeiros)	Saldo orçamentário (mil cruzeiros)
1857-58	4,8	43,5	— 34,0	— 2,0
1858-59	5,3	50,1	— 20,5	— 5,7
1859-60	6,3	60,2	0,0	— 8,8
1860-61	8,6	79,7	— 0,1	— 2,3
1861-62	6,3	58,7	10,2	— 0,1
1862-63	6,2	56,6	23,3	— 8,7
1863-64	6,2	54,1	5,5	— 1,7
1864-65	7,2	64,1	9,3	— 26,3
1865-66	6,4	61,2	19,3	— 63,3
1866-67	7,0	69,7	13,1	— 56,1
1867-68	7,8	83,6	44,7	— 94,8
1868-69	6,4	90,5	36,0	— 63,3

Fonte: apêndice estatístico, no fim do artigo.

### 2.2.2.3 Política monetária

A história monetária do Brasil antes do primeiro ciclo cafeeiro pode ser resumida em poucas palavras. O primeiro Banco do Brasil foi estabelecido

<sup>30</sup> DELFIM NETTO. op. cit. p. 9. Saliencia que 1857 foi um ano de profunda mas rápida depressão na Europa. Ver CAMERON, RONDO E. *France and the economic development of Europe 1800-1914*. Princeton University Press, 1961. p. 157, 190.

<sup>31</sup> DELFIM NETTO. op. cit. p. 15.

em 1808 e começou a funcionar em dezembro de 1809.<sup>32</sup> O banco teve existência precária durante 18 anos, até encerrar suas operações. As atividades bancárias continuaram esporádicas até 1845, sendo o principal acontecimento a criação do Banco Commercial, em 1838, por interesses privados. O segundo Banco do Brasil foi estabelecido em 1851. Foi este um período de radicais mudanças financeiras na Europa, como o Credit Mobilier, antecessor dos bancos modernos de desenvolvimento e o instrumento de crédito que permitiu a expansão da industrialização na Europa.<sup>33</sup> O segundo Banco do Brasil recebeu importante privilégio do governo: este concedeu direitos de moeda legal às emissões de cédulas feitas pelo banco.<sup>34</sup> O estabelecimento desse segundo Banco do Brasil teve dois objetivos: primeiro, regularizar as emissões e, segundo, fornecer recursos para as necessidades do governo.

Em 1853, quando o governo aprovou a constituição de um grande banco de depósitos, descontos e emissão com sede no Rio de Janeiro, havia cinco bancos que emitiam cédulas no Brasil. Em 1855, estabeleceu-se o terceiro Banco do Brasil, através da fusão do segundo Banco do Brasil e o Banco Commercial. Os bancos regionais da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará se converteram em sucursais do terceiro Banco do Brasil. Em consequência, este ficou com o monopólio das emissões.<sup>35</sup> O objetivo da importante legislação de 1855, que aprovou a criação do terceiro Banco, era a organização de uma autoridade emissora e dedicava atenção especial aos privilégios emissores do Banco. Evidentemente, a intenção dos legisladores era assumir o controle governamental das emissões de cédulas.

Num curto período de três anos, o terceiro Banco já se deparava com sérias dificuldades para a emissão de dinheiro. Na metade da profunda retração de 1857-1858, que abalou os Estados Unidos e a Europa, o Ministro da Fazenda Souza Franco empreendeu mais uma reforma monetária, concedendo privilégios de emissão a seis bancos, para aliviar

<sup>32</sup> BULHÕES, Leopoldo de. *Introdução ao Relatório do Ministério da Fazenda 1905*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905. p. 45. Ver referências da história monetária do Brasil em CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política monetária do Brasil*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960. Reimpressão da primeira edição de 1910; VIANA, Victor. *O Banco do Brasil: sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1926; CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889; CAVALCANTI, Amaro. *Resenha financeira do ex-Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890; PIRES DO RIO, J. *A moeda brasileira e seu perene caráter fiduciário*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, s.d.

<sup>33</sup> CAMERON. *The mobilization of credit 1853-1881*. op. cit. cap. 7, um excelente relato desse fascinante episódio

<sup>34</sup> VIANA. op. cit. p. 437.

<sup>35</sup> BULHÕES. op. cit. p. 49 e CALÓGERAS. op. cit. p. 100.

a escassez de capital da economia. O aspecto importante da reforma monetária era que os bancos emissores podiam emitir cédulas à vista e a prazo até o limite de seu capital integralizado. O capital era garantido pelos títulos da dívida pública e ações de empresas ferroviárias e outras, beneficiando-se de rentabilidade garantida pelo governo imperial.<sup>36</sup> Durante esse período, o intercâmbio comercial entre o Brasil e os Estados Unidos e a Europa era intenso. A depressão de 1857 provocou sério déficit comercial no Brasil e nas exportações de ouro aos países industrializados.<sup>37</sup> O receio de que se alastrasse um pânico bancário, apesar do compromisso assumido pelo governo de salvar o Banco, levou Souza Franco a autorizar os novos bancos emissores. Recebeu, aliás, o apoio do Visconde de Mauá, o mais original empresário brasileiro, que estava tentando aplicar no Brasil as inovações européias em matéria de crédito. Mas um defensor da ortodoxia monetária naquela época, Salles Tórres Homem, conseguiu derrotar Souza Franco e assumiu o Ministério da Fazenda. Foi nomeado um comitê para estudar a situação monetária do país e propor contra-reformas.<sup>38</sup> A contra-reforma foi anunciada a 22 de agosto de 1860, por meio de uma lei restringindo a emissão de cédulas à reserva de ouro e prata mantida pelo banco, um sistema de reservas de 100%. Os bancos tiveram que reduzir suas emissões.<sup>39</sup>

A contra-reforma de 1860 levou os bancos comerciais independentes à falência. Fundiram-se, então, com o terceiro Banco do Brasil, para formar o quarto Banco do Brasil em 1862. A fusão representou um monopólio *de facto* da emissão e atividades bancárias. As lutas com o Paraguai começaram em 1864 e, em 1.º de maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança com a Argentina e o Uruguai, contra o Paraguai. Negociou-se um empréstimo de 5 milhões de libras esterlinas para financiar as necessidades de moeda estrangeira exigidas pela guerra. Talvez o mais importante acontecimento no fim do primeiro ciclo cafeeiro tenha sido o “pânico da Souto em 1864”. A falência da grande firma comercial Souto,

<sup>36</sup> Foi na base desta rentabilidade garantida que o Visconde de Mauá construiu a primeira estrada de ferro do Brasil, Dom Pedro II. O sistema se prolongou até princípios do século XX. Ver o meu artigo: Itabira Iron e a exportação de minério de ferro do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, out./dez. 1970.

<sup>37</sup> CALÓGERAS. op. cit. p. 108.

<sup>38</sup> VIANA. op. cit. p. 387, 396, 410, ver as conclusões do comitê. Também CALÓGERAS. op. cit. p. 104, 113, 125 e BULHÕES. op. cit. p. 53-4.

<sup>39</sup> Ver BULHÕES. op. cit. p. 55; CALÓGERAS. op. cit. p. 125; VIANA. op. cit. p. 405-7.

no Rio, desencadeou um violento pânico provocando a falência de 95 empresas comerciais, cujas exigibilidades somadas quase igualavam o estoque monetário.<sup>40</sup> O Banco do Brasil, estreitamente associado àquela firma, quase foi à falência. Apesar dessa ameaça, o Banco auxiliou às outras empresas comerciais com o máximo de crédito que lhe foi possível outorgar. Foram três as medidas tomadas pelo governo para controlar o pânico. Primeiro, triplicou-se o teto das emissões do Banco do Brasil em 13 de setembro de 1864. Segundo, decretou-se o aceite das cédulas. Terceiro, concedeu-se um prazo adicional de 60 dias para o pagamento das dívidas. O Banco elevou sua emissão para 85 mil contos, substancialmente acima de seu teto de 26 mil.<sup>41</sup> Finalmente, em 1866, transferiu-se o poder de decidir as condições de emissão do Banco do Brasil para o Governo. Foi esta a última política significativa do primeiro ciclo cafeeiro.

O estudo histórico permite uma compreensão melhor do gráfico 3 e da tabela 2. A severa contração do estoque monetário provocada pela contra-reforma de 1860 inspirada por Salles Tórres Homem é bem evidente. Os efeitos da Guerra da Tríplice Aliança no estoque monetário não foram acompanhados por uma desvalorização cambial, pelo menos até 1867. Nos últimos três anos do ciclo, registrou-se uma acentuada desvalorização cambial, possivelmente em decorrência da queda dos preços do café e da inflação da moeda. E isto conduz a análise ao aspecto mais importante do primeiro ciclo cafeeiro, mostrado na tabela 2. A substancial desvalorização cambial durante a depressão do ciclo, somada a um considerável surto das exportações, permitiu a sustentação das receitas em mil-réis das exportações de café e, ainda, substancial aumento durante os últimos anos da depressão. *Provavelmente*, os lucros reais do cultivo do café não decaíram durante a depressão.

### 2.2.3 Segundo ciclo, 1869-1885

#### 2.2.3.1 Movimento de produção e preços

Depois de 1870, os preços do café se apresentaram em alta acentuada até 1873, como o indica o gráfico 4. Parcialmente responsável pelo melhoramento dos preços foi a geadada paulista de 1870, que destruiu uma quantidade de cafeeiros.<sup>42</sup> Uma geadada dessas dimensões prejudica a produção

<sup>40</sup> VIANA. op. cit. p. 428.

<sup>41</sup> Id. ibid. p. 435.

<sup>42</sup> DELFIM NETTO. op. cit. p. 16.

durante uma série de anos. O fato de as exportações terem crescido de 1870 a 1871 é explicado por dois fatores. Primeiro, os dados sobre a produção cafeeira se referem ao ano da safra. Segundo, é possível que os especuladores não tenham aproveitado a oportunidade para vender seus estoques e, com toda probabilidade, que as exportações não consistissem inteiramente da produção do ano. A queda das exportações torna-se dramaticamente evidente na série dos períodos. Porém, o melhoramento do preço compensou o declínio das exportações, aumentando as receitas tanto em cruzeiros quanto em moeda estrangeira, como o indica a tabela 3. De 1872 a 1873 registrou-se um declínio dos preços; estes se mantiveram estáveis até 1877 e sobreveio violenta queda de 1877 a 1878. Ao mesmo tempo, as exportações vinham subindo em decorrência da alta de 1873 e da recuperação dos cafêzais de São Paulo. O período de 1872-1878 (ou 1879) foi uma das contrações cíclicas mais demoradas na história dos Estados Unidos (embora sua intensidade seja assunto altamente controvertido):<sup>48</sup>

“O período de 1873 a 1878 ou 1879 contém interesse especial. Os observadores contemporâneos consideraram que esses anos foram um período de severa depressão e distúrbios na indústria. O Bureau Nacional situa o ponto máximo de referência em outubro de 1873 e o mínimo em março de 1879, tendo sido a mais prolongada contração na história americana. Sem dúvida, essas datas correspondem às impressões qualitativas dos observadores contemporâneos. Porém, se os dados da série de volume físico merecem crédito, ao menos os últimos anos dessa contração apresentaram aumentos de produção. Em termos exclusivamente de produção, o ponto mínimo pode ter sido em 1877... A contração foi longa e severa — disso não há dúvida alguma...”

Em 1879-1882, houve uma expansão cíclica nos Estados Unidos, mas os preços do café caíram acentuadamente assim como as exportações e receitas, em moeda nacional e estrangeira, das exportações de café. É difícil explicar o comportamento dos preços e da produção entre 1879 e 1882. A contração cíclica de 1882-1885 justifica a baixa dos preços depois de 1882, pois a contração teve início em fins de 1882.

<sup>48</sup> FRIEDMAN, Milton. & SCHWARTZ, Anna Jacobson. op. cit. p. 87-8. David A. Wells foi seu contemporâneo (*Recent economic changes* p. 6). Friedman e Jacobson sugerem que a severidade da contração pode ter sido exagerada por escritores contemporâneos e posteriores, devido à ênfase atribuída às “magnitudes físicas medidas incorretamente”.

TABELA 3

Brasil, receitas das exportações de café, saldo comercial e saldo orçamentário, 1869-86

(mil contos e milhões de libras)

Ano	Receita da exportação de café (milhões de libras)	Receita da exportação de café (mil contos)	Saldo comercial (mil contos)	Saldo orçamentário (mil contos)
1869-70	6,0	77,0	28,8	— 46,7
1870-71	7,8	84,5	5,6	— 4,2
1871-72	7,2	71,6	40,4	0,1
1872-73	12,0	115,3	56,4	— 11,2
1873-74	11,9	110,2	36,9	— 18,8
1874-75	13,5	125,8	40,9	— 21,1
1875-76	13,4	118,3	11,4	— 26,1
1876-77	11,8	111,7	38,7	— 36,8
1877-78	11,3	110,4	22,8	— 42,3
1878-79	12,8	134,0	40,6	— 69,7
1879-80	11,2	126,3	48,7	— 29,7
1880-81	11,6	126,1	51,3	— 10,2
1881-82	9,6	104,8	27,6	— 9,0
1882-83	10,8	122,6	6,8	— 23,3
1883-84	11,7	130,1	14,5	— 21,7
1884-85	13,1	152,4	47,8	— 36,5
1885-86	9,7	124,8	— 2,5	— 26,7

Fonte: apêndice estatístico, no fim do artigo.

### 2.2.3.2 Política monetária

Um fator importante, excluído do gráfico 4, é o drástico aumento do estoque monetário entre 1868 e 1869. De 124,7 mil contos em 1868, elevou-se para 183,2 mil contos em 1869. No mesmo período, a taxa de câmbio caiu de 14,1 mil-réis para 12,8 mil-réis e continuou a decair até 1871. A razão do aumento do estoque monetário reside na Guerra da Tríplice Aliança. O Governo foi obrigado a realizar duas emissões, uma de 50 mil contos e a outra de 40 mil.<sup>44</sup> Em 1870, o Governo contraiu um empréstimo de três milhões de libras esterlinas com diversas finalidades: pagamento de empréstimos anteriores, de despesas da guerra e expansão da

<sup>44</sup> CALÓGERAS. op. cit. p. 157



Estrada de Ferro Dom Pedro II.<sup>45</sup> As finanças da guerra podem ser resumidas da seguinte maneira:

	<i>mil contos</i>
Empréstimo externo	49
Empréstimo interno	27
Emissões de moeda	102
Títulos	171
Total	<hr/> 349

Tendo as despesas totais da guerra somado 613,2 mil contos, admitimos que aproximadamente 265 mil foram financiados por impostos.<sup>46</sup>

Como indica o gráfico 4, o período se caracterizou pela estabilidade cambial e monetária. O estoque monetário se manteve em níveis constantes, em consequência da adoção de políticas monetárias cautelosas.<sup>47</sup> Possivelmente em decorrência de uma escassez de capital, em maio de 1875 foi promulgada uma lei autorizando o Tesouro a emitir cédulas até o valor de 25 mil contos.<sup>48</sup> Mas essa lei só foi aplicada uma vez, no ano do decreto, e as cédulas logo foram recolhidas. De 1875 a 1878, o Brasil atravessou um período de sérios problemas financeiros. Estes foram piorados pela seca do Nordeste, a abolição *de facto* da escravatura (pois o tráfico tinha sido abolido em 1850 e aqueles que nasceram depois de 1871 foram considerados cidadãos livres), e agudos problemas de mão-de-obra nas plantações de café de São Paulo, devido a falhas da legislação que poderia atrair trabalhadores estrangeiros. Muitos desses problemas se relacionavam, também, com a baixa “elasticidade do meio monetário”,<sup>49</sup> pois a Lei de 1875 tinha sido revogada em 1879. Ao mesmo tempo, os deficits governamentais subiram bruscamente, atingindo o ponto máximo do ciclo: 69,7 mil contos em 1878. Com vistas a mitigar a crise financeira, o Visconde de Rio Branco negociou um empréstimo interno de 51,2 mil contos em 1879. Em julho de 1885, foi promulgada uma lei semelhante à de 1875, porém seus resultados não se diferenciaram dos da última.

<sup>45</sup> VIANA. op. cit. p. 480.

<sup>46</sup> VIANA. op. cit. p. 480, acerca dos custos da guerra.

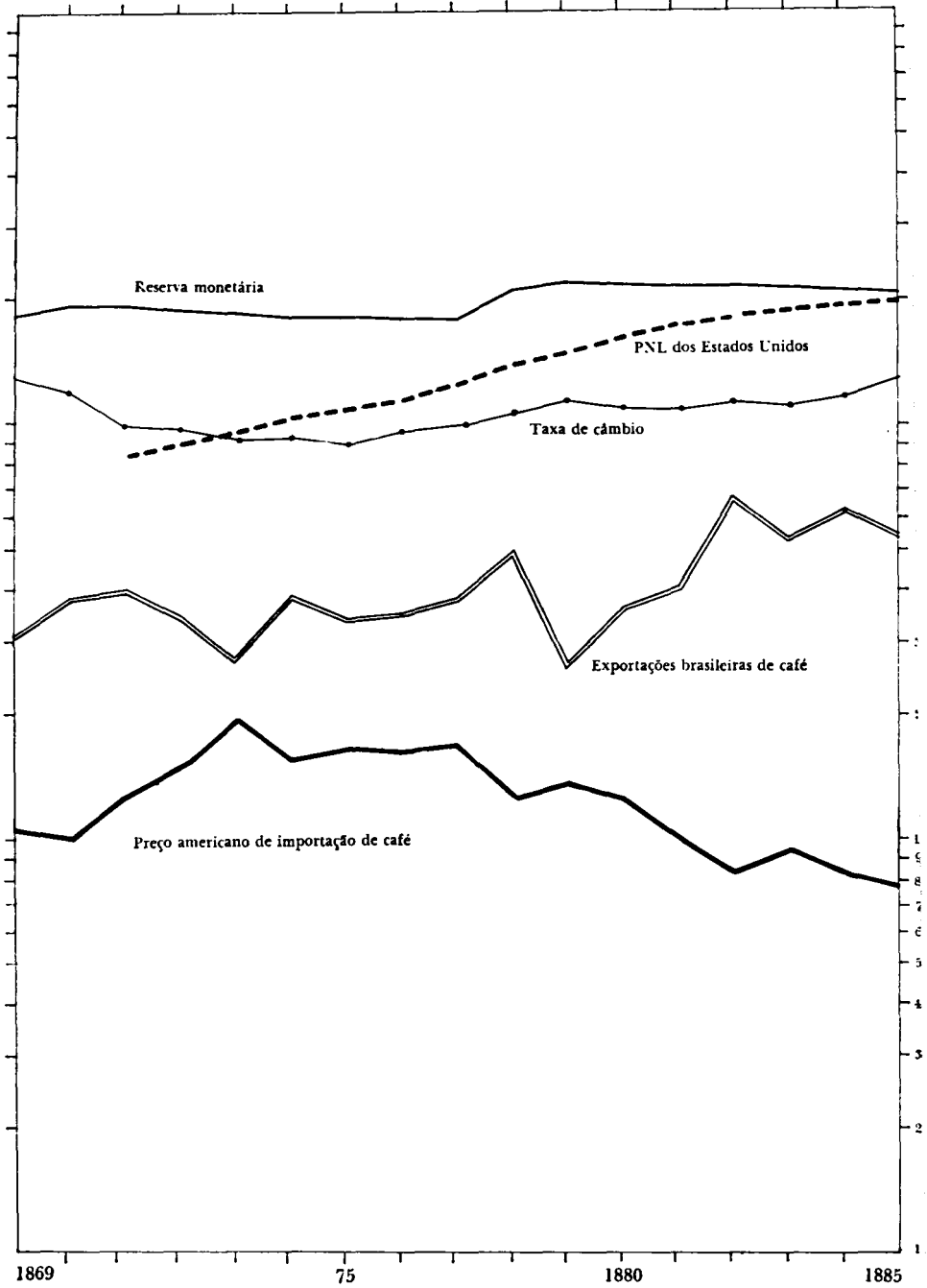
<sup>47</sup> É possível que essa estabilidade monetária prejudique o crescimento econômico. Talvez os aumentos gradativos da oferta monetária estivessem mais de acordo com as políticas de crescimento.

<sup>48</sup> CALÓGERAS. op. cit. p. 164.

<sup>49</sup> Id. *ibid.* p. 169.

GRÁFICO 4

Fatores do segundo ciclo dos preços de café — 1869-1885



### 2.2.3.3 Mudanças na estrutura de produção

Por algum tempo, vinha-se processando uma transformação no setor cafeeiro do Brasil — a transferência da produção do Estado do Rio de Janeiro para São Paulo. Uma série de fatores contribuiu para essa mudança. Primeiro, São Paulo oferecia condições ideais de clima e solo. Assim, os rendimentos paulistas eram três ou quatro vezes superiores aos do Vale do Paraíba, a faixa original de produção. Lógicamente, esses fatores só tinham importância a longo prazo. Em anos recentes, por exemplo, a produção se transferiu ao estado do Paraná. E tem variado esporadicamente de países ao longo da história do café. Mas os brasileiros daquele tempo acreditavam que o país estava predestinado a ser eternamente o fornecedor mundial de café. Fato semelhante ocorreu nos tempos coloniais com a indústria açucareira, porém o Brasil perdeu seu antigo monopólio da produção de açúcar. Mas a importância dessa predestinação não deve ser ignorada, já que constituiu um dos principais argumentos para a intervenção no mercado. Em segundo lugar, São Paulo oferecia as vantagens de crédito abundante depois de 1890. Em terceiro lugar, o sistema paulista de remuneração aos colonos propiciava elevados lucros à cultura de cereais. Em quarto lugar, a especialização da produção de café em grandes plantações constituía inovação na época. Em quinto lugar, São Paulo construiu um sistema ferroviário que, em 1890, já estava em funcionamento.<sup>50</sup> Essa mudança da produção do Rio para São Paulo tornou-se, eventualmente, um ponto-chave na intervenção estatal no mercado cafeeiro.

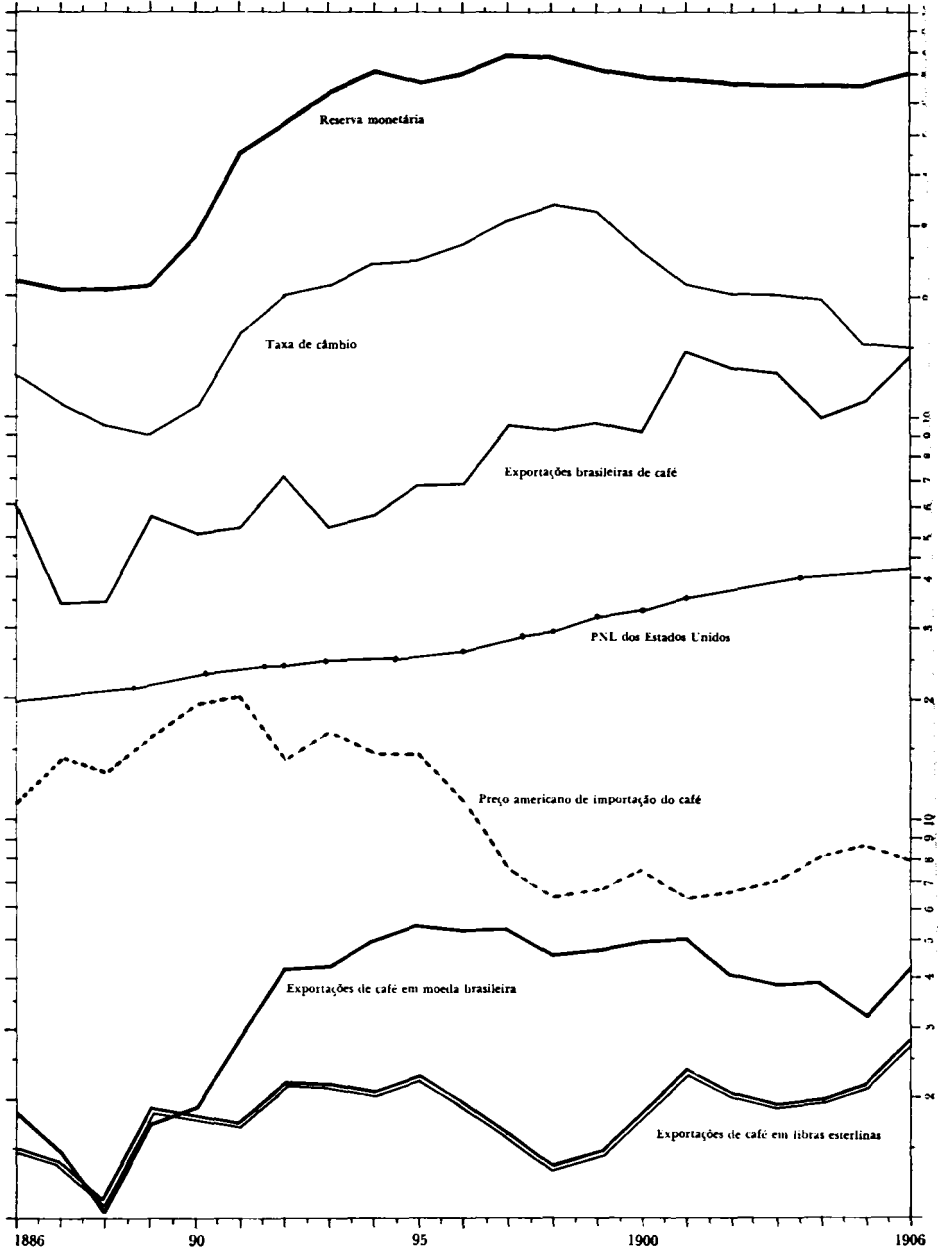
## 2.2.4 Terceiro ciclo, 1886-1906

### 2.2.4.1 Movimento de produção e preços

O gráfico 5 mostra que o ciclo não foi, propriamente, de 1886 a 1906, mas sim de 1886 a 1898. É, porém, conveniente concordar com Delfim Netto e considerar que o período inteiro se desenrolou entre 1886 e 1906, pois foi um dos mais importantes da história econômica do café brasileiro.

<sup>50</sup> SIMONSEN, op. cit. p. 31.

GRAFICO 5  
 Fatores do terceiro ciclo dos preços do café — 1886-1906



Os dados e políticas econômicas têm grande interesse implícito e permitem uma análise apurada das causas da primeira intervenção no mercado do café. É óbvio que os fatores econômicos internos do Brasil, depois de 1890, são talvez mais importantes que as oscilações de renda no exterior, para justificar o comportamento do movimento dos preços. O gráfico 5 mostra um fenômeno surpreendente. Apesar do demorado declínio dos preços do café depois da alta de 1891, as exportações brasileiras aumentaram substancialmente, embora de maneira inconstante. A queda dos preços do café não influenciou o mercado, como em ciclos anteriores, quando se restringira a produção. Sem dúvida, os movimentos de preços não são independentes da produção; por exemplo, os aumentos de produção abaixam a curva da oferta ocasionando quedas nos preços, quando a demanda permanece inalterada. Porém, a importância das políticas oficiais no Brasil não deve ser subestimada. A contínua desvalorização da taxa cambial compensou o declínio dos preços e manteve, ou talvez até aumentou, a rentabilidade do cultivo de café, atraindo e conservando os recursos brasileiros na ineficiente produção de café. Perto do fim do período, estabilizou-se o estoque de moeda e valorizou-se o câmbio, causando, provavelmente, sensível redução nos lucros da cultura do café. Conseqüentemente, as pesquisas sobre este período devem focalizar a essência da política oficial e as causas da intervenção de 1906 (Gráfico 5).

#### 2.2.42 Política oficial

*Políticas do fim do Império.* As políticas do fim do Império se caracterizaram pela cautela na manipulação do estoque da moeda. O gráfico 5 mostra que esta permaneceu relativamente estável até 1889, quando a República substituiu o Império. No princípio do período, em 24 de novembro de 1888, uma lei semelhante à de 1875 autorizou a emissão de moeda de acordo com o desenvolvimento metódico do país e a relativa escassez de cédulas do Tesouro.<sup>51</sup> A última política importante do Império foi a abolição da escravatura em 1888. A sua influência no desenvolvimento da cultura do café no Brasil foi decisiva. Ocasinou a transferência definitiva da produção do Rio de Janeiro para São Paulo, já que a última não dependia da mão-de-obra escrava e sim de imigrantes.

<sup>51</sup> CALÓGERAS. op. cit. p. 189-90.

O número de imigrantes para as plantações paulistas em um ano chegou a superar o total de escravos no Brasil.<sup>52</sup>

*Encilhamento do princípio da República.* A Proclamação da República caracterizou-se por uma euforia econômica sem precedentes na história do Brasil, difícil de reconstruir em toda a sua significação. Um político brasileiro resume o fenômeno da seguinte maneira:<sup>53</sup>

... "Começou o pulular de companhias, emprêsas e razões sociais de fins mais ou menos fantásticos. De 8 de julho de 1889 a 17 de agosto de 1890 fundaram-se no Rio bancos e companhias com o capital global de 1.148.000:000\$000 dos quais 800.000:000\$000 depois de 15 de novembro; só em 1891 constituíram-se 313 sociedades novas, com o capital nominal de 1.849.156:900\$000... O delírio chegara ao ponto de já não haver nomes a dar às novas emprêsas. Todos estavam tomados, e pagava-se por um título nôvo, ainda não empregado."

O capital das emprêsas em 1891 era de 1.849.156 contos e o estoque monetário atingia os 448 mil contos. Esses números são expressivos indicadores da euforia econômica que se seguiu à República. Em 1890, o capital das firmas estabelecidas durante os poucos meses da República elevava-se a 221 milhões de libras esterlinas. Numerosas emprêsas, tais como a Companhia Forjas e Estaleiros, alimentavam projetos grandiosos, abandonados quase imediatamente; Forjas e Estaleiros vendeu a sua propriedade, que passou por diversos donos e, eventualmente, depois de longos anos de penosos esforços, a Usina Queiroz Júnior, uma espécie de sucessora da Forjas e Estaleiros, converteu-se no primeiro produtor próspero de ferro no Brasil.<sup>54</sup> De modo geral, porém, as companhias fundadas nesse período estabeleceram metas totalmente inviáveis.

Essa mania de criar sociedades anônimas exigiu mudanças drásticas na política imperial de oferta monetária estável. De fato, adotou-se uma série de medidas monetárias que aumentaram a inflação da década de 1890. Primeiro, em 31 de janeiro de 1890, autorizou-se o estabelecimento

<sup>52</sup> DELFIM NETTO. op. cit. p. 22.

<sup>53</sup> CALÓGERAS. op. cit. p. 228. É possível interpretar os dados monetários com a ajuda de um exemplo. Consideremos 1:000\$000. Os três últimos números correspondem aos réis, o "\$" equivale a mil-réis, o ":" separa os mil-réis do conto. Assim, 1:000\$000 é 1 conto (ou mil mil-réis). Ver também VIANA. *O Encilhamento*. 8.ª parte.

<sup>54</sup> Ver o meu artigo O desenvolvimento da indústria do aço no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, abr./jun., 1970.

de quatro bancos, com privilégios de emissão de 200 mil contos. Segundo, com o suposto propósito de aliviar a “tensão” do mercado monetário, Rui Barbosa permitiu um aumento de 25 mil contos nas emissões do Banco dos Estados Unidos do Brasil. O privilégio foi renovado em agosto desse ano. Terceiro, em 25 de setembro, os bancos estabelecidos em janeiro foram autorizados a emitir cédulas até o máximo do dobro de suas reservas de ouro. Quarto, em 7 de dezembro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil fundiu-se ao Banco Nacional para formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Quinto, em 7 de dezembro, o Barão de Lucena autorizou um aumento de até 600 mil contos nas emissões bancárias, o que significou um acréscimo substancial, já que o teto anterior era de aproximadamente 420 mil contos.<sup>55</sup> O gráfico 5 mostra o pronunciado aumento do estoque de moeda de 1890 a 1894, acompanhado por uma substancial desvalorização do câmbio. Na realidade, a taxa de crescimento do estoque de moeda e o preço em mil-réis da libra esterlina são aproximadamente iguais. Uma elevação tão violenta do estoque de moeda deve ter sido acompanhada de aumento substancial dos preços e numerosas distorções das atividades econômicas. Uma explicação para a *performance* relativamente fraca do desenvolvimento do Brasil no século XIX foi o padrão apresentado pela política monetária: estabilização, seguida de contração, seguida de expansão. Através de variações dos preços relativos provocadas pela desvalorização do câmbio, a política monetária alterava artificialmente as rentabilidades relativas da economia, distribuindo os recursos de forma inadequada.

A primeira contra-reforma contrária ao encilhamento foi implantada pelo Ministro da Fazenda Bernardino de Campos, durante o governo do Presidente Prudente de Moraes. Campos tomou duas medidas. A primeira foi a Lei n.º 427, de 9 de dezembro de 1896, ordenando a substituição das cédulas bancárias por cédulas do Tesouro. A segunda foi a negociação do primeiro empréstimo para o estabelecimento de um fundo com vistas à estabilização do câmbio.<sup>56</sup> Na opinião de muitos brasileiros, porém, a reforma de Campos era insuficiente, e tornavam-se indispensáveis medidas mais drásticas.

*Conseqüências econômicas do Ministro Murinho.* Um dos acontecimentos mais importantes da história econômica do princípio da República

<sup>55</sup> Ver VIANA. op. cit. p. 614.

<sup>56</sup> VIANA. op. cit. p. 656.

foi a nomeação de Joaquim Murtinho para Ministro da Fazenda, pelo Presidente Campos Salles. A análise, medidas e conseqüências econômicas da administração do Ministro Murtinho são fundamentais para a compreensão da crise do setor cafeeiro durante esse período e para o estudo dos acontecimentos que provocaram a intervenção no mercado do café. Os paralelos históricos são, geralmente, inválidos. A comparação, inclusive, de diferentes épocas de um mesmo país é especulação inútil devido às diferenças das relações econômicas e outros fatores políticos e sociais. Existe, porém, *alguma* semelhança entre a inflação e a industrialização deturpada, seguida de drástico programa de estabilização, do princípio da República, e a experiência do Brasil de 1957 a 1970. As semelhanças, porém, *não* vão além disso. Análises e políticas foram sensivelmente *diferentes*.

1. Análise do Ministro Murtinho. O Ministro da Fazenda considerou um problema econômico *geral* que consistia em uma crise financeira e econômica. A crise financeira decorreu do excesso de emissões em relação às exigências monetárias da época. A crise econômica decorreu do excesso da produção de café, ocasionado pela distorção dos preços internacionais como resultado da desvalorização cambial. O mecanismo da interação desses dois problemas foi o seguinte: as emissões provocaram a inflação e a desvalorização da moeda. O excesso de produção de café decorreu do aumento dos preços internos resultante da desvalorização cambial. A queda dos preços do café redundou na deterioração das relações de troca e, conseqüentemente, num impacto negativo na renda nacional.<sup>57</sup>

Baseado nessa análise, Murtinho considerou quatro importantes problemas de política econômica. Primeiro, o problema da existência de produtores ineficientes no mercado cafeeiro:<sup>58</sup>

“Assim, Sr. Presidente (Campos Salles), a produção das indústrias artificiais não representa um resultado econômico; os seus lucros exprimem apenas impostos sobre as outras produções; os capitais nelas empregados não são fatores, mas antes agentes parasitários da riqueza pública...

<sup>57</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Introdução ao Relatório do Ministro Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899. p. V. Note-se que esta não é uma exposição ao pé da letra da análise de Murtinho, mas o seu teor indica que ele estava ciente desse mecanismo. Ver também VIEIRA SOUTO. *O último relatório da Fazenda*. Rio, 1902. Ver um relato da época, GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Salles, política e finanças*. Rio, Laemmert, 1902.

<sup>58</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit. p. XV.



A lavoura do café deve ser considerada em relação ao consumo atual como composta de duas partes, uma constituída pela cultura em terrenos e climas superiores por agricultores inteligentes e em boas condições econômicas, outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores por agricultores rotineiros e em más condições econômicas.”

Assim, o problema a ser enfrentado pela política econômica nacional era a solução à existência desses produtores ineficientes.

Segundo, a proteção tarifária e emissões de dinheiro tiveram como resultado um setor industrial interno artificial. Segundo Murtinho: <sup>59</sup>

“Estudado o mecanismo pelo qual as emissões desvalorizaram a nossa circulação, não é difícil compreender-se como, por um mecanismo semelhante, desvalorizaram a nossa produção.

A pseudo-abundância de capitais por elas produzida promoveu a criação de um sem-número de indústrias e desenvolveu de modo extraordinário a atividade agrícola.

Como todo desenvolvimento precipitado, êle se fez sem ordem, sem calma necessária ao estudo, sem estudo indispensável e previsão.

Daí o estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola para produção exagerada do café, os dois fatores da desvalorização da nossa produção...

O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação ao dos que nos vêm do exterior, eleva, por meio de taxas ultraprotecionistas nas tarifas de alfândega, o preço dos produtos estrangeiros, criando, assim, um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior.

Todo consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que êle paga pelos objetos nesse regime e o que pagaria em um regime livre representa um impôsto que lhe é arrancado para manutenção daquelas indústrias.”

O problema a ser resolvido pela política econômica nacional era a industrialização na base de produtores nacionais eficientes.

Terceiro, o encilhamento deturpara sensivelmente as finanças do Governo e a única medida capaz de restabelecer a ordem na economia

<sup>59</sup> Ibid. p. XIV.

era uma reforma fiscal radical. O problema fundamental da política nacional residia no impacto inflacionário dos volumosos deficits anuais financiados, em muitos casos, com empréstimos externos.<sup>60</sup>

Quarto, as emissões desproporcionadas às necessidades das atividades econômicas exigiam uma reestruturação do mercado financeiro do país. Foi, talvez, neste ponto, que a análise de Murinho foi menos precisa. Sua tentativa de encontrar o estoque de moeda ideal não passaria o teste da moderna teoria monetária. Sua teoria, uma análise simplista do padrão-ouro, foi condensada em uma simples equação:

$$\frac{\text{exportações de ouro}}{\text{reserva monetária interna}} = 1/\text{taxa de câmbio.}^{61}$$

O que Murinho realmente pretendia era uma relação constante estoque de moeda/metals, da qual dependesse a taxa de câmbio. Embora considerasse vagamente uma relação entre o dinheiro e o nível das atividades econômicas, Murinho era um ardente “metalista”. Existe uma relação entre a renda nacional e o estoque de moeda, e os aumentos anuais da oferta monetária possivelmente constituiriam a política econômica ideal. Logo, associar o estoque de moeda à exploração de um metal não constituiu uma análise adequada, mas sim um caso de erro monetário e um sério obstáculo ao crescimento econômico. Sob vários aspectos, Murinho foi tão-só um mercantilista confuso.

O ponto no qual Murinho difere sensivelmente dos outros políticos do Brasil é na importância que êle atribui à distinção entre os efeitos a curto e longo prazo da política econômica geral. Tinha uma perfeita consciência de que, a curto prazo, um programa de estabilização como o que êle considerava implicaria o sacrifício de sua popularidade. Mas não estava disposto a permitir que as conveniências políticas obscurecessem os fatores verdadeiramente econômicos — do seu ponto de vista discutível — no assunto da reforma econômica. Na sua exposição do programa de reforma, conclui:<sup>62</sup>

“Para combater essas causas e destruir os seus efeitos perniciosos, dois são os caminhos a seguir: o caminho estreito e tortuoso da política de

<sup>60</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit. p. XXXVII e XXXVIII.

<sup>61</sup> Ibid. p. XXX. Taxa de câmbio é o preço em mil-réis da libra esterlina.

<sup>62</sup> Ibid. p. XLII-XLIX. Ver umas rápidas notas bibliográficas sobre Murinho em PINTO DO CARMO, J. A. *Ministros da Fazenda 1822-1930*. Rio, Ministério da Fazenda, 1944. p. 397-401.

expedientes e a estrada reta e larga da política de princípios que acabo de vos apresentar.

O primeiro é fácil de percorrer; os benefícios que nêles encontramos são de efeitos imediatos, embora transitórios: empréstimos à lavoura, a alta artificial do câmbio à custa do Tesouro, a propaganda em favor do consumo do café por agentes oficiais, o comércio dêsse produto realizado diretamente pelo próprio Governo e outras fórmulas sedutoras arrancam aplausos calorosos de muitos daqueles que, sentindo mais diretamente os efeitos terríveis da crise, pensam e raciocinam sob a forte pressão de seus próprios males.

A estrada da política de princípios é áspera e rude; os resultados longínquos mais seguros que ela nos oferece só podem ser percebidos por aquêles que têm a calma, a clarividência e a serenidade de espírito no estudo destas questões.

A política de expedientes é a política da máscara, com que se procura ocultar ao país os seus próprios males; é a política do narcótico, que insensibiliza a nação para as suas próprias dores, tirando-lhe a consciência da necessidade de uma reação enérgica e viril contra os agentes que ameaçam destruí-la.

A outra é a política da franqueza e a lealdade, que não esconde as verdades duras e amargas que o país precisa conhecer; a política que, tendo fé na vitalidade da República, não tem receio de provocar de sua parte um movimento enérgico de reação salutar.”

Essas idéias são possivelmente únicas na história econômica do Brasil. É evidente em Murtinho uma clara consciência de que a constante má distribuição de recursos conduz, eventualmente, a uma crise sem solução e, provavelmente, ao governo autoritário e ao subdesenvolvimento. Tais políticas demagógicas, de prestígio a curto prazo, foram muito comuns no passado econômico do Brasil. Sem dúvida, correspondiam ao espírito da época; gozavam do favor dos não-economistas e do público. Mas os problemas econômicos exigem uma solução *econômica*, não *política*. E uma constante má distribuição de recursos no decorrer de breves períodos sucessivos é incapaz de promover a eficiência econômica dinâmica que, no fim das contas, constitui a alocação ideal de recursos a longo prazo. Porém, o ponto fraco de Murtinho foi a sua teoria de moeda e câmbio.

2. Medidas econômicas do Ministro Murtinho. O programa econômico de Murtinho se concentrou na solução de três distorções provocadas

pelo encilhamento na economia brasileira.<sup>63</sup> Primeiro, foram providenciadas medidas para corrigir a produção excessiva no mercado de café, provavelmente assunto de uma certa urgência naquela época. A solução de Murtinho se baseou no darwinismo econômico:<sup>64</sup>

“Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o Governo deixou que a produção do café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando elas nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta.”

Logo, a política cafeeira era, simplesmente, a ausência de política. Permitir-se-ia que o mercado continuasse a agir livremente; a baixa dos preços internacionais, resultante de taxas cambiais estáveis, eliminaria os produtores ineficientes do mercado. Os preços, então, oscilariam de acôrdo com as condições do mercado. O Presidente Campos Salles também obteve a redução dos impostos de importação de café na Inglaterra e França, assinando acordos comerciais e adotando medidas para incentivar as exportações a êsses países. Além do mais, instituiu-se, em dezembro de 1901, em São Paulo, um impôsto de 2 contos incidindo sôbre as fazendas que possuíssem novas plantações de café.<sup>65</sup> Naturalmente, essas medidas revoltaram ou, ao menos, provocaram a organização dos produtores em um foco de pressões. Afinal de contas, os interesses constituídos influenciam o curso dos acontecimentos ao interagir com as idéias.

Segundo, adotaram-se medidas para controlar a desvalorização cambial. Os dois instrumentos que serviram para êsse fim foram o “impôsto sôbre o ouro” e o empréstimo *fundimg*. O primeiro era, na realidade, uma forma de contrôle do câmbio: 10% do valor dos impostos de importação a serem pagos, em espécie, a partir de 1899, com um acréscimo de 5% em 1900 e anos seguintes, até atingir a estabilização do câmbio. A arrecadação do impôsto seria destinada ao pagamento da dívida externa que, em sua maior parte, resultara dos deficits passados do Governo.<sup>66</sup> A intenção de Murtinho era acabar com as compras esporádicas do Tesouro no

<sup>63</sup> MURTINHO, Joaquim. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Fazenda Joaquim Murtinho, no ano de 1900*. Rio, Imprensa Nacional, 1900. p. 3-4.

<sup>64</sup> *Ibid.* p. IV.

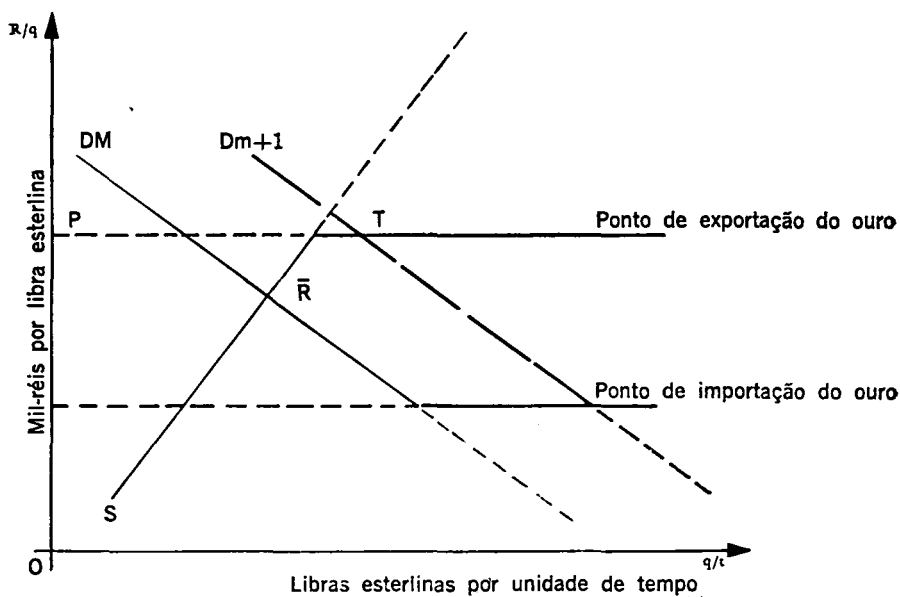
<sup>65</sup> ANDRADE, Theofilo de. O convênio de 1941. *Revista do Departamento Nacional do Café*, abr. 1941. p. 276.

<sup>66</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. *op. cit.* p. XXXVIII, XXXIX e XL, e CALÓGERAS. *op. cit.* p. 330.

decorrer do ano que, no passado, introduziram a confusão no mercado do câmbio, e também evitar as emissões de moeda para a aquisição de câmbio.

O contrato do empréstimo *funding* foi assinado, em Londres em 15 de junho de 1898, entre o Governo do Brasil e a N. M. Rothschild & Sons. O acôrdo estipulava que o Governo do Brasil emitiria obrigações (obrigações de 5% dos Estados Unidos do Brasil) até o máximo de dez milhões de libras esterlinas, garantidas pela Rothschild sob penhor das taxas alfandegárias do Brasil. O pagamento do principal e juros das dívidas brasileiras externas foi suspenso por um prazo de 13 anos. A casa de Rothschild emitiria, periódicamente, as obrigações *funding* aos portadores de cupons. Os títulos seriam recolhidos no decorrer de um período de 63 anos. O Brasil depositaria, periódicamente, determinadas quantias num fundo de amortização, que seria utilizado para o recolhimento dos títulos. Em resumo, o que o Brasil fez foi consolidar os juros de vários empréstimos externos em um fundo e incumbir a Rothschild o pagamento desses juros. O mecanismo do pagamento era o seguinte: <sup>67</sup>

Diagrama I  
Exportação de capital no regime do padrão-ouro  
Libras esterlinas por unidade de tempo



<sup>67</sup> LEGISLAÇÃO sobre papel-moeda. Rio, Imprensa Nacional, 1923. p. 117-8.

“No dia 1.º de janeiro de 1899 e subsequente, e *pari passu* com a emissão de Obrigações “Funding”, o Govêrno depositará no Rio de Janeiro, em custódia com o London and River Plate Bank, Limited, o London and Brazilian Bank, Limited, e o Brazilianische Bank fur Deutschland, o equivalente a êsses títulos em papel-moeda corrente, ao câmbio de 18 d.; e o papel-moeda equivalente às obrigações emitidas de 1.º de julho a 31 de dezembro de 1898 será depositado da mesma forma durante um periodo de três anos a partir de 1.º de janeiro de 1899.

O papel-moeda depositado será recolhido e destruído ou, se e quando o câmbio fôr favorável, será aplicado na compra de Letras sôbre Londres em nome dos Srs. N. M. Rothschild & Sons, para serem creditados num Fundo para o futuro pagamento, em ouro, dos juros dos empréstimos e das Garantias Ferroviárias.”

A análise do empréstimo *funding* é semelhante a uma exportação de capital de acôrdo com o padrão-ouro. O diagrama 1 mostra a determinação da taxa de câmbio pelo padrão-ouro. É a demanda e a oferta de divisas o que determina a taxa, e não a simples equação idealizada por Murtinho. Admitamos que o mil-réis fôsse exprimido em têrmos de um dado teor de ouro. Num mercado de câmbio livre, a taxa de câmbio seria determinada em  $\bar{R}$ , no ponto em que a demanda de moeda estrangeira (decorrente da demanda de importações) se cruza com a oferta de moeda estrangeira (decorrente da demanda de moeda brasileira no exterior). No ponto de importação de ouro, a demanda de moeda estrangeira se torna perfeitamente elástica. De forma semelhante, no ponto de exportação de ouro, a oferta de moeda estrangeira se torna perfeitamente elástica. Assim, a taxa de câmbio poderá oscilar entre os pontos de importação e exportação de ouro. Suponhamos agora que existe uma saída de capital, neste caso, a criação do fundo em Londres. A demanda de câmbio evolui para cima e à direita,  $D_M + I$ , que é paralela a  $D_M$ . A taxa de câmbio é, agora,  $OP$ , determinada pelo cruzamento de  $D_M + I$  com  $S$ , que é perfeitamente elástico no ponto de exportação de ouro. Nesse ponto, os exportadores de ouro convertem o produto da venda de moeda estrangeira em ouro. O dinheiro é, portanto, retirado da circulação. Isso equivale à queima de papel, estipulada no contrato do empréstimo *funding*. Há uma contração da receita monetária, que provoca uma queda da curva da demanda e uma elevação da curva de oferta. Se a variação inicial não fôr suficiente, uma segunda contração da receita monetária provocaria mais variações das curvas até a taxa de câmbio retornar a um

nível inferior ao ponto de exportação de ouro. O que é importante é a deflação exigida por êsse mecanismo, pois é capaz de estabelecer um conflito com as políticas de estabilização econômica. E tal aconteceu durante a administração de Murinho, pois o empréstimo *funding* foi negociado em um período de aguda crise econômica. A balança comercial, em moeda nacional, aumentou de aproximadamente 50 mil contos para 412 mil contos em 1901, principalmente devido à queda das importações, de 792 mil contos em 1898 para 448 mil contos em 1901. A exportação de capital exigia, precisamente, um superavit comercial, que foi conseguido graças à redução das importações. A deflação decorrente do programa de Murinho foi, indiscutivelmente, substancial. Considerando-se a seriedade da crise econômica, foi surpreendente que Campos Salles e Murinho se hajam mantido no Governo. Porém, as críticas contemporâneas generalizadas revelam as conseqüências econômicas e sociais das políticas deflacionárias em períodos de contração comercial.

A terceira medida foi o contrôlo da inflação. O empréstimo *funding* previa parcialmente essa correção na cláusula de incineração da moeda.<sup>68</sup> Uma segunda diretriz deflacionária foi a abolição dos privilégios de emissão concedidos ao Banco do Brasil e outros bancos comerciais. A terceira medida visando a correção da inflação foi a reforma fiscal, que apresentou dois aspectos. O saldo orçamentário era planejado por meio de uma redução drástica das despesas do Governo. Como as receitas governamentais tivessem decaído em decorrência do declínio do comércio exterior (pois a principal fonte de recursos governamentais era a arrecadação dos impostos de importação), Murinho instituiu um impôsto de consumo.<sup>69</sup> E, finalmente, Murinho esperava que o influxo de capital estrangeiro viesse financiar a industrialização do Brasil: "Ao Governo cabe, firmando o nosso crédito e valorizando a nossa moeda, provocar a entrada de novos capitais, que venham do exterior desenvolver nossas riquezas. . ." <sup>70</sup>

3. Resultados do Programa de Estabilização. Um resultado imediato da reforma de Murinho foi o pânico bancário de 1900. Uma série de instituições financeiras abriu falência no Rio e o próprio Banco do Brasil viu-se seriamente ameaçado.<sup>71</sup> Num dado momento, a pressão tornou-se tão forte que o Banco do Brasil foi obrigado a suspender temporariamente

<sup>68</sup> MURINHO. op. cit. p. V.

<sup>69</sup> Ibid. p. V.

<sup>70</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. op. cit. p. XLIV.

<sup>71</sup> CALÓGERAS. op. cit. p. 346; SIMONSEN. op. cit. p. 30. Umhas 17 instituições de crédito foram à falência.

os pagamentos. Outros bancos aderiram ao pânico geral e desencadeou-se uma crise financeira em setembro de 1900. O parlamento, então, aprovou uma legislação de apoio ao Banco do Brasil, onde se depositou um milhão de libras esterlinas para impedir que fôsse à falência. As demais instituições bancárias do Rio que tinham suspenso os pagamentos também se beneficiaram com a legislação de outubro de 1900, e a crise foi finalmente controlada.<sup>72</sup>

O gráfico 5 mostra o impressionante sucesso obtido por Murtinho na concretização das metas de sua reforma. O estoque de moeda foi estabilizado depois de 1889, e o preço em mil-réis da libra esterlina baixou sensivelmente. Entretanto, não se pode afirmar que a política de Murtinho tenha sido ideal para o Brasil naquela época. É verdade que as informações sobre esse período são escassas e uma análise profunda demandaria dados detalhados sobre o movimento da renda real, produção, preços etc. As políticas tais como a adotada pela administração de Murtinho devem ser julgadas em termos, também, das contrações dos negócios, e esse tipo de informações infelizmente não se encontra disponível. É provável que nunca se obtenham. Mas o gráfico 5 confirma o comportamento irregular do estoque de moeda do Brasil: uma reta, seguida de violento aumento, e nova reta. Naquela época, o estoque de moeda era controlado pela política oficial e é improvável que esses movimentos repentinos e contínuos tenham contribuído para o crescimento econômico a longo prazo. Foi, porém, um erro cometido por diversas administrações, inclusive a de Murtinho. A consequência mais importante do programa de estabilização de Murtinho, para os efeitos do presente estudo, torna-se evidente na apreciação do gráfico 5. O sensível declínio do preço internacional de café, que sobreveio depois de 1895, foi acompanhado, até 1898, por uma desvalorização cambial relativamente acentuada, embora insuficiente. Porém, depois de 1898 não houve mais compensações; pelo contrário, o câmbio se valorizou mais rapidamente do que o preço do café. Depois de 1901, quando se registrou uma elevação no preço do café, uma segunda alta cambial anulou essa recuperação. O impacto do objetivo de Murtinho de eliminar os produtores do mercado começou a sentir-se pronunciadamente. Os produtores eficientes sofreram sensíveis prejuízos e os ineficientes quase entraram em falência. O resultado do programa de estabilização foi a formação de um movimento nacional em favor da intervenção no mercado cafeeiro. A política de Murtinho acabou derrotando a sua convicção mais forte: um mercado livre de café.

<sup>72</sup> CALÓGERAS. *op. cit.* p. 350.



### 2.2.4.3 Conseqüências econômicas do Ministro Leopoldo Bulhões

1. Análise econômica do Ministro Bulhões. De forma incomum na evolução política do Brasil, as diretrizes econômicas de Murtinho foram mantidas pelo seu sucessor, Leopoldo de Bulhões, designado Ministro da Fazenda pelo Presidente Rodrigues Alves. A análise da crise brasileira realizada por Bulhões foi semelhante à de Murtinho. No final das contas, tinha sido o Presidente Rodrigues Alves quem patrocinara essas políticas na década anterior. Segundo Bulhões, as emissões da época do encilhamento provocaram substancial inflação. Esta redundara em má distribuição de recursos, devido a distorções dos preços e lucros relativos. Além do mais, o período inflacionário da última década do século XIX abalara a confiança necessária aos investimentos dos capitais privados e internos. A única alternativa a ser seguida pelo Brasil era a redução das emissões de papel-moeda.<sup>73</sup> Bulhões acreditava firmemente no sucesso do programa de Murtinho:<sup>74</sup>

“Se as condições gerais do país são boas, se as circunstâncias econômico-financeiras são animadoras, a conclusão a tirar é que, apesar da insuficiência dos elementos do balanço, a depreciação do papel-moeda, cuja prova e medida estão na taxa cambial, só pode ser atribuída ao excesso do meio circulante, que embaraça a importação de capitais estrangeiros em maior escala e a fixação da moeda metálica na circulação.”

A sustentação da taxa de câmbio favoreceu o desenvolvimento de um setor industrial interno e de um eficiente setor de exportação. A deliberada desvalorização cambial, visando fortalecer o setor de exportação, elevou sensivelmente os custos das necessidades de capital do incipiente setor industrial. Muitos brasileiros daquele tempo não acreditavam que a redistribuição de recursos no setor cafeeiro conduziria ao progresso econômico.

2. Medidas do Ministro Bulhões. O programa econômico de Bulhões foi semelhante ao de Murtinho. Em primeiro lugar, manteve-se a taxa do ouro na esperança de uma estabilização do mercado cambial. Segundo, o estoque de moeda foi estabilizado. Terceiro, negociou-se uma série de empréstimos no exterior para dar continuidade ao progresso que o país atingira graças ao clima de segurança decorrente da estabilização. O sonho

<sup>73</sup> BULHÕES. op. cit. p. 37-8. A biografia desse ministro se encontra em BULHÕES Augusto de. *Leopoldo de Bulhões*. Rio, Ed. Financeiras, s.d.

<sup>74</sup> Ibid. p. 59.

de Rodrigues Alves era consolidar a administração de Campos Salles e promover um novo surto de progresso.<sup>75</sup> Em terceiro lugar, aboliu-se o Banco da República e estabeleceu-se um novo Banco do Brasil. O gráfico 5 e a tabela 4 indicam que as políticas atingiram suas metas: a estabilização do estoque monetário, valorização do câmbio, diminuição dos deficits orçamentários e redução da rentabilidade do cultivo do café, com vistas a eliminar os maus produtores dessa atividade.

TABELA 4

Brasil, receitas das exportações de café, saldo comercial e saldo orçamentário, 1889-1906

(em mil contos e milhões de libras esterlinas)

Ano	Receita das exportações de café (milhões de libras)	Receita das exportações de café (mil contos)	Saldo comercial (mil contos)	Saldo orçamentário (mil contos)
1889	18,9	172,3	31,3	— 25,3
1890	17,9	189,9	25,1	— 25,4
1891	17,6	284,2	25,4	8,4
1892	22,0	441,4	91,2	— 51,7
1893	21,7	452,3	120,7	— 40,8
1894	20,9	499,6	80,1	— 107,7
1895	22,4	543,3	81,9	— 37,0
1896	19,7	524,3	12,1	— 22,7
1897	16,5	525,7	92,1	— 75,9
1898	13,8	465,7	49,9	— 344,1
1899	14,5	470,9	97,1	25,5
1900	18,9	484,3	301,4	— 125,6
1901	23,9	509,6	412,5	— 30,0
1902	20,3	409,8	264,8	46,1
1903	19,1	384,3	256,1	52,2
1904	19,9	391,6	263,8	— 20,7
1905	21,4	324,7	230,5	26,2
1906	27,6	418,4	300,4	8,3

Fonte: apêndice estatístico, no fim do artigo.

#### 2.2.4.4 A iniciativa de intervenção no Mercado

A tabela 4 e o gráfico 6 descrevem as condições do mercado que provocaram a intervenção de 1906. Na década de 1890, registrou-se uma baixa

<sup>75</sup> BULHÕES. op. cit. p. 34; VIANA. op. cit. p. 706, 765.

nos preços do café que não foi sentida no Brasil devido à desvalorização cambial e às políticas inflacionárias do princípio da República. A queda dos preços externos foi compensada pela elevação dos preços internos até 1894. A manutenção da rentabilidade interna do cultivo do café durante o período do encilhamento teve o efeito retardado de aumentar a produção brasileira nos anos posteriores. Porém, o mecanismo de proteção do setor cafeeiro através da desvalorização cambial tinha parado de funcionar. Depois de 1896, as reservas mundiais de café, medidas aproximadamente, pela "oferta visível", aumentaram sensivelmente. E, finalmente, a floração do café em 1906, o primeiro indício do rendimento de uma safra, fêz prever abundante colheita para aquele ano. Eventualmente, os resultados ultrapassaram de muito as expectativas. A cultura do café se viu ameaçada de colapso total. A partir da segunda metade da década de 1890, começou-se a discutir no Brasil as vantagens de uma intervenção no mercado do café. Os argumentos mais generalizados eram os seguintes:

1. A precária situação financeira do setor cafeeiro e, conseqüentemente, do Brasil. Esse argumento assumia diversas formas. Primeiro, parte da explicação dos deficits da balança comercial no fim do século fôra a queda dos preços do café. Se se conseguisse sustentar um preço mínimo, esse problema seria atenuado.<sup>76</sup> Outro aspecto do argumento afirmava que a desvalorização cambial fôra provocada pelo declínio dos preços do café no exterior. Segundo, a queda dos preços do café tivera sensíveis repercussões no interior, principalmente depois de 1895.<sup>77</sup> Terceiro, a alta do câmbio diminuía os lucros da cultura do café, mas a inflação elevava excessivamente os salários. A rentabilidade da cultura do café atingira níveis tão baixos que poderia assumir proporções de crise irreparável. Quarto, as condições financeiras dos estados produtores de café eram críticas.<sup>78</sup> Quinto, no princípio do século XIX, os preços internacionais caíram aos reduzidos níveis da depressão de 1882-1885.<sup>79</sup> Sexto, o café tornara-se tão importante à agricultura do Brasil, base de sua economia, que um colapso da indústria cafeeira traria conseqüências desastrosas à nação:<sup>80</sup>

<sup>76</sup> LACERDA, Joaquim Franco de. O preço do café. *Documentos parlamentares, política econômica: valorização do café*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1915. v. 1. p. 34-5 sessão de 14 de junho de 1899; e os dados acêrca do intercâmbio comercial, fornecidos por Lacerda.

<sup>77</sup> LINS, Alcides. As origens do Convênio de Taubaté. *Revista do Departamento Nacional do Café*, out. 1934.

<sup>78</sup> Mensagem presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo Presidente do estado de São Paulo, Sr. Bernardino Campos (1905). In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa do café no Brasil: coletânea de documentos oficiais*. v. 2. p. 32; e LACERDA, Joaquim Franco de. *Finanças do Brasil*. op. cit. p. 17.

<sup>79</sup> DELFIM NETTO. op. cit. p. 49.

<sup>80</sup> LACERDA. op. cit. p. 17.

“Lembremos ainda que a alta do câmbio, sem a valorização dos preços do café nos mercados consumidores, viria trazer maiores dificuldades aos estados cafeeiros, pois que a baixa dos preços pagos em nossa moeda completaria a ruína financeira dos estados, dos agricultores e de tôdas as outras classes, que têm seus interêsses ligados à lavoura, que é a base da riqueza pública.”

2. A acumulação de estoques ameaça o café brasileiro de colapso definitivo. A partir de 1896, a produção aumentou mais rapidamente que o consumo e acumularam-se volumosos estoques.<sup>81</sup> O pronunciado aumento desses estoques constituía ameaça para a cultura do café no Brasil. Além do mais, os brasileiros se ressentiam da especulação no mercado a termo:<sup>82</sup>

“Os especuladores costumam agir, segundo as circunstâncias de momento ou de um futuro próximo, tirando vantagens das altas e baixas que provocam. Quando as safras são grandes, fazem pressão para a baixa, abandonando os estoques disponíveis e vendendo a descoberto, a prazo, para entregas futuras, causando, assim, prejuízos aos produtores na redução do valor de seus produtos, além de um limite razoável.

Se a safra é pequena, êles compram todos os estoques disponíveis e manipulam os mercados com as compras a prazo, que são liquidadas por diferenças. Neste caso, são os consumidores que pagam caro, tornando assim difícil a marcha regular do consumo e dando lugar a falsificações com as misturas de sucedâneos diversos. De onde concluímos que os especuladores são sempre prejudiciais.”

3. Rigidez dos preços varejistas. O gráfico 6 mostra que os preços a varejo permaneceram estáveis apesar da substancial baixa dos preços de importação. Os brasileiros tinham esperanças de recuperar parte dos lucros dos comerciantes a varejo através de uma intervenção no mercado.<sup>83</sup>

4. Os brasileiros daquele tempo estavam cientes de que o país tinha o monopólio da produção de café. No começo do século XX, aproximadamente 75% da produção mundial concentravam-se no Brasil.<sup>84</sup>

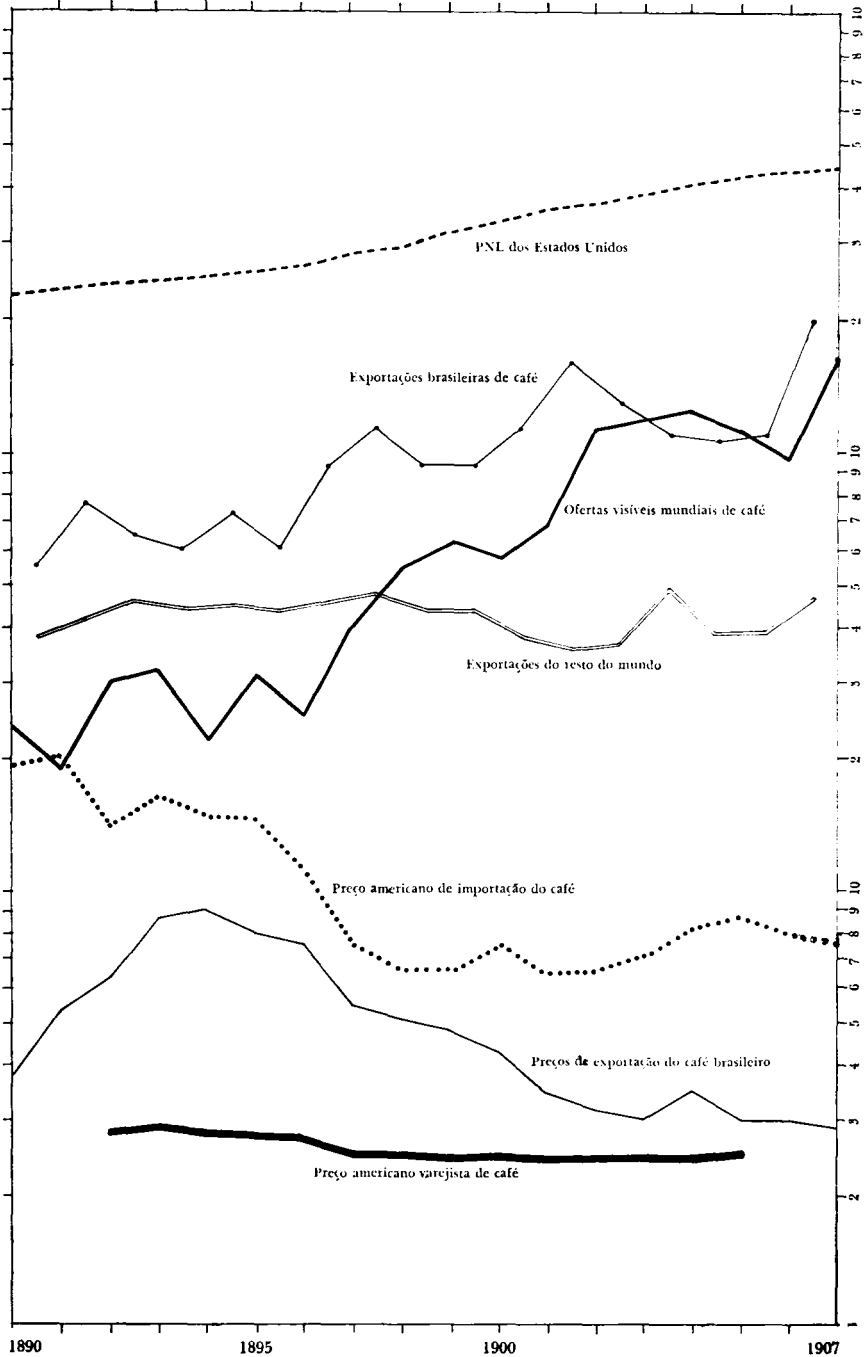
<sup>81</sup> LINS. op. cit. p. 524, 534; LACERDA. O preço... p. 26.

<sup>82</sup> LACERDA. *ibid.* p. 29.

<sup>83</sup> Ver uma elucidativa discussão deste problema em DELFIM NETTO. op. cit. p. 52-4. Ver informações sobre o comércio varejista de café em WILLIAMSON, W. F. *The retail market for coffee*. New York, Associated Coffee Industries of America, 1932.

<sup>84</sup> LACERDA. O preço... p. 36; SICILIANO, A. A posição universal do café. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1934; transcrito da fonte original SICILIANO, A. *Valorização do café*. São Paulo, 1903.

GRÁFICO 6  
 Fatores no mercado de café do Brasil — 1890-1907



5. O argumento decisivo para a valorização originou-se nas plantações de café: a floração da safra de 1906/07. Em São Paulo, o pé de café floresce em setembro/outubro fornecendo os primeiros indícios do rendimento da safra.<sup>85</sup> A floração de 1906/07 prometia uma das safras mais abundantes da história do país. A ameaça ao comércio cafeeiro tornou-se aguda em decorrência dos estoques acumulados de café.<sup>86</sup>

6. O esquema de valorização de Siciliano. Em seu estimulante trabalho sobre a economia normativa brasileira, o Professor Mario Henrique Simonsen afirma: "... parecemos contaminados por aquela mentalidade mercantilista que procura maximizar os lucros pela criação artificial do produto, e não pelo aproveitamento das vantagens de produção em larga escala. (O dicionário *Webster's* define *valorization* como palavra de origem brasileira, destinada a descrever a alta artificial de preços do café"... ).<sup>87</sup>

Esta contribuição do Brasil à língua inglesa originou-se na intervenção de 1906.<sup>88</sup> Eventualmente, o esquema de valorização preferido foi o do Conde Siciliano.

A proposta se resume no seguinte:<sup>89</sup>

"Tendo sido demonstrado:

a) que o Brasil produz no mínimo 75% do café consumido no mundo e possui o natural monopólio da produção, isto é, que é exclusi-

<sup>85</sup> WICKIZER. op. cit. p. 139, nota 6.

<sup>86</sup> SIMONSEN. op. cit. p. 33; WICKIZER. op. cit. p. 139; THE CHASE NATIONAL BANK. General survey of the coffee situation. 1947, p. 160 mimeogr.; DELFIM NETTO. op. cit. p. 58-9.

<sup>87</sup> SIMONSEN, M. H. *Brasil 2001*. p. 157.

<sup>88</sup> WICKIZER (op. cit. p. 136) escreve: "O termo valorização foi introduzido nos países de língua inglesa por volta de 1906, tendo sido originado no Brasil, onde fôra aplicado a medidas visando a regularização do mercado cafeeiro. O seu significado original representava o ato ou processo de elevar o preço de um produto, através da interferência do govêrno, até atingir um nível considerado anti-econômicamente baixo mas não superior ao preço que, a longo prazo, seria estabelecido pelo sistema de livre concorrência. A valorização é temporária por natureza, e fato significativo ocorreu quando, ao inaugurar um plano permanente visando o contrôlo do café em 1922, o Brasil se referiu a êle como sendo de 'defesa' do café, e não de 'valorização'. O presidente do Departamento Nacional do Café do Brasil, Jayme Fernandes Guedes, afirma: 'O sistema de valorização artificial foi sempre o que dominou a política adotada para o café e isso é tão conhecido que até o *Webster's Collegiate Dictionary*, de 1933, assim define o vocábulo 'valorization': 'o ato ou processo de tentar fixar um valor ou preço arbitrário de mercado de um dado produto através da intervenção do govêrno, seja mantendo-se um fundo de aquisição, concedendo empréstimos aos produtores que lhes permitam custear seus produtos...' empregado principalmente para descrever êsse processo no Brasil." A POLÍTICA do café e suas novas diretrizes. *Revista do Departamento Nacional do Café*, abr. 1939. O termo parece ter sido empregado pela primeira vez por SICILIANO, A. *Valorização do café*. São Paulo, 1903. Ou, pelo menos, tornou-se conhecido depois da proposta de Siciliano.

<sup>89</sup> SICILIANO. art. cit. *Rev. do DNC*, p. 895.

vamente de sua lavoura que depende o excesso ou deficiência do café nos mercados e, conseqüentemente, a baixa ou alta das cotações;

b) que tendo sido adotadas no Brasil medidas radicais, que não sòmente impedem por muitos anos qualquer aumento na produção, como terão ainda o efeito de determinar a sua diminuição;

c) que o consumo no mundo tem aumentado e continuará sempre a aumentar de ano para ano;

d) que, portanto, dentro de um certo período de tempo limitado (3 a 6 anos) será estabelecido o equilíbrio nos mercados, entre as quantidades oferecidas e o consumo, ocasionando com absoluta certeza a alta natural das cotações;

e) que o café assim retirado do mercado pode ser vendido com lucro dentro de muito pouco tempo, oferecendo, dêsse modo, seguro e proveitoso emprêgo de capital aplicado nessa transação;

f) que, se uma suficiente quantidade de café fôr imediatamente retirada dos mercados, a alta de preços se dará ao mesmo tempo;

g) que os preços de 75 e 80 francos não afetam de modo algum, em grau apreciável, as condições do consumo do café e são mais baixos que os preços médios que prevaleceram nos mercados por longos períodos;

Conclui-se:

a) que, com um capital disponível, relativamente não considerável, pode-se efetuar de uma vez e por muitos anos, uma alta razoável nas cotações do café, de modo a oferecer aos produtores brasileiros um preço remunerador para as suas futuras colheitas, em benefício geral de todo o país;

b) que o país está habilitado a oferecer aos capitalistas, que suprirem os fundos para o objetivo em vista, perfeita segurança para o seu dinheiro e um bom lucro em troca dos grandes benefícios que êle assegurará pela positiva elevação do valor do seu principal artigo de exportação."

A política de Murtinho encontrara séria oposição no Brasil,<sup>90</sup> e a grande maioria do público, principalmente as autoridades dos estados produtores de café, estava convencida dos benefícios a serem obtidos com a proposta de Siciliano. Esta marcou o fim do mercado livre do café. As condições de mercado livre que prevaleceram no século XIX nunca mais se repetiram no Brasil.

<sup>90</sup> PARECER da Comissão de Finanças, 31 dez. 1903. In: *Documentos parlamentares...*, v. 1, p. 135.

## 2.3 Taubaté e a intervenção do Estado, 1906-1917

### 2.3.1 O acôrdo de Taubaté

No início dêste século, a produção cafeeira do Brasil se concentrava nos estados de São Paulo e Minas Gerais, e os estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro eram produtores marginais. Além disso, a organização agrícola de São Paulo diferia sensivelmente do resto do país. Os proprietários de terra paulistas eram atingidos pela baixa no preço do café mais diretamente do que os de outros estados.<sup>91</sup> Logo, o movimento a favor da intervenção no mercado surgiu com mais fôrça em São Paulo, estado que naquela época ocupava posição de relêvo no quadro político do Brasil. A proposta do Conde Siciliano, redigida numa prosa convincente, conquistou ampla aceitação.<sup>92</sup> A primeira iniciativa de implantação do esquema de Siciliano foi a legislação de dezembro de 1905, autorizando o Governo federal a “regular” o mercado cafeeiro, tomar as medidas cabíveis para “valorizar” o produto e promovê-lo no exterior.<sup>93</sup> Os estados garantiriam as necessidades cambiais contraindo créditos com instituições estrangeiras de crédito. Essa legislação preparou o caminho para o Acôrdo de Taubaté.

Em 26 de fevereiro de 1906, os presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro<sup>94</sup> reuniram-se na cidade de Taubaté, em São Paulo, a fim de encontrar solução para a falência iminente de grande parte do setor cafeeiro do Brasil. Os pontos mais importantes do acôrdo foram os seguintes:<sup>95</sup>

- a) Manutenção do preço do café entre 55 e 65 francos a saca;
- b) redução das exportações de tipos inferiores de café;
- c) organização de uma campanha de publicidade no exterior visando elevar o consumo de café;

<sup>91</sup> DELFIM NETTO. op. cit. p. 43-50.

<sup>92</sup> LINS. op. cit. p. 525.

<sup>93</sup> Ibid. p. 525-6; TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil*. v. 11, p. 51; e ver propostas anteriores no Parecer da Comissão de Finanças, p. 134.

<sup>94</sup> Francisco Antônio Sales, Nilo Peçanha e Jorge Tibiriçá.

<sup>95</sup> CONVÊNIO cafeeiro realizado na cidade de Taubaté, São Paulo, em fevereiro de 1906. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa do café no Brasil: coletânea de documentos oficiais*. v. 1, p. 205 e subseqüentes; CONVÊNIO entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para o fim de valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e a criação da Caixa de Conversão, fixando o valor da moeda. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Convênios dos estados cafeeiros 1906-1939*. DNC, Rio, 1939. p. 13 e a seguir; LINS, op. cit. p. 526; LAVAQUERY, Paul. A política de valorização dum produto agrícola: o café. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1933. p. 23.



- d) imposição de uma taxa proibitiva nas novas plantações de café;
- e) negociação de um empréstimo de £ 15 milhões para custear a administração do acôrdo;
- f) estabelecimento de um fundo (Caixa de Conversão) para estabilizar o câmbio.

O estado de São Paulo aprovou o acôrdo em 4 de junho de 1906.<sup>96</sup> Em 4 de julho, introduziram-se duas pequenas modificações no contrato. Primeiro, o preço do café seria fixado em moeda nacional, entre 32 e 36 mil-réis, com a possibilidade de ser aumentado para 40 mil-réis, se as condições do mercado assim o exigissem. Segundo, no caso de a União não apoiar o acôrdo, os governos dos estados arrecadariam o impôsto de exportação necessário à administração da valorização.<sup>97</sup> Finalmente, a União aprovou o convênio em 6 de agosto de 1906.<sup>98</sup> O impôsto de exportação foi regulamentado por São Paulo em setembro.<sup>99</sup> O dispositivo legal para a intervenção no mercado estava pronto. Entretanto, o presidente do Brasil discordava da intervenção, temendo que viesse a estabelecer conflitos com as políticas monetárias e cambiais introduzidas por Murinho e mantidas por Bulhões.<sup>100</sup>

### 2.3.2 Primeiros recolhimentos visando a valorização

O estado de São Paulo enviou um representante à Europa com a incumbência de contrair empréstimos para o financiamento da valorização do café. Durante o período final do século XIX, os Rothschilds tinham sido os mais importantes banqueiros do Brasil. Mas o empréstimo foi inicialmente recusado pelos Rothschilds e, posteriormente, por todos os grandes bancos da Europa. O motivo da recusa era a perspectiva de maiores safras

<sup>96</sup> LEI n.º 990 de 4 de junho de 1906. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção geral da legislação cafeeira do Brasil*. v. 2, p. 995; TAUNAY. op. cit. v. 11, p. 51.

<sup>97</sup> LINS. op. cit. p. 531; MODIFICAÇÕES e aditamento ao Convênio de Taubaté. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Convênios...* p. 17; DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 1, p. 208.

<sup>98</sup> DECRETO n.º 1.489, de 6 de agosto de 1906. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Convênios...* p. 19. Posteriormente, os estados de Minas e Rio aprovaram o acôrdo.

<sup>99</sup> DECRETO n.º 1.404, de 26 de setembro de 1906. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção geral...* v. 2, p. 996.

<sup>100</sup> O PROGRAMA — vista geral da administração do Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves. Mensagens presidenciais. *Documentos parlamentares*, transcrito em DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 1. Parece, no entanto, que Rodrigues Alves não se opunha substancialmente à valorização, como um incentivo à agricultura brasileira. Ver MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 1, p. 15.

futuras no Brasil, que dificultariam o serviço e pagamento dos empréstimos. Prevalencia um pessimismo generalizado acêrca do futuro da cultura do café no Brasil. O representante paulista voltou-se, então, para os comerciantes de café a fim de obter financiamento. Uma série dêstes comerciantes tinha feito, em repetidas oportunidades, tentativas de conquistar uma "ponta" do mercado, tais como a compra de todos os estoques para depois vendê-los com lucro; e a valorização era considerada por muitos como uma de tais oportunidades. O mais importante dêstes comerciantes foi Hermann Sielcken, que concordou em adiantar 80% dos fundos necessários à compra de dois milhões de sacas, pelo preço de sete centavos/libra-pêso.<sup>101</sup> Esse acôrdo foi negociado com Sielcken em condições desesperadoras, pois o govêrno de São Paulo concordara em comprar café dos produtores ao preço de um centavo por libra acima da cotação do mercado que, no momento, era de 8 centavos a libra. Sielcken imediatamente contratou outros comerciantes de café a fim de contribuir para a compra antes de realizar a transação. As operações começaram em agôsto de 1906 e, no fim do ano, tinham sido retiradas 2.596.566 sacas.<sup>102</sup> Mas isso não era suficiente. O Brasil estava no meio da colheita de uma safra-recorde e as primeiras compras para a valorização do café não conseguiram melhorar os preços.

As novas medidas adotadas pelo estado de São Paulo incluíam empréstimos contraídos com o *Brazilianische Bank fur Deutschland*, J. Henry Schroeder of London, o *First National City Bank of New York*, o Govêrno federal do Brasil e os Rothschilds. O empréstimo alemão foi garantido por debêntures do Govêrno federal, num montante aproximado de 1 milhão de libras esterlinas.<sup>103</sup> J. Henry Schroeder concedeu um empréstimo de 2 milhões e o *City Bank*, de 1 milhão.<sup>104</sup> Parte dêsse empréstimo destinou-se ao pagamento das debêntures federais do empréstimo alemão. O Govêrno federal foi autorizado a emprestar até um limite máximo

<sup>101</sup> Uma biografia muito original sôbre êsse comerciante encontra-se em UKERS, W. H. *All about coffee*, New York, The Tea and Coffee Trade Journal, 1934. p. 448-51. O acôrdo está descrito nas páginas 459-60. Ver também WALLACE, Benjamin Bruce & EDMINSTER, Lynn Ramsey. *International control of raw materials*. Washington D.C., The Brookings Institution, 1930. p. 141-3.

<sup>102</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo Presidente do estado de São Paulo, Sr. Jorge Tibiriçá (1907). In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa do Café no Brasil: Coletânea de Documentos Officiais*. v. 2, p. 37; TAUNAY. op. cit. v. 11, p. 55.

<sup>103</sup> Tibiriçá e Taunay apresentam dados ligeiramente diferentes. Taunay (op. cit. v. 11, p. 53) dá 919 mil libras, enquanto Tibiriçá (op. cit. p. 37) situa o total em 1 milhão de libras. Ver também CALÓGERAS. op. cit. p. 425-6.

<sup>104</sup> CALÓGERAS. op. cit., p. 425-6.

de 3 milhões de libras esterlinas, ou o equivalente em moeda nacional, ao estado de São Paulo, para o financiamento da valorização.<sup>105</sup> E N. M. Rothschild & Sons concederam a São Paulo um empréstimo de 3 milhões de libras em 3 de outubro de 1907, pagável em 15 anos.<sup>106</sup> Porém, os banqueiros europeus exigiam que fôsem estabelecidas mais restrições ao plantio do café para garantir o pagamento dos empréstimos. Em consequência, o imposto sobre as plantações novas de café foi renovado em novembro de 1907.<sup>107</sup> Em dezembro do mesmo ano, o total recolhido elevava-se a 8.146.123 sacas, que foram armazenadas nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos.<sup>108</sup> Nesta altura, o estado de São Paulo resolveu que não eram necessárias mais compras.

A valorização foi financiada parcialmente por debêntures do estado de São Paulo.<sup>109</sup> O grosso do financiamento, porém, provinha do plano de Sielcken de 80% de adiantamentos. No início de 1908, o estado de São Paulo considerou que a valorização fôra atingida e que não era mais necessária a intervenção.<sup>110</sup> Essa opinião era confirmada pelo fato de algumas vendas dos estoques de café, num total de 305.160 sacas, já terem sido realizadas.<sup>111</sup> Mas a opinião não estava totalmente certa. Diversas medidas importantes foram tomadas em 1908 para evitar a iminente crise de valorização. Em 25 de agosto de 1908, o estado de São Paulo adotou três significativas medidas novas.

<sup>105</sup> DECRETO n.º 1.684, de 12 de agosto de 1907. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 1, art. 1, p. 149.

<sup>106</sup> TAUNAY. op. cit. v. 11, p. 53; CALÓGERAS. op. cit. p. 428-9.

<sup>107</sup> LEI n.º 1.099, de 6 de novembro de 1907. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção geral...* v. 2, p. 1000; ANDRADE, Theophilo de. NOVOS cafêzais. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1944, p. 7.

<sup>108</sup> Ver dados e cidades em TAUNAY. op. cit. v. 11, p. 54, 57; e TIBIRIÇÁ. op. cit. p. 38.

<sup>109</sup> As 8.146.123 sacas compradas no início de 1908 foram financiadas da seguinte forma:

Especificação	Cr\$
Adiantamentos contra a venda do café	184.045.271
Empréstimo de Schroeder-City Bank de 1906	46.449.000
Empréstimo de três milhões de libras do Governo federal, 1907	48.000.000
Debêntures do Tesouro do estado de São Paulo	16.060.422

Ver Mensagem presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo Presidente do estado de São Paulo, Sr. M. J. Albuquerque Lins (1908). In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 2, p. 40. A importância do financiamento pelos comerciantes de café associados a Sielcken é óbvia. A relevância deste último tem sido subestimada por Delfim Netto (op. cit. p. 66, 71, 87).

<sup>110</sup> MENSAGEM presidencial ... 1908, p. 41.

<sup>111</sup> Ibid. p. 40.

Primeiro, decretou-se um impôsto, em espécie, sôbre o café exportado, incidindo sôbre as exportações acima de 9,5 milhões de sacas anuais, a partir de 1 de julho de 1909, e sôbre as exportações acima de dez milhões de sacas, nos anos seguintes.<sup>112</sup> Segundo, o impôsto de exportação foi aumentado de três para cinco francos. Terceiro, o estado de São Paulo foi autorizado a contrair um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para a consolidação da dívida da valorização, empréstimo êsse que se destinaria à solução final do problema cafeeiro. Essas medidas foram regulamentadas quase imediatamente.<sup>113</sup> O objetivo do empréstimo era ganhar tempo para esperar uma alta nos preços que permitisse a venda, com lucros, dos estoques de café.<sup>114</sup> As autoridades, porém, estavam cientes de que o verdadeiro problema econômico era a recuperação do mercado, que se tornaria possível através do impôsto em espécie e as restrições impostas ao plantio. Essa última condição foi imposta pelos banqueiros estrangeiros. A questão aqui, do ponto de vista econômico, era a estabilização de ciclos *cobweb* no mercado do café. Porém, a manutenção de um preço mínimo dificultava essa estabilização. É duvidoso que o Brasil, por si só, tivesse conseguido implantar um programa de estabilização do café. Na realidade, a meta dos administradores estatais não era a estabilização, mas sim a *sustentação da riqueza dos produtores de café*.

Com vistas ao cumprimento da legislação, o estado de São Paulo contraiu um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas com J. Henry Schroeder & Comp., o Banque de Paris et Pays-Bas e a Société Générale de Paris.<sup>115</sup> Porém, êsse empréstimo representou a perda, pelo estado de São Paulo, do contrôle do programa de valorização. Êsse contrôle foi, então, assumido por um comitê, embora São Paulo se reservasse o direito

<sup>112</sup> LEI n.º 1.127, de 25 de agosto de 1908. Estabelece medidas concernentes à solução definitiva da valorização do café. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção geral...* v. 2, p. 1005. A introdução dessa lei demonstra amplamente a urgência da situação e a decisão de resolver definitivamente o excesso de produção no mercado cafeeiro. Ver também TAUNAY. op. cit. v. 11, p. 106; RETROSPECTO do Jornal do Commercio 1908. p. 11; PARECER da Comissão de Finanças. p. 3.

<sup>113</sup> DECRETO n.º 1.661, de 12 de setembro de 1908, Regulamentação da Lei n.º 1.127, de 25 de agosto de 1908. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção geral...* v. 2, p. 1006.

<sup>114</sup> PARECER... (1908). *Documentos parlamentares*. v. 2, p. 3-4.

<sup>115</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo Presidente do estado de São Paulo, Sr. M. J. Albuquerque Lins (1909).. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 2, p. 44.

de veto.<sup>116</sup> Os estoques no exterior foram submetidos ao comitê, que tinha o direito de programar as vendas do café acumulado.<sup>117</sup> O estado de São Paulo, porém, reteve os estoques do Brasil adquiridos com os empréstimos para a valorização. Fêz-se entrega ao comitê de 6.842.374 sacas, e o restante, que não chegava a um milhão de sacas, foi retido pelo estado.<sup>118</sup> O comitê de banqueiros regulamentou detalhadamente a administração do programa de valorização. Em 1909, efetuaram-se vendas preliminares dentro do acôrdo de dezembro de 1908, num total de 735.939 sacas, o que reduziu o estoque para 6.816.711 sacas.<sup>119</sup> As limitações da exportação entraram em vigor durante a safra de 1909/10. O ano cafeeiro começa em 1.º de julho e acaba em 30 de junho. As exportações de 1909 atingiram 16,9 milhões de sacas, e 9,7 milhões em 1910. Desta forma, o Brasil preencheu a

<sup>116</sup> “Nos termos do contrato, o comitê se compõe de sete membros: quatro nomeados pelos Srs. J. Henry Schroeder & Comp. of London; dois designados pela Sociéte Générale de Paris; e um, pelo Governo dêste estado, êste último com direito a veto, com efeito de suspensão, até a deliberação final, que, nesse caso, caberá ao presidente do Banco da Inglaterra”. Ibid. p. 44. Desta forma, São Paulo tinha direito à arbitragem pelo Banco da Inglaterra, mas o seu contrôle sôbre as valorizações ficava sensivelmente reduzido. Ver CALÓGERAS. op. cit. p. 430. Ver os nomes dos membros do comitê em UKERS. op. cit. p. 461.

<sup>117</sup> O contrato estabelecia o seguinte programa de vendas:

Ano de comercialização	Sacas (mil)
1909-10	500
1910-11	600
1911-12	700.

Nos anos seguintes, vender-se-ia uma quantidade anual fixa de 700 mil sacas. Uma possível explicação para êsse programa foi a deterioração dos estoques de café, que constituíam a garantia dos empréstimos externos. Ver MENSAGEM... (1909). p. 44.

<sup>118</sup> Ibid. p. 43 calcula os estoques totais em 7.531.955 sacas e, na p. 45, os estoques no exterior em 6.842.374 sacas. São Paulo foi obrigado a construir depósitos para armazenar o excesso. LEI n.º 1.017, de 19 de outubro de 1906 e LEI federal n.º 1.102, de 21 de novembro de 1903. Ibid. p. 45. Ver críticas contemporâneas a essas medidas em *Retrospecto do Jornal do Commercio 1909*. p. 11.

<sup>119</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo Sr. Fernando Prestes (1910). In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 2, p. 48.

A distribuição do estoque no exterior era a seguinte:

Pôrto	Milhões de sacas
Le Havre	1,8
Nova Iorque	1,7
Hamburgo	1,4
Antuérpia	1,1
Londres	0,3
Rotterdam	0,2
Trieste	0,1
Marselha	0,1
Bremen	0,1
Gênova	0,004.

condição de manter um significativo controle das exportações.<sup>120</sup> A arrecadação do imposto de exportação com vistas ao pagamento dos empréstimos se processou normalmente, assim como o serviço e pagamento dos empréstimos.

A situação, porém, mudou sensivelmente no fim de 1910 e em 1911. O comitê vendeu 1,2 milhão de sacas, reduzindo o estoque para 5.105.133 sacas.<sup>121</sup> As condições do mercado aconselhavam essas vendas. O acréscimo de 600 mil sacas não teve repercussão nos preços. Possivelmente, como consequência da implantação gradativa do programa pelo comitê, que representava diversos interesses, assim como da restrição às exportações estipulada pelo acordo de dezembro de 1908, o programa de valorização apresentou seus primeiros resultados importantes em 1909. Entre 1906 e 1908, o preço do café permaneceu estável entre 7,6 centavos por libra e 7,9 centavos. Porém, em 1909, o preço subiu para 10,3 e, em 1910, para 13,3, atingindo uma alta de 13,8 em 1911. Muitos escritores atribuem esse aumento extraordinário aos esforços de valorização.<sup>122</sup> Pelo menos no mercado de Nova Iorque essa é uma assertiva justa, pois o comitê não permitiu que ali se vendesse o café da valorização, insistindo na introdução de uma cláusula, a esse respeito, em todos os contratos. O agente do Brasil nesse mercado, Hermann Sielcken, adotou a mesma política. Desta forma, a Bolsa de Café de Nova Iorque ficou sem estoques de café, o que deve ter determinado o aumento dos preços nos Estados Unidos. No entanto, a análise integral do programa de valorização, do ponto de vista realmente econômico, é bem mais complexa, já que é impossível determinar-se quais as condições de mercado que teriam prevalecido se

<sup>120</sup> Houve um surto nas exportações durante a segunda metade de 1909 em decorrência da expectativa de uma safra abundante em 1909-10, e a cota de exportações foi rapidamente preenchida.

<sup>121</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo Presidente do estado de São Paulo, Sr. M. J. Albuquerque Lins (1911). In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 2, p. 53. Ver também TAUNAY. v. 11, p. 300.

<sup>122</sup> "No fim de 1911, o preço no mercado do café situava-se bem acima dos treze centavos. Foi esse um aumento de mais de cem por cento em dois anos, mais de sessenta por cento em seis meses. Evidentemente, o café da valorização nas mãos do comitê de banqueiros tornara-se um produto de ouro. Mas como se dera isso? No decorrer dos cinco anos cafeeiros após o lançamento do 'plano' ... quase 90 milhões de sacas tinham sido levantadas no mundo. O comitê ainda retinha 5.108.000 sacas. No máximo, a produção excedera o consumo por tão-somente 4 milhões de sacas. Houvera, portanto, um deficit na oferta, em relação à demanda, de pouco mais de dez por cento. Entretanto, registrara-se um aumento de mais de cem por cento, em dois anos, no preço do café na Bolsa de Nova Iorque... O preço do café no mundo depende da habilidade do comerciante em entregar o produto na Bolsa de Café de Nova Iorque..." SLOSS, Hermann. *World's work*. Citado por UKERS. op. cit. p. 460.

não tivesse havido intervenção.<sup>123</sup> Entretanto, do ponto de vista da teoria dos preços, é possível afirmar, indiscutivelmente, que a intervenção com vistas a manter um preço mínimo para o café redundou na má distribuição de recursos na economia do Brasil.<sup>124</sup> O que se precisava era de um esquema de estabilização dos ciclos *cobweb* do mercado cafeeiro. Porém, evidentemente, tal não era a intenção do programa de valorização.

### 2.3.3 O fundo de estabilização cambial

Uma das cláusulas do Convênio de Taubaté era a criação de um fundo de estabilização cambial (Caixa de Conversão). Esse fundo emitiria notas conversíveis em ouro a serem obtidas dos empréstimos para a valorização. Como as notas seriam conversíveis a uma taxa fixa, a intenção era manter a taxa do mercado compatível com a taxa de estabilização. Em todo momento, o fundo tentaria impedir a alta do câmbio.<sup>125</sup> Os cafeicultores temiam que os aumentos dos preços internacionais, ocasionados pelo recolhimento de café do mercado, fôssem anulados, em moeda nacional, pela valorização cambial provocada pelos empréstimos externos e os previstos aumentos do preço do café. Uma segunda razão importante era o prestígio nacional atribuído ao programa de valorização através da inclusão de uma política de geral aceitação no país: a estabilização cambial.<sup>126</sup> Do ponto de vista do sucesso das metas da valorização, o fundo de estabilização não era indispensável. E, do ponto de vista ainda mais importante da eficiência e distribuição de rendas na economia e sociedade brasileiras, o fundo de estabilização poderia causar mais distorções na distribuição de recursos, e uma redistribuição de rendas não equitativa em favor do setor cafeeiro.

Apesar de tudo, o fundo foi estabelecido por uma lei da União, promulgada em 6 de dezembro de 1906.<sup>127</sup> Essa legislação estabelecia um

<sup>123</sup> Wickizer (op. cit. p. 141) escreve: "... pois não há elementos para julgar o que teria acontecido se não tivesse havido intervenção." Na mesma página, afirma: "A violência do aumento porém, deveu-se, sem dúvida, às medidas de controle adotadas." Isto é contraditório. Na página 140, Wickizer diz que, se tivessem prevalecido as condições de mercado livre, "... era só uma questão de tempo até a oferta e demanda estabelecerem um equilíbrio." Aparentemente Wickizer é vítima da mesma confusão acerca dos modelos de mercado, que aflige aos planejadores da valorização. Delfim Netto (op. cit. p. 74-5) expõe uma análise lúcida, concluindo que se teria chegado a uma solução para o mercado, sem a intervenção, depois de a abundante safra de 1906/07 ter sido absorvida pelo mercado.

<sup>124</sup> Há um importante argumento de condições de intercâmbio implicado nos impostos de exportação do café, discutido separadamente no item 5, a seguir.

<sup>125</sup> VIANA. op. cit. p. 767-77; CALÓGERAS. op. cit. p. 432 e 489; DELFIM NETTO. op. cit. p. 62-4. Ver outras referências ao Convênio de Taubaté no item 2.3.

<sup>126</sup> DELFIM NETTO. op. cit. p. 62-4.

<sup>127</sup> VIANA. op. cit. p. 767; CALÓGERAS. op. cit. p. 460-1.

fundo semelhante ao previsto no Convênio de Taubaté. Entre 1906 e 1910, o câmbio foi realmente “estabilizado”, isto é, a taxa do mercado permaneceu praticamente fixa.<sup>128</sup> A operação do fundo nada tinha a ver com a desvalorização cambial, mas sim com a possibilidade de valorização. O preço do ouro em libras esterlinas era inferior ao preço de conversão do ouro do fundo de estabilização. Alguns autores já afirmaram que a estabilização se beneficiou do influxo de capitais especulativos no Brasil, visando lucrar com essa diferença de preços.<sup>129</sup> O único interesse do fundo de estabilização, para a análise do programa de sustentação do café, é o simples fato de ter sido sugerido em Taubaté. Durante a guerra, a redução dos fluxos de capital para o Brasil, as emissões do Tesouro para o financiamento dos deficits orçamentários e outros fenômenos da guerra obrigaram o Governo a desistir do fundo, que foi abolido em 1919.<sup>130</sup>

### 2.3.4 A valorização durante a guerra

Alguma reação a um programa de estabilização é de se esperar dos consumidores. Os países que tinham colônias produtoras de café, como a França, tinham condições de corrigir a situação instituindo tarifas discriminatórias. Nos Estados Unidos, o assunto da valorização tornou-se objeto de debates no Congresso. No princípio de 1911, o Congresso obrigou o procurador-geral dos Estados Unidos a empreender uma investigação acerca da provável existência de um consórcio no mercado cafeeiro. Em consequência desse inquérito, o Tribunal Distrital Federal de Nova Iorque iniciou um processo, em 18 de maio de 1912, contra Hermann Sielcken e outros membros do programa de valorização, por “conspiração para restringir o comércio.”<sup>131</sup> Entretanto, foi denegado o pedido de *injunction*. Ao mesmo tempo, o Senador Norris, de Nebraska, introduziu um projeto de lei no Congresso dos Estados Unidos que permitiria ao governo confiscar as importações de café no caso de ficar comprovada uma conspiração para prejudicar o comércio. O projeto tornou-se lei em fevereiro de 1913, estabelecendo um mecanismo legal contra as transações de valorização nos Estados Unidos.

<sup>128</sup> CAMPISTA, David. *Introdução do Relatório do Ministério da Fazenda em 1908*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908. p. 14, uma visão contemporânea do sucesso do fundo de estabilização.

<sup>129</sup> CALÓGERAS. op. cit. p. 478-82.

<sup>130</sup> VIANA. op. cit. p. 774-5.

<sup>131</sup> UKERS. op. cit. p. 460.



O processo contra a valorização foi resolvido fora do tribunal. Outros procuradores-gerais garantiram ao Governo brasileiro e aos advogados de Sielcken que a ação seria suspensa se o comitê vendesse os estoques de café nos Estados Unidos a 80 comerciantes diferentes em 33 cidades americanas. Sem dúvida, os delicados aspectos diplomáticos de uma ação envolvendo o Governo do Brasil muito influenciaram a favor de uma solução pacífica do problema. Porém, as operações de valorização nos Estados Unidos tornaram-se praticamente impossíveis.

As vendas programadas de 723.565 sacas para 1912 reduziram o estoque de valorização para 4.377.903 sacas.<sup>132</sup> Em fevereiro de 1913, visando encerrar o programa de valorização, foram vendidas 1.232.483 sacas, reduzindo o estoque para 3.145.420. Em junho daquele ano, o empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas foi finalmente pago.<sup>133</sup> Conseqüentemente, dissolveu-se o comitê, já que seu interesse primordial na valorização tinha sido o pagamento do empréstimo externo. Substituiu-o um Conselho Consultivo incumbido de orientar o Brasil na distribuição do resto do estoque.<sup>134</sup> A única dívida ativa da valorização era o saldo do empréstimo de 3 milhões de libras esterlinas, contraído com o Governo federal. Não se registraram mais vendas em 1913.<sup>135</sup> Alguns autores afirmam que, em conseqüência da deterioração dos preços naquele ano, São Paulo negociou mais um empréstimo destinado a sustentar o café.<sup>136</sup> Mas tal não foi o caso. Em 8 de abril de 1913, o estado de São Paulo contraiu um empréstimo de 7,5 milhões de libras esterlinas com J. Henry Schroeder & Co., Banque de Paris et des Pays Bas e a Société Générale.<sup>137</sup> Os recursos do empréstimo não se aplicaram na sustentação do café, mas na conso-

<sup>132</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo, pelo Presidente do estado de São Paulo, Sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (1913). In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa...* v. 2, p. 61.

<sup>133</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo, pelo Vice-Presidente do estado de São Paulo, Sr. Carlos Augusto Pereira Guimarães (1914). *Ibid.* p. 65.

<sup>134</sup> Os membros do Conselho eram J. H. Schroeder & Co., Grossman & Sielcken, Theodor Wille & Co., e um representante do estado de São Paulo. *Ibid.* p. 66.

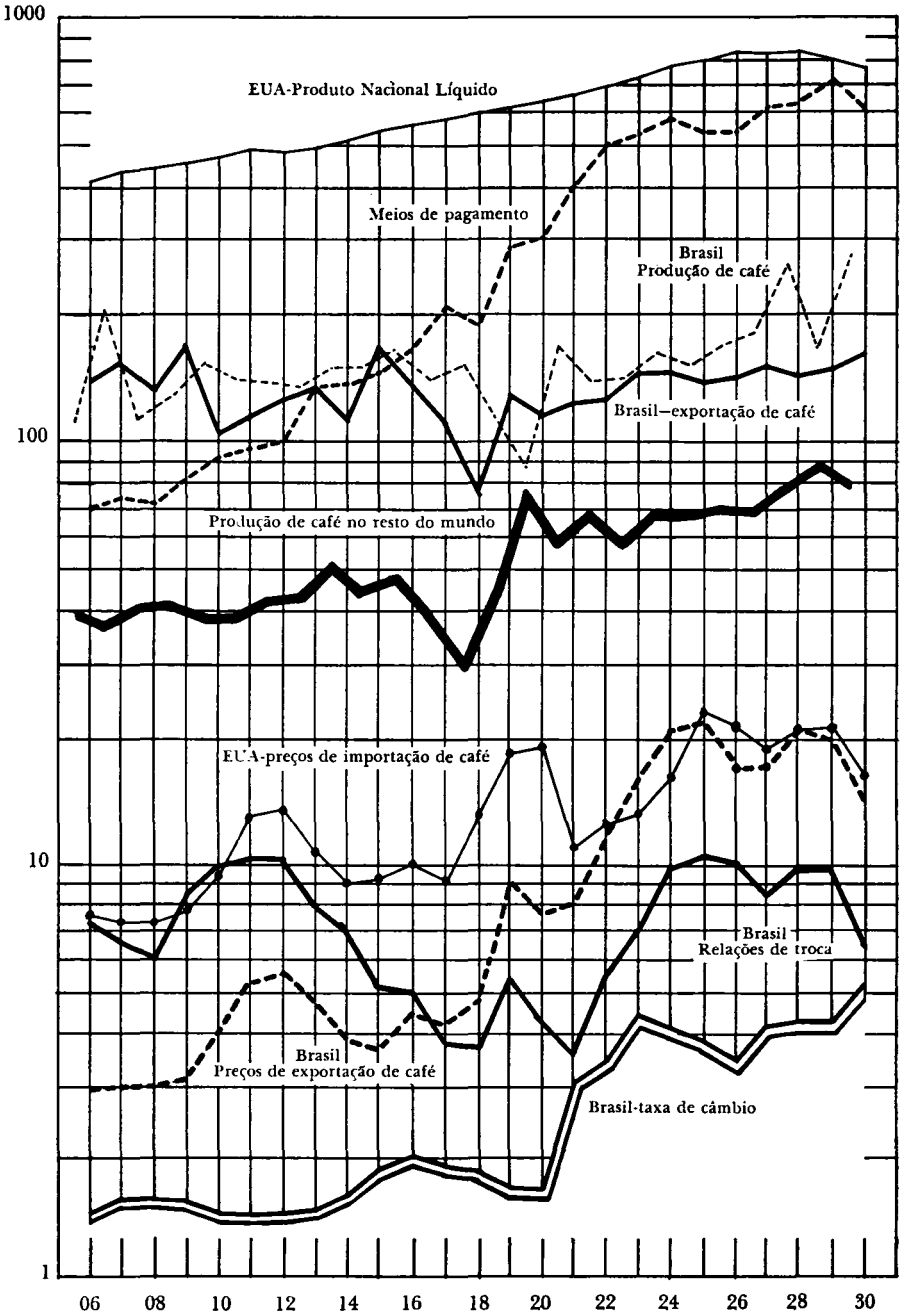
<sup>135</sup> TAUNAY. v. 11, p. 368.

<sup>136</sup> ANDRADE, Theophilo de. O que foi o Ciclo do Café. *Observador Econômico e Financeiro*, maio 1944, p. 134; e, com maior ênfase, UKERS. op. cit. p. 462: "A situa o cafeeira tornou-se tão crítica em 1913, que São Paulo entrou novamente no mercado financeiro para negociar mais um empréstimo de \$ 37.500.000 através dos bons  f cios do Governo federal do Brasil, e ainda outro, dois anos mais tarde, de \$ 21 milhões."

<sup>137</sup> A DEFESA do café. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, fev. 1935, p. 380, uma excelente fonte de informa es acêrca do programa de sustenta o do café, de 1906 a 1930. Ver, também, COSTA PIRES, Francisco da. O café e a d vida externa do Brasil. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, mar. 1935. Ambos os estudos cont m tôdas as informa es financeiras disponíveis.

GRÁFICO 7

Fatores no mercado de café do Brasil — 1906-30



Fonte: Apêndice estatístico no fim do artigo.

lidação da dívida externa do Brasil e no pagamento de dívida interna. A garantia do empréstimo era o estoque de café e o impôsto de exportação. De forma semelhante, em 27 de janeiro de 1914 o estado de São Paulo negociou um empréstimo de 4,2 milhões de libras esterlinas com os mesmos banqueiros. Parte da sobretaxa de 5 francos da exportação de café foi empregada como garantia, conjuntamente com o estoque de café.<sup>138</sup> Mas os fundos foram empregados no pagamento da dívida federal geral e da dívida decorrente de obras públicas, despesas de imigração etc. Os empréstimos foram pagos com as vendas dos estoques de café e a arrecadação do impôsto de exportação. Mas não se investiu recurso algum na valorização.

O programa estava, realmente, encerrado e só restava distribuir os estoques.<sup>139</sup> Assim, foram vendidas 1,2 milhão de sacas em Hamburgo, Trieste e Bremen. As autoridades alemãs exigiram que o Brasil depositasse o produto das vendas dos estoques da Alemanha num banco de Berlim: o Bleischroeder. A solicitação, feita pelo Govêrno brasileiro, de transferir êsses fundos para Londres com vistas ao pagamento dos empréstimos foi recusada. Criou-se uma situação difícil com a Alemanha a respeito dos estoques de café. Os estoques da Antuérpia foram, igualmente, vendidos. Só os da França, totalizando 1,3 milhão de sacas, foram retidos.<sup>140</sup> Os depósitos no Banco Bleischroeder tornaram-se objeto de intensas negociações. O Brasil sugeriu que fôssem transferidos para um banco de um país neutro, comprometendo-se a pagar o empréstimo só após concluída a guerra. Mas a Alemanha não aceitou a proposta.<sup>141</sup> O Brasil então exigiu que o Govêrno alemão assumisse a responsabilidade do depósito do pagamento dos juros de 5%, devidos aos banqueiros londrinos, e de uma taxa cambial fixa para a posterior transferência do depósito. A Alemanha concordou com êsse esquema. Mas a solução definitiva de tal dificuldade só foi encontrada na conferência de paz de Paris. No fim de 1916, só havia 1.274.236 sacas armazenadas na França.<sup>142</sup> O estado de

<sup>138</sup> A DEFESA do café. *Rev. do ICSP*, p. 381.

<sup>139</sup> São as palavras do presidente do estado de São Paulo: MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo, pelo presidente do estado de São Paulo, Sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (1915). *Ibid.* v. 2, p. 67.

<sup>140</sup> TAUNAY. *op. cit.* v. 11, p. 435. Ver também *Retrospecto do Jornal do Commercio 1915*. p. 247.

<sup>141</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo presidente do estado de São Paulo, Sr. Altino Arantes (1916). *Ibid.* v. 2, p. 79-80.

<sup>142</sup> TAUNAY. *op. cit.* v. 11, p. 434. Ver também *Retrospecto do Jornal do Commercio 1916*. p. 240.

São Paulo estava aguardando o fim da guerra para colocar o resto dos estoques.<sup>143</sup> O programa de valorização deixou um lucro contábil para o estado de São Paulo e um lucro ainda maior se não se incluem os empréstimos de 1913 e 1914. Também enriqueceu uma série de comerciantes e banqueiros ligados ao programa. A existência desses lucros foi depois usada como argumento a favor dos programas de valorização. Mas isto, naturalmente, significaria empregar um sistema de contabilidade desprovido de qualquer significação econômica.

### 2.3.5 Resumo da valorização

O gráfico 7 e a tabela 5 contêm os dados disponíveis para a avaliação do programa de valorização. Existem dois argumentos nessa avaliação. Primeiro, a identificação das metas a serem atingidas pelos instrumentos políticos. Segundo, a análise da conveniência dessas metas. O teste ideal da valorização seria a montagem de um modelo empírico de um mercado cafeeiro em condições de não-intervenção e, em seguida, em condições de intervenção. Comparar-se-iam, então, os dois estados, chegando-se a conclusões fundamentadas. Mas isto é praticamente impossível devido aos métodos atuais e às escassas informações disponíveis. No melhor dos casos, tudo o que é possível fazer são conjecturas baseadas num modelo de mercado livre, e tão-só de natureza qualitativa. Mas essas suposições, embora imprecisas do ponto de vista quantitativo, não carecem totalmente de significação. Primeiro, depreende-se claramente do gráfico 7 que não havia necessidade alguma de valorização, observação que já tem sido feita.<sup>144</sup> O teste de uma tal suposição são os dados da produção e exportações brasileiras de 1906 a 1912, relacionados no gráfico 7. As análises posteriores a esse ano são inválidas, pois a valorização já entrara na sua fase final e o impacto da guerra é excessivamente irregular para ser analisado. Uma importante limitação desses dados é o fato de diferirem dos obtidos em condições de um mercado livre, e o alcance dessa diferença é desconhecido. Entretanto, é óbvio que um aumento das exportações teria, provavelmente, resolvido o problema causado pela abundância da safra de 1906/07, principalmente porque o resto do mundo manteve uma produção estável. Logo, a intervenção realmente complicou as coisas, provocando um aumento rápido dos preços.

<sup>143</sup> "Não é necessário repetir aqui a promessa já feita por este Governo de eliminar definitivamente a operação logo que o fim da guerra na Europa o permitir". MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo presidente do estado de São Paulo, Sr. Altino Arantes (1917). *Ibid.* v. 2, p. 84.

<sup>144</sup> DELFIM NETTO. *op. cit.* p. 75.

TABELA 5

Brasil, saldo comercial e saldo orçamentário federal, 1906-1930  
(em mil contos de réis)

Ano	Saldo comercial	Saldo orçamentário federal
1906	300,4	8,3
1907	215,9	13,8
1908	138,5	— 69,8
1909	423,7	— 68,4
1910	225,6	— 98,7
1911	210,2	— 118,4
1912	168,4	— 173,9
1913	— 25,7	— 108,6
1914	193,9	— 343,4
1915	459,3	— 284,2
1916	326,1	— 208,7
1917	354,4	— 264,0
1918	147,7	— 248,3
1919	844,5	— 305,9
1920	— 332,2	— 304,5
1921	19,9	— 298,3
1922	679,4	— 456,0
1923	1,029,9	— 311,0
1924	1,073,9	— 41,4
1925	645,1	— 18,4
1926	485,0	— 219,9
1927	370,9	— 13,5
1928	275,3	— 133,6
1929	332,7	— 221,1
1930	563,6	— 832,6

Fonte: apêndice estatístico, no fim do artigo.

Segundo, o fundo de estabilização atingiu seu objetivo de fixar a taxa cambial. É, entretanto, possível que esta tenha sido supervalorizada, se tomarmos a oferta monetária e as relações de troca como indicadores do nível dos preços. Uma taxa cambial supervalorizada pode ter incentivado a indústria nacional, porém em bases não verdadeiramente eficientes. Naquela época, a melhor solução para o Brasil e uma série de outros países de produção primária, em circunstâncias semelhantes, teria sido a instituição de uma taxa cambial flexível. Isto não quer dizer que uma tal política seja conveniente para o Brasil *de hoje*, quando a economia difere tão drasticamente da situação no princípio do século. Terceiro, a poli-

tica conseguiu elevar os preços internacionais e melhorar as relações de troca do Brasil. O preço indicado no gráfico 7 corresponde ao valor das importações dos Estados Unidos. A pressão altista foi sentida com mais força nos mercados americanos do que em qualquer outro lugar. E pelo menos parte do aumento dos preços pode ter sido provocada pelo recolhimento de café do mercado. Porém, em termos do bem-estar da sociedade brasileira, o objetivo da política é duvidoso. Seu efeito foi sustentar a riqueza e rentabilidade de um setor da sociedade, em detrimento de outras oportunidades de crescimento mais duradouras e da diversificação das atividades econômicas. Comprometeu-se o Brasil a prestar um apoio constante à cultura cafeeira, que representava para o país uma vantagem relativa, mas não um monopólio irredutível, como os acontecimentos posteriores vieram provar. A meta dos planejadores da valorização estabelecia um sério conflito com a alocação de recursos, a curto e longo prazo, e a distribuição de rendas ideal no Brasil.

#### 2.4 A segunda intervenção, 1917-1920

Em dezembro de 1917, a maior parte dos estoques da França tinha sido vendida. Grande parte dos empréstimos contraídos em 1913/14 tinha sido paga, e é importante lembrar que êsses empréstimos não foram empregados no programa de valorização. O estado de São Paulo anunciou sua intenção de abolir o imposto de exportação do café.<sup>145</sup> Foi então que se repetiu um velho acontecimento. A floração do café pressagiou uma imensa safra para 1917/18. Tendo em vista que a guerra européia restringira o consumo mundial, estimou-se que a produção superaria as exportações em quatro milhões de sacas, situação muito semelhante à que provocara a intervenção de Taubaté.<sup>146</sup> Diante das perspectivas de uma safra abundante, os preços começaram a cair violentamente. Desencadeou-se aguda crise no setor cafeeiro e as pressões exercidas pelos interesses do café obrigaram o Governo a empreender outra intervenção. O Congresso Nacional aprovava uma emissão de moeda e São Paulo pediu que parte dela fôsse destinada à compra de estoques de café, tendo em vista as dificuldades de se obterem empréstimos, em conseqüência da guerra.

<sup>145</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo presidente do estado de São Paulo, Sr. Altino Arantes (1918). *Defesa...* v. 2, p. 90.

<sup>146</sup> *Ibid.* p. 93; SIMONSEN. op. cit. p. 34-5; WICKIZER. op. cit. p. 142-3.

Assim, em 16 de agosto de 1917, foi sancionada uma lei concedendo ao estado de São Paulo um crédito de até 150 mil contos.<sup>147</sup> O crédito foi aberto por um contrato de 28 de agosto de 1917.<sup>148</sup> Inicialmente, o estado de São Paulo só sacou 100 mil contos do crédito aberto no Banco do Brasil. Mas, eventualmente, investiu-se um total de 110 mil contos no novo programa de sustentação.<sup>149</sup> Nesse período, o depósito no banco alemão Bleischroeder continuava sendo a fonte de sérios problemas para as autoridades monetárias. Mas nada se podia resolver antes do fim da guerra.<sup>150</sup> O objetivo dos créditos do Governo federal era, evidentemente, o recolhimento de café do mercado.<sup>151</sup> Foram adquiridas 3.073.585 sacas em Santos e Rio, embora o total adquirido no Rio tenha sido menor.<sup>152</sup>

Fortes geadas tinham assolado o estado de São Paulo em junho de 1870, maio de 1886 e agosto de 1902. Mas as geadas de 24, 25 e 27 de junho de 1918 foram completamente desastrosas. De 800 milhões de cafeiros, 300 milhões foram seriamente danificados. Uma série de outras importantes culturas paulistas, como a cana-de-açúcar, foram também atingidas. Os efeitos de uma geada dessas proporções prejudicam os rendimentos de muitos anos. Mas essa geada salvou a segunda intervenção no mercado. Os preços reagiram rapidamente em função da queda de produção e, igualmente, da abertura de mercados europeus. Os lucros obtidos por essa intervenção foram, provavelmente, os mais elevados da história,<sup>153</sup> pois o Governo estadual aproveitou a oportunidade para revender o estoque a preços altamente compensadores.

O gráfico 7 mostra o sensível declínio da produção e exportação causado pela geada de 1918 e a rápida recuperação que se seguiu. Os preços internacionais do café e o preço de exportação do Brasil subiram repentinamente após a geada, e as relações de troca melhoraram depois de um

<sup>147</sup> Lei n.º 3.316, ver RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República Epitácio da Silva Pessoa, pelo Ministro do Estado dos Negócios da Fazenda, Homero Batista (1920). In: *Defesa...* v. 1, p. 150.

<sup>148</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Epitácio da Silva Pessoa (1920). In: *Defesa...* v. 1, p. 24.

<sup>149</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo presidente do estado de São Paulo, Sr. Altino Arantes (1919) In: *Defesa...* v. 2, p. 101. Ainda sobre essas emissões de moeda, ver: THE CHASE NATIONAL BANK. op. cit. p. 160; *Retrospecto do Jornal do Commercio 1919*. p. 192; FRANCO, Crepory. *A política econômica do café e a quota do equilíbrio*. Rio, Coelho Branco, 1944. p. 5.

<sup>150</sup> MENSAGEM presidencial... (1919). *Defesa...* v. 2 e ver acontecimentos anteriores no *Retrospecto do Jornal do Commercio 1916*. p. 240-1.

<sup>151</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo presidente do estado de São Paulo, Sr. Altino Arantes (1920). In: *Defesa...* v. 2, p. 106.

<sup>152</sup> TAUNAY. op. cit. v. 11, p. 489, 490 e 501.

<sup>153</sup> Ver ANDRADE, Theophilo de. *O que foi...* p. 134; Id. A evolução de uma política abandonada. *Revista do Departamento Nacional do Café*, nov. 1937, p. 1096; LINS op. cit. p. 523.

período de substancial deterioração. A oferta monetária cresceu sensivelmente em decorrência das novas emissões e das políticas monetárias liberais adotadas pelas administrações no período da guerra. Porém, a taxa cambial subiu graças a duas medidas do Governo. Primeiro, restringiu-se a exportação de ouro e contraiu-se o monopólio das compras de exploração interna. Segundo, foram suspensos os pagamentos cambiais.<sup>154</sup> Os preços devem ter subido muito durante os anos da guerra em decorrência da liberalidade do orçamento e políticas monetárias. Mas a taxa cambial se valorizou. Uma provável explicação para essa política era simplesmente a popularidade dos governos que controlavam a desvalorização cambial. Pouco pode ser dito, do ponto de vista econômico, acêrca dessa segunda intervenção. Historicamente, teve uma importância significativa: efetuar-se-iam emissões de moeda do Governo federal visando proteger os interesses cafeeiros. A situação do setor do café seria defendida a qualquer custo. Novas intervenções seriam previsíveis tôda vez que uma safra abundante viesse ameaçar a rentabilidade da cultura do café. A valorização começara a tornar-se uma instituição.

## 2.5 A terceira intervenção, 1921-1924

A floração da safra de 1920/21 fazia prever um velho fenômeno: uma colheita excepcionalmente farta no estado de São Paulo. Essa perspectiva reduziu os preços de Nova Iorque de 23,5 centavos por libra, em junho de 1920, para 9,5 centavos no princípio de 1921.<sup>155</sup> Porém, o recesso comercial dos Estados Unidos foi parcialmente responsável por essa queda.<sup>156</sup> O

<sup>154</sup> VIANA. op. cit. p. 787-9.

<sup>155</sup> SIMONSEN. op. cit. p. 35; WICKIZER (op. cit. p. 142) diz: "Contrariamente às duas primeiras valorizações, a terceira decorreu da depressão e deflação dos preços no período de pós-guerra, e não das dificuldades causadas por safras abundantes ou excessiva capacidade de produção..." A tabela M e o quadro 7 mostram que a safra de 1920/21 rendeu 16,9 milhões de sacas, tendo sido a maior desde 1906/7 até 1927/28. A produção mundial também foi a mais elevada desde 1906/07. Tanto a fartura da safra quanto a contração externa aceleraram a valorização.

<sup>156</sup> "A partir de aproximadamente o meio do ano (1920), a contração (de 1920/21) mudou de intensidade. De um ligeiro declínio, degenerou em uma das mais rápidas retrações da história. Do ponto máximo em maio, os preços atacadistas baixaram moderadamente durante uns dois meses e, em seguida, afundaram... Em junho de 1921, seu nível situava-se 56% abaixo do de maio de 1920. Mais de três quartos da queda aconteceram nos seis meses decorridos entre agosto de 1920 e fevereiro de 1921. É êste, sem dúvida, um dos declínios de preços mais acentuados do período compreendido na nossa série monetária, tanto antes quanto depois daquela data e, talvez, de tôda a história dos Estados Unidos. Os únicos 'concorrentes' possíveis são as depressões de preços que se seguiram à Guerra de 1812 e à Guerra Civil". FRIEDMAN, Milton. & SCHWARTZ, Anna Jacobson. op. cit. p. 231-2. Incontestavelmente, Wickizer tem razão em salientar a importância da queda dos preços nos Estados Unidos, principalmente tendo em vista a interdependência dos Estados Unidos e do Brasil naquela época. Depois da I Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se os principais compradores de café do mundo. Mas é igualmente certo que a safra de 1920/21 foi singular, tanto em relação às anteriores, quanto às posteriores da década de 1920.



Banco do Comércio e Indústria de São Paulo participara na valorização de 1917/20 como agente do estado de São Paulo.<sup>157</sup> O estado empregara parte dos lucros da valorização anterior na compra, através do Banco, de uma parte dos estoques armazenados em Santos. O total das compras efetuadas na segunda metade de 1920 atingiu 300 mil sacas. Estas pertenciam ao Governo federal, pois a valorização fôra efetuada com empréstimos federais. Uma segunda medida adotada por São Paulo foi a contratação de um empréstimo em libras esterlinas, dólares e florins.<sup>158</sup> O objetivo desse empréstimo menor era sustentar as instituições de crédito do estado de São Paulo, das quais o setor cafeeiro dependia para a continuação de suas operações. As coisas se complicaram com o encerramento do caso do Bleischroeder. Os depósitos, à taxa cambial da data de depósito, importavam em 6 milhões de libras esterlinas mas, quando a Conferência de Paz obrigou a Alemanha a transferi-los, a taxa cambial alemã se desvalorizara a tal ponto que o Brasil só recebeu 600 mil libras esterlinas. Em março de 1921, o Governo federal implantou a terceira valorização.

A intervenção inicial pelo Governo federal foi financiada com o crédito concedido pela Carteira de Descontos do Banco do Brasil.<sup>159</sup> Em 1921, os estoques mundiais chegavam a 4.455 mil sacas, mais os do Brasil, que representavam 4.640 mil sacas.<sup>160</sup> As perspectivas para o setor cafeeiro do Brasil eram novamente explosivas. No fim de 1921, o Governo federal já tinha adquirido 1.500 mil sacas. Com vistas à consolidação de pequenos empréstimos, em maio de 1922 o Governo federal contraiu o Empréstimo de Garantia ao Café com as casas de N. M. Rothschild & Sons, Baring Brothers & Co. Ltd., e J. Henry Schroeder & Co. Ltd., num montante de

<sup>157</sup> Um contrato fôra assinado em dezembro de 1919. Ver MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo presidente do estado de São Paulo, Sr. Washington Luís Pereira de Souza (1921). *Defesa...* v. 2, p. 119.

<sup>158</sup> Dois milhões de libras esterlinas, dez milhões de dólares, e dezoito milhões de florins, para um total de 135,7 mil contos. MENSAGEM... (1921), p. 113 A operação foi aprovada pelo Decreto n. 3.318, de 26 de fevereiro de 1921. In: *Coleção Geral...*, v. 11, p. 1109. Ver também Andrade, *O que foi...*, p. 134.

<sup>159</sup> SIMONSEN. op. cit. p. 36.

<sup>160</sup> A distribuição, em milhões de sacas, era a seguinte:

	1922	1921
Mercados europeus	2,3	1,7
Mercados dos Estados Unidos	1,0	1,7
Em trânsito para a Europa	0,6	0,7
Em trânsito para os Estados Unidos	0,4	0,4
	4,3	4,5

Cumprе ressaltar que, para efeitos de cálculo, arredondaram-se os números. E que, no Brasil, havia 4,6 milhões de sacas em 1921 e 3,8 milhões em 1922. Ver TAUNAY. op. cit. v. 12, p. 126-7.

9 milhões de libras esterlinas.<sup>161</sup> Esse empréstimo não só consolidou a dívida externa do café mas também o financiamento interno. O Banco do Brasil assumiu papel importante no financiamento de tal valorização. Esta continuou até fevereiro de 1924, quando foram vendidos os últimos estoques. O recolhimento totalizara pouco mais de 4.500 mil sacas, ligeiramente menos de um têrço da safra de 1920/21.<sup>162</sup> O contrato com os banqueiros estipulara uma venda anual de 435 mil sacas. Mas, no fim do período da valorização, o Brasil solicitou e obteve a venda dos estoques restantes.<sup>163</sup>

A institucionalização do programa de valorização obteve importante estímulo durante a terceira valorização. Aliás, o termo mudou de “valorização” para “defesa permanente”. O documento-chave desse período foi a mensagem dirigida ao Congresso pelo Presidente Epitácio Pessoa em 17 de outubro de 1921.<sup>164</sup> Nela, o Presidente do Brasil atribuiu as crises cafeeiras a dois fatores que poderiam ser solucionados. Primeiro, a irregularidade dos rendimentos das safras exigira a intervenção do Estado. Segundo, a escassez de crédito para o armazenamento do produto, com vistas à sua venda posterior a preços mais elevados, demandava um fundo de crédito. De acordo com o Presidente, a única solução duradoura para o problema do café seria uma instituição permanente. O fundo a ser estabelecido contaria com um capital total de 300 mil contos, com o qual:

- a) concederia empréstimos às partes interessadas que ofereceriam o café como garantia;
- b) adquirir-se-ia café para regularizar a oferta;
- c) empreender-se-ia uma campanha de publicidade no exterior.

A fonte do capital desse fundo seria:

- a) os lucros auferidos pelo programa de valorização;
- b) os lucros obtidos através do tratado comercial brasileiro-italiano;
- c) os lucros derivados das transações do fundo;
- d) se necessário, emissões de moeda do Governo federal.

<sup>161</sup> A DEFESA do café. *Revista do ICSP*, p. 381; TAUNAY, op. cit. v. 12, p. 84, 126-8; LAVAQUERY, op. cit. p. 24.

<sup>162</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Epitácio da Silva Pessoa (1922). *Defesa...* v. 1, p. 54; THE CHASE NATIONAL BANK, op. cit. p. 150; FRANCO, op. cit. p. 6; LAVAQUERY, op. cit. p. 23; TAUNAY, op. cit. v. 12, p. 117. Houve acusações de operações desonestas que foram aparentemente refutadas. TAUNAY, op. cit. v. 12, p. 155; MENSAGEM... (1922). *Ibid.* p. 62.

<sup>163</sup> MENSAGEM ... pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes (1924). *Defesa...* v. 1, p. 79. Em 1924, o empréstimo já fôra praticamente pago.

<sup>164</sup> MENSAGEM enviada à Câmara dos Deputados, pelo Presidente da República Epitácio da Silva Pessoa, em 17-10-1921. *Defesa...* v. 1.

O fato de até o Presidente do Brasil acreditar num esquema visando a sustentação do café baseado em emissões internas de moeda constitui expressiva evidência da convicção generalizada no Brasil de que os programas de valorização eram, de fato, bem sucedidos. Naturalmente, a história mostrou a outra face da moeda. O programa de defesa permanente foi objeto de debates no Congresso e numerosas figuras importantes solicitaram um elevado financiamento.<sup>165</sup> Um volumoso programa de defesa permanente foi oficializado em junho de 1922.<sup>166</sup> Essa legislação previa o aumento e defesa das indústrias nacionais agrícolas, pecuárias e afins através do estabelecimento de institutos de defesa permanente. Também criava o Instituto de Defesa Permanente do Café.<sup>167</sup> Como é comum no Brasil, o projeto era divorciado da realidade a tal ponto que jamais foi implantado. Mas a idéia posteriormente interessou ao estado de São Paulo, que iniciou o programa de defesa permanente com seus próprios recursos. A manutenção esporádica de um preço mínimo — valorização — foi substituída por um conceito nôvo (defesa permanente) visando preservar, definitivamente, os interesses dos plantadores de café.

O gráfico 7 e a tabela 5 mostram os acontecimentos que causaram a terceira valorização. Um pronunciado aumento de produção, em 1920/21, foi acompanhado por um declínio ainda mais sensível dos preços internacionais, parcialmente compensado por substancial desvalorização do câmbio. No princípio da valorização, a oferta monetária cresceu bastante, em decorrência da liberalidade das políticas fiscal e monetária adotadas pelo Presidente Epitácio Pessoa. Mas estas foram seguidas, depois de 1923, pelo extremado conservadorismo do Presidente Bernardes,<sup>168</sup> cujo governo reduziu drásticamente os deficits oficiais, levando o país ao equilíbrio orçamentário. Do mesmo modo, estabilizou a oferta monetária e o câmbio. Um período de extraordinária expansão das despesas e emissões de moeda foi, mais uma vez, seguido por outro de contração drástica. Essa tem sido uma das características da história econômica do Brasil. Os brasileiros mais “ilustres” daquela época recomendaram as seguintes medidas para a economia brasileira:

<sup>165</sup> PARECER do Deputado Sampaio Vidal sobre a mensagem enviada à Câmara dos Deputados pelo Presidente da República Epitácio da Silva Pessoa, em 17-10-1921. In: *Defesa...* p. 32 em diante. Na página 41, Vidal escreve: “A defesa permanente do café... deve contar com um elevado capital próprio.” Ver também RETROSPECTO do Jornal do Commercio 1921, p. 210-1, e TAUNAY. v. 11, p. 92-3.

<sup>166</sup> DECRETO N.º 4.548 de 19 de junho de 1922. In: *Coleção geral...* v. 1, p. 77 em diante.

<sup>167</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Legislação federal cafeeira 1922-1940*. Rio, DNC, 1940. art. 6, p. 1.

<sup>168</sup> VIANA, op. cit. p. 978-9.

Primeiro, manter um equilíbrio *rigoroso* entre as despesas e receitas governamentais;

segundo, manter a estabilização cambial;

terceiro, manter a estabilização da oferta monetária.<sup>169</sup>

Naquele tempo não existiam diretrizes para uma política fiscal, monetária e cambial. É bem possível que um crescimento econômico estável da economia brasileira antes do atual período de pós-guerra tivesse sido mais bem promovido por um sistema de regras monetárias e fiscais. Expansões arbitrárias, seguidas de contrações, não poderiam ter dado ensejo a êsse crescimento econômico estável.

## 2.6 O Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, 1924-1929

### 2.6.1 O período de ação limitada, 1924-27

a) O plano de defesa permanente. A legislação de 1922 que criara o Conselho da Defesa e Contrôlo do Café preparou o caminho para a institucionalização da sustentação do café. As tentativas de defesa permanente empreendidas pelo Governo federal foram limitadas por uma mudança de administração. O Presidente Bernardes opôs-se às propostas. Conseqüentemente, a defesa permanente foi transferida para o estado de São Paulo. No fim de 1924, a legislação criou o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, que logo depois passou a se denominar Instituto de Café de São Paulo.<sup>170</sup> A organização administrativa do Instituto ficou sob o contrôlo do Governo do estado de São Paulo. O secretário da Fazenda paulista tornou-se também presidente do Instituto e o secretário da Agricultura, o vice-presidente. Os três membros restantes foram selecionados entre a classe dos cafeicultores e a dos comerciantes de Santos.

Os recursos financeiros do Instituto compreendiam um impôsto de transporte de um mil-réis "ouro" sôbre o café transportado através do estado de São Paulo, e empréstimos externos garantidos por êsse impôsto.

<sup>169</sup> VIANA. op. cit. p. 986-7.

<sup>170</sup> LEI n.º 2.004, de 19 de dezembro de 1924, "Criou o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café". *Coleção geral...* v. 2, p. 1.126 em diante; DECRETO n.º 3.802 de 14 de fevereiro de 1925, "Dá Regulamento ao Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café". Ibid. v. 2, p. 1.133 em diante; DECRETO n.º 4.301 de 22 de março de 1926. "Dá Nôvo Regulamento ao Instituto de Café do Estado de São Paulo". Ibid. v. 2, p. 1.154 em diante; LEI n.º 2.144 de 26 de outubro de 1926, "Remodela o Instituto de Café do Estado de São Paulo". Ibid. p. 1.174 em diante. O teor do primeiro decreto foi mantido na legislação posterior. Outra lei é mencionada mais adiante na seção correspondente a 1927-29. FRANCO. op. cit. In: *Retrospecto do Jornal do Commercio 1924*. p. 222-3; RETROSPECTO do Jornal do Commercio 1924. p. 222-3; Id. 1926. p. 297; TAUNAY. op. cit. v. 12, p. 203; DELFIM NETTO. op. cit. p. 117-36; WICKIZER. op. cit. p. 143-7.

O programa do Instituto visava cinco objetivos. *Primeiro*, regular a entrada de café em Santos. Um motivo de preocupação para os políticos daquela época era o influxo maciço de café em determinados períodos do ano. Nessas oportunidades, os preços do café caíam e o câmbio subia. Nos períodos restantes, entrava relativamente pouco café em Santos; os preços aumentavam e o câmbio se desvalorizava devido ao menor influxo cambial. Argumentava-se que essa situação beneficiava os especuladores. *Segundo*, promover acórdos com outros estados produtores de café e, principalmente, ampliar o impôsto de transporte até abranger o resto do país. *Terceiro*, conceder empréstimos aos produtores e comerciantes, garantidos pelo café armazenado nos depósitos reguladores. *Quarto*, adquirir café em Santos ou outro lugar do Brasil, sempre que o exigissem as condições do mercado. *Quinto*, melhorar as informações, estatísticas e publicidade do café. Outro objetivo, abandonado mais adiante, era o estabelecimento de um banco paulista de crédito rural.

Eram várias as razões pelas quais o café era armazenado no Brasil, ao invés de nos países onde seria consumido. *Primeiro*, ninguém se esquecera do caso do depósito no Bleischroeder. *Segundo*, a crescente oposição à valorização dos Estados Unidos<sup>171</sup> e na Europa exigia muito tato na escolha da localização dos depósitos. *Terceiro*, a disponibilidade de estoques nos mercados consumidores constituía ameaça iminente aos preços do café. Era mais fácil ocultar os eventuais excessos de produção cafeeira no interior do Brasil.

b) Implantação do plano. No princípio do esquema, São Paulo tinha estoques de aproximadamente 4.952 mil sacas.<sup>172</sup> A reserva ficou reduzida a 1.786 mil sacas em meados de 1925, mas atingiu um total de 3.312 mil sacas em 1927. Essa foi uma das razões pelas quais São Paulo foi escolhido para administrar a defesa permanente. Outros estados, no entanto, criaram também seus próprios institutos do café. Durante a primeira fase da defesa permanente, era pequena a quantidade de café armazenada nos depósitos reguladores, pois a produção era facilmente exportada no ano seguinte.<sup>173</sup> Pouca atenção se prestava à regulação.

As atividades financeiras do Instituto foram mais importantes no período de implantação do plano. O Instituto iniciou os empréstimos

<sup>171</sup> Herbert Hoover e o Presidente Coolidge também fizeram críticas. Ver *RETROSPECTO...* 1925, p. 31.

<sup>172</sup> REGRAY, LEON. A defesa do café durante os 10 últimos anos. *Revista do Instituto do Café de São Paulo*, fev. 1933, p. 114.

<sup>173</sup> *Ibid.* p. 115.

aos cafeicultores, contraindo um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas com a Lazard Brothers, de Londres, a juros de 7 1/2 por cento ao ano,<sup>174</sup> para a formação do fundo. O empréstimo foi aplicado no estabelecimento do Banco do Estado de São Paulo, em 4 de novembro de 1926.<sup>175</sup> O Banco Hipotecário e Agrícola de São Paulo foi a instituição que deu origem ao banco estatal. As hipotecas foram totalmente excluídas de sua carteira, passando a dedicar-se, exclusivamente, aos empréstimos aos agricultores. Durante êsse período, o Instituto teve prejuízo em operações efetuadas no mercado a termo de café. A intervenção depôs os diretores do Instituto.

## 2.6.2 A intervenção de 1927-29 e suas conseqüências

### 2.6.2.1 A safra de 1927-28 e mudanças no Instituto

1. Floração da safra de 1927/28. Sob muitos aspectos, as mudanças no Instituto de Café de São Paulo, em 1927/28, foram as medidas mais importantes da história cafeeira do Brasil. A floração da safra de 1927/28 pressagiava um velho problema: mais um ano de produção excepcionalmente abundante. Um técnico cafeeiro, de fama mundial, visitou o Brasil em outubro de 1927 e previu que o rendimento da safra atingiria os 25,6 milhões de sacas. Poucos acreditaram em suas palavras.<sup>176</sup> A maioria dos brasileiros subestimava essa safra, embora admitindo a ameaça de farta produção. As verdadeiras dimensões da safra só se tornaram conhecidas em 1928. No período de 1927/28, o Brasil produziu um total de 27,7 milhões de sacas de café, superando as safras anteriores mais abundantes em quase 10 milhões de sacas.

2. Programa do Instituto. O Instituto Paulista se concentrou em três metas: limitação, publicidade e financiamento.<sup>177</sup> Com relação à primeira, realizou-se um acôrdo com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia e Pernambuco, visando regular as entradas nesses portos. No tocante à segunda, instituiu-se um impôsto de 2 mil-réis para a criação de um fundo de publicidade. E com referência

<sup>174</sup> A DEFESA do café. *Revista do ICSP*, p. 385; SIMONSEN. op. cit. p. 36; REGRAY. art. cit. p. 115.

<sup>175</sup> REGRAY. art. cit. p. 116.

<sup>176</sup> Ver uma descrição da visita pelo próprio técnico: *Ibid.* p. 119. Ver também TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 138. As autoridades brasileiras da década de 1930 concordaram com Regray.

<sup>177</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Legislativo pelo Presidente do estado de São Paulo, Sr. Júlio Prestes de Albuquerque (1928). op. cit. v. 2, p. 145. Ver, também, TELES, Mário Rolim. *A defesa do café 1927-29*. São Paulo, 1940, uma narração feita pelo presidente do Instituto.

à terceira, a principal medida adotada foi o adiantamento, pelo Banco do Estado de São Paulo, de 60 mil-réis por saca aos cafeicultores.

3. Política de preços. Esse adiantamento de 60 mil-réis foi, sem dúvida, a medida mais significativa. O critério para determinar-se o montante do adiantamento era o preço do café armazenado, e não o custo de produção. Outro importante fator ignorado pelo Instituto era o fato de os custos do café diminuírem sensivelmente durante as safras excepcionalmente fartas. Já foi afirmado que a futura redução do preço que decorreria da acumulação de estoques foi ignorada pelos cafeicultores paulistas devido à abundância de dinheiro resultante da política de preços. Os adiantamentos eram vistos como indicação do preço a ser percebido no futuro. E os fundos eram aplicados no preparo de novas terras e em novas plantações. A situação dos banqueiros paulistas, fornecedores desses adiantamentos, viu-se seriamente ameaçada pelas possibilidades de falência do setor cafeeiro.<sup>178</sup> Mas este foi só um dos aspectos da política de preços.

Quase tão significativa quanto a distorção dos preços futuros, provocada por elevados adiantamentos concedidos em safras excepcionais, era a proteção de produtores incompetentes no estado de São Paulo. É conveniente dividir as plantações paulistas em zonas, de acordo com a idade dos cafeeiros. As estimativas do custo de produção em 1928 são relacio-

TABELA 6

São Paulo, custos de produção e número de cafeeiros por zonas em 1928  
(Mil-réis e milhões de pés)

Zonas	Custos de produção 1928		N.º de cafeeiros (milhões)
	Mil-réis por arroba	Mil-réis por saca	
Velha	42,8	171,2	600
Média	35,8	143,2	300
Nova	32,7	131,8	100

Nota: Os custos de produção incluem mão-de-obra, equipamento, transporte, despesas de comercialização, administração, juros e depreciação.

Fonte: MUNIZ, João Carlos. O custo de produção do café em São Paulo. *Retrospecto comercial do Jornal do Commercio* 1928. p. 316-322.

<sup>178</sup> WICKIZER. op. cit. p. 146; THE CHASE NATIONAL BANK. op. cit. p. 160; ROWE, J. W. F. *Studies in the artificial control of raw materials: n. 3 Brazilian coffee*. The Executive Committee of London & Cambridge Economic Service, London, 1932. p. 12.

nadas na tabela 6. A idade dos pés de café na zona velha era mais de 35 anos; a da zona média era de 20 a 35 anos; e a da zona mais nova era inferior a 20 anos. A política de preços adotada pelo Instituto concordava com essa divisão em zonas. Segundo o presidente do Instituto: <sup>179</sup>

“... dos 10 milhões de sacas exportados pelo pôrto de Santos anualmente, 6 milhões eram produzidos pelas chamadas ‘zonas velhas’ e o restante, pelas mais novas. Logo, era óbvio que o preço a ser defendido seria o correspondente ao custo de produção na zona velha. Se o preço de venda fôsse inferior ao custo nessa zona, teria que ser corrigido imediatamente...”

Os adiantamentos montavam a quase a metade do custo de produção na zona nova e a mais de um têtço do da zona velha, situação que nunca acontecera antes em São Paulo. Os observadores contemporâneos indicam a presença de substancial inflação nos municípios cafeeiros e ativas especulações na compra e venda das terras. <sup>180</sup> Devido aos primitivos métodos de produção, a zona velha era seriamente improdutiva: o uso de fertilizantes era mínimo, <sup>181</sup> a mão-de-obra cara e as pestes abundantes. <sup>182</sup> A proteção dêsses produtores incompetentes, prolongando-se por mais de duas décadas, deteriorou sensivelmente a vantagem comparativa que o Brasil detinha na produção de café. Nesse período, muitos começaram a duvidar da predestinação do Brasil na cultura do café: <sup>183</sup>

“O cultivo do café em São Paulo, com 600 milhões de pés em evidente declínio, já ultrapassou a fase da exploração intensiva. O exemplo de outros países mostra o caminho a seguir: ou intensificamos o plantio na base de métodos práticos e científicos, ou presenciaremos a deterioração, até o desaparecimento total, da riqueza que tem sido um monopólio do Brasil.”

Era essa uma realidade difícil, mas muito premente. Em decorrência da fartura de dinheiro provocada pela política de preços, o Brasil exportou 8 milhões de toneladas de café de qualidade bem inferior no decorrer

<sup>179</sup> TELES op. cit. p. 79.

<sup>180</sup> MUNIZ, João Carlos. O custo de produção do café em São Paulo. *Retrospecto do Jornal do Commercio* 1928. p. 321-2.

<sup>181</sup> Ibid. p. 321.

<sup>182</sup> RETROSPECTO do Jornal do Commercio 1928. p. 280-91.

<sup>183</sup> MUNIZ. op. cit. p. 316-22.



do ano de 1927/28. As autoridades sanitárias dos Estados Unidos deram ordem de despejar no mar parte das importações de café brasileiro que entraram em Nova Iorque.<sup>184</sup> O café brasileiro passou a ser considerado de qualidade inferior ao da Colômbia e de outros países produtores.

Essas políticas de preços foram a causa da crise cafeeira que sobreveio depois de 1929. Os esforços anteriores, visando a valorização, tinham obtido sucesso porque uma safra abundante fôra seguida de outras menores devido à capacidade de produção dos cafeeiros ter sido esgotada pela colheita mais farta. Os pés de café demoram algum tempo para se recuperarem de uma grande produção. A valorização de 1906, por exemplo, não teria obtido os resultados previstos se a safra de 1906/07 se houvesse repetido dois ou três anos mais tarde. Mas a confiança numa ilimitada produção cafeeira inspirada pela defesa permanente constituiu fenômeno inteiramente diverso.<sup>185</sup> Estimulou os cafeicultores a incrementarem substancialmente a capacidade produtiva, já que o estado resolveria qualquer situação. A safra de 1929/30 atingiu os 28,9 milhões de sacas e, durante tôda a década de 1930, o Brasil produziu uma média anual superior a 20 milhões de sacas. Esse aumento de produção durante a Grande Depressão foi o resultado do plantio intensivo no fim da década de 1920, promovido pelo Instituto Paulista sob condições artificiais de mercado. A defesa permanente causou a crise contínua do setor cafeeiro. Não foi o fracasso de uma economia de mercado, como afirma Celso Furtado,<sup>186</sup> mas a distorção do mercado livre, visando proteger os interesses de uma classe da sociedade, em detrimento do progresso das classes restantes. A consequência econômica da chamada valorização de Rolim Teles foi a crise permanente da produção cafeeira.

4. Outras medidas. O resto do plano do Instituto foi cuidadosamente executado. Em 20 de maio de 1927, o Instituto sofreu importantes modificações. Entre as novas medidas, incluíam-se a construção de depósitos, a subdivisão da safra em quotas mensais, a regulamentação do impôsto de transporte, o melhoramento da previsão das safras etc.<sup>187</sup> Além do mais, o acôrdo com os outros estados produtores assegurava a regulamentação das entradas nos portos, um dos mais importantes problemas, na

<sup>184</sup> CAMARGO, Rogério de. Problemas agrônômicos do café. *Revista do Departamento Nacional do café*, jul. 1933, p. 6. Todos êsses pontos são tratados mais detalhadamente no item seguinte.

<sup>185</sup> Ver argumentos semelhantes em DELFIM NETTO, p. 110-2.

<sup>186</sup> FURTADO. *The economic...* p. 207. Ver também o meu artigo: A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, mar. 1968, p. 23, nota 27.

<sup>187</sup> REGRAY. *A defesa...* p. 116.

opinião dos planejadores contemporâneos. O Instituto foi altamente elogiado pelo sucesso obtido com essas outras medidas.<sup>188</sup>

Não se contraíram mais empréstimos externos, mas o Instituto obteve uma linha de crédito com a Lazard Brothers, de Londres. O banqueiro londrino abriria um crédito de 5 milhões de libras esterlinas anualmente no Banco do Estado de São Paulo. Por sua vez, o crédito seria depositado nos bancos que estivessem fornecendo adiantamentos aos cafeicultores. Parte dos recursos para esses depósitos também provinha do empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas.<sup>189</sup>

#### 2.6.2.2 O setor cafeeiro em 1928

Neste período, havia substancial interêsse, mesmo ao nível presidencial, acêrca da natureza e contrôle da especulação. No entender do Presidente do Brasil,<sup>190</sup> uma das razões para a regulamentação era a redução dos estoques geralmente mantidos pelos especuladores de países estrangeiros. Segundo o Presidente, os especuladores adquiriam o café a preços mais baixos durante as safras abundantes. Esses estoques eram posteriormente vendidos durante as safras menores, forçando o declínio dos preços a níveis inferiores aos que teriam prevalecido, se os estoques não houvessem sido comercializados. O resultado disto era um preço eternamente “baixo” para o café do Brasil. A regulamentação resolveria o problema ao providenciar o armazenamento de estoques no interior do Brasil e a sua entrada “normal” no mercado. O critério de “normalidade” era um fluxo mensal relativamente estável. Se a especulação realmente correspondeu à descrição do Presidente, o que é difícil de verificar, os especuladores ajudaram a estabilizar o mercado e reduzir os impactos cíclicos dos tardios ajustamentos aos preços e safras excepcionais. Os especuladores aumentavam os estoques durante essas safras, aliviando a queda dos preços do café. Na alta os estoques seriam vendidos, reduzindo a elevação dos preços. Presumindo-se o axioma da maximização de lucros, êsse comportamento dos especuladores era perfeitamente previsível. Na realidade, êsse é o comportamento dos detentores de estoques, exceto em condições de crise aguda. Portanto, a análise do Presidente do Brasil sôbre a especulação era falsa em termos de sua conveniência para o país. Havia, porém, outro

<sup>188</sup> Id. *Ibid.* p. 118.

<sup>189</sup> REGRAY. *A defesa...* p. 119-20; TELES. *op. cit.* p. 6.

<sup>190</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Washington Luís Pereira de Souza (1929). In: *Defesa...* v. 1, p. 90-1.

aspecto no argumento do Presidente Washington Luís Pereira de Souza. O embarque de café do interior para Santos ocorria em períodos de “volumosas” e “pequenas” entregas. Durante o período de grande influxo, as receitas cambiais aumentavam e a taxa cambial se valorizava, enquanto o preço em mil-réis do café declinava. Nos períodos de moderado influxo, as receitas cambiais decaíam abruptamente e a taxa cambial baixava, com o conseqüente aumento do preço do café em mil-réis. A regulação visava estabilizar a taxa cambial e impedir os lucros desmedidos dos especuladores de Santos. Ainda neste caso, pode-se considerar que a especulação exercia efeito estabilizador. Entretanto, êste argumento era em grande parte político. A política econômica mais importante do Governo federal foi a rigorosa estabilização cambial, em relação à qual as políticas cafeeiras passaram a ocupar posição secundária.

Em 1928, introduziram-se importantes modificações no Instituto. Naquele tempo, o estado de São Paulo e o Instituto de Café detinham 223 mil ações das 250 mil exigíveis do Banco do Estado de São Paulo. Êste se tornara uma espécie de banco central para os problemas cafeeiros dentro do estado. Devido a antigos fracassos, a Divisão de Finanças do Instituto foi abolida e tôdas as transações financeiras transferidas ao Banco.<sup>191</sup> Desta forma, sua importância aumentou sensivelmente. Talvez tenha sido uma decisão acertada, do ponto de vista dos planejadores, separar os assuntos financeiros do Instituto, concentrando-os numa instituição de crédito. O crédito de 5 milhões de libras esterlinas foi renovado pela Lazard Brothers, de Londres, e o Instituto foi autorizado a emitir letras de câmbio contra êsse crédito. Um nôvo acôrdo dos estados cafeeiros regulamentou os embarques para o pôrto. A atmosfera no Brasil era de otimismo. Em 1928 os preços subiram, tanto as cotações à vista quanto as a têrmo. O problema do café fôra finalmente resolvido. O Instituto conseguira elevar os preços do café sem contrair empréstimos adicionais. Êsse otimismo não chegou a durar um ano.

### 2.6.2.3 Colapso do Instituto

Os estoques detidos pelo estado de São Paulo montavam a 20 milhões de sacas em 1929, nível acima de uma safra normal e quase tão elevado

<sup>191</sup> DECRETO n.º 4.379 de 23 de fevereiro de 1928, “Dá Nôvo Regulamento ao Instituto de Café do Estado de São Paulo”. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.187 em diante; LEI n.º 2.279 de 4 de setembro de 1928, “Autoriza o Presidente do Instituto de Café do Estado de São Paulo a Avaliar Saques e Promissórias Referentes ao Crédito de Cinco Milhões de Libras Esterlinas, Aberto ao Banco do Estado de São Paulo”. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.197 em diante; TELES. op. cit. p. 7; TAUNAY. v. 13, p. 124, 227.

quanto o de uma grande safra.<sup>192</sup> Como já mencionamos anteriormente, os esquemas de valorização tinham funcionado porque a safra abundante fôra seguida de diversas safras normais ou menores. A floração da safra de 1929/30 fazia prever uma colheita recorde para o Brasil, talvez maior que a de 1927/28.<sup>193</sup> A produção cafeeira no ano de 1929/30 atingiu os 28,9 milhões de sacas, sendo a mais elevada da história do país. O Instituto se baseara na experiência anterior: uma grande safra seguida de outras menores.<sup>194</sup> Mas a safra de 1927/28 de 27,6 milhões de sacas foi imediatamente seguida pela safra excepcional de 1928/29. Em vista dessa situação, o Instituto mantinha a esperança de ser salvo por um fenômeno meteorológico, tal como uma geadas, que destruísse a produção.<sup>195</sup> Isto mostra até que ponto as valorizações prévias tinham distorcido o senso de mercado dos cafeicultores, planejadores e banqueiros brasileiros. A intervenção do Governo tinha atrofiado a capacidade do país de avaliar corretamente as diversas alternativas de investimento. É preciso compreender que a crise do café precedeu a depressão de Wall Street, de outubro, por uns poucos meses. Mesmo se não tivesse havido uma depressão nos países industrializados, o Brasil ter-se-ia defrontado com uma crise insolúvel no setor cafeeiro.

Algumas medidas sem maior significação foram tomadas pelo Instituto na presença da crise. O controle da entrada do café nos portos continuou. A linha de crédito com a Lazard foi renovada. Mas o prestígio nacional do Instituto fôra abalado. O Banco do Brasil adotou uma política deflacionária no fim da década de 1920. O principal objetivo do Presidente Washington Luís era controlar a desvalorização do câmbio. Assim, o Banco do Brasil se recusou a manter seu apoio ao Instituto paulista. O Presidente do Instituto fez reclamações amargas sobre essa situação.<sup>196</sup> E, em outubro de 1929, o mercado de capitais de Nova Iorque sofreu a pior debacle de sua história. Os preços internacionais do café acompanharam o violento declínio dos preços do mundo inteiro. Até em outubro, os preços do café no interior do Brasil caíram de 35 mil-réis por dez quilos para 10 mil-

<sup>192</sup> MENSAGEM presidencial apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Washington Luís Pereira de Souza (1930). *Defesa...* v. 1, p. 97.

<sup>193</sup> REGRAY. *A defesa...* p. 120-1; TAUNAY. v. 14, p. 141.

<sup>194</sup> REGRAY, Leon. A defesa do café durante os 10 últimos anos. *Revista do Instituto de Café do Estado de São Paulo*, maio 1933, p. 357. Esse estudo foi uma continuação do trabalho de fevereiro, apresentado pelo mesmo jornal.

<sup>195</sup> Id. *ibid.* p. 357.

<sup>196</sup> TELLES. A defesa do café e a crise econômica de 1929. São Paulo, 1931. p. 26, 36.

réis.<sup>197</sup> No fim de 1929, o Governo federal abandonou completamente o Instituto. Seu presidente renunciou.<sup>198</sup> O pequeno empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas contraído em novembro de 1929 não melhorou a situação. O Brasil desistiu da intervenção, e os preços caíram aos níveis do mercado. A valorização fracassara.

#### 2.6.2.4 Resumo

O gráfico 7 mostra o violento declínio dos preços do café em 1929/30, declínio esse que já começara em 1928. Tanto o estoque monetário, quanto a taxa cambial se estabilizaram devido às políticas monetárias conservadoras adotadas pelo Presidente Washington Luís. Mas, em 1930, a oferta monetária declinou e não foi mais possível fixar a taxa cambial. Um importante fator da crise cafeeira é salientado na série da produção cafeeira do Brasil. A produção aumentou sensivelmente em 1927/28 e, novamente, em 1928/29. Mesmo se não tivesse havido uma Grande Depressão, a crise cafeeira ter-se-ia desencadeado. O declínio dos preços internacionais do café redundou numa elevação limitada das exportações mas, de maneira alguma, num aumento proporcional ao declínio dos preços. Os planejadores brasileiros não compreenderam a natureza da crise. As quedas de preços não foram suficientes para compensar a substancial redução dos níveis de renda, o que provocou o aparecimento de novas funções na demanda de café, e menores quantidades exigidas para todos os preços. Naquele momento, uma nova valorização não teria funcionado, mesmo se os recursos necessários tivessem sido levantados. Mas o abandono da sustentação do café era um convite à revolta armada. O Brasil esgotara tôdas as alternativas tradicionais.

### 3. Políticas cafeeiras do Brasil durante a grande Depressão

#### 3.1 Movimento de produção e preços

A Depressão do período 1929-1933 afetou o mundo inteiro, mas, provavelmente, seu impacto mais violento foi nos Estados Unidos:<sup>199</sup>

<sup>197</sup> RETROSPECTO do Jornal do Commercio 1929.

<sup>198</sup> A DEFESA do café. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, fev. 1935, p. 385-86; OLIVEIRA, Numa de. A situação atual do mercado de café no Brasil. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, abr. 1932. p. 37; DELFIM NETTO. op. cit. p. 130 em diante.

<sup>199</sup> FRIEDMAN, Milton & SCHWARTZ, Anna Jacobson. *A monetary history of the United States 1867-1960*. Princeton University Press, 1963. p. 301.

... "A renda monetária caiu 15% de 1929 a 1930, 20% no ano seguinte, 27% no seguinte e ainda 5% de 1932 a 1933, embora o ponto mínimo do ciclo se situe em março de 1933. O rápido declínio dos preços reduziu substancialmente a queda da renda monetária, porém, mesmo assim, esta baixou 11%, 9%, 18% e 3%, nos quatro anos sucessivos. Estes declínios são excepcionais para anos isolados, mais ainda em se tratando de anos sucessivos. No total, a renda monetária caiu 53% e a renda real 36%, ou seja, a uma taxa anual contínua de 19 e 11%, respectivamente, ao longo do quadriênio.

Já em 1931, a renda monetária era inferior a qualquer outra desde 1917 e, em 1933, a renda real situava-se ligeiramente abaixo do nível de 1916, apesar de a população, no ínterim, ter crescido 23%. Em 1933, a renda real *per capita* era praticamente idêntica à do ano da depressão de 1908, um quarto de século atrás. Quatro anos de contração anularam temporariamente os avanços de duas décadas, não invalidando naturalmente os adiantamentos tecnológicos, mas deixando de utilizar homens e máquinas. Na fase mais aguda da depressão, o desemprego atingia uma em cada três pessoas."

A contração das atividades econômicas foi acompanhada de pânico bancários, falhas na administração monetária, queda violenta das cotações da Bolsa de Valores, redução do comércio internacional através das medidas adotadas para restringi-lo, colapso do padrão ouro e aflição e frustração generalizadas decorrentes do desemprego.<sup>200</sup> É provável que um nível de desemprego daquelas proporções causasse hoje uma revolução radical, mesmo nos países industrializados de maior estabilidade política.

Naquele tempo, a economia do Brasil era essencialmente de exportação. Essa conjuntura institucional pressagiava que o ciclo se propagaria rápida e violentamente dos países industrializados para o Brasil. O gráfico 8 mostra os dados disponíveis para a análise do impacto da Grande Depressão sobre o setor cafeeiro, do ângulo dos períodos de crise e intervenção estatal. Entre 1928 e 1940, as relações de troca do Brasil decaíram 65%, e os preços internacionais do café, 66%. Nos últimos três anos da década, porém, os preços e as relações de troca foram afetadas pela dificuldade de exportar para a Europa. Mas os preços continuaram caindo

<sup>200</sup> Ver uma excelente descrição dos aspectos econômicos da depressão e novas interpretações em Friedman & Schwartz. *The great contraction*. op. cit. cap. 7, p. 299-407. Ver também as críticas de WICKER, Elmus R. *Federal reserve monetary policy, 1922-33: A reinterpretation*. *Journal of Political Economy*, aug. 1965.

GRAFICO 8

Fatores no mercado brasileiro de café do Brasil — 1906-1940



na década de 1930, mesmo depois da recuperação dos níveis de renda nos Estados Unidos, a partir de 1933. As cotações mundiais do café eram inferiores às que tinham prevalecido no primeiro período de crise de 1908. É óbvio que o comportamento dos preços do café não pode ser atribuído exclusivamente às repercussões internacionais da depressão.

As políticas cafeeiras também ajudam a explicar o colapso dos preços. Considerando-se que um pé de café demora oito anos até atingir sua produção plena, o aumento constante da produção, depois de 1925, decorreu do plantio efetuado no surto de 1917/18 para substituir, em parte, os cafeeiros danificados pela geada. A safra de 1926/27 foi o primeiro indício de que a capacidade superaria amplamente as possíveis exportações. Entretanto, o indício foi distorcido pela abundância de recursos do Instituto Paulista de Café e a convicção de que o plano permanente de defesa garantiria a colocação de qualquer volume produzido no Brasil a um preço "justo". Os estoques mundiais totais, que são extremamente difíceis de calcular, aumentaram bastante e superaram o ponto máximo das maiores safras. Rendimentos sem precedentes vieram agravar a situação. Uma safra excepcional foi seguida de outras também de proporções extraordinárias, num total de quatro safras enormes, quase consecutivas. Tal foi o resultado da institucionalização da sustentação do café. A produção não conseguiu se ajustar até por volta de 1936/37.

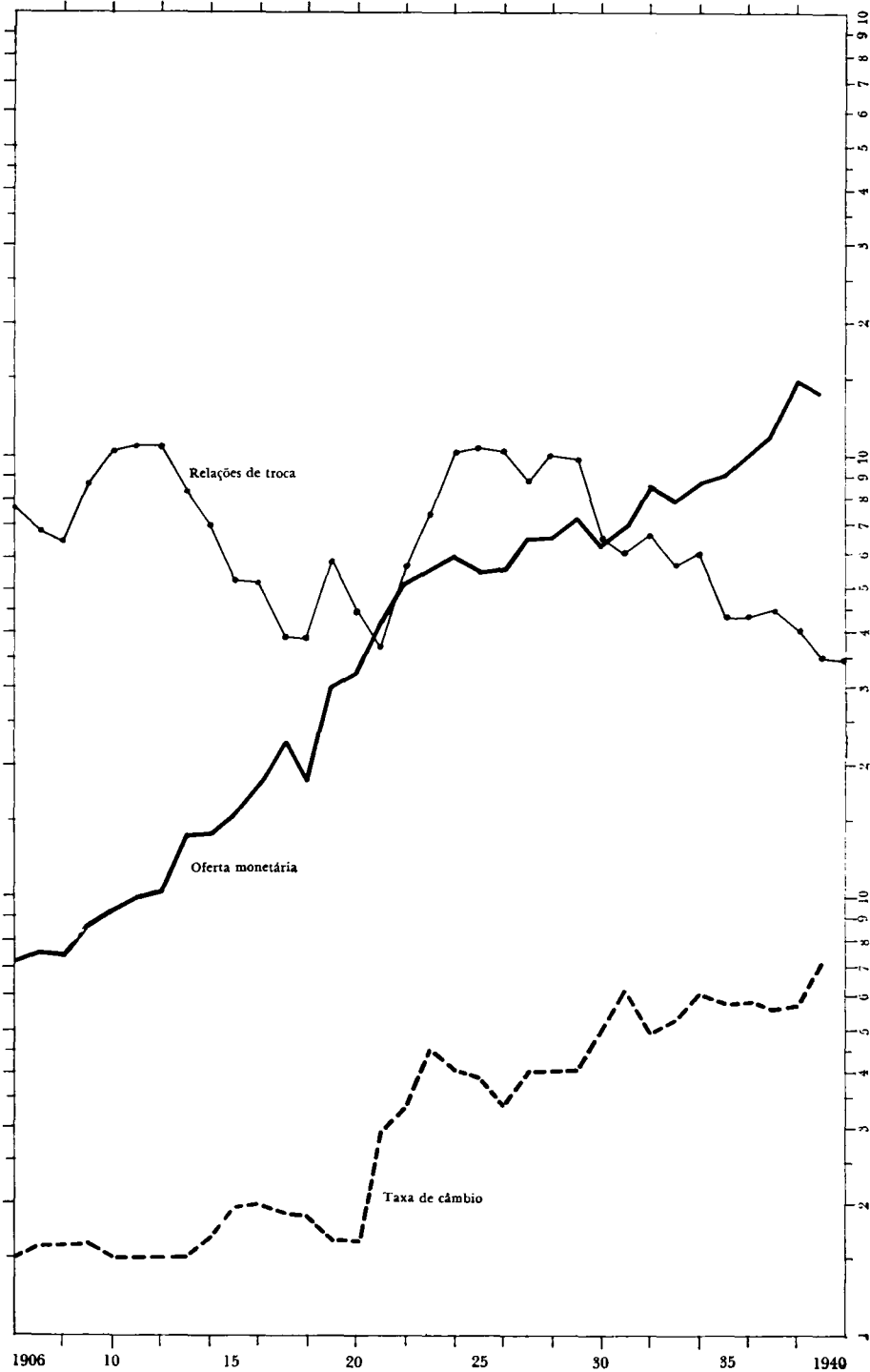
Os dados indicam que a crise cafeeira teria exercido um impacto menor se o Instituto Paulista de Café não tivesse implantado a valorização. O plantio e especulação de terras de 1926/27 atingiram seu auge nos primeiros anos da Grande Depressão. Para a apreciação dos dados monetários, o gráfico 9 mostra que a taxa cambial, na década de 1930, foi mantida estável por um programa de controle cambial.<sup>201</sup> De uma perspectiva de 35 anos, a taxa cambial apresenta igual comportamento ao da oferta monetária: uma reta seguida de violentos aumentos, correspondentes aos fracassos dos programas de estabilização cambial e monetária. A política econômica desses períodos difíceis não teve maior expressão. Os interesses de classe determinavam as medidas políticas no Brasil. É inteiramente absurdo montar-se um modelo histórico ideal de crescimento econômico baseado nas confusas diretrizes dos governos daquela época. E é mais perigoso ainda pretender que essas políticas desesperadas sejam aplicadas nas circunstâncias atuais do Brasil ou de qualquer outro país.

<sup>201</sup> Ver meu artigo: A BALANÇA comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, mar. 1968.



GRÁFICO 9

Brasil, oferta monetária, relações de troca e taxa cambial — 1906-1940



### 3.2 O empréstimo para a comercialização do café, 1930

Logo depois de a sustentação oficial do setor cafeeiro ter sido suspensa tanto pela administração federal quanto pelo estado de São Paulo, em fins de 1929, surgiram quatro problemas no setor, principalmente em São Paulo. Primeiro, a situação financeira dos bancos paulistas era crítica. Eles adiantavam fundos aos cafeicultores, de modo que um pânico bancário teria paralisado a exportação de café, principal atividade econômica de São Paulo e do Brasil. O Banco do Estado de São Paulo concedera volumosos empréstimos aos fazendeiros, e seus recursos estavam esgotados. Lançara mão, também, de dois empréstimos menores a curto prazo: os 5 milhões anuais de libras esterlinas da Lazard Bros. e um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas de Schroeder.<sup>202</sup> Segundo, as condições financeiras dos fazendeiros eram tão críticas que o café não podia ser transportado até o pôrto, devido à falta de recursos para pagar o transporte ferroviário.<sup>203</sup> Terceiro, para preservar a agricultura do estado, era preciso fazer adiantamentos aos cafeicultores.<sup>204</sup> Quarto, o país se encontrava em séria situação cambial. Depois da crise de outubro de 1929, uma corrente de dinheiro esvaziou as reservas cambiais do Brasil.<sup>205</sup> Além do mais, os conhecimentos de carga do Banco do Estado de São Paulo precisavam ser pagos regularmente. Inúmeros brasileiros sugeriam que tais problemas fossem solucionados através da emissão de moeda para a compra dos estoques cafeeiros. Porém, o Presidente do Brasil recusou-se firmemente a emitir dinheiro para sustentar os preços do café. O programa de sustentação do café foi abandonado e a principal preocupação do Governo passou a ser a estabilização monetária e cambial.<sup>206</sup>

O estado de São Paulo encomendou a Schroeder & Co. a elaboração de um plano para solucionar os quatro problemas. O plano Schroeder consistiu no Empréstimo para a Conversão do Café, pelo qual o estado

<sup>202</sup> A DEFESA do café. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, fev. 1935, p. 385-6; COSTA PIRES, Francisco da. O café e a dívida externa do Brasil. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, mar. 1935, p. 672.

<sup>203</sup> LAVAQUERY, Paul. A política de valorização dum produto agrícola: o café. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1933, p. 25.

<sup>204</sup> A DEFESA do café. p. 386. Muito embora a política oficial de sustentação do café tivesse sido abandonada, os administradores públicos ainda acreditavam que era necessária alguma intervenção para manter-se a ordem nos negócios do setor cafeeiro.

<sup>205</sup> SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, jan. 1940, p. 36.

<sup>206</sup> COSTA PIRES. op. cit. p. 672.

de São Paulo contraiu uma dívida de 20 milhões de libras esterlinas com a Schroeder & Co., Baring Bros., Rothschild & Sons e Speyer & Co., em 30 de abril de 1930. O empréstimo forneceria 720 mil contos, em moeda nacional, ao Banco do Estado de São Paulo. Os banqueiros solicitaram que São Paulo se abstinhasse de realizar outra intervenção no mercado. O plano previa a aplicação de 180 mil contos na compra de 3 milhões de sacas de café a 60 mil-réis a saca; êsse café constituiria a reserva do estado. Os restantes 540 mil contos seriam adiantados, a 40 mil-réis por saca, aos cafeicultores paulistas. O café objeto dos adiantamento atingiria os 13,5 milhões de sacas e seria a reserva dos cafeicultores; a soma dos estoques dos fazendeiros e do estado — 16,5 milhões de sacas — seria a garantia da dívida.<sup>207</sup> O contrato também previa a venda mensal de 137,5 mil sacas, das quais 112,5 mil seriam dos estoques dos agricultores e as restantes 25 mil, do estoque do estado. Fixou-se um impôsto de 3 xelins — posteriormente elevado a 5 — por saca exportada, com vistas ao estabelecimento de um fundo para as despesas de serviço e pagamento do empréstimo. Naquele tempo, ainda se cobravam em São Paulo o impôsto de 5 francos por saca, instituído no Convênio de Taubaté, e a taxa de 1 mil-réis por saca do Instituto do Café.

Se o empréstimo tivesse sido administrado de acôrdo com o plano do contrato, São Paulo teria conseguido liquidar a dívida em dez anos, juntamente com os juros de 7% ao ano. Mas o resultado foi outro. O empréstimo foi pèssimamente administrado. Os 3 milhões de sacas foram adquiridos a 100 mil-réis a saca, ao invés dos estipulados 60 mil-réis. Conseqüentemente, só sobraram 420 mil contos para os adiantamentos aos agricultores. Além do mais, o próprio empréstimo foi utilizado em despesas de serviço e, até, pagamento do principal.<sup>208</sup> A opinião generalizada no Brasil era de que o serviço do empréstimo onerava excessivamente a situação econômica do país naquele momento. Em agôsto de 1930, uma lei tentou melhorar a situação cafeeira proibindo a venda e exportação de café brasileiro inferior ao tipo 8.<sup>209</sup> Foram essas as últimas medidas do Govêrno constitucional.

<sup>207</sup> REGRAY, Leon. *O café do Brasil em 1934*. DNC, Rio, 1935. p. 19-20; SIMONSEN, Roberto C. op. cit. p. 37; A DEFESA do café. p. 385 em diante.

<sup>208</sup> REGRAY. *O café...* p. 20.

<sup>209</sup> DECRETO n.º 19.318, de 27 de agôsto de 1930. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Legislação federal cafeeira 1922-1940*. DNC, Rio, 1940. p. 8-9.

### 3.3 O Conselho Nacional do Café

#### 3.3.1 Primeiras políticas do Governo Provisório

Em outubro de 1930, um movimento revolucionário substituiu o Governo constitucional estabelecido pelo que veio a ser conhecido como o Governo Provisório. Getúlio Vargas assumiu a chefia da nação, governando até 1945. Os membros do novo Governo se reuniram em 29 de dezembro de 1930 com o fim de estudar propostas para a solução da crise cafeeira.<sup>210</sup> Os participantes dessa reunião aprovaram uma proposta para a compra de estoques de café no Brasil. No mês de janeiro, a proposta foi aperfeiçoada.<sup>211</sup>

Em 11 de fevereiro de 1931, o novo regime legislou as políticas cafeeiras aprovadas na reunião de dezembro. Por essa legislação, o Governo federal se comprometeu a adquirir, através do Ministério da Fazenda, todos os estoques de café existentes no Brasil em 30 de junho, com exceção dos relativos ao Empréstimo para a Conversão do Café, de propriedade de São Paulo. Esse café seria temporariamente retirado do mercado. Estabeleceu-se um impôsto em espécie de 20% para todo o café exportado do Brasil. O preço máximo de compra do Governo federal foi fixado em 60 mil-réis, dos quais 20 mil-réis seriam fornecidos pelo estado de São Paulo.<sup>212</sup> Instituiu-se uma taxa proibitiva de 1 mil-réis por novo cafeeiro plantado, visando reduzir a futura produção brasileira aos níveis do consumo mundial. Em março, o estado de São Paulo abriu um crédito com o Tesouro do Estado no montante de 350 mil contos para financiar a sua participação no recolhimento dos estoques.<sup>213</sup> A fonte dos recursos foi uma emissão de obrigações do Estado, com juros de 6% e vencimento em 30 anos. Em consequência dessas medidas, os cafés de qualidade inferior seriam destruídos ou entregues como parte do impôsto em espécie.

<sup>210</sup> Ver meu artigo: *A BALANÇA...* op. cit. p. 21-2.

<sup>211</sup> Ao mesmo tempo, a estrutura administrativa do Instituto Paulista de Café foi reorganizada. DECRETO n.º 4.815, de 6 de janeiro de 1931, "Reorganiza o Instituto de Café do Estado de São Paulo". In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção geral da legislação cafeeira do Brasil*. DNC, Rio, 1934-35. v. 2, p. 1.213.

<sup>212</sup> DECRETO n.º 19.688, de 11 de fevereiro de 1931. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Legislação... 1922-1940*. p. 24; *COLEÇÃO geral...* v. 1, p. 143; REGRAY, Leon, A defesa do café durante os 10 últimos anos. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, maio, 1933, p. 359-60; RETROSPECTO comercial do *Jornal do Commercio* 1931. p. 26.

<sup>213</sup> DECRETO n.º 4.936, de 18 de março de 1931. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.217.

Em abril de 1931, o setor cafeeiro do Brasil enfrentou sua crise mais séria. Os depósitos reguladores de São Paulo continham aproximadamente 18 milhões de sacas de café. A safra de 1931/32 foi estimada em 17,5 milhões de sacas. Logo, o café disponível no Brasil atingia 35,5 milhões de sacas. Assim, o excesso de produção totalizava 26 milhões de sacas. E essa estimativa não incluía os estoques dos outros estados produtores do Brasil.<sup>214</sup> Além do mais, o impôsto em espécie, legislado em fevereiro, não entrara em vigor devido a dificuldades técnicas insuperáveis.<sup>215</sup> O estado de São Paulo declarou uma situação de emergência e propôs novo acôrdo com os estados produtores de café. Esse importante convênio foi assinado em 24 de abril de 1931. Sua cláusula principal foi o estabelecimento de um impôsto de 10 xelins, pago em moeda estrangeira, incidente sôbre cada saca de café exportada do Brasil. O impôsto só seria arrecadado durante quatro anos e não se empregaria para os fins fiscais usuais dos governos de estado. Os fundos se destinariam à compra, para eventual destruição, de estoques cafeeiros, com vistas a “igualar a demanda à oferta” do mercado do café.<sup>216</sup> A publicidade ficaria inteiramente a cargo do Instituto Paulista de Café. Porém, talvez o mais importante aspecto desse acôrdo tenha sido o estabelecimento, por um período de quatro anos, de um Conselho dos Estados Cafeeiros, encarregado de administrar o convênio, arrecadar os impostos e providenciar a destruição do café. Poucos dias mais tarde, São Paulo elevou o convênio à categoria de lei estadual.<sup>217</sup> Tinha sido iniciado o maior programa de sustentação do café na história brasileira.

### 3.3.2 Subsídio federal ao café, 1931-1933

Foram três as medidas advogadas intensamente no Brasil para a solução da crise cafeeira: a eliminação definitiva da produção de café inferior no

<sup>214</sup> CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. *Relatório*. Rio, 1932. p. 5.

<sup>215</sup> OLIVEIRA, Numa de. A situação atual do mercado de café no Brasil. *Boletim do Instituto de Café de São Paulo*, abr. 1932, p. 37.

<sup>216</sup> ACÔRDO firmado pelos representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, para criação de uma taxa especial de exportação, de meia libra esterlina por saca de sessenta quilos. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Convênios dos estados cafeeiros 1906-1939*. DNC, Rio, 1939. p. 72. Ver, também, COLEÇÃO geral... v. 2, p. 1.221; LAVAQUERY. op. cit. p. 25. O recolhimento do café, naturalmente, agiu no sentido de impedir a realização da meta do Governo: equilíbrio de mercado, junto com as implicações de bem-estar.

<sup>217</sup> DECRETO n.º 4.986, de 27 de abril de 1931. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.224.

Brasil, o aprimoramento da qualidade através da adoção de novos métodos de classificação e a redução dos estoques através de sua destruição física.<sup>218</sup> A implantação dessas políticas e a proposta dos estados produtores de café exigiam uma poderosa instituição federal. O problema do excesso de produção era um fator chave nas atividades econômicas do Brasil e a transferência de sua responsabilidade para o Governo federal era desejável para a implantação das políticas cafeeiras. Assim, em 16 de maio de 1931, o Governo federal criou o Conselho Nacional do Café (CNC).<sup>219</sup> Nêle se concentraram importantes podêres. Em primeiro lugar, administraria as vendas do café dos estoques do Empréstimo para a Conversão do Café. Em segundo lugar, o Conselho dirigiria o programa federal de sustentação, providenciando a compra e destruição do café do plano de fevereiro. Em terceiro lugar, administraria a taxa de dez xelins por saca, proposta pelo convênio dos estados cafeeiros. A taxa permanente era, na realidade, um impôsto em espécie, mas determinou-se que seria arrecadada em moeda estrangeira nos primeiros quatro anos. Em quarto lugar, o CNC assumiria o contrôle dos regulamentos de transporte.<sup>220</sup>

Em julho, o Instituto Paulista do Café foi destituído formalmente de seus podêres. Na realidade, as atividades do Instituto não sofreram alteração, mas o contrôle das diretrizes foi transferido ao CNC. Só ficaram com o Instituto funções secundárias, tais como a organização de cooperativas, assistência técnica aos agricultores, a negociação de acôrdos com o Governo federal, outros estados e países estrangeiros, os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento do café e a promoção do crédito agrícola.<sup>221</sup> Porém, o Instituto manteve a taxa ferroviária de 1 mil-réis por saca transportada dentro de São Paulo, paga em moeda estrangeira. Devido aos fracassos do Instituto e à opinião geral de que o excesso de produção fôra causado pelo plano de 1927/28 por êle elaborado, os administradores entenderam que as políticas cafeeiras deviam ser formuladas por uma instituição que gozasse do prestígio do Governo federal, como era o caso do CNC.

<sup>218</sup> REGRAY. *A defesa...* p. 363.

<sup>219</sup> REGRAY. *O café...* p. 5-6; DECRETO n.º 20.002, de 16 de maio de 1931. *Legislação...* 1922-1940.

<sup>220</sup> Ver também REGULAMENTO do Conselho Nacional do Café. op. cit. p. 69 em diante; COLEÇÃO geral... v. 1, p. 228-9.

<sup>221</sup> DECRETO n.º 5.137, de 24 de julho de 1931. *Coleção Geral...* v. 2, p. 1.251 em diante; REGRAY. *A defesa...* p. 361.

As medidas tomadas pelo primeiro Ministro da Fazenda do Governo Provisório, J. M. Whitaker, foram cautelosas. Consistiram, primordialmente, em um acôrdo com o comerciante de café Hard, Rand & Co., e num intercâmbio de trigo por café negociado com a Grain Stabilization Corporation, de Chicago, e a Bush Terminal Company, de Nova Iorque. A primeira medida foi consequência das vendas mensais do estoque do Empréstimo para a Conversão do Café. O Ministro da Fazenda concedeu o monopólio dessas vendas a Hard, Rand & Co., em troca de adiantamentos sôbre o café a ser vendido.<sup>222</sup> A segunda medida foi a permuta de 1.275.000 sacas de café por 25 milhões de *bushels* de trigo. A venda do trigo no Brasil proporcionaria ao govêrno federal uma receita de 189 mil contos, que seriam empregados na compra de estoques de café.<sup>223</sup> O contrato de intercâmbio estipulava a venda gradativa do café permutado nos Estados Unidos, com o fim de evitar maior deterioração dos preços do café.

Quando a Inglaterra aboliu o padrão ouro, o Brasil modificou a arrecadação da taxa de 10 xelins. A partir de setembro de 1931, a taxa passaria a ser cobrada em dólares ao preço fixo, da libra esterlina, de US\$ 4,86.<sup>224</sup> O descontentamento surgido nos níveis estatal e federal com as cautelosas medidas do Ministro Whitaker determinou o seu afastamento e substituição por Oswaldo Aranha, em 16 de novembro de 1931.<sup>225</sup> Ao mesmo tempo, propôs-se a incineração de 18 milhões de sacas de café. Foi convocada uma reunião dos estados produtores de café no fim daquele mês para discutir a reforma do programa de sustentação. A agenda incluía: a atribuição de ampla autonomia ao CNC, porém sujeita à inspeção do Govêrno federal; o poder de veto do Govêrno federal sôbre as decisões do Conselho, e a concentração do programa de sustentação no CNC.<sup>226</sup>

<sup>222</sup> DECRETO n.º 20.324, de 26 de agosto de 1931. *Legislação... 1922-40*. p. 50; A BALANÇA... p. 21.

<sup>223</sup> DECRETO n.º 20.325, de 26 de agosto de 1931. *Coleção geral...*, v. .1, p. 166; LEGISLAÇÃO... 1922-40. p. 51.

<sup>224</sup> REGRAY. *A defesa...* p. 362; na ocasião, a taxa era de US\$ 2,4332818. Ver CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Circular n.º 4. In: *Coleção geral...* v. 1, p. 385. Posteriormente, São Paulo incluiu a mesma legislação para a taxa de três xelins. DECRETO n.º 5.208, de 25 de setembro de 1931: *Coleção geral...* v. 2, p. 1.278.

<sup>225</sup> TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil*. DNC, Rio, 1939-43. v. 13, p. 526.

<sup>226</sup> CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 30. *Coleção geral...* v. 1, descreve a agenda; REGRAY. *A defesa...* p. 362.

O convênio definitivo dos estados produtores, assinado em 5 de dezembro, mudou radicalmente o programa de sustentação. Primeiro, a taxa de exportação foi aumentada para 15 xelins por saca exportada. Cinco xelins destinaram-se ao serviço e pagamento do Empréstimo para a Conversão do Café, e os restantes 10 xelins continuariam sendo adjudicados ao CNC para o financiamento do programa de sustentação.<sup>227</sup> Segundo, o CNC comprometer-se-ia a efetuar o pagamento final dos estoques adquiridos para o Governo federal, como parte do plano de fevereiro. Terceiro, dar-se-ia início, imediatamente, à queima de um milhão de sacas por mês pelo CNC. Quarto, o CNC compraria todo o excesso da produção cafeeira do Brasil.<sup>228</sup> O Governo federal submeteu a proposta à consideração de um comitê de banqueiros do Rio, o qual emitiu opinião favorável.<sup>229</sup> Em 7 de dezembro, o estado de São Paulo legislou o projeto, que se converteu, também, em lei federal.<sup>230</sup> Imediatamente, o CNC providenciou a regulamentação da nova taxa do imposto.<sup>231</sup>

Uma onda de críticas contra o CNC levantou-se no Brasil depois do acordo de dezembro. Os exportadores de café temiam que o CNC vendesse o café no exterior, eliminando as firmas exportadoras. O Conselho fez, na ocasião, uma interpretação do convênio de dezembro e limitou sua política a três linhas de atuação. Primeiro, executaria os acordos de permuta de trigo por café e o negociado com Hard, Rand & Co. Segundo, selecionaria o estoque a ser adquirido com vistas a assegurar-se de que só entrariam no mercado cafés de qualidade superior. Terceiro, moderaria os ciclos dos preços do café.<sup>232</sup> Além do mais, o CNC tomou a firme decisão de não vender café no exterior.

Paralelamente a essas medidas, a contribuição paulista às compras de café para o Governo federal sofreu importante modificação. A emissão de obrigações de São Paulo foi reduzida de 350 mil contos para 161.417. Quanto ao resto dos 17,5 milhões de sacas a serem compradas pelo CNC,

<sup>227</sup> CONVÊNIO dos estados cafeeiros (iniciado em 30 de novembro e terminado em 5 de dezembro de 1931). *Convênios... 1906-1939*. p. 81.

<sup>228</sup> OLIVEIRA. op. cit. p. 37.

<sup>229</sup> Idem. *ibidem*. p. 38.

<sup>230</sup> DECRETO n.º 5.278, de 7 de dezembro de 1931. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.279 em diante; DECRETO n.º 20.760, de 7 de dezembro de 1931. *Legislação...* 1922-1940. p. 57.

<sup>231</sup> CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 36. *Coleção geral...* v. 1, p. 394.

<sup>232</sup> CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 46. *Coleção geral...* v. 1, p. 396.



a contribuição paulista ficaria limitada a 10 mil-réis por saca, pagável em notas promissórias com vencimento em quatro anos, emitidas pelo estado de São Paulo.<sup>233</sup>

Do ponto de vista prático, o Brasil tinha três alternativas. Primeiro, não colher a safra seguinte. Tal política poderia redundar na perda de inúmeros cafeeiros, o desemprego e o caos. Segundo, adotar uma política de *dumping* internacional. Isto seria muito difícil devido à qualidade inferior do café brasileiro em confronto, por exemplo, com o colombiano, além dos duvidosos benefícios a serem ganhos com uma tentativa dessa ordem. Terceiro, destruir os estoques de café. Dois fatores vieram reduzir a conveniência dessa política. A capacidade de produção não seria atingida e uma concorrência mais acentuada decorreria da estabilidade dos preços. Quarto, retirar o café do mercado com vistas a seu armazenamento. O volume e aumento anual do estoque tornaram inviável e onerosa essa alternativa. É bem possível que o único caminho que o Brasil tinha a seguir fôsse a destruição dos estoques, já que qualquer outra solução teria consumido muito mais tempo.<sup>234</sup>

Em abril de 1932, a taxa de 15 xelins foi substituída por outra de 55 mil-réis por saca exportada, porém ainda associada à taxa cambial.<sup>235</sup> No decorrer do ano, o CNC tentou estabelecer diferenças nos preços dos diversos tipos de café, visando impedir a entrada no mercado de qualidades inferiores.<sup>236</sup> Com o tempo, aumentou sensivelmente a importância do Conselho na orientação política. No princípio, fôra simplesmente um instrumento dos estados cafeeiros. Numa segunda fase, a principal função do CNC foi manter um vínculo constante entre o estado e o Governo federal na formulação das políticas cafeeiras. No fim de 1932, o Conselho já estava sugerindo diretrizes ao Governo federal.<sup>237</sup> A importância relativa de São Paulo começou a diminuir. Em 30 de dezembro de 1932, o

<sup>233</sup> DECRETO n.º 5.323, de 31 de dezembro de 1931, "Emissão das obrigações de auxílio à lavoura". *Coleção geral...* v. 2, p. 1.288 em diante.

<sup>234</sup> É também a opinião do Professor Delfim Netto. (O PROBLEMA do café no Brasil. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, 1959. p. 141.)

<sup>235</sup> DECRETO n.º 21.340, de 30 de abril de 1932; CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 141. *Coleção geral...* v. 1, p. 423.

<sup>236</sup> CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 131. *Coleção geral...* v. 1, p. 420.

<sup>237</sup> CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 200, de 16 de novembro de 1932. *Coleção geral...* v. 1, p. 432. No total, 12 políticas diferentes foram propostas ao Ministro da Fazenda.

estado aboliu tôdas as taxas de exportação do café. Sòmente uma taxa geral de 5 mil-réis por saca foi, posteriormente, estabelecida em São Paulo.<sup>238</sup>

A crise cafeeira da Grande Depressão decorreu, só em parte, de uma série de safras abundantes, porém não excepcionais. Se o rendimento obtido em 1907/08 tivesse incidido sôbre 1,3 bilhão de cafeeiros existentes no princípio da década de 1930, as safras teriam sido consideravelmente mais fartas.<sup>239</sup> O problema era mais complexo do que um elevado rendimento. A valorização do Instituto Paulista de 1927/28 provocara a criação de uma capacidade excessiva permanente. A política do CNC visava restringir o plantio durante um período suficientemente prolongado para permitir que a capacidade eventualmente decaísse aos níveis do consumo mundial. A primeira medida nesse sentido foi adotada em 30 de abril de 1932. Fixou-se uma taxa proibitiva de um mil-réis por cafeeiro plantado.<sup>240</sup> Uma legislação ainda mais severa foi decretada em 22 de novembro.<sup>241</sup> O plantio de cafeeiros foi proibido em todo o território nacional e o CNC ficou incumbido de fazer cumprir a lei. A única exceção era o estado do Paraná e as outras unidades que tivessem menos de 50 milhões de pés plantados. Estas poderiam plantar até atingir êsse limite.<sup>242</sup> Coube ao CNC a decisão final sôbre a produção brasileira anual e sua distribuição entre os estados.<sup>243</sup>

Desde o princípio, a sustentação federal do café durante a presidência de Vargas estêve estreitamente vinculada ao Banco do Brasil. Aliás, dois ministros da Fazenda do govêrno de Vargas, J. M. Whitaker e Artur de Souza Costa, tinham sido presidentes do Banco. No fim de 1931, o CNC sofreu severa escassez de recursos para a implantação de suas políticas. O Conselho carecia de aproximadamente 700 mil contos.<sup>244</sup> Em 21 de dezembro, o Govêrno federal autorizou a Carteira de Emissão e Redes-

<sup>238</sup> DECRETO n.º 5.786, de 30 de dezembro de 1932. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.290.

<sup>239</sup> REGRAY, LEON. A situação do café. *Boletim do Instituto de Café de São Paulo*, jan. 1932, p. 24-5.

<sup>240</sup> ANDRADE, Theophilo de. O convênio de 1941. *Revista do Departamento Nacional do Café*, abr. 1941, p. 276; DECRETO n.º 21.339, de 30 de abril de 1932. *Coleção geral...* v. 1, p. 219.

<sup>241</sup> DECRETO n.º 22.121, de 22 de novembro de 1932. *Coleção geral...* v. 1, p. 239.

<sup>242</sup> DECRETO n.º 22.326, de 19 de dezembro de 1932, op. cit. p. 242.

<sup>243</sup> REGRAY, LEON. O café brasileiro em 1934. *Revista do Departamento Nacional do Café*, out. 1934, p. 580.

<sup>244</sup> RETROSPECTO comercial do *Jornal do Commercio* 1931. p. 27.

conto do Banco do Brasil a elevar seu fundo de operações a 400 mil contos. Os títulos do CNC seriam aceitos para desconto nesse fundo, com base na garantia do imposto de 10 xelins.<sup>245</sup> A seguir, o CNC começou a depositar a arrecadação da taxa de exportação nas agências do Banco do Brasil.<sup>246</sup> Em 31 de dezembro de 1932, o empréstimo total do Banco do Brasil se situava em 258,6 mil contos.<sup>247</sup> Esse empréstimo fôra negociado por um contrato de dezembro de 1931, pagável com o produto das taxas de exportação. O Tesouro federal também concedera 250 mil contos ao Conselho.<sup>248</sup>

No princípio, a disposição de destruir 1 milhão de sacas por mês foi muito difícil de cumprir. O problema era o trabalho físico de eliminar 40 mil sacas por dia. Diversos métodos foram experimentados. Chegou-se a despejar café no mar, utilizá-lo como combustível de locomotivas e até como adubo. No fim optou-se pela incineração, embora também apresentasse algumas desvantagens. Antes de atingir o ponto de combustão total, o café queimava lentamente durante muito tempo. As vezes a queima de 15 mil sacas demorava até três semanas. Existia, também, o problema de manter um estoque e controlá-lo.<sup>249</sup> Eventualmente, porém, as dificuldades foram superadas e o Brasil conseguiu desfazer-se, rapidamente, de seus estoques pela incineração.

### 3.3.3 Resumo

Para efeitos do presente item, o problema principal de verificação histórica foi a fonte de recursos para a sustentação do café. O crescimento das despesas, financiado por impostos novos, não corresponde à política fiscal keynesiana. As tabelas 7 e 8 resumem a estrutura financeira do CNC. A compra e destruição dos estoques foram financiadas, principalmente, pelos novos impostos de exportação. Os créditos do Banco do Brasil e do Tesouro não podem ser considerados, estritamente falando, uma gera-

<sup>245</sup> DECRETO n.º 20.828, de 21 de dezembro de 1931. *Legislação... 1922-1940*. p. 59; TAUNAY. op. cit. v. 13, p. 527; RETROSPECTO comercial... 1931.

<sup>246</sup> CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Circular n.º 68. *Coleção geral...* v. 1, p. 401.

<sup>247</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1932*. p. 21.

<sup>248</sup> REGRAY. *O café...* p. 24.

<sup>249</sup> Regray. op. cit. p. 32-3; CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 119. *Coleção geral...* v. 1, p. 415.

ção de moeda, pois foram pagos com as receitas mensais provenientes das exportações. O Banco do Brasil era um grande banco comercial que negociava com o Governo. Os créditos são, essencialmente, uma transação comercial. Entretanto, é possível admitir-se, dentro de hipóteses estritamente keynesianas, que os créditos tenham facilitado a recuperação, embora seja difícil verificar a magnitude do impacto. Mas é óbvio que a recuperação não pode ser explicada por meio de um simples modelo keynesiano de sustentação do setor cafeeiro. Logo, a Tese Furtado é inválida para o princípio da década de 1930. Entretanto, ela se poderia aplicar ao fim da década, no período em que, supostamente, a indústria mais se beneficiou. Na realidade, porém, como indicamos abaixo, a Tese Furtado é ainda menos apropriada para os últimos anos da década de 1930.

TABELA 7

Brasil, receitas e despesas do Conselho Nacional do Café  
Maio de 1931 a abril de 1932  
(mil contos)

A) RECEITAS		B) DESPESAS	
1. Taxas de exportação <sup>a</sup>	447,8	1. Sustentação do café <sup>d</sup>	474,1
2. Outras <sup>b</sup>	2,0	2. Administração	3,0
3. Vendas de café	0,01	3. Compras de estoques para o Governo federal	221,1
4. Crédito do Banco do Brasil <sup>c</sup>	292,8	4. Despesas do crédito do Banco do Brasil	4,5
5. Vendas de sacas	1,5	5. Adiantamento para o serviço do Empréstimo para a Conversão do Café	39,4
		6. Subsídios aos cafeicultores	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>744,11*</b>	<b>TOTAL</b>	<b>742,3*</b>

<sup>a</sup> Pagamento líquido do Empréstimo para a Conversão do Café

<sup>b</sup> Juros dos depósitos bancários, descontos e multas

<sup>c</sup> Pagamento líquido

<sup>d</sup> Compras, destruição etc.

\* Embora os números tenham sido arredondados, a discrepância entre as receitas e as despesas já existia nos dados originais.

Fonte: CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. *Relatório*. Rio, 1932. p. 10-1.

TABELA 8

Brasil, receitas e despesas do Conselho Nacional do Café  
 Maio de 1931 a 16 de fevereiro de 1933  
 (milhões de mil-réis)

DESPESAS		RECEITAS	
A) Conta dos cinco xelins		A) Conta dos cinco xelins	
1. Seguro e armazenamento	10	1. Arrecadação da taxa de 5 xelins	212
2. Pagamento do empréstimo de 1930	230	2. Venda do café do estado de S. Paulo	39
3. Pagamentos atrasados do empréstimo de 1930	75	3. Outros créditos aos agricultores	27
4. Outras despesas	47		
Subtotal	362	Subtotal	278
B) Conta dos dez xelins		B) Conta dos dez xelins	
1. Compras de café	963	1. Arrecadação das taxas de 3 e 10 xelins	762
2. Armazenamento e destruição de café	28		
3. Frete	63	Subtotal	762
4. Publicidade e despesas gerais	24	C) Total de A e B	10,40
5. Juros e comissões bancárias	75	D) Crédito do Banco do Brasil	250
6. Outras	28	E) Crédito do Tesouro Nacional	250
Subtotal	1.181	Subtotal	500
Total das despesas	1.543*	Total das receitas	1.540*

\* A diferença entre as receitas e as despesas deve-se ao arredondamento dos números.

Fonte: Dados do balancete oficial do CNC: CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. *Balanços*. Agência Rio, Instituto Brasileiro do Café; REGRAY, Leon. *O café do Brasil em 1934*. Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1935. p. 24.

### 3.4 O Departamento Nacional do Café

#### 3.4.1 Crescente importância da política federal

Em 10 de fevereiro de 1933, o CNC foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC).<sup>250</sup> Este absorveu a maior parte das responsabilidades do CNC durante um período de aguda crise para o setor cafeeiro. A safra de 1933/34 ameaçava atingir os 30 milhões de sacas. Foi esse, em parte, o motivo da substituição do CNC pelo DNC. Tornaram-se prementes soluções novas e mais radicais para lidar com o problema do café.

<sup>250</sup> DECRETO n.º 22.452, de 10 de fevereiro de 1933. op. cit. p. 244; LEGISLAÇÃO... 1922-1940. p. 85; COLEÇÃO geral... v. 1, p. 246; REGRAY. *O café*. p. 8.

Houve uma sensível diferença entre o CNC e o DNC. O primeiro começou como um órgão dos estados cafeeiros, Conselho dos Estados Cafeeiros. Posteriormente, transformou-se no Conselho Nacional do Café, para ser condizente com a maior influência do Governo federal. Porém, a instituição era controlada por delegados regionais, responsáveis, perante seus respectivos governos estaduais, pela formulação das políticas. O DNC representou um afastamento radical desse esquema. Os estados perderam o controle das políticas cafeeiras.<sup>251</sup> O departamento traçaria suas diretrizes de acordo com um único critério: o interesse nacional. Foi essa uma importante realização do Governo Provisório. A federalização das políticas cafeeiras veio afastar a solução da crise cafeeira dos interesses de classes. De fato, atribuiu-se ao DNC autonomia maior do que haviam tido as instituições estaduais, seus três diretores, um dos quais agia como presidente, eram escolhidos pelo Ministro da Fazenda. O Instituto Paulista do Café foi novamente reformado, embora as suas funções não sofressem qualquer modificação importante.<sup>252</sup> O destino da cultura do café no Brasil passou às mãos do DNC.

#### 3.4.2 O imposto em espécie

No início do século, durante a valorização de Taubaté, fôra instituído um imposto em espécie de 20% sobre o café exportado. Essa fôra uma das condições impostas ao Brasil pelo Comitê de banqueiros e comerciantes da valorização. Baseado nesse exemplo, o Governo Vargas partiu gradativamente para um imposto em espécie que, eventualmente, se transformou na principal fonte de recursos do auxílio ao setor cafeeiro. É importante considerar-se atentamente esse imposto: embora seu impacto sobre a distribuição de recursos e relações de troca seja semelhante ao exercido por um imposto monetário, suas implicações monetárias, principalmente com respeito à recuperação e transferência de fundos líquidos, são bem diversas. Quando a sustentação do café se baseia principalmente num imposto em espécie, nenhuma corrente monetária direta flui do setor não-cafeeiro para o cafeeiro. Mas, na proporção em que os preços do café aumentam, ou se mantêm acima dos que seriam obtidos numa conjuntura de livre mercado, verifica-se uma redistribuição de

<sup>251</sup> VIDAL, Armando. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jan. 1935, p. 65. Vidal foi presidente do DNC durante vários anos; THE CHASE NATIONAL BANK. *A general survey of the coffee situation*. 1947. p. 161, mimeogr.

<sup>252</sup> DECRETO n.º 5.841, de 20 de fevereiro de 1933. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.295 em diante.

rendas dentro da economia, em favor do setor cafeeiro. Entretanto, êste é um mecanismo inteiramente diverso do sugerido por Furtado, que nem menciona nem analisa êste instrumento político de maior importância.

Na ocasião em que a floração de 1933/34 fêz prever uma safra recorde de 30 milhões de sacas,<sup>253</sup> os recursos financeiros do Govêrno federal estavam praticamente esgotados pelos recolhimentos de café. O pânico que se desencadeou no setor cafeeiro foi indescritível. Parecia que a agricultura de São Paulo estava prestes a ser inundada pelo café. Em novembro de 1932, o CNC fôra autorizado a estipular — juntamente com as restrições ao plantio — o volume da produção e sua distribuição entre os estados. Com base nessa legislação, em 26 de maio de 1933, o DNC dividiu a safra de 1933/34 em três “quotas”. Quarenta por cento seriam compulsoriamente vendidos ao DNC e consistiriam em cafés de tipo inferior ao 8. Trinta por cento poderiam prosseguir livremente para seu pôrto de embarque. E os restantes 30% seriam armazenados nos depósitos do DNC, aguardando embarque final.<sup>254</sup> O café adquirido pelo DNC seria destruído, de acôrdo com planos prèviamente elaborados. Em junho, o DNC determinou que o preço do café por êle adquirido pelo sistema de quotas seria de 30 mil-réis a saca.<sup>255</sup> O cafeicultor pagaria a saca e os impostos estatais, e o DNC custearia o transporte ferroviário até os depósitos.

Essas medidas desencadearam severa crise em São Paulo. O preço da quota do DNC era bastante inferior ao custo mas, além disso, os impostos estatais elevavam-se a 13,8 mil-réis por saca. Conseqüentemente, depois de pagar os impostos do estado, só restavam ao agricultor 16,2 mil-réis por saca.<sup>256</sup> A situação era crítica, pois já se iniciara em São Paulo uma contra-revolução armada em 1932, conhecida como o Movimento Constitucionalista. Assim, em julho, o Govêrno do estado aboliu a taxa de 5 mil-réis por saca exportada de São Paulo, mas sòmente para o café

<sup>253</sup> TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 237.

<sup>254</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 39, de 26 de maio de 1933. *Coleção geral...* v. 1, p. 465; Id. Resolução n.º 40, de 26 de maio de 1933. *Legislação... 1922-1940.* p. 366; Id. *Coleção geral...* v. 1, p. 467-9.

<sup>255</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 53. *Revista do Departamento Nacional do Café*, agô. 1933, p. 193. As resoluções, comunicações e circulares do DNC encontram-se, também, em forma datilografada, na biblioteca do Instituto Brasileiro do Café, Rio. Ver também *COLEÇÃO geral...* v. 1, p. 475.

<sup>256</sup> A ADMINISTRAÇÃO do General Valdomiro Castilho de Lima no Govêrno de São Paulo, como interventor federal no estado (1933). In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa do café no Brasil: coletânea de documentos oficiais.* Rio, 1935. v. 2, p. 166 em diante; TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 60.

adquirido como parte da quota do DNC.<sup>257</sup> Logo depois a taxa de transporte ferroviário do café foi, também, revogada.<sup>258</sup> Como a saca de café custava 1,5 mil-réis, o agricultor detinha 28,5 mil-réis por saca do preço pago pela quota do DNC. Os custos de produção variavam sensivelmente de acôrdo com as safras e as regiões, mas eram bem mais altos do que 100 mil-réis por saca. Logo, a quota do DNC equivalia, de certa forma, a um impôsto em espécie. E foi êsse o único ano em que se pagou um preço tão elevado pela quota do DNC. Nas quotas posteriores, o preço chegou de 5 a 2 mil-réis, mal cobrindo o custo de uma saca de juta para café. Em 1933/34, mais de 10 milhões de sacas foram entregues pelos cafeicultores como parte da quota do DNC.<sup>259</sup> Esta se transformou na fonte do café para queima.

A safra do ano de 1934/35 foi dividida em duas partes pelo DNC. A quota retida ficaria nos depósitos do DNC até que as condições do mercado permitissem sua exportação. A medida correspondia simplesmente à regulamentação das safras iniciada pelo Instituto de São Paulo. A quota direta seguiria imediatamente para o pôrto de embarque. No princípio, a primeira quota foi de 70%, e a direta de 30%.<sup>260</sup> O DNC também deu preferência aos cafés de qualidade superior na quota direta.<sup>261</sup> A essa altura, a quota do DNC era conhecida como a "cota de sacrifício", devido ao pêso financeiro que o impôsto em espécie impunha ao agricultor. Em decorrência do menor volume da safra e das condições do mercado em 1934/35, generalizou-se a atitude otimista de que a crise tinha sido contornada, e o DNC informou que não exigiria a quota de sacrifício.<sup>262</sup> No fim de 1934, o DNC anunciou aumento das quotas diretas de certos estados.<sup>263</sup> Essa foi a primeira de diversas medidas que reduziram a quota

<sup>257</sup> DECRETO n.º 5.967-A, de 3 de julho de 1933. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.321.

<sup>258</sup> DECRETO n.º 6.112, de 7 de outubro de 1933. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.324.

<sup>259</sup> VIDAL, Armando. A situação do café brasileiro. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1934, p. 10; REVISTA do Departamento Nacional do Café; maio, 1934, p. 758; PENTEADO, Eurico. O café paulista no último triênio. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1934, p. 31; COLEÇÃO geral... v. 1, p. 581; REVISTA do Departamento... jan. 1935, p. 67; COMUNICADO n.º 138. *Coleção geral...* v. 1, p. 541; MENDOZA, Salvador. O Brasil e sua grande experiência cafeeira. *Revista do Departamento Nacional do Café*, abr. 1934, p. 385.

<sup>260</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 162. *Coleção geral...* v. 1, p. 557, decretada em 26 de maio de 1934; ver também RESOLUÇÃO n.º 165. *Ibid.*, p. 562; LEGISLAÇÃO... 1922-1940. p. 383.

<sup>261</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 164. *Coleção geral...* v. 1, p. 561, decretada em 28 de maio de 1934.

<sup>262</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 174. *Coleção geral...* v. 1, p. 570.

<sup>263</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 184. *Coleção geral...* v. 1, p. 576.



retida durante o ano de 1934/35.<sup>264</sup> Igualmente, não houve quota do DNC para a safra de 1935/36. Mas, em 18 de julho de 1935, o convênio dos estados cafeeiros aprovou a aquisição, pelo DNC, de 4 milhões de sacas de café.<sup>265</sup> Nesse ano, a safra só foi dividida em quotas diretas e retidas.<sup>266</sup>

O impôsto em espécie foi formalmente anunciado para a safra de 1936/37. A quota do DNC corresponderia a 30% e seria destinada à destruição de café pelo departamento. A quota retida foi estabelecida em 30%, e a direta em 40%.<sup>267</sup> A medida importante foi o preço da quota do DNC, que foi estipulada em 5 mil-réis por saca. Naturalmente, êsse preço só reembolsava, ao agricultor, o custo da saca de juta. A medida foi extremamente severa, pois o agricultor tinha que colhêr enormes quantidades de café, sem remuneração, para poder exportar umas poucas sacas, e isso em data desconhecida. Essas disposições dificilmente terão mantido a renda monetária do setor cafeeiro em níveis “elevados”. A safra de 1937/38 foi dividida, pelo DNC, em duas partes. A quota de equilíbrio correspondeu a 70% da produção e foi imediatamente transportada para os depósitos do DNC. A quota livre, equivalente a 30%, foi embarcada para o pôrto. Da quota de equilíbrio, 30% foram declarados a quota do DNC e pagos a 5 mil-réis. Os restantes 40% foram chamados de série R, correspondente à antiga quota retida, e pagos a 65 mil-réis por saca.<sup>268</sup>

### 3.4.3 O programa de sustentação do café do Govêrno Provisório e a emissão de moeda

A taxa unitária sôbre as exportações foi o mais importante recurso financeiro do DNC. Foi instituída em maio de 1931, em 10 xelins por saca,

<sup>264</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 186, de 13 de julho de 1934. *Coleção geral...* v. 1, p. 577; Id. Resolução n.º 206. *ibid.* p. 592; Id. Resolução n.º 215. *ibid.* p. 601; Id. Resolução n.º 224. *ibid.* p. 610; Id. Resolução n.º 287. *Legislação... 1922-1940.* p. 386. (reduziu a quota retida para 50 por cento).

<sup>265</sup> FRANCO, Crepory. *A política econômica do café e a quota de equilíbrio.* Rio, A. Coelho Branco F.º Editor, 1944. p. 18-9. Todos os aspectos legais do impôsto em espécie são abordados por Franco.

<sup>266</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 277. *Legislação... 1922-1940.* p. 384.

<sup>267</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 6.337. *Legislação... 1922-1940.* p. 394 em diante; TAUNAY. *op. cit.* v. 14, p. 411; REVISTA do Departamento Nacional do Café, jul. 1936, p. 155 em diante. Outras complicações surgiram tais como cafés preferenciais, cafés concorrendo aos prêmios do DNC etc. Mas estas não interessam ao presente estudo.

<sup>268</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 371. *Legislação... 1922-1940.* p. 400 em diante; REVISTA do Departamento Nacional do Café, jul. 1937, p. 618 em diante; COSTA, Fernando. Uma política do café. *Retrospecto Comercial do Jornal do Commercio 1936.* (As páginas não são numeradas). Costa foi, também, presidente do DNC.

com um acréscimo de 3 xelins, posteriormente aumentado para 5 xelins para o pagamento do Empréstimo para a Conversão do Café. Em abril de 1932, a taxa unitária foi modificada para 55 mil-réis, e mais adiante no mesmo ano foi associada ao dólar.<sup>269</sup> Em 24 de novembro de 1933, a taxa unitária foi estabelecida em 45 mil-réis por saca.<sup>270</sup> Três dias depois, aboliu-se o sistema dos pagamentos em “ouro”, passando-se a usar exclusivamente papel-moeda nas transações.<sup>271</sup> Paralelamente a essas mudanças, São Paulo fixou uma taxa de 3,5 mil-réis em substituição da taxa de 1 mil-réis em ouro, do Instituto Paulista; a taxa de 3 xelins foi elevada a uma taxa fixa de 9 mil-réis.<sup>272</sup> Outras modificações foram introduzidas em 1935. A taxa federal unitária foi estabelecida em 45 mil-réis. Um terço dela destinar-se-ia ao pagamento do Empréstimo para a Conversão do Café, outro ficaria reservado para o pagamento de dívidas contraídas com o Banco do Brasil e o terço restante seria aplicado nas despesas correntes do DNC.<sup>273</sup>

As perspectivas de safra recorde em 1933/34 levaram o DNC à adoção de medidas mais radicais para solucionar o problema do café. A imposição da “quota de sacrifício” facilitou sensivelmente o recolhimento de café do mercado. Já no fim de 1933, o Brasil estava otimista em relação ao desfecho da situação cafeeira. Em 15 de novembro, o Governo recolhera 37,5 milhões de sacas, pagando 2,3 milhões de contos. Dêsse total, foram queimados 23,6 milhões.<sup>274</sup> Em 1934, predominava a certeza no Brasil de que a crise cafeeira tinha sido finalmente contornada. Numerosos observadores contemporâneos acreditavam que o café retornara às “boas

<sup>269</sup> REGRAY. *O café...* p. 44; DECRETO n.º 22.238, de 19 de dezembro de 1932. *Legislação 1922-1940*. p. 82; DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Circular n.º 43 da Contadoria Geral. *Coleção geral...* v. 1, p. 472.

<sup>270</sup> DECRETO n.º 23.498, de 24 de novembro de 1933. *Legislação... 1922-1940*. p. 118; *Coleção geral...* v. 1, p. 283.

<sup>271</sup> DECRETO n.º 23.501, de 27 de novembro de 1933. *Legislação... 1922-1940*. p. 122; *COLEÇÃO geral...* v. 1, p. 285; REVISTA do Departamento Nacional do Café, dez. 1933, p. 798-9.

<sup>272</sup> DECRETO n.º 6.257, de 30 de dezembro de 1933. *Coleção geral...* v. 2, p. 1.326; DECRETO n.º 6.256, de 30 de dezembro de 1933. *Ibid.*; DECRETO n.º 7.006, de 12 de março de 1935. *ibid.* v. 3, p. 11.

<sup>273</sup> SOUZA COSTA, Artur de Discurso no Senado Federal. *Revista do DNC*, jun. 1936, p. 833-4. Souza Costa era Ministro da Fazenda, e no começo do governo do Presidente Vargas havia sido presidente do Banco do Brasil.

<sup>274</sup> MENSAGEM do Chefe do Governo Provisório, Dr. Getúlio Vargas, lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 16 de novembro de 1933. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Defesa do café no Brasil: coletânea de documentos oficiais*. Rio, 1935. v. 1, p. 99-100; PENTEADO, Eurico. *Esfôrço gigantesco*. *Revista do Departamento Nacional do Café*, set. 1933. p. 209-10; DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 114. A situação do café no Brasil. *Coleção geral...* v. 1, p. 518-20; VIDAL, Armando. DNC. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1933, p. 3.

épocas" do passado.<sup>275</sup> O argumento de recuperação apresentado por Furtado de que as emissões de moeda foram a principal fonte de recursos para a sustentação do café durante a Grande Depressão, e de que êsse apoio representou um vasto programa keynesiano de finanças compensatórias, pode ser analisado à luz da experiência brasileira de 1930-34, por meio dos pronunciamentos de proeminentes políticos e observadores contemporâneos — Armando Vidal (presidente do DNC), Affonso Taunay (historiador do café nomeado pelo DNC), Oswaldo Aranha (Ministro da Fazenda) e o Presidente Getúlio Vargas — juntamente com os registros financeiros do DNC.<sup>276</sup>

Para os efeitos do relatório a ser apresentado pelo Ministro da Fazenda, o presidente do DNC resumiu as operações de sustentação do café efetuadas durante o Governo Provisório até junho de 1934.<sup>277</sup> A soma do café recolhido no período fôra de 48,5 milhões de sacas, e as despesas totais, 2,7 milhões de contos. Haviam-se contraído empréstimos de aproximadamente 600 mil contos com o Banco do Brasil e de 330 mil contos com o Tesouro Nacional, para um crédito total de 990 mil contos. Até 1.º de julho de 1934, a arrecadação da taxa unitária sôbre as exportações montara a 1,7 milhão de contos. O grosso do programa de sustentação do café fôra financiado pelos novos impostos. Não é esta uma política fiscal compensatória. A renda gerada pelas novas despesas do café foi parcialmente anulada pelos impostos. Com respeito aos créditos do Tesouro e do Banco, os primeiros podem ser considerados formalmente como criação de moeda, já que não existia a pressão para o repagamento. Mas o Banco do Brasil, embora fôsse o banqueiro oficial, não era autoridade monetária. O crédito concedido ao DNC correspondia a créditos recusados a outros clientes do Banco. Não obstante, poder-se-ia afirmar que houve uma política fiscal compensatória devido ao crédito do Banco. Não foi, entretanto, a injeção de moeda sugerida por Keynes e alegada por Furtado. O Banco cobrava 8% de juros nos empréstimos ao DNC. Mas êstes não

<sup>275</sup> REGRAY. *O café...* p. 3.

<sup>276</sup> Os balanços do DNC de 1933 a 1945 semestralmente podem ser obtidos na Agência Rio, antigo depósito do DNC, agora da propriedade do IBC. Os pronunciamentos dos políticos confirmam êsses relatórios, que foram examinados por uma firma de contabilidade. Para os efeitos do presente estudo, o relatório semestral *Demonstração parcial da conta "Resultado em..."*, *operações de conta própria (Ciclo da taxa de 10/-)* é decisivo. Através dêsses dados, é possível acompanhar a evolução do financiamento do DNC. Sinto-me muito grato à biblioteca do IBC pelos pacientes esforços dedicados à localização dêsses documentos no decorrer de um período de três anos.

<sup>277</sup> VIDAL, Armando. *Discursos no DNC 1933-1935*. p. 79-92; ver também TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 191, 222, 227, 234-5; Id. A situação do café brasileiro. *Rev. do DNC*, jul. 1934, p. 6, 18, 34.

eram pagos imediatamente e, assim, as compras de café financiadas com tais empréstimos, segundo suposições estritamente keynesianas, poderiam ter exercido efeito multiplicador na renda nacional.

O Ministro da Fazenda fez uma exposição semelhante à do Presidente do DNC. No período de 1930-34, de acordo com o Ministro, os estoques de café teriam somado 54,5 milhões de sacas se o Governo Provisório não tivesse empreendido recolhimentos maciços. O Governo conseguira realizar isso "sem empréstimos externos ou emissões prejudiciais de moeda. É verdade que foi criada uma taxa de exportação... destinada totalmente à compra e distribuição do excesso de produção, e aos outros serviços do CNC e DNC. Não foi desviado um só xelim para um objetivo que não fôsse a sustentação do café..."<sup>278</sup>

A política adotada pelo Ministro consistiu em evitar a emissão de moeda para sustentar o café. A primordial preocupação de sua administração foi o pagamento da dívida externa e a recomposição do crédito brasileiro no exterior. Os banqueiros estrangeiros insistiam em que o Brasil precisava estabelecer o equilíbrio orçamentário e contração monetária para poder atingir êsses objetivos. O Ministro seguiu essas sugestões. A perspectiva de uma safra mais reduzida em 1934/35 e o sucesso obtido pelo Governo Provisório no recolhimento de café do mercado induziram os observadores contemporâneos a pensar que a crise cafeeira tinha terminado.<sup>279</sup>

A emissão de moeda para sustentar o café foi também rejeitada pelo homem a quem se atribuem essas políticas: o Presidente Getúlio Vargas. Num discurso em fins de 1934, o Presidente Vargas anunciou o fim da crise cafeeira e novo futuro para o café do Brasil.<sup>280</sup> Nas palavras do Presidente, o estoque de café em 31 de dezembro de 1930, acrescentado à produção das safras de 1931 a 1934, somava 113,6 milhões de sacas. As exportações de 1931 a 1934 totalizaram 59,4 milhões de sacas. Conseqüentemente, o estoque previsível, na ausência de intervenção, teria sido de 54,2 milhões de sacas. Poderia ter ocasionado a permanente destruição de importante parte do setor cafeeiro do Brasil e criado sérias dificuldades

<sup>278</sup> ARANHA, Oswaldo. A situação do café brasileiro e a ação do Governo Provisório. *Revista do Departamento Nacional do Café*, set. 1934, p. 364; TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 223.

<sup>279</sup> PENTEADO. art. cit. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1934, p. 32; TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 241.

<sup>280</sup> Discurso proferido no Rio Grande do Sul pelo Sr. Presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1934. *Defesa...* v. 1, p. 103; TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 220; VARGAS, Getúlio. Os benefícios da Revolução na economia geral do país. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1934, p. 881.

internacionais. O Governo Provisório recolhera 50,1 milhões de sacas, deixando um resíduo de 3,4 milhões de sacas. A destruição total de café representara 34,1 milhões de sacas.<sup>281</sup> É impossível afirmar-se qual teria sido o resultado se não tivesse havido intervenção. Entretanto, a conclusão de que grande parte do setor cafeeiro teria sido danificada pela falta de intervenção é incontestável. O Presidente ainda afirmou que o Brasil se recuperara da Depressão e que suas condições econômicas em 1934 eram excelentes.<sup>282</sup> Não obstante, a tese de Furtado de que essa recuperação foi propiciada pela injeção de recursos para a sustentação do café baseia-se numa importante distorção dos fatos históricos, alterando sensivelmente as conclusões de um simples modelo keynesiano.

#### 3.4.4 O Banco do Brasil e o DNC

A associação do DNC com o Banco do Brasil continuou sendo muito estreita durante o Governo Provisório. A tabela 9 mostra a dívida do DNC com o Banco do Brasil. Esta sofreu aumento acentuado em 1933/34, principalmente em decorrência da grande produção cafeeira de 1933/34 e do elevado preço da quota de sacrifício estabelecida pelo DNC. O Governo Provisório criara um “fundo especial” no Banco do Brasil para o pagamento da dívida externa. Em 1933, o crédito do Tesouro Nacional era só de 180 mil contos. Porém, o Ministro da Fazenda requereu que o Banco concedesse mais 70 mil contos ao DNC, das reservas do fundo

TABELA 9

Dívida do Departamento Nacional do Café com o Banco do Brasil  
Em 31 de dezembro de 1933-1936  
(Mil contos)

Ano (31 de dezembro)	Dívida (mil contos)
1933	551,8
1934	737,3
1935	599,8
1936	634,7

Fonte: BANCO DO BRASIL. *Relatórios*, 1933 a 1936.

<sup>281</sup> Mensagem presidencial apresentada ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República Getúlio Vargas (1935). *Defesa...* v. 1, p. 104-10; TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 231, 258, 292.

<sup>282</sup> VARGAS. Os benefícios... *Rev. do DNC*, p. 882.

especial.<sup>283</sup> Este depositou notas promissórias no Tesouro, que seriam devolvidas contra o pagamento no Banco. De forma semelhante, a permuta de trigo por café foi financiada com crédito do Banco, liquidado prontamente.<sup>284</sup>

O contrato de 17 de março de 1933 foi mais importante. Abriu-se um crédito "rotativo" de 600 mil contos no Banco a favor do DNC, correspondente, mais ou menos, a uma linha de crédito. O Departamento teria pronto acesso aos fundos do Banco, e os empréstimos seriam pagos com o produto das taxas de exportação.<sup>285</sup> Em 1934, o DNC ultrapassou o crédito rotativo em 10,9 mil contos, e o Ministro da Fazenda autorizou um crédito especial de 20 mil contos, que foi rapidamente liquidado. Por contrato de 12 de julho de 1934, o Banco concedeu ao DNC um crédito de 105,2 mil contos, pagável em 10 meses.

Em dezembro de 1935, o redesconto dos títulos do DNC foi reduzido ao máximo de 300 mil contos.<sup>286</sup> A medida relacionava-se com a convicção de que a crise cafeeira fôra superada e de que outros programas de estabilização interna não deveriam ser prejudicados por vultosas operações financeiras de apoio aos cafeicultores. Voltou-se, na ocasião, ao contrato de março de 1933, que estipulava um crédito máximo de 600 mil contos para o DNC, negociável com o Banco do Brasil. Os maiores créditos de 1933/34 foram concedidos tendo em vista a safra excepcional daquele ano, mas se tornaram desnecessários no futuro. Uma razão importante da redução da dívida assumida pelo DNC com o Banco foi a reserva da metade da arrecadação da taxa de 10 xelins do DNC para o pagamento da dívida com o Banco.<sup>287</sup> Não obstante, a compra, pelo DNC, de 4 milhões de sacas de café em 1935 foi parcialmente financiada com um crédito de 200 mil contos concedidos pelo Banco através de um acôrdo de pagamentos mensais.<sup>288</sup> O crédito fôra parcialmente liquidado, quando o Banco o aumentou novamente para 220 mil contos.

Em janeiro de 1936, o Banco e o DNC negociaram novamente o pagamento parcelado da dívida através da reserva de metade do produto da taxa de exportação.<sup>289</sup> Os estados cafeeiros estavam interessados na

<sup>283</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1933*. p. 23-4.

<sup>284</sup> Id. *ibid.* p. 24.

<sup>285</sup> VIDAL, Armando. *A situação...* p. 12; BANCO DO BRASIL. *Relatório 1934*. p. 21.

<sup>286</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1935*. p. 24.

<sup>287</sup> *Ibid.* p. 39.

<sup>288</sup> Id. *Relatório 1936*. p. 37.

<sup>289</sup> Id. *Relatório 1935*. p. 40.

liquidação da dívida, em face das elevadas despesas decorrentes dos juros de 8%. Tendo em vista as relações financeiras existentes entre o Banco e o DNC, cabe, mais uma vez, salientar que os créditos do Banco do Brasil não são inteiramente iguais aos concedidos por uma autoridade monetária central. O crédito rotativo do DNC com o Banco constituía mais uma transação comercial que permitia operações normais, porém era constantemente pago pelo depósito das receitas do impôsto de exportação. Tal pagamento não foi suficientemente normal durante os primeiros anos da Depressão, para justificar a alegação de que parte dêsse crédito poderia ser considerada uma política fiscal keynesiana. Mas mesmo essa limitada interpretação é um afastamento radical da Tese Furtado.

Um aspecto importante da crise cafeeira do Brasil foi a qualidade inferior do café. A produção dos tipos de terreiro era muito reduzida, e quase não existiam tipos “suaves”.<sup>290</sup> Dêstes, o Brasil produzia 50 mil sacas anuais, e os países restantes aproximadamente 9 milhões, quase 90% de sua produção total. O principal motivo dessa produção de suaves foi a estagnação técnica do Brasil durante os programas de sustentação.<sup>291</sup> O Brasil fêz pouco ou nenhum esforço para manter sua capacidade de concorrência nos mercados mundiais. O café brasileiro rendia um número inferior de xícaras, por quilo, relativamente ao importado de outros países. As impurezas e má classificação do café brasileiro contribuíram para sua rejeição por comerciantes e consumidores.<sup>292</sup> Um estudioso do assunto escreveu no princípio de 1940 que “a preferência gradativa pelos tipos suaves aos cafés brasileiros constitui uma das tendências mais marcantes do consumo mundial de café nas décadas recentes.”<sup>293</sup> Sem dúvida, parte dessa alteração foi causada pelas mudanças de gosto dos consumidores. É, possivelmente, verdade que os cafés suaves fôssem mais procurados nos Estados Unidos do que em outros mercados, e êsse país teve importância preponderante no presente século. A Colômbia, por exemplo, vendia a maior parte de suas exportações aos Estados Unidos. Porém, essa variação de preferência é também atribuível à intervenção no mercado.

<sup>290</sup> CAMARGO, Rogério de. Cafés *milds* e de terreiro. *Revista do Departamento Nacional do Café*, agô. 1933, p. 97; FARIA, Gastão de. Querer é poder. *Revista do Departamento...* set. 1933, p. 237-38.

<sup>291</sup> CAMARGO, Rogério de. Problemas agrônômicos do café. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1933, p. 6-7.

<sup>292</sup> COSTA FERREIRA, Ruy da. O café brasileiro e a sua classificação. *Revista do Departamento Nacional do Café*, set. 1933, p. 245; FONSECA, Carlos Pinheiro da. Fatos e coisas do café: tipos e qualidades. *Revista do DNC*, jan./fev. 1934.

<sup>293</sup> WICKIZER, V. D. *The world coffee economy with special reference to control schemes*. Stanford, Stanford Food Research Institute, 1943. p. 13.

As condições do setor cafeeiro do Brasil na década dos 30 foram o triste resultado do afastamento da concorrência dos mercados mundiais, decorrente dos programas de subsídio que, a longo prazo, enfraqueceram a vantagem comparativa do Brasil. Sob a defesa permanente, a eficiência não foi mais levada em conta, já que o café seria comprado pelo Estado a preço compensador, independentemente de sua qualidade.

### 3.5 A nova política cafeeira

#### 3.5.1 O enfraquecimento da vantagem comparativa do Brasil e suas causas

O gráfico 10 mostra a crescente importância da concorrência no mercado mundial do café durante o período de intervenção. O fator mais marcante é a rápida expansão das exportações africanas. A taxa de crescimento dessas exportações supera amplamente a de qualquer outro grupo de nações, assim como a baixa taxa de crescimento do consumo. Enquanto as exportações asiáticas e brasileiras permaneceram relativamente estáveis, o resto da América Latina intensificou suas exportações. A predestinação do Brasil na produção de café não se estava concretizando.

Talvez o fator mais significativo dessa concorrência fôsse o incentivo dos custos mínimos de produção em países de mão-de-obra barata, que produziam café de boa qualidade em pequenas lavouras.<sup>294</sup> Os casos mais importantes da América Latina foram a Venezuela, alguns países centro-americanos e, principalmente, a Colômbia. Como vemos no gráfico 10, a produção nas colônias africanas, onde a mão-de-obra era extremamente barata, representava ameaça ainda mais perigosa às condições de concorrência do Brasil, pois essas colônias se beneficiavam de tratamento tarifário preferencial nas nações-mães de consumo. O incentivo ao plantio decorrente dos programas brasileiros de sustentação de preços foi, decididamente vital.<sup>295</sup>

Os elevados preços de 1925-1929, decorrentes do Programa de Defesa Permanente, provocaram acentuada intensificação do plantio mundial. De 3,2 bilhões de cafeeiros em 1926, o plantio foi expandido para 5 bilhões

<sup>294</sup> CIRCULAR NOTIZ de 9 de fevereiro de 1938. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, fev. 1938.

<sup>295</sup> WICKIZER, op. cit. p. 7-8; GUEDES, Jayme Fernandes. Nove anos de serviços ao café. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1944, p. 1.038; SILVA, Benedicto. O café brasileiro e a ameaça crescente da concorrência. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jan. 1936, p. 23; Id. A ofensiva dos nossos concorrentes. *Revista do DNC*, fev. 1936, p. 193-6.



de pés, correspondendo a um impressionante aumento de 1 bilhão de cafeeiros. A segunda expansão verificou-se na Colômbia, com aumento de 223 milhões de pés.<sup>296</sup>

### 3.5.2 Mudanças na estrutura agrícola

Um aspecto importante do enfraquecimento da vantagem comparativa do Brasil na produção de café foi, como mencionamos acima, o aumento da produção de países de mão-de-obra barata, que cultivavam o café em sítios. O caso da Colômbia, o mais sério concorrente do Brasil, foi bastante expressivo. O cultivo em grande escala em fazendas altamente capitalizadas pertencia ao passado, já que a fazenda ideal para a produção de café sofrera sensível redução em suas dimensões. As vantagens relativas mudam consideravelmente com o tempo. É esse um fato, mesmo com relação a regiões do mesmo país. A própria história do café apresenta essas oscilações temporais dos custos relativos. A supremacia da produção variou, através da história, de um país para outro. O desafio da Colômbia e outros países ao monopólio brasileiro foi lançado por fazendas menores, que produziam café de alta qualidade.

O Brasil ajustou-se rapidamente à mudança de dimensões dos cafezais. Os técnicos cafeeiros de São Paulo observaram esse fato. As grandes plantações eram incapazes de resolver os problemas técnicos da produção de cafés de melhor qualidade.<sup>297</sup> Um grande número delas foi fragmentado em propriedades menores ou simplesmente desapareceram.<sup>298</sup> Os dados agrícolas de São Paulo também confirmam essa mudança. No decorrer de década dos 30, o número de plantações de café aumentou. Grande parte desse aumento correspondeu a culturas de menos de 10 mil cafeeiros. Comparativamente, houve sensível declínio no número de grandes fazendas.<sup>299</sup> Evidentemente, esse ajuste teria ocorrido antes, se o esquema de sustentação de preços, distorcendo as rentabilidades relativas, não tivesse sido implantado. É verdade que a sustentação de preços foi mantida no setor cafeeiro do Brasil durante a década de 1930. Mas o elevado

<sup>296</sup> REGRAY, Leon. Bilan de protection agricole, café, cujos dados estão reproduzidos em DANTAS, Garibaldi. Os concorrentes do café brasileiro. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, fev. 1935, p. 265.

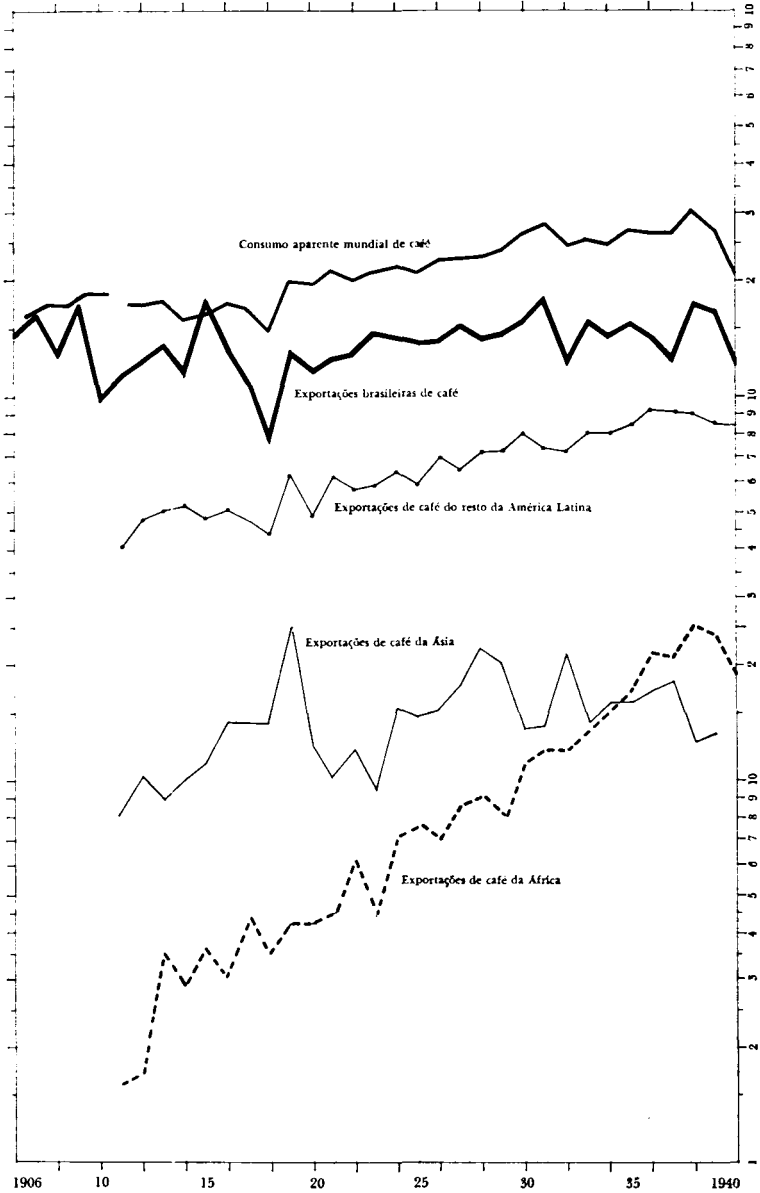
<sup>297</sup> CAMARGO. art. cit. *Rev. do DNC*, p. 97; REVISTA do Instituto de Café de São Paulo, nov. 1937, p. 2.039.

<sup>298</sup> DANTAS, Garibaldi. Novos aspectos da economia cafeeira de São Paulo. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, abr. 1938, p. 430.

<sup>299</sup> Ver dados em id. *ibid.* p. 431.

GRAFICO 10

Consumo aparente mundial de café e exportações de café do Brasil, do resto da América Latina, África e Ásia — 1906-1940



Fonte. Exportações da Ásia, África e América Latina. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Superintendência dos Serviços do Café. *Anuário estatístico 1946*. São Paulo, p. 133.

impôsto em espécie, a realidade da falência, o agravamento da crise mundial e o constante declínio dos preços representaram um incentivo ao aprimoramento dos métodos de produção. As condições que prevaleceram durante o programa de sustentação da Depressão diferiram das existentes durante as valorizações e a Defesa Permanente, pois o cafeicultor passara a depender bem mais, para sua sobrevivência, da eficiência de sua operação individual.

### 3.5.3 A política de concorrência

Em 1937, surgiram sete problemas sérios no setor cafeeiro do Brasil. Primeiro, os delegados brasileiros de duas conferências internacionais de café, as de 1931 e 1937 (Havana), solicitaram a cooperação de outros produtores no sentido de manter os preços do café e solucionar o problema da superprodução. Os outros produtores do mundo recusaram-se a participar do programa brasileiro de sustentação, alegando que o excesso de produção era um problema exclusivamente brasileiro, que não os afetava.<sup>300</sup> Segundo, as exportações brasileiras do primeiro semestre de 1937 recuaram para um dos níveis mais baixos do século. A participação do Brasil nas exportações mundiais, naquele ano, foi de aproximadamente 48%, consideravelmente abaixo dos 70% atingidos em alguns anos. Foi essa a menor participação do Brasil antes da década de 1940. Como os preços se encontravam sensivelmente deprimidos, o baixo nível das exportações físicas também representou níveis ínfimos do valor das exportações em moeda nacional e estrangeira.<sup>301</sup> Prevalencia, no Brasil, uma convicção generalizada de que a causa dos baixos níveis de exportação era o programa de sustentação implantado somente pelo Brasil. Terceiro, o programa de sustentação do café, no entender dos planejadores, era excessivamente oneroso em termos monetários internos. Só a safra de 1937/38 exigira 650 mil contos de financiamento. Apesar de a quota de sacrifício ter sido paga a 5 mil-réis, a quota retida o fôra a um preço relativamente elevado.<sup>302</sup>

<sup>300</sup> DANTAS, Garibaldi. A contra-ofensiva dos concorrentes do café brasileiro. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, jan. 1938, p. 9; SOUZA COSTA, Artur de. O titular da Fazenda esclarece a nova política cafeeira. *Revista do Departamento Nacional do Café*, nov. 1937, p. 1.093-94.

<sup>301</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. A política do café e suas novas diretrizes. *Revista do Departamento Nacional do Café*, abr. 1939, p. 407; ANDRADE, Theophilo de. Ofensiva de exportação. *Revista do DNC*, abr. 1938, p. 341; ANDRADE. A evolução de uma política abandonada. *Revista do DNC*, nov. 1937, p. 1.097; THE CHASE NATIONAL BANK. op. cit. p. 161; TAUNAY. op. cit. v. 15, p. 65.

<sup>302</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. Nove anos... *Rev. do DNC*, p. 1.039; SOUZA COSTA. O titular... *Rev. do DNC*, p. 1.094. Foram êles, respectivamente, o presidente do DNC e o Ministro da Fazenda.

Um quarto fator foi a severa crise que ameaçou paralisar o setor cafeeiro. No interior, as máquinas de beneficiamento do café permaneciam paradas. Os banqueiros geralmente recusavam mais crédito aos cafeicultores depois que estes liquidavam as suas dívidas. Até os especuladores, pela primeira vez, afastaram-se do comércio do café.<sup>303</sup> O quinto motivo de preocupação foi a perda de mercados para os países coloniais que gozavam de tratamento tarifário preferencial, principalmente entre os europeus. Nessas colônias, o café era produzido por mão-de-obra barata, podendo transformar-se em futura ameaça ao que restava da participação brasileira do mercado. A manutenção de preços internacionais pelo Brasil não era, provavelmente, a melhor política para reconquistar esses mercados.<sup>304</sup> Sexto, numerosos países produtores de café tinham interrompido o pagamento de sua dívida externa, gozando de melhores condições do que o Brasil para auxiliar seus produtores de café.<sup>305</sup> A sétima dificuldade era interna. Muitos brasileiros eram partidários de mudanças radicais no programa de sustentação do café. Uma das propostas mais generalizadas era a substituição da "política de incineração" por uma "política de exportação".<sup>306</sup> Essa logo passou a ser conhecida pelo nome de "política de concorrência".

Ao mesmo tempo, foram tomadas importantes medidas para modificar o programa de sustentação do café. O convênio dos estados cafeeiros estudou a crise do café durante as duas primeiras semanas de maio de 1937. Um dos principais temas dos debates foi o elevado custo dos financiamentos da quota retida durante a safra de 1937/38. Os estados cafeeiros concordaram em que a quota seria paga a 65 mil-réis por saca.<sup>307</sup> Estipulou-se nova modalidade de financiamento para a safra seguinte. O DNC emitiria obrigações a juros de 6% e vencimento em 15 anos. Ao mesmo tempo, o Governo federal emitiria 500 mil contos para serem emprestados ao DNC. Este pagaria a dívida assim contraída com a venda dos títulos.<sup>308</sup> A proposta foi convertida em lei federal em 30 de agosto.<sup>309</sup>

<sup>303</sup> REVISTA do Instituto de Café de São Paulo, nov. 1937, p. 2.038.

<sup>304</sup> REVISTA do Departamento Nacional do Café, dez. 1937, p. 1.181.

<sup>305</sup> Ibid.

<sup>306</sup> ANDRADE, Theophilo de. Superprodução e exportação. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jun. 1936, p. 879-80.

<sup>307</sup> CONVÊNIO dos estados cafeeiros (Iniciado em 30 de abril e terminado em 14 de maio de 1937). *Convênios...* p. 103.

<sup>308</sup> Ibid. p. 104.

<sup>309</sup> LEI n.º 493, de 30 de agosto de 1937. *Legislação... 1922-1940*. p. 219.

Em 13 de novembro de 1937, o Governo brasileiro empreendeu a mudança mais drástica do programa de sustentação do café desde o Convênio de Taubaté. Um crítico declarado do programa, Jayme Fernandes Guedes, foi nomeado presidente do DNC e incumbido da implantação de “nova política cafeeira”. O Brasil tentaria reduzir os preços internacionais permitindo a entrada de sua produção no mercado, livre de impostos e outras medidas anteriores. Desenvolver-se-iam esforços no sentido de obrigar os demais países produtores de café a negociarem um acôrdo internacional.<sup>310</sup> No futuro, o Brasil venderia seu café ao “preço justo determinado pela lei de demanda e oferta”.<sup>311</sup>

Tomou-se uma série de medidas visando a implantação dessas diretrizes e a gradativa abolição do programa de sustentação. Em primeiro lugar, só seriam recolhidos e destruídos por meio da quota de sacrifício os cafés de segunda qualidade, para os quais não havia mercado. O resto da produção seria exportado livremente. Em segundo lugar, uma das mais sérias distorções do mercado, o impôsto sôbre cada unidade exportada, foi sensivelmente reduzido de 45 para 12 mil-réis por saca. Uma “conta especial” de 300 mil contos seria aberta no fundo de redescontos do Banco do Brasil, a favor do DNC. O saldo das dívidas do DNC seria creditado nessa conta, e o restante utilizado pelo DNC nas suas operações. Da taxa de 12 mil-réis, separar-se-iam 4 para o pagamento do crédito nessa conta especial. Uma vez liquidada a dívida, a taxa seria reduzida para 8 mil-réis. Estipulou-se, também, que o crédito de 300 mil contos seria reduzido semestralmente em 25 mil contos, até a extinção total.<sup>312</sup> Em terceiro lugar, como o DNC carecia das receitas fiscais para custear as despesas e pagamento do crédito rotativo do Banco do Brasil, o Tesouro Nacional

<sup>310</sup> SOUZA COSTA. O titular... *Rev. do DNC*, p. 1.093.

<sup>311</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. A política... *Revista do DNC*, abr. 1939, p. 414.

<sup>312</sup> Ver esta e outras medidas no DECRETO-LEI n.º 2.131, de 13 de novembro de 1937. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, out. 1937, p. 1.840 em diante; REVISTA DO DEPARTAMENTO Nacional do Café, nov. 1937, p. 1.091-2; LEGISLAÇÃO... 1922-1940. p. 222; TAUNAY. op. cit. v. 15, p. 17-8; OBSERVADOR econômico e financeiro, jul. 1943, p. 120; OBSERVADOR... (29):92 1939; OBSERVADOR... (21):127, 1937; ANDRADE. A evolução... *Rev. do DNC*, p. 1.097-98; TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 499, 510; BOUÇAS, Valentim. A influência do café na riqueza nacional. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jun. 1940, p. 767; RETROSPECTO comercial do Jornal do Commercio 1937. p. 432; GUEDES, Jayme Fernandes. Nove anos... *Rev. do DNC*, p. 1.039; DANON, Joseph & Co. 1907-1937: ou 30 anos de economia dirigida. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, dez. 1937, p. 2.185-86; MERGULHÃO, Benedicto. O general café na Revolução Branca de 37. Rio, Pongetti, 1945. p. 42-3; GUEDES. A atividade do Departamento Nacional do Café. *Rev. do DNC*, maio 1941, p. 430; Id. A política... *Rev. do DNC*, abr. 1939, p. 411; RETROSPECTO comercial do Jornal do Commercio 1938. p. 449.

contraiu um empréstimo de 500 mil contos com o fundo de redescontos do Banco do Brasil. Esse empréstimo libera o Banco da obrigação de pagar 500 mil contos ao fundo, quantia que seria creditada na dívida do DNC com o Banco. Aproximadamente, 39 mil contos da dívida do DNC não foram cobertos por essa operação, e creditados na conta especial do fundo de desconto.<sup>313</sup>

A quarta medida consistiu em isentar o DNC do pagamento do crédito de 300 mil contos do Tesouro Nacional. Quinto, dos 8 mil-réis restantes após o pagamento ao Banco do Brasil, 6 destinaram-se ao pagamento das despesas do Empréstimo para a Conversão do Café, de acordo com novo convênio a ser negociado. Sexto, o confisco do câmbio percebido nas exportações de café seria imediatamente revogado. Os produtores receberiam novamente o produto de suas vendas em moeda estrangeira. Esse confisco do câmbio ocasionaria sérias dificuldades ao setor cafeeiro. A sétima medida foi o cancelamento dos pagamentos da dívida externa. Simultaneamente a essas políticas federais, o estado de São Paulo reduziu a taxa de 3,5 mil-réis a saca para 2 mil-réis.<sup>314</sup>

Essas diretrizes vieram limitar sensivelmente os recursos financeiros do DNC. Em dezembro de 1937, o total do crédito no Banco do Brasil era de 576 mil contos, mas foi reduzido a 235 mil contos em 1938, e a 198,2 mil contos em dezembro de 1939.<sup>315</sup> A única intervenção no mercado se processava, agora, através do imposto em espécie. Mas este incidia sobre um excesso não comercializável. É verdade que as medidas de 1937 representaram uma criação de moeda, no sentido propriamente keynesiano. Mas visavam acabar com a sustentação do café. Conseqüentemente, não houve emissão de moeda contínua, em grande escala, decorrente das políticas cafeeiras, na economia brasileira, durante a fase de recuperação da Depressão. Não se registraram déficits orçamentários na implantação das políticas cafeeiras. E, depois de 1939, o impacto da guerra tornou-se mais importante do que as políticas cafeeiras, principalmente porque o Brasil começou a preparar-se militarmente nos três últimos anos da década da Depressão. A alegação de que o programa de sustentação de café foi financiado pela criação de moeda não se confirma pelos registros históricos e financeiros do Brasil.

<sup>313</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1938*. p. 10.

<sup>314</sup> REDUÇÃO da taxa de 3\$500. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, nov. 1937.

<sup>315</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1938*. p. 10, 26; RELATÓRIO 1939, p. 25.

### 3.5.4 Evolução do impôsto em espécie

O DNC só previa resultados a longo prazo da nova política cafeeira. Era preciso que os preços caíssem substancialmente durante longo período para que o Brasil conseguisse atingir suas metas. Em consequência, o impôsto em espécie precisava ser ajustado às novas diretrizes. O objetivo da manutenção da quota de sacrifício era o recolhimento do mercado e queima de cafés de qualidade inferior. Não havendo mercado para êsses tipos de café, os comerciantes ficaram garantidos de que o único café brasileiro vendido no exterior seria de boa qualidade, reabilitando, assim, a posição do Brasil nos mercados estrangeiros. O impôsto em espécie precisava, igualmente, ser ajustado no país a fim de incentivar os cafeicultores a aprimorarem a qualidade de sua produção. Uma medida possível era a redução do impôsto em espécie incidente sôbre os cafés de melhor qualidade.<sup>316</sup>

O impôsto em espécie de 1938/39 foi adaptado às novas políticas brasileiras. Sua principal característica consistiu na divisão da safra em cafés comuns e preferenciais. Foram estabelecidas três quotas para os cafés comuns. A quota de equilíbrio (ou quota de 1938/39 do DNC) correspondia à de sacrifício usual, equivalente a 30% do café comum exportado. Era paga a 2 mil-réis por saca, o que mal reembolsava o agricultor pelo preço da saca de juta. A quota retirada, para os cafés comuns, foi fixada em 30% e armazenada para seu embarque gradativo. A quota direta poderia ser imediatamente transportada ao pôrto e representava 40% dos cafés comuns.<sup>317</sup> Os cafés preferenciais eram divididos em duas quotas: a de sacrifício correspondia a 15% e a retida a 85%. O objetivo das quotas retidas era evitar o congestionamento nos depósitos portuários. Transformara-se numa medida comercial, visando permitir o escoamento normal do café.

O convênio dos estados cafeeiros regulamentou o impôsto em espécie para 1939/40.<sup>318</sup> Especificou-se uma quota geral de equilíbrio, dividida

<sup>316</sup> ANDRADE, Theophilo de. Ofensiva... *Rev. do DNC*, p. 342.

<sup>317</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Regulamento de embarques para a safra 1938-39, Resolução n.º 387. *Revista do Departamento Nacional do Café*. (data da resolução: 19 de maio de 1938). Para maiores detalhes, ver também ANDRADE, Theophilo de. A futura safra. *Revista do Departamento Nacional do Café*, mar. 1938, p. 222; REVISTA do DNC, abr. 1938, p. 362; LEGISLAÇÃO... 1922-1940. p. 433 em diante; RESOLUÇÃO n.º 402. *Legislação... 1922-1940*. p. 484; RESOLUÇÃO n.º 418. *Legislação... 1922-1940*. p. 556 em diante; GUEDES, Jayme Fernandes. A política... *Revista do DNC* p. 415; FRANCO. op. cit. p. 35-37, 60.

<sup>318</sup> CONVÊNIO dos estados cafeeiros (Iniciado em 16 e terminado em 28 de fevereiro de 1939). *Convênios...*, p. 124-125.

em duas partes: 30% dos cafés comuns e 15% dos preferenciais seriam vendidos ao DNC pelo preço de 2 mil-réis a saca. Outras cláusulas de menor importância foram estabelecidas.<sup>319</sup> Os cafés da quota de sacrifício eram anualmente isentos dos impostos do estado de São Paulo, e tomou-se a medida de tornar definitiva essa isenção.<sup>320</sup> No fim da década, o imposto em espécie transformara-se na única medida de sustentação do setor cafeeiro, com menor importância e objetivos diferentes.

### 3.5.5 Resultados das novas políticas

Um dos propósitos da nova política cafeeira era elevar as exportações físicas do Brasil. Infelizmente, 1938 foi o único ano dessa política em que as condições do mercado não haviam sido ainda afetadas pela crise que fechou os mercados europeus ao Brasil durante quase seis anos (1939/1945). As exportações de 1938 atingiram 17,2 milhões de sacas — as mais elevadas da década, com exceção de 1931, quando se alcançaram 17,9 milhões. Mas 1931 foi um ano excepcional. O aumento das exportações correspondeu simplesmente ao desejo de fugir à já anunciada taxa unitária. As exportações de 1938 superaram as do ano anterior em mais de 5 milhões de sacas. Mesmo no início da crise europeia, em 1939, as exportações superaram todos os outros anos, com exceção de 1937 e 1938, pois alcançaram 16,5 milhões de sacas.<sup>321</sup> Assim, a nova política cafeeira conseguiu elevar o nível das exportações brasileiras.

O segundo objetivo da política era aumentar a participação do Brasil nos mercados mundiais, que decaíra a 48%, em 1937. Em 1938 subiu para 57,2% e, em 1939, para 57,4%, mas voltou a declinar durante a crise europeia, para 53,6% em 1940.<sup>322</sup> Vê-se, assim, que o café brasileiro realmente chegou a competir nos mercados mundiais, e o desempenho foi

<sup>319</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Regulamento de embarques para a safra 1939-40, Resolução n.º 412. *Revista do Departamento Nacional do Café*, anunciada em 20 de maio de 1939; LEGISLAÇÃO... 1922-1940. p. 497 em diante; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, jul. 1939, p. 112; FRANCO. op. cit. cap. 10, multas estabelecidas para o imposto em espécie; RETROSPECTO Comercial do Jornal do Commercio 1939. p. 470.

<sup>320</sup> DECRETO-LEI n.º 489, de 10-6-1938. In: GUEDES, Jayme Fernandes. A política... *Revista do DNC*, abr. 1939, p. 415.

<sup>321</sup> Ibid. p. 409; SOUZA COSTA, Artur de. A política econômico-financeira do Brasil. *Revista do Departamento Nacional do Café*, out. 1941, p. 473; GUEDES, Jayme Fernandes. O café brasileiro em 1942. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1943, p. 732 em diante; MERGULHÃO, op. cit. p. 57; ANDRADE. Ofensiva... *Rev. do DNC*, p. 342; TAUNAY. op. cit. v. 14, p. 496; TAUNAY. op. cit. v. 15, p. 23; RETROSPECTO Comercial do Jornal do Commercio. p. 475, 478.

<sup>322</sup> SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Superintendência dos Serviços do Café. *Anuário Estatístico 1946*. p. 133. É esta uma fonte excelente de estatísticas cafeeiras.



satisfatório. O terceiro objetivo era forçar o declínio internacional dos preços do café para afastar outros produtores do mercado. Também êste foi cumprido. Porém, teve efeito inesperado na receita das exportações de café. O valor das exportações do Brasil, em libras esterlinas, declinou de 17,9 milhões, em 1937, para 16,2 milhões, em 1938, e para 14,9 milhões, em 1939. Essa queda foi parcialmente compensada por um aumento na taxa cambial, depois da abolição dos contrôles cambiais, em 1937. Os brasileiros pretendiam compensar a queda da receita em moeda estrangeira com o aumento das exportações.<sup>323</sup> No entanto, sendo a demanda do café inelástica, o resultado era duvidoso. O declínio dos preços teria redundado no declínio do total das receitas.<sup>324</sup>

A nova política cafeeira foi acontecimento singular, que oferece interessantes perspectivas para análise. O problema constante na história dos contrôles cafeeiros é a conjuntura de mercado que prevaleceria na ausência da intervenção. Para efeitos comparativos, teria sido desejável um período de não-intervenção, seguido de outro de intervenção e concluído por um terceiro de não-intervenção. Infelizmente, o período livre só durou dois anos. Entretanto, a manutenção das novas políticas teria trazido uma série de benefícios. Propiciaria o ajuste necessário do mercado cafeeiro, restabelecendo as rentabilidades da economia brasileira e permitindo a utilização ideal dos recursos. Tornaria possível introduzir importantes mudanças na qualidade da produção, com a eliminação da qualidade inferior. Desta forma, a tendência ao aumento do consumo de cafés *mild* teria sido modificada, pois os comerciantes haveriam substituído uma proporção maior das misturas de café pelos cafés brasileiros de menor preço. A diversificação agrícola teria sido promovida em São Paulo, tornando êsse estado menos vulnerável aos ciclos comerciais externos. Em última análise, a nova política cafeeira foi uma solução semelhante à dos mercados livres de café advogada pelo ministro Murinho no fim do século. A única diferença é que, na década dos 30, a solução se tornara mais difícil devido aos efeitos acumulados de 30 anos de intervenção. Evidentemente, um govêrno ditatorial, como o que sobreveio na década dos 30, teria condições

<sup>323</sup> PENTEADO, Eurico. Café, balança comercial e dívidas externas. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jan. 1938, p. 18.

<sup>324</sup> Um fator importantíssimo da nova política cafeeira foi a diferença entre os preços dos tipos *mild* e os dos cafés brasileiros, que nunca ultrapassara a média de 25% antes de 1937. Mas, em 1938, subiu para 30,2% e, em 1939, para 36,5%. Ver WICKIZER. op. cit. p. 167. Uma grande diferença entre os *milds* e os cafés brasileiros teria ocasionado a recomposição das misturas, talvez com proporção maior do café brasileiro. Porém a diferença de preços fôra relativamente pequena durante longo período, e êsse aumento na proporção de cafés brasileiros não se concretizou; WICKIZER. op. cit. p. 172-3. Nesse aspecto, as novas políticas não foram muito bem sucedidas.

de implantar tal política com mais facilidade. Não obstante, ela provocou menos oposição devido aos sensíveis ajustes que tinham ocorrido após sete anos de recuo dos preços. São estas, naturalmente, meras especulações, pois as pressões da II Guerra Mundial forçaram o acôrdo internacional almejado pelo Brasil — a última meta finalmente atingida por fenômenos alheios à política brasileira e ao mercado cafeeiro.

É êsse o tema do próximo item.

#### 4. O Acôrdo Interamericano de Café e o café brasileiro durante a II Guerra Mundial

##### 4.1 O impacto da Guerra nos produtores latino-americanos de café

###### 4.1.1 Conferências pan-americanas de café

Já se haviam celebrado duas conferências mundiais de café neste século — em 1902 e 1931<sup>325</sup> — antes de vários países latino-americanos tentarem encontrar uma solução hemisférica para certos problemas cafeeiros. Em outubro de 1936, realizou-se a Primeira Conferência Pan-americana de Café, em Bogotá.<sup>326</sup> O problema principal que dera origem à sua convocação fôra a opinião de que os preços não tinham acompanhado a recuperação da renda dos Estados Unidos. Além do mais, o Brasil mantinha um programa de sustentação de preços e solicitara a participação de outros produtores latino-americanos.<sup>327</sup> A agenda da conferência compôs-se de dois assuntos principais: quotas de exportação e contrôles de preços.<sup>328</sup>

Entretanto, não se chegou a qualquer acôrdo específico sôbre as questões básicas da agenda da Primeira Conferência. O único resultado da reunião foi a aceitação de cinco pontos gerais. Primeiro, o Bureau Pan-americano do Café seria estabelecido.<sup>329</sup> Segundo, o Bureau e as Indústrias Associadas de Café da América organizariam uma campanha de promoção do café nos Estados Unidos. Terceiro, os países latino-americanos manteriam uma distribuição “leal” de mercados; esta seria formulada na base de pesquisas estatísticas elaboradas pelo Bureau Pan-americano de Café e deveria ser aprovada na conferência seguinte. Quarto, forma-

<sup>325</sup> WICKIZER, V. D. *The world coffee economy with special reference to control schemes*. Food Research Institute, Stanford University, 1943; INTERNATIONAL coffee congress of 1931. p. 166-67.

<sup>326</sup> Países participantes: Brasil, Colômbia, México, Salvador, Venezuela, Guatemala, Costa Rica e Nicarágua.

<sup>327</sup> IV CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO CAFÉ. Informes apresentados pelo Bureau Panamericano de Café. Cidade do México, setembro de 1945. p. 11, mimeogr.; WICKIZER. op. cit. p. 167-70.

<sup>328</sup> JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios Anuais 1941-42*. p. 4.

<sup>329</sup> WICKIZER. op. cit. p. 168.

lizou-se o compromisso de prestar-se ajuda material ao Brasil para a sustentação dos preços de café. Quinto, emitiu-se um voto de apoio aos produtores brasileiros de café.<sup>330</sup> As três funções principais do Bureau Pan-americano do Café passaram a ser: a organização da campanha publicitária, pesquisas de mercado e compilação de dados estatísticos.<sup>331</sup>

O Bureau convocou a Segunda Conferência Pan-americana do Café,<sup>332</sup> que se reuniu em Havana, em agosto de 1937. Não se conseguiu acôrdo sôbre os assuntos básicos de quotas de exportação e contrôles de preços,<sup>333</sup> e o Brasil viu-se obrigado a adotar a nova política cafeeira. Três resultados importantes decorreram da Segunda Conferência. Primeiro, estabeleceram-se tipos mínimos de exportação de café.<sup>334</sup> Segundo, intensificou-se a promoção publicitária. Criou-se um impôsto de cinco centavos por saca importada pelos Estados Unidos para o financiamento da campanha. O produto do impôsto custearia a contratação de uma firma publicitária encarregada de promover o café no mercado americano, com o propósito específico de provar que o consumo de café não era prejudicial ao organismo humano. Terceiro, o Bureau e as Indústrias Associadas do Café da América criaram um comitê incumbido da administração da campanha publicitária.<sup>335</sup>

O impacto da guerra européia no mercado mundial do café foi crítico. Quando os mercados europeus se fecharam depois de 1939, as exportações caíram sensivelmente e os preços atingiram seu nível mais baixo. Só a perda de exportações sofrida pelo Brasil foi estimada em mais de sete milhões de sacas por ano, enquanto a de outros produtores talvez tenha ultrapassado os 10,2 milhões de sacas.<sup>336</sup> Nessa conjuntura de crise, o Bureau convocou a Terceira Conferência Pan-americana do Café, em 1940.

<sup>330</sup> VARGAS, Getúlio. Mensagem presidencial. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1937, p. 320; Ecos da Conferência Americana do Café em Bogotá. *Revista do DNC*, dez. 1936. O texto da conferência encontra-se em WICKIZER. op. cit. p. 169.

<sup>331</sup> OFICINA PANAMERICANA DEL CAFÉ. Informe general que presenta la Oficina del Café que debe reunirse en Nueva York el día 10 de junio de 1939. In: TERCEIRA CONFERÊNCIA PANAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios*. New York, junho de 1940, p. 1, 2, 6, mimeogr.

<sup>332</sup> IV CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO CAFÉ. op. cit. p. 1. Ver detalhes em WICKIZER. op. cit. p. 170.

<sup>333</sup> JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios Anuais 1941-42*. p. 5-6.

<sup>334</sup> OFICINA PANAMERICANA DEL CAFÉ. op. cit.

<sup>335</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. As atividades do Departamento Nacional do Café em 1940. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1941, p. 440.

<sup>336</sup> GUEDES. Nove anos de serviços ao café. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1944, p. 1.040.

A Terceira Conferência reuniu-se em Nova Iorque em junho e julho de 1940. Desta vez, os Estados Unidos enviaram um observador. O Bureau preparara um esquema experimental para as quotas de exportação, que mais uma vez não foi aprovado, em face da ameaça de um maior recuo dos preços devido às novas safras. Os ministros de Relações Exteriores das Américas haviam-se reunido no Panamá em 1939, estabelecendo um Comitê Interamericano de Assessoria Econômica e Financeira, dotado de grandes poderes para solucionar os problemas econômicos do hemisfério. Por sua vez, o Comitê nomeara um subcomitê para a elaboração de um plano cafeeiro, que foi formulado entre agosto e dezembro de 1940. Em 28 de novembro do mesmo ano, o plano formulado pelo subcomitê foi assinado com o nome de Acôrdio Interamericano do Café. Este entrou em vigor em 15 de abril de 1941, tendo sido assinado formalmente na União Pan-Americana.<sup>337</sup>

#### 4.1.2 O Acôrdio Interamericano do Café, AIC

##### 4.1.2.1 O acôrdio

O suposto objetivo do estabelecimento do Acôrdio Interamericano do Café foi a “comercialização adequada do café, com vistas a garantir condições equitativas tanto aos produtores quanto aos consumidores, ajustando-se a oferta à demanda.”<sup>338</sup> O propósito real foi outro — elevar as cotações internacionais do café.<sup>339</sup> Porém, um aumento acima do preço estipulado pelo nível de comercialização exige, precisamente, um excesso de oferta. Logo, o Acôrdio Interamericano do Café foi, em certos aspectos, uma repetição, no nível hemisférico, da “filosofia” dos esquemas brasileiros de controle. Um fator diplomático deu ensejo à consolidação do acôrdio hemisférico. Os Estados Unidos desejavam impedir o estabelecimento de uma aliança entre os países latino-americanos e os poderes do eixo. Sendo o café uma importante atividade econômica em vários países latino-americanos, os consumidores americanos passaram a pagar preços mais elevados em troca da aliança estratégica e diplomática da América Latina.<sup>340</sup>

<sup>337</sup> JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios anuais 1941-42*. p. 6-7; IV CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO CAFÉ. op. cit. p. 1; ANDRADE, Theophilo de. O convênio de Washington. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1940, p. 932; ver providências em WICKIZER. op. cit. p. 175-6.

<sup>338</sup> INTER-AMERICAN Coffee Agreement. In: WICKIZER. *Documentary appendix*. op. cit. p. 233.

<sup>339</sup> *Ibid.*, p. 181.

<sup>340</sup> WICKIZER, V. D. *Coffee, tea and cocoa*. Stanford, Stanford University Press, 1951. p. 93-4.

Os 14 países latino-americanos e os Estados Unidos chegaram, finalmente, a um acôrdo sôbre a política longamente almejada pelo Brasil — quotas de exportação. O acôrdo estabeleceu três quotas diferentes. Primeiro, a quota do café exportado para os Estados Unidos pelos países signatários foi fixada em 15,5 milhões de sacas. Segundo, as exportações para os Estados Unidos por países não-signatários ficaram limitadas a 355 mil sacas anuais. Terceiro, os produtores latino-americanos exportariam 11,6 milhões de sacas para outros mercados além dos Estados Unidos.<sup>341</sup> Talvez o problema mais importantê tenha sido a distribuição das exportações para os Estados Unidos entre os países signatários. A distribuição real foi um meio-térmo baseado em negociações.<sup>342</sup> Não prevaleceram fórmulas aritméticas na determinação das quotas. O Brasil advogou a utilização do nível de exportação de 1938 na determinação das quotas.<sup>343</sup> Mas a distribuição foi decidida principalmente na base de negociações.

Criou-se uma Junta Interamericana de Café (JIC) para a administração do acôrdo. Um aspecto importante foi o estabelecimento de comunicações permanentes entre consumidores e produtores das Américas acêrca de problemas cafeeiros. Nessa junta, os Estados Unidos detinham 12 votos, o Brasil 9, a Colômbia 3 e o resto dos países latino-americanos, 1 cada um. Tinha podêres para aumentar as quotas até o máximo de 5%, a menos que prevalecesse uma votação unânime em outro sentido. Os aumentos só poderiam ser semestrais. A outra tarefa da junta consistia no estudo de soluções para os excedentes de café que se acumularam durante o período de guerra.

#### 4.1.2.2 Administração das quotas

Embora a junta estivesse limitada a aumentos de 5% nas quotas básicas, o AIC previa outros elementos de flexibilidade. No caso de iminente escassez nos Estados Unidos, o AIC previa aumentos de emergência. A medida fôra apoiada pelos Estados Unidos a fim de proteger seus consumidores contra eventual escassez.<sup>344</sup> Tal flexibilidade deu ensejo a uma melhor administração do acôrdo pela JIC. Esta operaria conjuntamente

<sup>341</sup> Id. *ibid.* p. 93; Id. *The world...* p. 177.

<sup>342</sup> Id. *Coffee...* p. 95; Id. *The world...* p. 179.

<sup>343</sup> ANDRADE, Theophilo de. O que foi o ciclo do café. *Observador Econômico e Financeiro*, maio, 1944, p. 136; GUEDES, Jayme Fernandes. O café brasileiro em 1942. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio, 1943, p. 734.

<sup>344</sup> Na realidade, era êste um dos principais interesses dos Estados Unidos. Ver JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios anuais, 1941-42.* p. 16.

com o programa de estabilização dos Estados Unidos por meio da venda organizada do café nos mercados americanos. Sem essa flexibilidade, o acôrdo dificilmente teria sobrevivido à Segunda Guerra Mundial. A tabela 10 mostra os aumentos que se tornaram necessários nas quotas básicas no decorrer da guerra.

TABELA 10  
 Variações percentuais das quotas básicas estabelecidas  
 no Acôrdo Interamericano do Café

Data de aprovação	Porcentagem da quota básica
2 de agosto de 1941	125
23 de outubro de 1941	110
25 de fevereiro de 1942	115
15 de julho de 1942	277
1 de outubro de 1942	110
5 de março de 1943	110
21 de abril de 1944	159
1 de outubro de 1944	115
28 de dezembro de 1944	200
3 de janeiro de 1945	149
29 de maio de 1945	300

Fonte: JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios*, 1941/42 a 1944/45.

De acôrdo com o AIC, era possível um país individual, ou até um grupo de países, exportar tóda a sua quota nos primeiros meses do período. Tais países não poderiam mais exportar café para os Estados Unidos até o período seguinte. A junta entendeu que essa situação contrariava a disposição do acôrdo no sentido de a comercialização se processar de maneira organizada. Conseqüentemente, adotou a política de impedir o declínio das exportações para os Estados Unidos no fim do período das quotas. Em 28 de maio de 1941, uma resolução da JIC autorizou exportações extraordinárias de café num limite de 15% acima da quota básica, depois desta ter sido preenchida. As exportações extraordinárias seriam descontadas da quota estabelecida para o período seguinte. Em 23 de outubro, a resolução foi ratificada pela JIC. E em 5 de março de 1942 uma proposta a ela submetida previu a eliminação desse limite. Os seus delegados concordaram em que, devido aos obstáculos impostos pela guerra, era preciso aproveitar tódas as oportunidades de embarque. Em 29 de

abril eliminou-se definitivamente a barreira, permitindo-se que os países continuassem exportando ilimitadamente, sendo os excessos descontados das quotas subsequentes.<sup>345</sup>

De acôrdo com outro convênio além do AIC, o Brasil exportou café para as tropas americanas em 1943.<sup>346</sup> Essas exportações brasileiras substituíram uma proposta elevação da quota pela JIC. E em 1.º de outubro de 1945 as quotas foram totalmente abolidas.<sup>347</sup>

Os Estados Unidos entraram na guerra depois do ataque a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941. Em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra ao eixo. Em decorrência desses atos, aumentaram as dificuldades de transporte do café, segundo estipulado ao AIC. A guerra submarina prejudicava sensivelmente tôdas as tentativas. No Brasil, por exemplo, as exportações recuaram para 7,3 milhões de sacas em 1942, o mais baixo nível do século, com exceção dos 7,4 milhões de 1918, igualmente no decorrer da guerra.<sup>348</sup> O Brasil era o país mais prejudicado, devido à grande distância que o separava dos Estados Unidos. Desencadeou-se aqui uma severa crise nacional depois do declínio das exportações de café.<sup>349</sup> O AIC também se deparou com sérias dificuldades, pois o Brasil, o maior produtor mundial, não tinha condições de preencher sua participação na quota.

Os Estados Unidos solucionaram parcialmente o impasse através do que veio a ser conhecido como o Acôrdo de Outubro. O Brasil e êsse país assinaram um convênio em 3 de outubro de 1942, cujos pontos principais foram os seguintes: primeiro, os dois governos realizariam todos os esforços possíveis para facilitar a exportação para os Estados Unidos das quotas estabelecidas no AIC. Segundo, com referência à quota de 1941/42, a Commodity Credit Corporation (CCC) dos Estados Unidos concordou em adquirir a parte do Brasil que não havia sido exportada. Terceiro, uma vez encerrado o ano da quota de 1941/42 em 30 de setembro de 1942, o café adquirido pela CCC poderia ser exportado para os Estados Unidos dentro do ano-quota 1942/43. O café exportado pela CCC seria

<sup>345</sup> Id. *ibid.* p. 19-20.

<sup>346</sup> JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios anuais 1943-44.* p. 10.

<sup>347</sup> Id. *Relatórios anuais 1941-42.* p. 37, 42, outros aspectos da administração da quota; WICKIZER. *Coffee...* p. 100; ANDRADE, Theophilo de. As quotas para o segundo ano do Convênio de Washington. *Revista do Departamento Nacional do Café*, out. 1941, p. 449-50.

<sup>348</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. Nove... *Rev. do DNC*, p. 1.041; GUEDES. O café brasileiro em 1942. *Rev. do DNC.* p. 736; GUEDES. O café brasileiro em 1943. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1944; p. 778; WICKIZER. *Coffee...* p. 108-9.

<sup>349</sup> OBSERVADOR Econômico e Financeiro, set. 1942, p. 68, e out. de 1942, p. 119-20.

substituído no Brasil por compras adicionais da CCC no valor exportado. Quarto, para o ano-quota 1942/43, a CCC compraria todo o café correspondente à parcela brasileira da quota que ainda não houvesse sido exportado.<sup>350</sup>

As compras da CCC foram diminuindo à proporção que melhoravam as condições de transporte. Mas o Acôrdo de Outubro continuou em vigor até o fim da guerra. A CCC foi substituída pela United States Commercial Company e a nova agência manteve as compras das quotas não exportadas de café. O Acôrdo de Outubro foi, talvez, tão importante para o Brasil quanto o AIC. Sem as compras americanas do café não exportado, o Brasil não teria tido condições de sustentar o seu setor cafeeiro durante a guerra. O café atravessara prolongado período de crise; primeiro, a Depressão, seguida da suspensão dos subsídios durante o período da nova política cafeeira, e, subseqüentemente, o declínio das exportações decorrente da redução do comércio marítimo. É verdade que houve algumas majorações no preço do café depois do AIC, mas essas vantagens foram contrabalançadas, nos primeiros meses da guerra, pelos ínfimos níveis de exportação e, também, em termos reais, pela inflação da guerra. A garantia oferecida à quota brasileira pelos Estados Unidos provavelmente impediu o colapso de sensível parcela do setor brasileiro de café.

#### 4.1.3 Políticas americanas de preços

Em 1940, o preço americano de importação de café situava-se em 6,2 centavos por libra, o mais baixo do período compreendido nas estatísticas de preços. O principal fator determinante dessa depressão dos preços do café em 1940 foi a ameaça de que os produtores poderiam exportar para os Estados Unidos — o último mercado restante — o café que não pudesse ser vendido na Europa.<sup>351</sup> Entretanto, os preços subiram sensivelmente em 1941. O gráfico 11 mostra o pronunciado aumento de 1941, embora se torne evidente que os níveis de 1928 não seriam mais atingidos durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Os políticos brasileiros atribuíram a elevação dos preços ao AIC.<sup>352</sup> Porém, êste não previra

<sup>350</sup> O texto do Acôrdo de Outubro foi transcrito no *Observador Econômico e Financeiro*, maio 1943, p. 108-9. Ver também GUEDES. O café brasileiro em 1942. *Rev. do DNC*, p. 736-8; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, nov. 1942, p. 81; GUEDES. O café brasileiro em 1943. *Rev. do DNC*, p. 778-80.

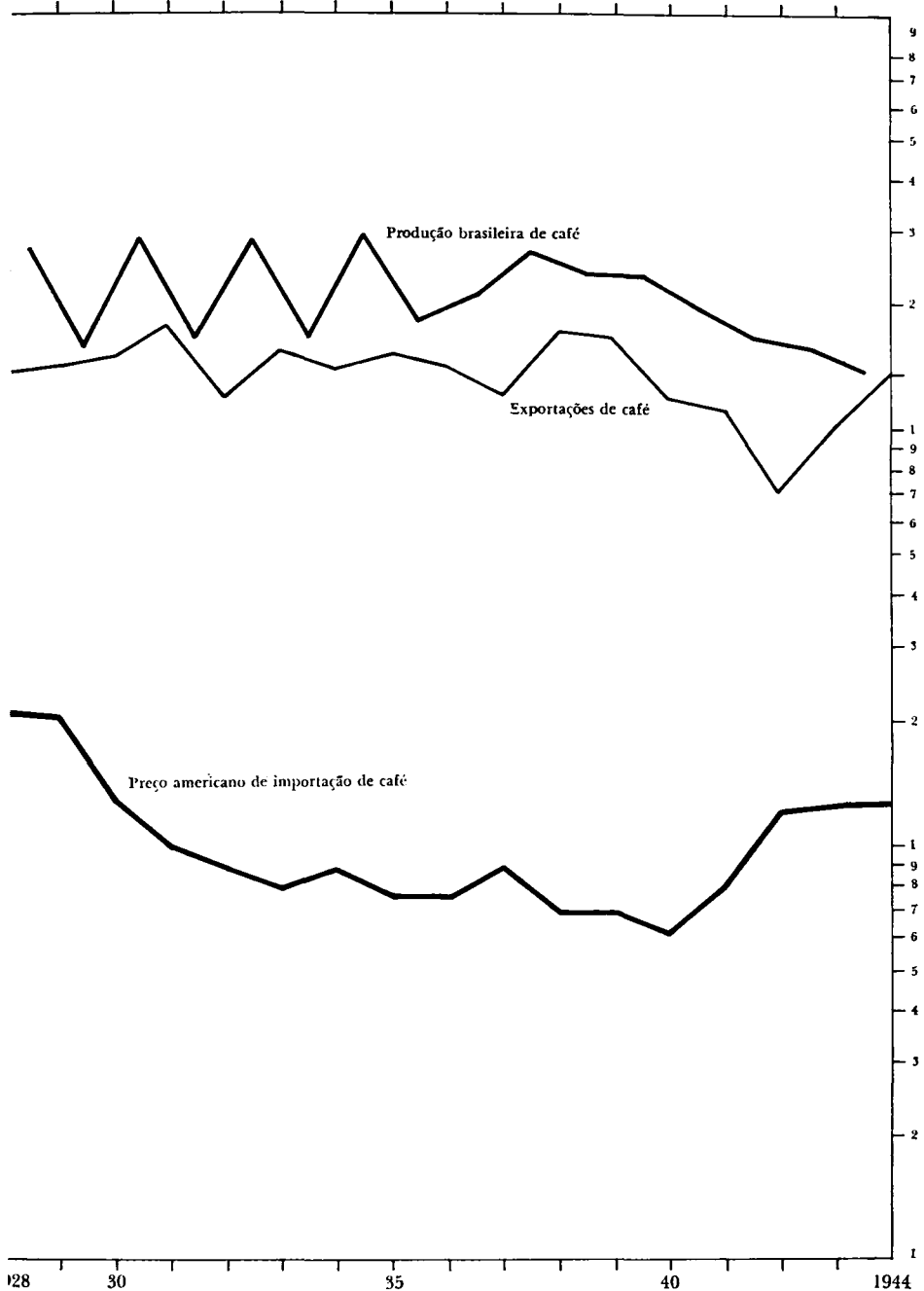
<sup>351</sup> WICKIZER. *The world...* p. 8-10.

<sup>352</sup> ANDRADE, Theophilo de. O relatório do presidente do DNC. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1943, p. 689; GUEDES. O café brasileiro em 1943, *Rev. do DNC*, p. 174 .



GRÁFICO 11

Produção e exportações brasileiras de café e preço americano de importação de café — 1928-1944



qualquer política de preços. O mecanismo de uma majoração de preços exclusivamente decorrente do AIC é confuso. A divisão do mercado em parcelas poderia manter o preço corrente ou ocasionar aumentos gradativos no caso de serem previstos períodos de escassez.

Na realidade, os aumentos dos preços decorreram, principalmente, das políticas latino-americanas. O nível mínimo situou-se em agosto-setembro de 1940. Depois da assinatura do AIC, os preços melhoraram de forma gradativa, especialmente em novembro. Nesse mês, a Colômbia estabeleceu "preços mínimos de exportação". Estes sofreram 12 aumentos no primeiro trimestre de 1941, na expectativa de que os Estados Unidos ratificassem o AIC. Em junho de 1941, o Brasil também fixou preços mínimos de exportação, que foram majorados em julho. Os especuladores rapidamente adquiriram as quotas do AIC, muito antes de expirar o período da quota. Os preços do tipo Santos 4 no mercado à vista de Nova Iorque subiram 6,8 centavos/libra em agosto de 1940 para 13,4 centavos/libra em agosto de 1941, em decorrência da grande procura. Nessa conjuntura de especulação, o fator mais importante foi a antecipação de futuros aumentos dos preços mínimos de exportação.

No princípio, a posição oficial dos Estados Unidos em relação aos aumentos fôra favorável aos produtores latino-americanos. Porém, em inícios de 1941, já prevalecia a política americana de congelamento de preços, como parte de um programa geral de controle inflacionário. Entretanto, acreditava-se que o consumidor americano não se ressentiria do aumento de uns poucos centavos no preço do café, aumento esse que exerceria impacto decisivo na economia dos países latino-americanos, aliados potenciais na eventualidade de estourar uma guerra.<sup>353</sup> Contudo, mais adiante, em 1941, surgiram queixas de organizações privadas e membros do Congresso. A Secretaria de Administração de Preços recebeu numerosas solicitações no sentido de se estabelecerem controles para os preços do café.

De acordo com o AIC, era possível autorizar-se um aumento ilimitado das quotas de exportação, no caso de escassez iminente nos Estados Unidos. A medida exigirá tão-só um terço dos votos. Como os Estados Unidos controlavam 12 dos 36 votos da JIC, tinham o poder de ditar esse acréscimo em qualquer momento. A cláusula visava proteger o consumidor americano. No caso de transações especulativas aumentarem os preços demasiadamente, os Estados Unidos, por intermédio de seus votos na

<sup>353</sup> WICKIZER. *The world...* p. 182-3. Foi esta a declaração de uma publicação oficial do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos.

JIC, poderiam ordenar a elevação das quotas. O aumento das exportações impediria a subida excessiva dos preços.<sup>354</sup> No entanto, a intenção do AIC era majorar os preços do café até que se tornassem, novamente, compensadores. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 7 de dezembro de 1941, alterou fundamentalmente a política de preços. As dificuldades de transporte poderiam provocar a especulação no mercado e violentas altas dos preços. Em 11 de dezembro, a Secretaria de Administração dos Preços congelou os preços do café na cotação prevalecente em Nova Iorque em 8 de dezembro.<sup>355</sup> Em 29 de dezembro, fixou-se em 15 7/8 centavos/libra o preço máximo para o tipo *manizales* e em 13 3/8 centavos/libra o do tipo Santos 4. A diferença de 2 1/2 centavos/libra entre os dois tipos de café era semelhante à que prevalecia antes da data do congelamento.

Como já o indicamos, o Brasil e os outros produtores latino-americanos haviam estabelecido preços mínimos de exportação. Num dos aumentos desses preços mínimos de exportação, em julho de 1941, por exemplo, o Brasil majorou seu preço em 36 cruzeiros por saca.<sup>356</sup> À taxa cambial corrente, o aumento representou aproximadamente US\$ 2,20 por saca. A cotação média do tipo Santos 4 foi de US\$ 14,95 a saca, durante 1941. Logo, o aumento foi superior a 10%. O Brasil e os outros produtores latino-americanos fixaram seus preços mínimos de exportação quase à altura do limite estabelecido pela Secretaria de Administração dos Preços (OPA).<sup>357</sup> Isto estava dentro da orientação da JIC, que afirmava que os aumentos de preço deviam beneficiar os produtores latino-americanos de café. A margem de lucro dos exportadores e comerciantes varejistas e atacadistas dos Estados Unidos foi drasticamente reduzida por essas políticas de preços. Na realidade, elas poderiam até ter quebrado alguns setores do comércio geral do café. O Brasil e a Colômbia desenvolveram persistentes esforços para manter uma pequena diferença nos preços de seus diferentes tipos de café.

A manutenção dos limites estabelecidos pela OPA ocasionou diversas outras distorções no mercado. Talvez a mais importante decorreu do rápido aumento dos custos de produção durante o período inflacionário

<sup>354</sup> WICKIZER. *Coffee...* p. 96-7.

<sup>355</sup> GUEDES. O café brasileiro em 1942. *Rev. do DNC*, p. 748; JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios anuais 1941-42*. p. 29, 30.

<sup>356</sup> GUEDES. Nove... *Rev. do DNC*, p. 1.041.

<sup>357</sup> GUEDES. O café brasileiro em 1941. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1942, p. 484; WICKIZER. *Coffee...* p. 106.

da guerra, enquanto o preço do café permanecia fixo. Como era de prever, os custos e seguro marítimos aumentaram sensivelmente durante a guerra.<sup>358</sup> Porém, chegou-se a um acôrdo com a OPA visando solucionar êsse problema: os preços do café acompanhariam a elevação dos custos.<sup>359</sup> Em 1944, os produtores latino-americanos defrontavam-se com severa crise em decorrência dos aumentos dos custos de maquinaria, transporte da fazenda à costa, e salários.<sup>360</sup> Entre 1941 e 1944, os principais componentes da produção cafeeira latino-americana aumentaram, em média, da seguinte forma:<sup>361</sup>

Item	Aumento percentual
Salários	75
Maquinaria, instrumentos, ferramentas	80
Transporte e embalagem	90
Veículos	100

O congelamento dos preços do café impediu aumentos dos salários agrícolas, ocasionando uma série de conflitos sociais nos países produtores.<sup>362</sup> Sem dúvida, os preços do café aumentaram pronunciadamente em 1941. Todavia, mesmo o preço-limite de 1941 era inferior em 5% às cotações médias do período de 1913 a 1942.<sup>363</sup> Em decorrência dessa situação, em 1945 os produtores latino-americanos já estavam sofrendo sérios prejuízos. Todo o comércio cafeeiro via-se ameaçado de colapso.<sup>364</sup> A seriedade da crise veio complicar ainda mais a recuperação do setor cafeeiro no período de pós-guerra.<sup>365</sup> Evidentemente, as políticas de preços

<sup>358</sup> ANDRADE. O relatório do presidente do DNC. *Rev. do DNC*, p. 689.

<sup>359</sup> "... Combinou-se, também, que a Commodity Credit Corporation arcaria com os custos adicionais dos torradores de café referentes a riscos da guerra e seguro marítimo desde 7 de dezembro, assim como os custos do frete oceânico decorrentes de desvios nas rotas do sul. O administrador de preços Henderson declarou que essa ação evitara sérios prejuízos à indústria cafeeira." Ver WICKIZER. *Coffee...* p. 107. O acôrdo foi realizado em agosto de 1942. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Administração dos Preços mudou seus antigos cronogramas de preços e fixou as cotações máximas de aproximadamente 200 variedades de café.

<sup>360</sup> JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios anuais 1943-44*. p. 15.

<sup>361</sup> Memorando enviado à OPA pelo Comitê de Preços apoiando o pedido para o aumento dos preços-teto, 3 de Novembro de 1944. In: JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios anuais 1944-45*. p. 53.

<sup>362</sup> *Ibid.* p. 47.

<sup>363</sup> IV CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO CAFÉ. *op. cit.* p. 14-31.

<sup>364</sup> MEMORANDO enviado... p. 51-2.

<sup>365</sup> WICKIZER. *Coffee...* p. 10-11.

da OPA foram inadequadas e, se as condições prevaletentes durante a guerra se tivessem prolongado sem majoração dos preços, a produção de café teria sido afetada drásticamente.

Em outubro de 1943, a Venezuela levantou o assunto dos preços na JIC. Subseqüentemente, a junta manteve discussões intensivas acêrca da possibilidade de elevar os tetos do café.<sup>366</sup> No Brasil, as exportações se retraíram na expectativa de elevação dos preços máximos. As discussões se prolongaram em 1944. Organizou-se um Comitê de Preços, que foi incumbido da elaboração de um estudo. Entretanto, só se conseguiu uma ação construtiva em 11 de outubro, quando o Comitê de Preços se reuniu com a OPA para discutir o assunto. Em 3 de novembro, o comitê submeteu um estudo à OPA mostrando os aumentos dos custos durante o período da guerra e solicitando negociações com vistas a elevar os preços.<sup>367</sup> Em 15 de novembro de 1944, o Administrador de Preços Chester Bowles indeferiu o aumento. No seu entender, o proposto aumento estabelecia um conflito com o programa de estabilização dos Estados Unidos.<sup>368</sup> A junta aceitou sua decisão em 16 de novembro. Em dezembro, os delegados latino-americanos levantaram novamente o assunto solicitando subsídios à OPA. Bowles opôs-se novamente, alegando que os Estados Unidos careciam de recursos para tal fim.<sup>369</sup> Naquele mês, os delegados reclamaram perante a Junta de Estabilização Econômica dos Estados Unidos que o assunto dos preços era internacional e não poderia ser decidido exclusivamente na base do interesse e estabilização econômica dos Estados Unidos. Um pedido mais enérgico foi apresentado por 14 ministros de Relações Exteriores da América Latina numa reunião convocada no México em 22 de março de 1945 para discutir problemas de paz e guerra. Os ministros dirigiram um pedido de elevação dos preços-teto ao Secretário de Estado dos Estados Unidos.<sup>370</sup> Foi então que o Bureau Pan-Americano do Café convocou a Quarta Conferência Pan-Americana do Café para reunir-se em setembro de 1945. O problema mais importante a ser discutido era o aumento dos preços-teto de café dos Estados Unidos. Em 26 de setembro, o Bureau solicitou da JIC a eliminação dos tetos e todos os outros contrôles do tempo da guerra. Fôra esta a resolução decisiva da conferência. A essa

<sup>366</sup> JUNTA INTERAMERICANA DO CAFÉ. *Relatórios anuais 1943-44*. p. 14.

<sup>367</sup> RELATÓRIOS ANUAIS 1944-45, p. 10-1.

<sup>368</sup> CARTA de Bowles a Gales em *ibid.* p. 55.

<sup>369</sup> *Ibid.* p. 11.

<sup>370</sup> IV CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO CAFÉ. *op. cit.* p. 12-3.

altura, os Estados Unidos pediram que a JIC entrasse em entendimentos com as agências americanas por intermédio do Departamento de Estado. O Departamento foi avisado do pedido em 29 de setembro de 1945.<sup>371</sup>

A JIC não conseguiu obter a elevação dos preços-teto, principalmente porque tal aumento era incompatível com o programa de estabilização dos Estados Unidos. Porém, este país concedeu aos produtores um subsídio de três centavos por libra para o café comprado por ele depois de 15 de novembro de 1945. Esse café seria exportado para os Estados Unidos antes de 31 de março de 1946. O subsídio beneficiaria um volume máximo de 6 milhões de sacas.<sup>372</sup> No entanto, iniciaram-se negociações para resolver o impasse dos preços depois de 31 de março de 1946, tendo em vista a limitada quantia e o curto período do subsídio. A JIC continuou suas reuniões com a OPA e a Estabilização Econômica. O subsídio foi prorrogado para 30 de junho, mas outras prorrogações só poderiam ser feitas mediante ação legislativa.<sup>373</sup> A essa altura, a Colômbia e a Guatemala introduziram uma proposta de subsídio na JIC, prevendo uma ajuda de 30% dos preços-teto.<sup>374</sup>

As autoridades americanas temiam que as importações do tipo *mild* não fossem suficientes para impedir aumentos dos preços depois da eliminação dos controles. Logo, os preços-teto não podiam ser revogados. O Brasil e os Estados Unidos assinaram um Memorando de Acôrdo, no qual o Brasil se comprometia a manter o suprimento de café ao mercado americano. Não elevaria seus preços mínimos de exportação ou o impôsto de exportação enquanto existissem controles nos Estados Unidos. Em nenhuma hipótese seriam aumentados preços ou impostos antes de 31 de março de 1947. Os Estados Unidos elevaram os preços-teto em 2,075 centavos por libra e se prontificaram a prorrogar indefinidamente o subsídio de 3 centavos. Desta forma, os preços-teto dos produtores foram melhorados em 5,075 centavos em relação ao teto de 1941.<sup>375</sup> No caso de os subsídios serem suspensos, o acôrdo previa elevação compensativa dos preços. Durante a maior parte de julho de 1946, expirou temporariamente a autoridade reguladora da OPA. Os preços máximos foram aumentados provisoriamente para compensar a suspensão do subsídio. Em agosto, os preços

<sup>371</sup> RELATÓRIOS anuais 1944-45. p. 12-3.

<sup>372</sup> RELATÓRIOS anuais 1945-46. p. 11.

<sup>373</sup> Ibid. p. 12.

<sup>374</sup> Ibid. Anexo 5.

<sup>375</sup> Ibid. p. 5, 14.

aumentaram em 8,32 centavos por libra em comparação com o teto de 1941. Não cabe aqui aprofundar outros aspectos dos ajustes e políticas de pós-guerra, pois não contém interesse algum para o assunto da presente monografia.

## 4.2 Contrôles do café no Brasil na época da guerra

### 4.2.1 O impôsto em espécie

O impacto da guerra no setor brasileiro de café foi profundo. A safra de 1940-41 foi estimada em 20,9 milhões de sacas. Já no início, havia um acúmulo de 6 milhões das safras anteriores. O total da disponibilidade exportável se situava, portanto, em 26,9 milhões de sacas. Uma estimativa otimista previa exportações de apenas 13 milhões de sacas. O excesso de produção se elevava, conseqüentemente, a 15,9 milhões de sacas. Entrou-se, novamente, em crise: o Brasil estava produzindo muito mais do que venderia no exterior.<sup>376</sup> Cafeicultores e comerciantes começaram a fazer pressão para que se implantasse um novo esquema de valorização, principalmente por volta de meados de 1940. A nova política cafeeira do DNC foi objeto de violentas críticas devido à sua incompatibilidade com o novo elemento que surgira no mercado: a perda do mercado europeu. O congresso dos estados produtores de café foi convocado para 19 de setembro e o principal assunto da pauta seria um novo plano de valorização. Na realidade o DNC conseguiu controlar os delegados do congresso e a principal resolução foi o recolhimento de 10,9 milhões de sacas.<sup>377</sup>

O plano do DNC previa três medidas. Primeiro, um impôsto em espécie de 25%, que seria pago a 2 mil-réis por saca. Segundo, uma quota suplementar para o café produzido em São Paulo, de 30%, que o DNC compraria a 65 mil-réis por saca. Terceiro, o DNC compraria 1,5 milhão de sacas da safra de 1939/40 a 70 mil-réis por saca. O total dos recolhimentos seria o sugerido pelo congresso, e as despesas previstas montavam a 443,2 mil contos.<sup>378</sup> Subseqüentemente, foram introduzidas ligeiras modificações no plano. O DNC e o Governo federal acharam, no princípio, que as despesas eram excessivamente altas, tendo em vista a qualidade inferior do café a ser comprado. Foi estabelecida uma quota de

<sup>376</sup> GUEDES. As atividades do Departamento Nacional do Café em 1940 *Rev. do DNC*, p. 428.

<sup>377</sup> ANDRADE, Theophilo de. O convênio. *Revista do Departamento Nacional do Café*, set. 1940, p. 359.

<sup>378</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. Relatório apresentado pelo presidente J. F. Guedes ao Conselho Consultivo. *Retrospecto Comercial do Jornal do Commercio 1940*. p. 468-9.

40 mil-réis por saca na compra do café das quotas diretas e recolhidas de 1939/40, que não tivessem sido exportadas. Permitiu-se que os cafeicultores incluíssem na quota suplementar o café não vendido das safras de 1938/39 e 1939/40, correspondente às quotas diretas e retidas, que seria pago a 65 mil-réis por saca.<sup>379</sup> O preço da quota suplementar de São Paulo foi, depois, aumentado para 70 mil-réis por saca, e o da quota suplementar de 1939/40, para 75 mil-réis por saca. O tipo mínimo aceitável foi reduzido ao 7.<sup>380</sup>

Em 1941, a produção estimada para a safra de 1941/42 era de 12,7 milhões de sacas. O resto da safra de 1940/41 montava a 7,5 milhões de sacas. A disponibilidade total de café no Brasil era, portanto, de 20,2 milhões de sacas. As exportações previstas não deveriam exceder os 11 milhões de sacas, dos quais 9,3 milhões seriam exportados de acôrdo com o AIC. O excesso de produção elevar-se-ia a 9,2 milhões de sacas.<sup>381</sup> O congresso dos estados produtores não estipulou uma "quota de sacrifício" específica para a produção de 1941/42, mas determinou que a quota do DNC não ultrapassaria os 25%. Isto é, fixou-se, primeiramente, um teto para o im-

<sup>379</sup> O impôsto em espécie original de 1940-41 diferia só ligeiramente de algumas dessas medidas. Era dividido da seguinte forma:

Cafés paulistas	Quotas (percentuais)		
	DNC	Suplementar	Direta
Comum	25	30	45
Preferencial	25	30	45
Despolpado preferencial	25	30	45
Outros estados			
Comum	25	30	45
Preferencial	25	—	75
Despolpado preferencial	25	—	75

Os preços do café suplementar variavam de acôrdo com o tipo:

Tipo 6 ou melhor	65 mil réis por saca
Tipo 6/7	62,5
Tipo 7	60
Tipo 8	50.

Ver DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Regulamento de embarques para a safra 1940-41, Resolução 432. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1940, p. 54, 56, 58; DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Legislação federal cafeeira 1922-1940*. DNC, Rio. p. 597, 598, 659, art. 62; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, agô. 1940, p. 143-4; FRANCO, Crepory. *A política econômica do café e a quota de equilíbrio*. A. Coelho Branco F.º Editor, Rio, 1944. p. 72.

<sup>380</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. As atividades do Departamento Nacional do Café em 1940. *Rev. do DNC*, p. 432.

<sup>381</sup> GUEDES. O café brasileiro em 1941. *Rev. do DNC*. p. 476.



pôsto em espécie, dentro do qual o DNC teria que efetuar seu recolhimento.<sup>382</sup> O DNC reclamou que 25% seriam insuficientes. Em termos absolutos, o teto representaria tão-só 4,4 milhões de sacas. Com excesso de produção estimado em 9,2 milhões, um resíduo de 4,8 milhões de sacas seria transportado para o ano seguinte.<sup>383</sup> O Governo federal elevou a quota do DNC para 35% em 1.º de julho de 1941, indicando claramente que a última palavra com respeito às políticas cafeeiras ficava com o DNC.<sup>384</sup>

No início da Depressão, muitos brasileiros alimentavam a esperança de que sobreviesse uma geadada como a de 1918 para eliminar o excesso de produção e restabelecer a normalidade do setor cafeeiro. Houve, finalmente, uma geadada em 1942, e seus prolongados efeitos restabeleceram o equilíbrio das vendas brasileiras no exterior e da produção interna. Três geadadas consecutivas em meados de 1942 (19-20 de junho, 5-6 de julho e 11-12 de julho) afetaram sensivelmente as plantações paulistas, do Paraná e certas áreas do sul de Minas Gerais.<sup>385</sup> Algumas fazendas foram inteiramente destruídas. Nas áreas onde os danos foram mais severos, a geadada afetou a safra daquele ano — os grãos de café nos cafeeiros ficaram prêtos — e as colheitas futuras, reduzindo substancialmente os rendimentos. Na região de Sorocabana, em São Paulo, sob iniciativa do DNC, os cafeiculto-

<sup>382</sup> ANDRADE, Theophilo de. O convênio de 1941. *Revista do Departamento Nacional do Café*, abr. 1941, p. 273; GUEDES, Jayme Fernandes. Relatório apresentado ao Conselho Consultivo pelo presidente J. F. Guedes em 30 de abril de 1942. *Retrospecto comercial do Jornal do Commercio 1941*. p. 569 em diante.

<sup>383</sup> *Ibid.* p. 561; ANDRADE. O convênio de 1941. p. 274.

<sup>384</sup> DECRETO-LEI n.º 3 380 de 1.º de julho de 1941. In: GUEDES. O café brasileiro em 1941, *Rev. do DNC*, p. 478; RETROSPECTO Comercial do *Jornal do Commercio 1941*. p. 562. A especificação do imposto em espécie constituiu a decisão essencial na elaboração da política a ser seguida, como vemos abaixo:

	Quotas (%) 1941-42		
	DNC	Retida	Direta
Comum	35	35	30
Preferencial	35	—	65
Despolpado preferencial	35	—	65.

Todo o café preferencial era vendido compulsoriamente ao DNC. O preço pago por êste, ou a "quota de sacrifício", era de 2 mil-réis. Essa quota representava, efetivamente, um imposto em espécie. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Regulamento de embarques para a safra 1941-42. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1941, p. 44, 46, 60, 102.

<sup>385</sup> José Estevam Teixeira Mendes (A geadada. *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*, antiga *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, nov. 1942) apresenta uma excelente exposição. Outras referências se encontram em SOBRINHO, MENEZES A. As geadadas e a lavoura cafeeira. *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*, jun. 1942; GUEDES. O café brasileiro em 1942. *Rev. do DNC*, p. 738-40.

tores haviam começado a melhorar a qualidade do café. A geada veio impedir melhoramentos durante longo tempo. Outro importante fator foi o aparecimento de nova tendência à interplantação de culturas. Já ficou provado que o rendimento do cafeeiro é sensivelmente diminuído pelos problemas climáticos.<sup>386</sup> Em 1940, uma sêca prejudicara a produtividade de São Paulo. A geada de 1942, somada à recente sêca, reduziu ainda mais a capacidade produtiva do estado.<sup>387</sup> Trinta e um por cento da produção, ou 4,7 milhões de sacas, foram danificadas pela geada. A produtividade média caiu de 48 arrôbas por mil cafeeiros para 33 arrôbas. A qualidade do produto foi consideravelmente afetada.<sup>388</sup>

O DNC tinha planejado uma quota de sacrifício de 35% para a safra 1942/43, mas o esquema teve que ser abandonado em face do impacto da geada. Em 23 de outubro de 1942, o Governo federal diminuiu a quota do DNC do Paraná e São Paulo para 10%.<sup>389</sup> Em 21 de novembro, outra lei reduziu a quota do DNC para 10% para os cafés de Paraná e São Paulo, assim como os preferenciais de Minas Gerais. Esses 10% seriam pagos a 2 mil-réis por saca. Sobre os tipos comuns de Minas, Rio e Espírito Santo, incidiria uma "quota de equilíbrio" de 35%. Dêstes, 25% seriam pagos a 2 mil-réis a saca, e os restantes 10%, a 60 mil-réis a saca.<sup>390</sup> Além do mais, o DNC venderia 415 mil sacas de seu estoque,

<sup>386</sup> Ver item 6, e minha tese de Ph.D. *The State, the Great Depression and the industrialization of Brazil*. Columbia University, 1968. cap. 3.

<sup>387</sup> Foram os seguintes os principais efeitos da sêca e geadas: "1. A geada de 1942 foi severa; 2. afetou as áreas mais produtivas de São Paulo; 3. as geadas de anos anteriores e a dêste ano (1942) vieram agravar a situação; 4. Os cafeicultores vão recorrer ao interplântio a fim de reduzir os prejuízos decorrentes da geada, e mesmo conseguir manter seus cafézais; 5. A redução da capacidade produtiva do Estado já é evidente nas safras recentes; 6. A geada vai reduzir os rendimentos das futuras safras". TEIXEIRA MENDES. op. cit. p. 1.454.

<sup>388</sup> TESTA, J. Os fenômenos meteorológicos de 1942 em São Paulo e sua repercussão sobre o café. *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*, nov. 1942, p. 1.450 em diante; COSTA PEREIRA, Ruy da. O café brasileiro e a sua classificação. *Revista do Departamento Nacional do Café*, set. 1933, p. 814.

<sup>389</sup> Decreto-lei n.º 4.873, de 23 de outubro de 1942. In: FERNANDES GUEDES. *O café brasileiro em 1942*. p. 742.

<sup>390</sup> GUEDES, *O café*... p. 742; DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 42/126. *Revista do DNC*, nov. 1942, p. 765; ANDRADE, Theophilo de. O novo regulamento de embarques. *Revista do Departamento*..., jan. 1943, p. 7; ANDRADE. O escoamento da safra. *Revista do Departamento*... nov. 1942, p. 615-6. Era a seguinte a estrutura do imposto em espécie em 1942-3:

	Quotas (percentagem)			
	DNC	Retida	Direta	Preferencial Suplementar
I. Café de São Paulo/Paraná	10	40	50	
II. Cafés comuns do Rio, Minas e Espírito Santo	25	35	30	10
III. Preferenciais de Minas	10			90

utilizando o produto para adquirir as 420 mil sacas de cafés suplementares de Minas Gerais.<sup>391</sup> De acôrdo com êste nôvo plano, o “resíduo” estimado, ou café não vendido, da safra 1942/43 representava pouco mais de 4 milhões de sacas.<sup>392</sup>

O congresso dos estados cafeeiros reuniu-se de 20 a 31 de maio de 1943, para fornecer ao DNC as diretrizes necessárias para o programa de sustentação do café. Os delegados votaram pela continuação do “equilíbrio estatístico entre produção e consumo”. Estabeleceu-se uma quota de sacrifício de 15% para a safra 1943/44, pagável a 2 cruzeiros por saca. Os fundos do DNC para o pagamento da quota de sacrifício proviriam, em parte, de uma taxa unitária de 6 cruzeiros — para um total de 7,8 milhões de cruzeiros — e o restante, do estado de São Paulo, que contribuiria com um total de 9,7 milhões de cruzeiros.<sup>393</sup> Em 1943 houve mais uma sêca, seguida de uma geada em São Paulo e Paraná. O impacto acumulado dos fenômenos meteorológicos sôbre a produção cafeeira desde a primeira sêca de 1940 foi extremamente severo. O Brasil encaminhava-se para a subprodução.

A quota do DNC foi paga a 2 cruzeiros a saca (tendo o mil-réis sido substituído pelo cruzeiro em novembro de 1942), e a suplementar a 60 cruzeiros a saca. Ver OBSERVADOR Econômico e Financeiro, jan. 1943, p. 61; DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Regulamento de embarques para a safra 1942-43, Resolução n.º 479. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1942, p. 852, 878, 924; ANDRADE. O nôvo regulamento de embarques. p. 8.

<sup>391</sup> OBSERVADOR Econômico e Financeiro, dez. 1942, p. 85; ANDRADE, Theophilo de. As novas diretrizes para a safra de 1942-43. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1942, p. 787.

<sup>392</sup> A estimativa foi a seguinte:

	Milhões de sacas
A) Fluxos potenciais do mercado	
1. Resto da safra 1941-42 em setembro, 1942	5,3
2. Previsão da safra 1942-43	13,9
3. Outros	2,5
Total	21,7
B) Recolhimentos e exportações	
1. Quota de 35 por-cento	4,7
2. Exportações	12,8
Total	17,5
Resto em 30 de setembro de 1943	
(total de A menos total de B)	4,2

Ver ANDRADE. As novas... *Rev. do DNC*. p. 788-9; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, nov. 1942, p. 81-2; ANDRADE. O escoamento da safra. *Rev. do Departamento...* p. 616-7.

<sup>393</sup> CONVÊNIO dos Estados Cafeeiros realizado de 20 a 31 de maio de 1943. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jun. 1943, p. 520.

A situação tornou-se tão crítica que o Governo federal, contrariando a decisão do congresso dos estados cafeeiros, aboliu o impôsto em espécie em outubro.<sup>394</sup> Os agricultores apoiaram com entusiasmo a nova medida, que teve efeito retroativo a fim de compensar os cafeicultores pelos 15% que já haviam sido arrecadados. Os regulamentos de transporte para a safra 1943/44, além do mais, foram bastante simplificados. Metade da produção seria transportada diretamente ao pôrto para ser imediatamente exportada. A outra metade entregue aos depósitos do DNC para ser gradativamente enviada aos portos.<sup>395</sup> Como o DNC pagava cêrca de dois cruzeiros por saca aos agricultores pela quota de sacrifício e gastava mais oito em transporte, queima e classificação, a abolição da quota veio aliviar consideravelmente a sua situação financeira.

A história do impôsto em espécie durante a Depressão e a Segunda Guerra Mundial ilustra a situação do setor cafeeiro do Brasil. Apesar de ter sido legislado em 1932, o impôsto em espécie só entrou em vigor na safra de 1933/34. O DNC comprou 40% da produção pelo preço de 30 mil-réis a saca. Na safra de 1934/35, o DNC não estipulou um impôsto. Na de 1935/36, o congresso dos estados cafeeiros aprovou a compra de 4 milhões de sacas, o que tornou o impôsto em espécie desnecessário. O preço de compra nessas operações era tão ínfimo quando comparado ao do mercado que poderia afirmar-se que correspondia a um impôsto em espécie. O impôsto foi institucionalizado a partir de 1936/37. Naquele ano fiscal, o DNC pagou o café do impôsto a um preço nominal de 5 mil-réis a saca, e estabeleceu-se o preço de 2 mil-réis para os anos seguintes. Isto mal compensava os cafeicultores pelo custo da saca de juta. As quotas variavam de acôrdo com as condições do mercado, assim como com a qualidade do café. Os problemas meteorológicos de 1940/43 afetaram a tal ponto a produção cafeeira que foi preciso abolir o impôsto. Mesmo com as limitadas exportações do tempo da guerra, o Brasil conseguiu vender a maior parte da safra. Em retrospectiva, portanto, o impôsto em espécie converteu-se, aos poucos, no mais importante instrumento de con-

<sup>394</sup> DECRETO-LEI n.º 5.874, de 2 de outubro de 1943. *Revista do Departamento...* out. 1943, p. 576; GUEDES. *O café brasileiro em 1943*. p. 745; REVISTA do Departamento... out. 1943, p. 575; ANDRADE, Theophilo de. O regulamento de embarques. *Revista do Departamento...* out. 1943, p. 547; FERNANDES GUEDES. A política do café. In: MERGULHÃO. op. cit. p. iv; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, fev. 1944, p. 103.

<sup>395</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Regulamento de embarques para a safra 1943-44. *Revista do Departamento Nacional do Café*, art. 1, p. 594; ANDRADE. O regulamento de embarques. p. 547-9; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, nov. 1943, p. 104.

trôle do setor cafeeiro. A taxa unitária foi principalmente importante durante o primeiro ciclo, de 1929 a 1932. Nos anos seguintes, o café de qualidade inferior passou a ser simplesmente confiscado e retirado do mercado. A taxa por unidade foi mantida para fornecer recursos destinados aos pagamentos nominais do impôsto em espécie. Em nenhum momento funcionou um programa de finanças compensatórias em grande escala, ou “pump-priming” keynesiano, no programa brasileiro de sustentação do café. As autoridades monetárias e fiscais do govêrno de Vargas, de 1930 a 1945, foram tão ortodoxas quanto seus assessôres favoritos, o Banco da Inglaterra e outros banqueiros europeus. Durante a Depressão, o Brasil adotou uma orientação fundamentalmente contrária aos critérios de John Maynard Keynes.

#### 4.2.2 Restrições ao plantio e destruição de café

Em 3 de abril de 1941, o congresso dos estados cafeeiros resolveu proibir o plantio de café no Brasil até 30 de junho de 1943. Os proprietários de cafeeiros novos pagariam uma multa de 5 mil-réis por pé. E as novas árvores seriam confiscadas. Entretanto, fizeram-se duas concessões. Primeiro, o replantio foi permitido, em alguns casos. Segundo, o DNC poderia autorizar novas culturas de café de alta qualidade.<sup>396</sup> Em congressos anteriores, os delegados do Paraná haviam solicitado isenção das restrições devido à existência de excelentes terras no vale do Paranapanema.<sup>397</sup> Porém, o congresso de 1941 constatou que o Paraná já se expandira para 61 milhões de cafeeiros, muito acima do limite de 50 milhões que fôra estabelecido. Logo, decidiu-se que a restrição também incluiria êsse estado. Cabe salientar as condições daquele ano, quando já se iniciara o fechamento do mercado europeu por tempo imprevisível. O congresso estava prevendo substancial excesso de produção para os anos seguintes.<sup>398</sup>

Como já mencionamos, os fenômenos meteorológicos intensos e contínuos afetaram sensivelmente a capacidade produtiva do setor brasileiro de café. O congresso dos estados cafeeiros de 1943 emitiu um voto para

<sup>396</sup> CONVÊNIO dos Estados Cafeeiros iniciado em 22 de março e terminado em 3 de abril de 1941. *Revista do Departamento Nacional do Café*, abr. 1941, Cláusula décima quinta, p. 290; ANDRADE. *O Convênio de 1941*. p. 275.

<sup>397</sup> O CONVÊNIO de 1941. p. 275.

<sup>398</sup> ANDRADE, Theophilo de. O nôvo convênio cafeeiro. *Revista do Departamento Nacional de Café*, jun. 1944; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, jul. 1943.

que se abolissem as restrições ao plantio. A partir de 1.º de julho, o plantio de café no Brasil passou a ser novamente livre de contrôles. O cafeicultor ficava simplesmente obrigado a informar ao DNC para fins estatísticos.<sup>399</sup> Em 1943, a preocupação geral era a recuperação gradativa da capacidade de produção danificada pelas geadas e sêcas. Os cafeicultores reagiram vigorosamente à eliminação dos contrôles. Em poucos meses, as estatísticas do DNC mostraram um aumento de 10 milhões de cafeeiros.<sup>400</sup> Prevalencia o otimismo de que a recuperação seria rápida.<sup>401</sup> Durante a Depressão e a Guerra, haviam sido sugeridas muitas outras formas de controle. Talvez a mais importante fôra a destruição de cafeeiros, proposta essa rejeitada. Sem dúvida, teria exercido um impacto imediato na produção e restabelecido o equilíbrio de produção e vendas. Mas teria sido excessivamente onerosa para os agricultores e, a longo prazo, seus efeitos e repercussões na vantagem comparativa do Brasil, negativos. Uma apreciação retrospectiva mostra claramente que a solução adotada foi a mais lógica, tendo em vista os inevitáveis fenômenos meteorológicos, que são uma das causas mais importantes das flutuações de produção. Estas são mais freqüentes e violentas em São Paulo do que no resto do Brasil ou do mundo, e decorrem, principalmente, de fatores exógenos tais como sêcas, geadas e outros fenômenos naturais.

A destruição do café foi, talvez, a forma de controle mais dramática no Brasil. Os observadores contemporâneos ficaram fascinados com a quantidade de café que foi destruída em poucos anos.<sup>402</sup> Para se ter uma idéia, mesmo se toda a produção houvesse sido suspensa durante uma safra inteira, o Brasil teria continuado a fornecer café, normalmente, durante quatro safras e meia, só utilizando os estoques destruídos. O Brasil, por tradição, é um país relativamente pobre em termos de renda *per capita*. Sua estrutura industrial no período de 1930 a 1945 era extremamente

<sup>399</sup> OBSERVADOR Econômico e Financeiro, jul. 1943; CONVÊNIO dos Estados Cafeeiros. p. 119-20.

<sup>400</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Comunicado n.º 44/56 de 30 de junho de 1944. In: ANDRADE. *Rev. do DNC...* jun. 1944, p. 7.

<sup>401</sup> ANDRADE. *Rev. do DNC...* p. 8.

<sup>402</sup> "Foram queimadas 77.803 mil sacas, ou aproximadamente 4,7 bilhões de quilos, equivalentes a três safras recordes de São Paulo. Para se ter uma idéia de quantidade basta dizer que, empilhando-se todo esse café em filas de 16 sacas, atingiria uma altura de 1.458 quilômetros. Essa altura é superior a qualquer outra no mundo, inclusive os Himalaias, cuja altitude é de 8.840 metros... Essa montanha de café... seria 3.600 vezes mais alta do que o nosso Pão de Açúcar, que tem 400 metros." As palavras são de COSTA FERREIRA, Ruy da. Da superprodução à subprodução. *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*, out. 1943, p. 813.

limitada; os recursos, também exíguos.<sup>403</sup> Logo, a queima do produto de quatro anos de sua principal atividade econômica foi, incontestavelmente, uma medida extrema.

A situação durante a Depressão e a guerra era extremamente crítica. A tabela 11 mostra as quantidades de café destruído durante as administrações do CNC e do DNC. O total destruído entre 1931 e 15 de abril de 1944 atingiu 78.139.198 sacas. Tanto os observadores contemporâneos assim como outros mais recentes têm manifestado dúvidas sobre o acerto do programa de destruição. Foram sugeridas diversas alternativas. A principal consistia na destruição de cafeeiros. Entretanto, já demonstramos que essa proposta carecia de méritos. O fato é que o Brasil, provavelmente, não teve outra alternativa, como confirma o Professor Delfim Netto:<sup>404</sup>

“A operação de queima foi muito criticada, mas é preciso considerar-se que até hoje não se conseguiu imaginar uma política que a substituísse com probabilidades de bom êxito. De fato, a queima do café significava, em parte, a forma pela qual o desperdício generalizado de fatores, produzido pela crise mundial em todos os países, se apresentava no Brasil. A alternativa mais imediata para a queima do produto era o desemprego e a desorganização social.”

É este um argumento diferente (e válido) do apresentado por Celso Furtado. A continuação das operações do setor cafeeiro poderia não ter exercido efeitos multiplicadores para manter certos níveis de emprego. Apesar de as despesas adicionais decorrentes da queima do café serem financiadas com novos impostos, poderia ainda haver efeito de impacto. Ao abandonar-se o modelo keynesiano, é ainda possível argumentar, como o faz o Professor Delfim Netto, que o programa de sustentação manteve certo nível de emprego do setor cafeeiro. Isto é diferente da manutenção de alto nível de renda, já que a fonte primária da destruição foi o impôsto em espécie, ou seja, a confiscação de parte da produção para ser destruída. Porém, o cafeicultor precisava colher toda a sua safra para poder vender qualquer parte. As abundantes safras da década dos 30 provam que as colheitas continuaram e, conseqüentemente, o emprego. Entretanto, vemos a seguir que o setor cafeeiro estava praticamente falido e sem condições de se transformar numa fonte de finanças industriais.

<sup>403</sup> Evidentemente, o país possui imensas riquezas naturais. Entretanto, não podem ser todas consideradas recursos, já que não estão imediatamente disponíveis para a produção.

<sup>404</sup> DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. p. 141.

TABELA 11

Brasil, café destruído pelo Governo federal de 1931 a 1944 (sacas de 60 quilos)

Ano	N.º de sacas destruídas
1931	2 825 784
1932	9 329 633
1933	13 637 012
1934	8 265 791
1935	1 693 112
1936	3 731 154
1937	17 196 428
1938	8 004 000
1939	3 519 874
1940	2 816 063
1941	3 422 835
1942	2 312 805
1943	1 274 318
1944	135 444
Total	78 214 253

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO CAFÉ. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. *Anuário estatístico 1946*. São Paulo, p. 55.

#### 4.2.3 Financiamento do Programa de Sustentação ao Café durante a Guerra

No início da guerra, havia alguns estoques de café tipo Santos que só poderiam ser vendidos em mercados europeus. Com o intuito de superar essa situação, o DNC adquiriu 400 mil sacas de café Santos pelo preço de 84 mil-réis a saca. As despesas totais corresponderam a 35 mil contos.<sup>405</sup> Foi essa a primeira medida que se afastou da política de subsídio limitado, adotada em 1937 com o nome de nova política cafeeira. Os instrumentos de crédito para essa operação haviam sido fornecidos no princípio do mês. Em 1.º de julho de 1940, uma lei federal autorizou o Tesouro nacional a garantir o crédito do DNC no Banco do Brasil. O crédito foi utilizado no financiamento do programa de sustentação da safra 1940/41 e seu limite máximo fixado em 450 mil contos.<sup>406</sup> No fim de 1940, a dívida do DNC com o Banco do Brasil havia aumentado 25% em relação à posição de 1939, para 247,5 mil contos. Contudo, permanecia ainda inferior ao

<sup>405</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Resolução n.º 436. *Legislação Federal Cafeeira 1922-1940*. p. 678; RETROSPECTO Comercial do Jornal do Comércio 1940.

<sup>406</sup> DECRETO-LEI n.º 2.358, de 1.º de julho de 1940. *Revista do Departamento Nacional do Café*, set. 1940, p. 456; LEGISLAÇÃO... 1922-1940. p. 312.



nôvo limite de 45%.<sup>407</sup> O aumento mais pronunciado dos empréstimos verificou-se em 1941. No fim desse ano, a dívida do DNC com o Banco do Brasil situava-se em 428 mil contos, ou 73% acima do nível de 1940.<sup>408</sup> Tendo praticamente atingido o limite, a dívida estabilizou-se em 1942, em 433,5 mil contos.<sup>409</sup> Não houve alterações em 1943, com exceção de um pequeno aumento, elevando o total da dívida para 442,5 mil contos.<sup>410</sup>

É preciso, ainda, diferenciar a assistência fornecida ao setor cafeeiro através de créditos do Banco do Brasil ao DNC, e a ajuda mais direta prestada pelo Banco aos agricultores. A geada de 1942 arrasou as finanças do setor cafeeiro. Em 1941, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CCAI) do Banco do Brasil iniciara um programa de empréstimos ao setor agrícola, incluindo o cafeeiro. Esse programa se prolongou até depois da guerra.<sup>411</sup>

Por ocasião dos primeiros impactos da guerra nos mercados de café, surgiu poderoso movimento no Brasil em favor da organização de mais um programa de valorização. Todavia, tal programa dificilmente teria obtido sucesso durante a guerra. As condições eram muito diferentes das que haviam prevalecido nas valorizações de 1906 e 1918. Só existia um mercado, os Estados Unidos, e os comerciantes americanos acompanhavam atentamente a crise brasileira. Não podíamos esperar qualquer ajuda, como a de Hermann Sielcken em 1906, enquanto perdurasse a guerra. Diversas Conferências Pan-Americanas do Café haviam provado que os produtores latino-americanos eram incapazes de chegar a um acôrdo. E o sucesso do programa de valorização exigia um bloco compacto de todos os produtores, já que a produção se disseminara por vários países latino-americanos (em parte, como resultado das valorizações anteriores).<sup>412</sup> O Convênio Interamericano do Café (ICA) foi, portanto, uma solução extraordinária para o Brasil e outros produtores. É difícil estimar os benefícios potenciais do ICA. É possível, por exemplo, calcular o valor da produção aos preços de 1940, que ainda refletiam a perda dos mercados europeus. A êsses preços, a receita total dos anos 1941 a 1943 teria sido

<sup>407</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1940*. p. 57-8.

<sup>408</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1941*. p. 82.

<sup>409</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1942*. p. 103.

<sup>410</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1943*. p. 76.

<sup>411</sup> GUEDES, Jayme Fernandes. *O café brasileiro em 1943*. p. 774-6. O fundo está incluído na estimativa da renda cafeeira, no capítulo 4 a seguir.

<sup>412</sup> GUEDES. As atividades do Departamento Nacional do Café em 1940. p. 432-44; RETROSPECTO Comercial do Jornal do Commercio. p. 471.

de 3,8 bilhões de cruzeiros. Graças ao ICA, a receita real atingiu os 6,8 bilhões de cruzeiros. Logo, os benefícios corresponderam a 3 bilhões de cruzeiros.<sup>413</sup> À taxa cambial subvalorizada da época, os lucros estimados montaram a 150 milhões de dólares. Na realidade, porém, a situação é bem mais complexa. A inflação durante todos aqueles anos deve ter sido violenta, e não existem dados para deflacionar os lucros adequadamente, os quais, portanto, se apresentam com distorção altista. No entanto, a distorção baixista das estimativas é, talvez, maior. Sem dúvida, o preço estipulado no ICA foi bem mais elevado que o que se teria obtido numa conjuntura de mercado livre. O preço de 1940 empregado na estimativa é, provavelmente, inferior ao do mercado. Porém, a cotação que teria prevalecido num mercado livre seria ainda mais baixa. Logo, é possível afirmar que os lucros foram substanciais, embora difíceis de estimar com precisão.

Outra fonte de recursos durante os anos da guerra foi a taxa por unidade. Esta fôra reduzida sensivelmente em 1937. Porém, continuara fornecendo parte dos fundos necessários à aquisição e destruição da quota de sacrifício. Os 6 cruzeiros por saca que não se destinassem ao pagamento do crédito do Banco do Brasil eram empregados no financiamento de outras transações do DNC. Com a eliminação do imposto em espécie depois de 1943, desapareceu o principal foco de pressões financeiras, reduzindo novamente a importância da taxa por unidade e do crédito do Banco do Brasil.<sup>414</sup>

Ao deteriorar-se a situação com os fenômenos meteorológicos de 1940/43, os cafeicultores propuseram que o DNC financiasse a safra ao custo da produção. O DNC opôs-se violentamente, alegando que o esquema só redundaria em acúmulo de estoques e mais uma crise.<sup>415</sup> Entre 16 e 19 de junho de 1944, o Congresso dos estados cafeeiros reuniu-se para considerar as propostas apresentadas para a solução da nova crise. Ao invés do velho problema da superprodução, o Brasil agora enfrentava uma crise de subprodução. Temia-se que a quota do ICA não pudesse ser preenchida. O congresso concedeu aos cafeicultores um pagamento de 10%. Logo, o imposto em espécie foi substituído por um subsídio em espécie.

<sup>413</sup> GUEDES. *O café brasileiro em 1943*. p. 754.

<sup>414</sup> Ver OBSERVADOR Econômico e Financeiro, jul. 1943, p. 121-2, uma relação das despesas do DNC. É preciso salientar que a distribuição das despesas se deu de modo diferente, pois o imposto em espécie foi abolido na safra de 1943-44.

<sup>415</sup> GUEDES. *O café brasileiro em 1943*. p. 744.

Além do mais, o DNC foi autorizado a vender os estoques.<sup>416</sup> O objetivo do subsídio era fortalecer a precária situação financeira dos agricultores, decorrente dos problemas climáticos e do aumento dos custos durante o período da guerra, tendo em vista que as cotações permaneceram fixas nos preços-teto estabelecidos pelos Estados Unidos.<sup>417</sup> Entretanto, a nova ajuda não conseguiu elevar os embarques. O DNC começou a vender seus estoques a fim de preencher a quota do ICA. O congresso dos estados cafeeiros recusou-se a autorizar qualquer aumento nas verbas destinadas à sustentação do café.<sup>418</sup>

A situação agravou-se sensivelmente na safra de 1945/46. Os preços-teto dos Estados Unidos e os fenômenos meteorológicos ameaçavam exterminar o comércio brasileiro do café. O congresso dos estados cafeeiros reuniu-se durante 30 dias em fevereiro e março de 1945 para examinar a nova crise e as soluções sugeridas. Desta vez, as medidas foram mais enérgicas. O preço do café no interior de São Paulo, em 1938/39, fôra, em média, de Cr\$ 73 a saca. Depois do ICA, o preço subiu 201%, para 220 cruzeiros a saca.<sup>419</sup> Evidentemente, a inflação da guerra reduzira tôda margem de lucros para os cafeicultores. O congresso de 1945 concedeu um subsídio em dinheiro por zonas cafeeiras. Os agricultores paulistas receberam 65 cruzeiros por saca, o que equivalia a quase tanto quanto haviam recebido em 1938/39, e 25% mais do que o preço corrente do ICA.<sup>420</sup> As zonas restantes também foram beneficiadas. O congresso concedeu um subsídio de 60 cruzeiros por cafeeiro aos agricultores enquadrados no plano de assistência.<sup>421</sup> O resto do setor, firmas de exportação em cidades portuárias, foi igualmente protegido contra a falência por meio de prêmios em dinheiro pelas exportações.<sup>422</sup> O total dos fluxos monetários para o setor cafeeiro por intermédio desses subsídios foi substancial para a época. Uma estimativa situa as despesas do DNC em 1,3 bilhão de cruzeiros, mais de um quarto do total das exportações de 1945. Os fundos dêsse

<sup>416</sup> CONVÊNIO dos Estados Cafeeiros realizado de 16 a 10 de junho de 1944, In: ANDRADE, *Revista do Departamento...*, jun. 1944, p. 930-2.

<sup>417</sup> ANDRADE. O plano votado pelo Convênio Cafeeiro. *Revista do Departamento Nacional do Café*, mar. 1945.

<sup>418</sup> ANDRADE. *Revista...*, jun. 1944; OBSERVADOR Econômico e Financeiro, abr. 1944, p. 127.

<sup>419</sup> GUEDES. *O café brasileiro em 1943*. p. 756.

<sup>420</sup> CONVÊNIO dos Estados Cafeeiros, realizado de 15 de fevereiro a 15 de março de 1945. *Revista do Departamento Nacional do Café*, mar. 1945, p. 306, 310, 312; ANDRADE, Theophilo de. O Plano votado pelo Convênio Cafeeiro. *Revista do Departamento Nacional do Café*, mar. 1945, p. 302.

<sup>421</sup> ANDRADE, T. de. O Plano... *Rev. DNC*, p. 303.

<sup>422</sup> ANDRADE, T. de. O Plano... *Rev. DNC*, p. 302.

programa provieram da venda dos estoques de café acumulados do impôsto em espécie, e também da venda dos estoques do Empréstimo para a Consolidação do Café. Em 30 de outubro de 1945, um golpe militar pôs fim à primeira presidência de Vargas. As políticas cafeeiras do Brasil entraram em nôvo período.

## **5. Rendas do café, relações de troca, políticas do comércio internacional e o argumento da recuperação**

Os três primeiros capítulos da presente monografia mostram as distorções dos fatos em que se baseia a tese Furtado. Primeiro, o programa de sustentação do café não foi financiado por emissões de moeda, e sim por novos impostos. O impôsto por unidade custeou a compra e destruição do café durante o período de depressão do ciclo. O impôsto em espécie constituiu a principal fonte do café para queima no período da recuperação. Segundo, a crise do café na década de 1930 não decorreu de nenhuma fraqueza inerente à economia de mercado. Foi precisamente uma distorção desta — o impacto acumulado das valorizações e os contínuos programas de defesa — o que ocasionou a superprodução de café nesse período. O café é um produto perene que demora quatro anos para dar frutos pela primeira vez. As safras excessivamente abundantes do princípio da década dos 30 foram o resultado dos plantios do fim da década de 1920, causados por preços artificialmente elevados e incentivos em dinheiro. Terceiro, é verdade que as autoridades concederam créditos ao programa de sustentação do café, mas êsse crédito foi só uma pequena parcela do financiamento do programa. Só êsses fatos são suficientes para rejeitar o argumento da recuperação. Sendo o argumento da transferência baseado nas premissas da recuperação, afasta-se, também, dos fatos históricos comprovados. Entretanto, as fraquezas da tese Furtado aparecem claramente em medições precisas. O objetivo dêste e dos seguintes capítulos é efetuar êsses testes mais rigorosos e apresentar explicações alternativas para o comportamento da economia brasileira e do setor cafeeiro durante a Grande Depressão.

### **5.1 Rendas do café**

É a seguinte a parte mais importante do argumento da recuperação de Furtado: <sup>423</sup>

“O declínio da renda monetária no Brasil entre 1929 e o momento mais agudo da depressão chegou a 25-30 por cento, taxa relativamente

<sup>423</sup> FURTADO, Celso. *The Economic growth of Brazil*. p. 211-2.

modesta se comparada com a de outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a queda foi superior a 50 por cento, apesar dos índices de preços por atacado daquele país terem recuado consideravelmente menos do que os dos preços do café no comércio internacional. A diferença reside no fato de que, nos Estados Unidos, as reduções de preços implicaram num elevado índice de desemprego, enquanto no Brasil os níveis de emprego se mantiveram firmes, apesar das inevitáveis queimas de café. . . O Brasil estava, de fato, construindo as famosas pirâmides que Keynes viria a visualizar alguns anos mais tarde. . . Logo, a política de proteção ao setor cafeeiro nos anos da Grande Depressão foi, na realidade, um autêntico programa de fortalecimento da renda nacional. O Brasil adotou uma política anticíclica, cujo alcance foi muito mais amplo do que as adotadas em qualquer um dos países industrializados. . . Isso explica por que a renda nacional do Brasil começou novamente a aumentar em 1933, enquanto os primeiros indícios de recuperação nos Estados Unidos só apareceram em 1934. . .”

A medida verdadeiramente significativa para esta hipótese é a renda *monetária* do setor cafeeiro. Os recursos reais aplicados na produção de café não são facilmente transferíveis para a indústria de importação concorrente, e tanto o argumento da recuperação quanto o da transferência dão ênfase a elevados níveis de “capital líquido” disponíveis para aplicação na indústria interna.<sup>424</sup>

A tabela 12 mostra as receitas do setor brasileiro de café. A conta *A* refere-se à receita proveniente da venda de exportações. A conta *B* consiste em uma estimativa da receita proveniente da venda interna de café. A conta *C* é uma estimativa do aumento do fluxo de fundos líquidos para o setor cafeeiro, provocado pelo programa de Reajustamento Econômico dos Agricultores.<sup>425</sup> A conta *D* mostra a expansão dos fundos líquidos do setor agrícola, decorrente do crédito rural do Banco do Brasil. É bem possível que o setor cafeeiro tenha absorvido a maior parte desse crédito. A conta *E* relaciona o aumento dos fundos líquidos decorrente do programa federal de sustentação do café. Essas cinco contas permitem estimar a receita bruta do setor cafeeiro,  $y_g^c$ . Uma medida mais significativa é a renda disponível do setor cafeeiro,  $y_d^c$ , que é obtida deduzindo os impostos federais e estatais das contas *F* e *G*.

<sup>424</sup> BAER, Werner. *Industrialization and Economic Development in Brazil*. p. 22-3.

<sup>425</sup> Ver minha tese de PhD. *The State, the Great Depression and the Industrialization of Brazil*. Columbia, Univ. 1968. cap. 3.

TABELA 12

Brasil, contas referentes à renda do setor cafeeiro, 1928-1939  
(milhões de cruzeiros correntes)

Ano	X Conta A Exportações	S Conta B Vendas internas de café	R Conta C Aumento de fundos líquidos decorrente do reajus- tamento	C Conta D Créditos do Banco do Brasil CCAI	D Conta E Programa de susten- tação do café	Y <sub>g</sub> Renda bruta do café	T <sub>f</sub> Conta F Impostos federais	T Conta G Impostos estaduais	Y <sub>d</sub> Renda disponível do café
1928	2.840,4	793,8	—			3.626,0		134,0	3.492,0
1929	2.740,1	741,6	—			3.475,9		135,1	3.340,8
1930	1.827,6	426,6	—		720,0	2.971,2		120,3	2.580,9
1931	2.347,1	381,9	—		372,0	3.097,4		307,0	2.790,4
1932	1.824,0	389,6	—		372,0	2.581,9	704,0	205,1	1.672,8
1933	2.052,9	321,8	—		582,0	2.594,7	712,4	183,5	2.058,8
1934	2.114,5	507,0	181,5		311,0	3.110,0	636,3	153,9	2.319,8
1935	2.156,6	393,5	181,5		286,0	3.014,9	689,7	162,0	2.163,2
1936	2.231,5	474,2	181,5		145,0	3.028,1	639,8	131,3	2.257,0
1937	2.159,4	416,5	147,0		478,0	3.195,9	464,8	130,8	2.600,3
1938	2.296,1	425,2	147,0	98,0	196,0	3.159,7	205,3	132,0	2.822,4
1939	2.234,3	433,8	147,0	295,0	8,0	3.116,0	200,7	128,5	2.786,7

Notas:  $Y_g^c = X + S + R + C + D$

$Y_d^c = Y_g^c - T_f - T$

Fontes: Exportações: tabela M, apêndice.

Venda interna de café: Amostragem de 71.733 consumidores em 17 cidades brasileiras, publicada em INVESTIGAÇÃO entre consumidores. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1934, p. 568; R: Dados básicos em PELÁEZ. *The State, the Great Depression and the Industrialization of Brazil*. cap. 3, retificado para a proporção de café em REAJUSTAMENTO econômico. *Revista Brasileira de Economia*, jul./set. 1969; C: MELLO, Antônio Luiz de Souza. *O crédito agrícola e industrial no Brasil*. Banco do Brasil, Rio, 1940. p. 30-1; D: CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. DNC. *Balanço geral*. Diversos anos, Agência Rio, Instituto Brasileiro do Café; T<sub>f</sub>: *Ibid*. T: estimado a partir das taxas fiscais publicadas em DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Anuário Estatístico do Café*, diversos números.

O gráfico 12 mostra a renda bruta e a disponível do setor cafeeiro. É evidente que a renda monetária permaneceu estagnada durante a Grande Depressão. A renda disponível foi mais afetada do que a bruta devido ao aumento dos impostos decorrente das novas taxas unitárias federais incidentes sobre o café. O único fato que concordaria com a tese Furtado seria alegar que as rendas do café foram mantidas em níveis “mais altos” dos que teriam alcançado na ausência de um programa de sustentação do setor. Primeiro, se esses níveis “mais altos” foram, realmente, alcan-

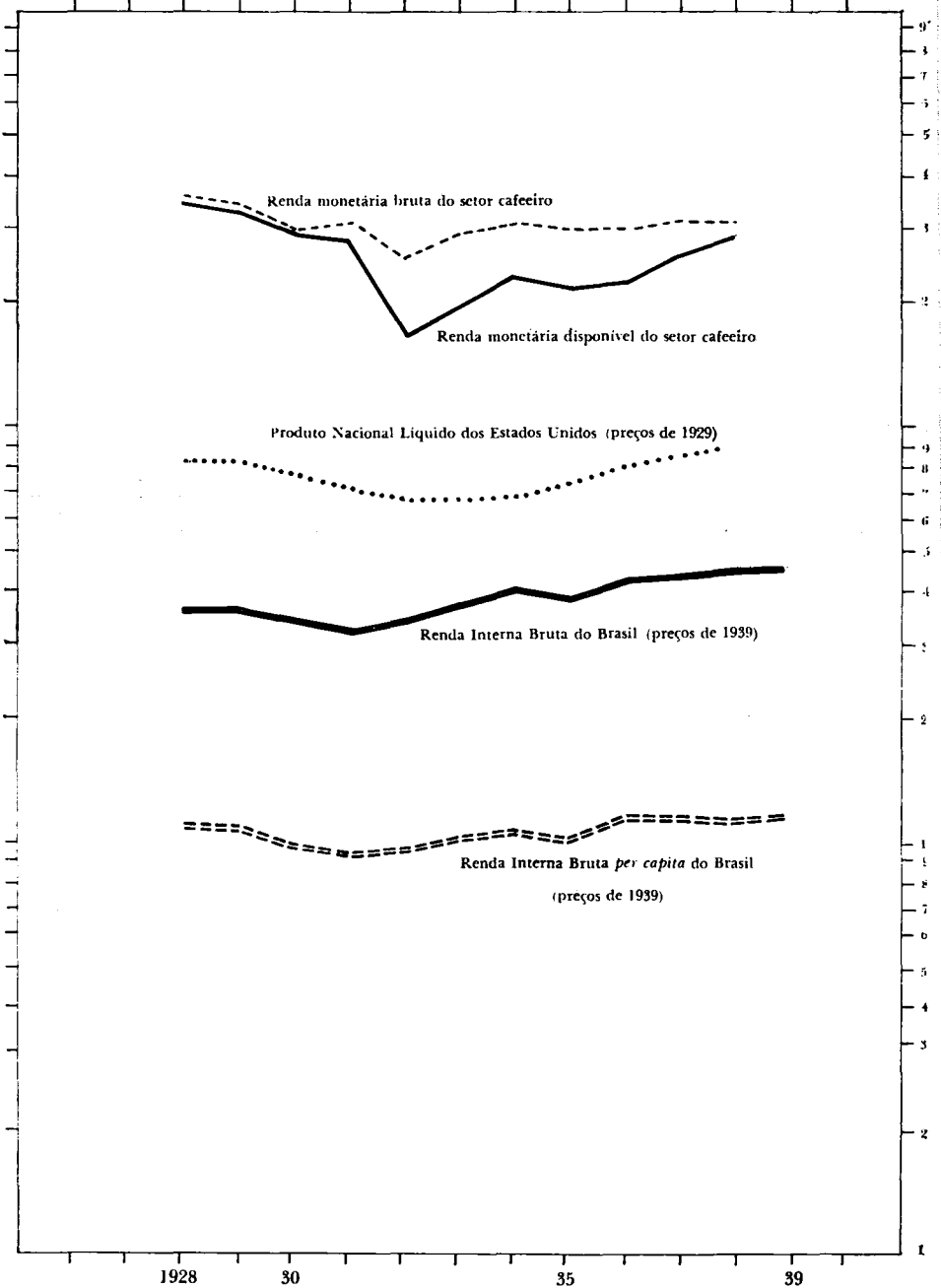
çados, não o foi devido ao “pump-priming” keynesiano, que não ocorreu na economia brasileira, e sim a outros fatores desconhecidos. Segundo, é possível concluir que se não tivesse havido uma taxa por unidade e um imposto em espécie, os custos de produção do café teriam sido mais reduzidos ou, pelo menos, a renda proveniente da venda externa do café teria sido mais substancial do que numa conjuntura de intervenção. Na ausência de taxas unitárias e imposto em espécie, somente parte da safra teria sido colhida e é difícil afirmar se a renda teria, ou não, sido mais alta. Terceiro, a renda disponível inclui fretes ferroviários, custos dos fatores de produção, lucros dos intermediários, seguro e outros custos. O certo, portanto, seria deduzir essas despesas da renda disponível para calcular a disponibilidade real de fundos líquidos — a renda dos cafeicultores disponível para sua transferência líquida para o setor de exportação de algodão. É possível estimar-se essas rendas em anos determinados; porém, esses resultados aparecem no capítulo seguinte, já que interessam mais ao argumento de transferência. O que se depreende dos resultados do gráfico 12 é que a renda monetária do setor cafeeiro retraiu-se mais violentamente do que a renda bruta brasileira e a renda bruta *per capita*. A renda monetária do setor brasileiro de café permaneceu estagnada durante a Grande Depressão.

## 5.2 Recuperação e formação de capital

A tese Furtado baseia-se na afirmativa de que o Brasil obteve a recuperação total de seu nível de emprego rapidamente e que a renda melhorou sensivelmente na década de 1930. Os novos dados apresentados pelo Dr. Suzigan sobre a Renda Interna Bruta do Brasil aos preços de 1939, e sobre a RIB *per capita* aparecem no gráfico 12, junto com o produto nacional líquido dos Estados Unidos, aos preços de 1929. A RIB do Brasil foi interpolada por meio de índices de produção física e a estimativa do PIB de 1939, fazendo-se as correções correspondentes às variações das relações de troca. Os dados referentes ao período anterior a 1939 no Brasil são muito escassos e as estimativas do gráfico 12 são, provavelmente, as melhores disponíveis. Não existem dados precisos referentes aos preços antes de 1939. É verdade que o Brasil recuperou-se da Depressão antes que os Estados Unidos, mas o Bureau Nacional de Pesquisas Econômicas afirma que a recuperação deu-se em março de 1933, não em 1934, como alega Furtado, e as estimativas de Suzigan situam os primeiros indícios desta, no Brasil, em 1931, e não em 1933. O indicador unidimensional do cresci-

GRÁFICO 12

Rendas do setor cafeeiro do Brasil, rendas internas brutas e renda interna bruta per capita, e Produto Nacional Líquido Real dos Estados Unidos





mento econômico é a renda *per capita*. A RIB *per capita* do gráfico 12 reflete a severa estagnação econômica do país nos anos de 1930. Não houve uma recuperação *total* dos efeitos da Grande Depressão.

Na década de 1930, grande parte dos investimentos no Brasil consistia no consumo de cimento e aço e importações de outros bens de capital.<sup>426</sup> Segundo Celso Furtado:<sup>427</sup>

“Em 1932, o ano mais crítico para a produção brasileira (de aço e cimento), a Depressão se intensificara em 60 por cento em relação a 1929, e as importações de bens de capital recuaram para pouco mais do que um quinto do que haviam sido anteriormente. É altamente significativo o fato de que os investimentos líquidos em 1935 (a preços constantes) ultrapassaram os níveis de 1929, enquanto que as importações de bens de capital representaram tão-somente 50 por cento do total do ano anterior. O nível da renda global fôra restabelecido, apesar da queda de 50 por cento das importações de bens de capital. Logo, é evidente que a economia não só criou incentivos internamente com vistas a anular os efeitos externos e manter o crescimento, como também conseguiu produzir uma parte dos bens necessários à conservação e expansão de sua capacidade produtiva.”

Essa análise depende da inclusão do café destruído nos investimentos líquidos, como se esses estoques houvessem sido um real acréscimo dos bens existentes. Mesmo os estoques acumulados, ao invés dos destruídos, deveriam, provavelmente, ser considerados bens adicionais, já que qualquer redução deles teria sido considerada prejudicial para a renda brasileira.

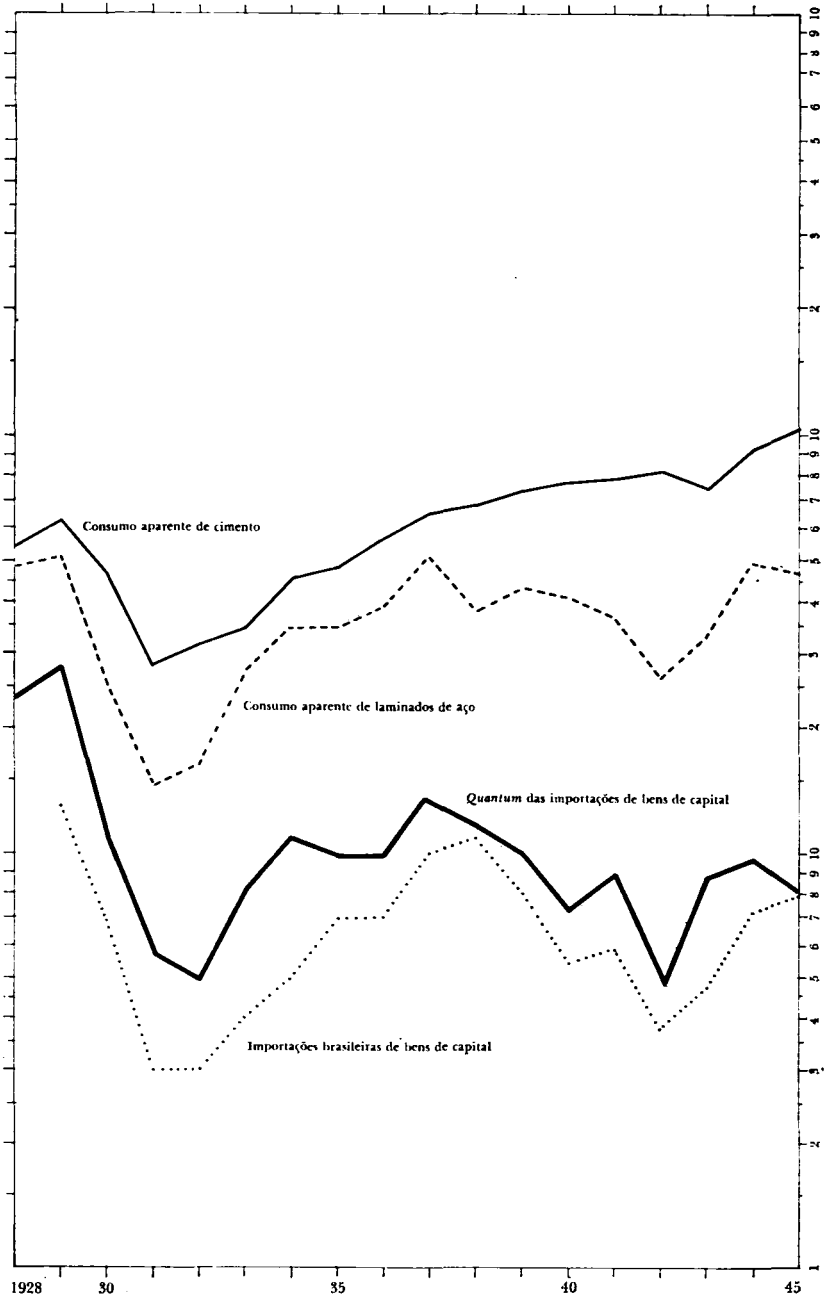
Um procedimento melhor seria medir a formação de capital na década de 1930 pelo consumo de aço e cimento (indicadores razoáveis da construção urbana e industrial) e pelas importações de maquinaria (as quais constituíram a única fonte de equipamento industrial até o início da produção interna, depois da Segunda Guerra Mundial). O gráfico 13 contém esses dados. O impacto exercido pela Depressão e a Guerra foi extremamente severo tanto no consumo de aço como no de cimento, mas o seu efeito sobre as importações de maquinaria foi desastroso. Os controles adotados pelos países industriais durante o período de guerra de 1940 a 1945 reduziram sensivelmente a absorção brasileira de bens de capital. Considerando-se o fato de que praticamente não existia um setor

<sup>426</sup> Ver COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. *Economic survey of Latin America 1949. The Economic development of Brazil*. cap. 7.

<sup>427</sup> FURTADO, Celso. *The Economic...* p. 219.

GRÁFICO 13

Brasil, consumo aparente de cimento e laminados de aço e importações de bens de capital — 1928-1945



industrial interno de produção de bens de capital, é inevitável concluir que a formação de capital no Brasil permaneceu estagnada no período de 1929 a 1945.

### 5.3 Política fiscal

As tabelas 13 e 14 relacionam os elementos mais significativos das finanças governamentais durante a Grande Depressão. As despesas do Governo federal permaneceram relativamente estáveis de 1929 a 1930, mas declinaram em 463 milhões de mil-réis em 1931, elevando-se pronunciadamente em 1932. A renda, o principal fator do deficit federal de 1930 caiu substancialmente dos níveis de 1929 e permaneceu estável, em níveis exíguos, até 1933. A tabela 13 prova que a causa principal dessa queda foi a redução das receitas alfandegárias depois de 1929. Houve um repentino declínio do deficit federal em 1931, e o mesmo se deu com o deficit global do Governo.

TABELA 13  
Brasil, receitas e despesas governamentais, 1929-1934  
(em milhões de mil-réis)

A)						
Ano	Receita			Despesas		
	Federal	Outras <sup>a</sup>	Total	Federal	Outras <sup>a</sup>	Total
1929	2.201	1.865	4.067	2.422	2.245	4.668
1930	1.678	1.598	3.276	2.510	2.133	4.643
1931	1.753	1.750	3.503	2.047	2.113	4.160
1932	1.751	1.721	3.472	2.859	1.984	4.844
1933	2.078	1.761	3.839	2.392	1.917	4.308
1934	2.519	1.935	4.455	3.050	2.258	5.308

B)						
Ano	Saldo <sup>b</sup>					
	Federal	Outras <sup>a</sup>	Total	Federal	Outras <sup>a</sup>	Total
1929	— 221	— 380	— 601			
1930	— 832	— 535	— 1.367			
1931	— 294	— 363	— 657			
1932	— 1.108	— 263	— 1.372			
1933	— 314	— 156	— 469			
1934	— 531	— 323	— 853			

<sup>a</sup> Estados, municípios e o Distrito Federal. <sup>b</sup> Receita menos despesas.

Fontes: BAER, Werner. *Industrialization and economic development in Brazil*. Homewood, Ill. R. D. Irwin, 1965. p. 288-9; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1939/40*. p. 1.409.

TABELA 14

A) Brasil, receitas governamentais por fontes selecionadas  
(em milhões de mil-réis e percentagens)

Ano	Receitas alfandegárias		Imposto de consumo		Outras*		Empresas do governo	
		%		%		%		%
1929	928	42	427	19	259	11	294	13
1930	626	37	352	21	205	12	258	15
1931	605	34	378	21	238	13	236	13
1932	527	30	389	22	226	13	225	13
1933	757	36	445	21	252	12	227	11
1934	837	33	512	20	299	12	295	12

B) Despesas governamentais do Brasil por ministérios selecionados  
(em milhões e percentagens)

Ano	Ministério da Fazenda		Transportes e Obras Públicas		Ministério da Guerra		Ministério da Marinha	
		%		%		%		%
1929	941	30	530	22	274	11	171	7
1930	890	35	576	23	303	12	181	7
1931	893	43	396	19	275	13	121	6
1932	1.075	38	596	21	714	25	182	6
1933	963	40	538	23	423	18	185	8
1934	1.224	40	625	20	576	19	218	7

\* Impostos de documentos legais, etc.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1939/40*. p. 1.411-8.

Em 1931, o Governo federal convidou um alto funcionário do Banco da Inglaterra <sup>428</sup> para visitar o Brasil e fazer sugestões acêrca de uma indispensável reforma monetária. No relatório, êle concluiu que, naquele momento, a recuperação financeira do Brasil dependia do equilíbrio orçamentário e da estabilização cambial. Isto concordava com as diretrizes adotadas no princípio da administração de Vargas, quando a frase "equilíbrio orçamentário" constituíra o lema do governo e a so-

<sup>428</sup> NIEMEYER, Sir Otto. *Reorganização das finanças brasileiras*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931. p. 9.

lução para todos os males.<sup>429</sup> Todo o Brasil acreditava firmemente que era imprescindível atingir êsse equilíbrio, sem o qual o País não conseguiria controlar a inflação e crises conseqüentes.<sup>430</sup>

O orçamento de 1931 previa uma sensível redução das despesas do Governo, a fim de implantar a política de equilíbrio orçamentário e evitar a repetição do substancial deficit de 1930. Entretanto, a contração das despesas tornou-se insuficiente em meados do ano, pois as receitas alfandegárias ficaram muito aquém das expectativas. Em vista disso, o Governo reduziu ainda mais suas despesas, tendo a contração total com referência aos níveis de 1930 atingido 463 milhões de mil-réis. Reagindo à ameaça de um deficit em grande escala, o Governo federal também ... "aumentou os impostos... em um total de 300 milhões de mil-réis no ano inteiro (1931)..."<sup>431</sup> Esta política melhorou ligeiramente a ar-

<sup>429</sup> SOUZA REIS, F. T. de. *A Depressão Comercial e o Funding Loan de 1931*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1934. p. 43.

<sup>430</sup> NIEMEYER. op. cit. p. 6. Eis a declaração do Presidente do Banco do Brasil (o maior banco do País na época) em abril de 1931: "Não há necessidade de maiores explicações para demonstrar que a moeda em circulação, embora reduzida pela eliminação das Notas de Estabilização, não se contraiu na proporção do declínio dos preços de nossos produtos. Estamos, por conseguinte, em estado de inflação... o governo provisório... tem resistido às pressões inflacionárias, optando pela restrição de despesas e o aumento dos impostos. A primeira e mais importante medida adotada pelos revolucionários russos para tornar a Rússia bolchevista foi sabotar o dinheiro através da emissão de moeda." (BANCO DO BRASIL. *Relatório 1933*. p. 26). Uma discussão pormenorizada da política de equilíbrio orçamentário tornaria o presente capítulo desnecessariamente longo. A resistência do Governo à idéia de incorrer num deficit para proteger os interesses cafeeiros, a redução real das despesas e os aumentos do imposto de consumo e outros (apresentando, também, comentários sobre os balanços federais), e os redobrados esforços para reduzir os deficits estatais por meio de governadores impostos pelo Governo federal encontram-se expostos no estudo do Ministério da Fazenda (J. M. Whitaker), A administração financeira do Governo provisório de 4 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931. (*Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1933, p. 21), que constitui a melhor referência documentada sobre a formação e implantação inicial dessas políticas. Outra exposição ampla encontra-se no relatório do Ministério da Fazenda ao Presidente do Brasil: MINISTÉRIO DA FAZENDA (Oswaldo Aranha). *Exposição relativa ao período de 3 de novembro de 1930 a 15 de novembro de 1933*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1933.

<sup>431</sup> NIEMEYER. op. cit. p. 7; SOUZA REIS. op. cit. p. 23; na realidade, o aumento dos impostos foi superior ao calculado por Niemeyer e Souza Reis, distribuído da seguinte forma:

	Mil-réis
Imposto de Consumo	163.320.000
Imposto de Sêlo	25.250.000
Imposto de Circulação de Mercadorias	30.100.000
Imposto de Renda	68.000.000
Imposto sobre Seguros	7.200.000
Outros impostos	2.700.000
Imposto de Fósforos	80.000.000
	-----
	376.570.000.

A redução de despesas prevista era de 432.114.989 mil-réis. A contração programada mais o aumento dos impostos atingia 799,7 milhões de mil-réis, mais do que suficiente para eliminar o deficit de 1930. Ver MINISTÉRIO DA FAZENDA (J. M. Whitaker). op. cit. p. 48-50.

recadação dos impostos administrativos e de consumo. A tabela 14 B mostra que o substancial aumento das despesas governamentais em 1932 deveu-se, principalmente, à elevação das despesas do Ministério da Guerra, que dobrou sua participação nas despesas globais do Governo. Foi êsse o principal fator na composição do deficit de 1932 e deveu-se, exclusivamente, ao levantamento do estado de São Paulo, que durou três meses.<sup>432</sup>

Uma das causas primordiais do agravamento da Depressão no Brasil, em 1931, foi o desacerto das políticas fiscais adotadas pelo Governo. As políticas do Governo federal — isto é, o aumento dos impostos e a redução das despesas — intensificaram a Depressão no Brasil, contraindo também o deficit orçamentário provocado pelo declínio do comércio externo. A elevação das despesas em 1932, como resultado da Revolução Paulista, teve um efeito estimulante nas atividades econômicas e impediu a implantação da política de equilíbrio orçamentário. Porém, o deficit federal foi novamente reduzido em 1933. A política de equilíbrio

<sup>432</sup> O auditor do Brasil declarou que "... o movimento de revolta (levantamento de 1932) que perturbou tão profundamente a continuidade do melhoramento da administração do país, ocasionou uma redução das receitas provocando um deficit de 1,018 milhões de mil-réis..." Ver MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Contas do exercício financeiro de 1932 e relatório da Contadoria Central da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933. p. 5. A mesma publicação de 1929-1933 relaciona os balanços do Governo federal e apresenta uma distribuição valiosa de despesas e receitas. De acordo com o Ministro da Fazenda, o Governo federal gastou 451,9 milhões de mil-réis durante a Guerra Civil de 1932. Um outro fator das finanças federais em 1932 foi a severa seca que assolou o Nordeste. O Governo despendeu 138,6 milhões de mil-réis na área atingida pela seca. Essa despesa é discutida por ARANHA, Oswaldo. op. cit. Ministério da Fazenda, p. 17. O deficit de 1932 foi financiado da seguinte forma (MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Contas...* p. 15):

	Milhões de mil-réis
Emissões de títulos	88
Emissões de moeda	400
Emissões de letras	5
Cunhagem	2
Crédito (Banco do Brasil)	600
	<hr style="width: 10%; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>
	1.095.

A política de equilíbrio orçamentário encontra-se exemplificada parcialmente nas relações entre o Banco do Brasil e o Governo federal. A legislação de 1932 estabeleceu o tom exato dessas relações. (Decreto n.º 21.621, de 14 de junho de 1932). Duas importantes cláusulas foram a fixação de um teto para os empréstimos do Banco ao Governo federal e as condições de pagamento da dívida. Pela primeira, os empréstimos foram limitados a um quarto das rendas governamentais do ano. Além do mais, o Banco ficaria isento da obrigação de emprestar dinheiro ao Governo durante um ano, até os saldos devedores serem totalmente pagos. (BANCO DO BRASIL. *Relatório 1932*. p. 14). Porém, em 1932, as despesas do Governo ultrapassaram as receitas por uma margem relativamente elevada, devido às despesas decorrentes do levantamento de São Paulo. Com vistas a corrigir essa situação, o Governo federal emitiu obrigações num montante de 600 milhões de mil-réis pagáveis ao Banco do Brasil. (Decreto n.º 22.623, de 28 de dezembro de 1932). Se a Revolução de 1932 não tivesse acontecido, o deficit teria sido reduzido ainda mais.

orçamentário foi estritamente imposta entre 1934 e 1936. A tabela 15 contém os dados mais importantes das finanças governamentais durante a segunda metade da década de 1930. Em 1936, o Governo quase conseguira estabilizar o orçamento. A redução do deficit entre 1932 e 1936 representou um bilhão de mil-réis, quantia extraordinária para a época. Contudo, independentemente dos esforços deliberados para equilibrar o orçamento nos anos de 1930, a própria recuperação das atividades econômicas pode ter induzido uma grande parte da redução do deficit. Como uma elevada proporção da renda governamental provinha das importações, e estas provavelmente melhoraram em virtude da recuperação dos níveis da renda (e a abolição parcial dos controles cambiais), uma significativa proporção da redução do deficit federal decorreu da recuperação. Entretanto, parte da contração do deficit decorreu da política do Governo — por meio da liberação dos controles cambiais e diretamente, do processo deliberado de estabelecimento do equilíbrio orçamentário.

TABELA 15

Brasil, receitas e despesas governamentais, 1934-1939  
(em milhões de mil-réis)

Ano	I Despesas	II Receitas	III Saldo (II-I)
1934	3.050,2	2.519,5	— 530,7
1935	2.872,0	2.722,7	— 149,3
1936	3.226,1	3.127,5	— 98,6
1937	4.144,0	3.462,5	— 681,5
1938	4.735,4	3.879,8	— 855,6
1939	4.334,7	3.795,0	— 539,7

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940*. p. 1.410.

O terceiro Ministro da Fazenda do Presidente Vargas, Artur de Souza Costa, foi um ardente defensor do equilíbrio orçamentário. O Brasil estava convencido de que, no passado, os empréstimos externos haviam sido contraídos para financiar os deficits orçamentários. A nova política

de Souza Costa — Vargas visava evitar os deficits.<sup>433</sup> Souza Costa foi presidente do Banco do Brasil durante a primeira metade da década e Ministro da Fazenda até o fim da Presidência de Vargas. Logo, a sua influência na política governamental da década dos 30 foi apreciável. A política econômica adotada pela sua administração resume-se no seguinte conceito:<sup>434</sup>

“A regra do equilíbrio (orçamentário) constitui um princípio indiscutível de sabedoria financeira e tem sido a meta do Governo... reduzir o deficit tanto quanto o permitem as atuais circunstâncias...”

Como o declínio do comércio externo privara o Brasil da fonte principal da renda governamental — impostos de importação — Souza Costa elevou sensivelmente os impostos de consumo e renda.

A tabela 16 mostra o acentuado aumento do impôsto de consumo nos anos de 1930. O Ministro também tomou numerosas medidas para impedir a expansão do estoque de moeda.<sup>435</sup> Os interventores federais nos estados tentaram harmonizar as finanças estaduais e federais com vistas a estabelecer o equilíbrio orçamentário.<sup>436</sup> Em 1932, o deficit de São Paulo elevava-se a 280,3 milhões de mil-réis, mas foi reduzido para 43,9 milhões em 1936.

<sup>433</sup> ANDRADE, Theophilo de. Dez anos de economia e finanças. *Revista do Departamento Nacional do Café*, nov. 1940. Um outro importante assessor sôbre assuntos de equilíbrio orçamentário no Brasil foi Leon Regray (O PROBLEMA do câmbio no Brasil. *Revista do Departamento Nacional do Café*, mar. 1935, p. 455-7). Argumentou êle: “... É evidente que um orçamento equilibrado, que não requer emissões para custear as despesas correntes, inspira uma confiança interna na moeda. A estabilidade de preços e moeda, e a regularidade do pagamento da dívida interna vão incentivar tanto os brasileiros quanto os estrangeiros a investirem o capital que planejaram exportar, tendo em vista as dúvidas suscitadas pelo mil-réis. Finalmente, um orçamento superavitário permite a compra de mercadorias e sua exportação. Isso representa um acréscimo do saldo comercial correspondente ao superavit orçamentário e, por conseguinte, o pagamento da dívida externa já vencida. Quando isto fôr atingido, o Governo brasileiro terá estabilizado sua moeda, restabelecido a confiança e poderá renovar os créditos externos. Novamente entrarão capitais a êste país tão rico em promessas e realidade, ao invés de deixá-lo, como ainda acontece.” Ver *Ibid.* p. 456. Eram êstes, mais ou menos, os argumentos que haviam sido empregados por Sir Otto Niemeyer no princípio da década. Aliás, Niemeyer e Keynes chegaram a se conhecer. Ver HARROD, Roy. *The life of John Maynard Keynes*. London, MacMillan, 1952. p. 202, 359.

<sup>434</sup> SOUZA COSTA, Artur de. Panorama econômico e financeiro da República. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1940. Disse também: “Desde o princípio, a administração de Getúlio Vargas adotou uma política de honestidade orçamentária, tudo fazendo para reduzir os deficits...” SOUZA COSTA, Artur de. A política econômico-financeira do Brasil. *Revista do Departamento Nacional do Café*, out. 1941, p. 468. O Presidente Vargas era também adepto dessa política: VARGAS, Getúlio. Os benefícios da Revolução na economia geral do País. *Revista do Departamento...* dez. 1934, p. 883.

<sup>435</sup> SOUZA COSTA. *A política econômico-financeira do Brasil*.

<sup>436</sup> SOUZA COSTA. *Panorama...*



TABELA 16

Brasil, arrecadações do Impôsto Federal de Consumo, 1931-1939  
(em mil contos correntes)

Ano	Arrecadação
1931	25,4
1931	36,3
1933	93,1
1934	160,0
1935	206,0
1936	253,8
1937	314,8
1938	501,4
1939	677,5

Fonte: SOUZA COSTA, Arthur de. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1940, p. 994.

Depois de 1937, as despesas incorridas no estabelecimento da Marinha e Exército brasileiros, além de outros dispêndios em ensino e previdência social, impediram o equilíbrio do orçamento.<sup>437</sup> É impossível separar-se a redução ou incremento do deficit autônomo induzido pelo Governo do ajustamento passivo à depressão e recuperação. É talvez, por causa disto que as políticas governamentais são tão decisivas. *Ex ante* é importante determinar-se a redução programada de despesas. A formulação do orçamento constituiu o indicador-chave da influência do Governo. Durante toda a década de 1930, o orçamento brasileiro foi planejado visando seu equilíbrio.<sup>438</sup> Se se empregar um modelo keynesiano, essas restrições orçamentárias assumirão uma considerável importância. Celso Furtado alegou que a economia brasileira recuperou-se na década de 1930 na base dos deficits substanciais incorridos pelo Governo Federal do Brasil.<sup>439</sup> A análise de fatos aqui introduzidos prova que essa suposição é falsa. Só houve um deficit, o de 1932, que poderia ser considerado uma política compensatória keynesiana e que foi ocasionado por um acidente histórico — a Revolução Paulista. Em todos os outros anos críticos da Depressão, o governo de Vargas seguiu uma política deliberada de equilíbrio orçamentário. Uma tal ortodoxia era perfeitamente previsível tendo em vista o assessor do Brasil — o Banco da Inglaterra, talvez a mais ortodoxa autoridade monetária daquela época. O Brasil não esta-

<sup>437</sup> SOUZA COSTA. *A política...* p. 464-6.

<sup>438</sup> Ver as comparações de diversas administrações entre os deficits reais e os orçamentos programados em SOUZA COSTA. *A política...* p. 465.

<sup>439</sup> FURTADO, Celso. *The development of Brazil*. p. 160-1.

va construindo pirâmides keynesianas, mas seguindo políticas inteiramente contrárias às propostas por John Maynard Keynes.

#### 5.4 Comércio e políticas de comércio

Entre 1927 e 1929, o Brasil acumulou 30 milhões de libras esterlinas, dos quais 20 milhões foram depositados no Fundo de Estabilização.<sup>440</sup> Depois da retração dos preços do café e do primeiro impacto da Depressão no Brasil um movimento de *hot-money* esgotou as reservas de divisas. Além do mais, os influxos de capital pararam completamente. A deterioração das relações de troca vieram complicar ainda mais as coisas, pois o valor das exportações em moeda estrangeira decaiu repentinamente.

Como resultado dessa crise cambial, tornou-se impossível o serviço da dívida externa do Brasil. Em agosto de 1931, o Governo federal foi obrigado a cancelar o pagamento do principal de certos empréstimos externos.<sup>441</sup> Naquele ano, estimava-se que o saldo comercial atingiria 20 milhões de libras, enquanto só o pagamento da dívida externa exigiria 22,583 milhões de libras. A estimativa oficial da situação para 1932 era a seguinte:<sup>442</sup>

	Libras esterlinas	
	Necessidades cambiais	Receita cambial
1. Saldo comercial		18.000.000
2. Outras possíveis entradas		1.000.000
3. Serviço da dívida externa	22.583.000	
4. Pagamento do crédito a curto prazo concedido ao Banco do Brasil por bancos estrangei- ros	6.550.000	
5. Remessa de lucros	12.000.000	
6. Remessas de imigrantes, etc.	6.340.000	
	47.472.000	19.000.000

<sup>440</sup> Os restantes 10 milhões foram depositados no Banco do Brasil. Falta-nos, aqui, espaço para descrever o Fundo de Estabilização. Ver COMISSÃO DE TARIFAS DOS ESTADOS UNIDOS. *Economic controls and commercial polycys in Brazil*. Washington, 1945; LEVY, Haroldo R. *Prática cambial no Brasil*. São Paulo, Max Limonad, 1965. p. 33-4; COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. *The development of Brazil*. Washington D.C., U.S.P.P.O., 1953. p. 51; BANCO DO BRASIL. *Relatório 1930*. p. 16-7 e Relatórios anteriores.

<sup>441</sup> SOUZA REIS. op. cit. p. 31.

<sup>442</sup> SOUZA REIS. op. cit. p. 34.

Por conseguinte, as necessidades cambiais ultrapassavam as receitas cambiais em aproximadamente 28 milhões de libras. A situação era, evidentemente, crítica.

Parte da solução encontrada para êsses problemas foi característica da década de 1930.<sup>443</sup> Em setembro de 1931, o Govêrno do Brasil determinou que tôdas as transações externas seriam efetuadas pelo Banco do Brasil. Êsse monopólio cambial foi detido pelo Banco durante os três anos seguintes. As licenças de exportação só eram concedidas depois que as divisas decorrentes das vendas no exterior fôssem oficialmente vendidas ao Banco que por sua vez distribuía-as de acôrdo com as necessidades da economia. Três prioridades foram estabelecidas. Primeiro, o Govêrno brasileiro, para o pagamento das compras oficiais e o serviço da dívida externa. Segundo, para o pagamento de importações essenciais. Terceiro, para outros fins, inclusive o pagamento de juros e lucros a estrangeiros. A oferta cambial era insuficiente para pagar as importações essenciais e o serviço das obrigações externas. Essas condições redundaram em intensas atividades no mercado ilegal ou negro.<sup>444</sup>

No periodo de 1931 a 1934, eram três as taxas cambiais de compra. A *taxa oficial*, fixada pelo Banco do Brasil. O câmbio comprado a essa taxa era distribuído pelo Banco, de acôrdo com as necessidades internas. A *taxa negra* era determinada pelas transações clandestinas. Era sensivelmente mais elevada do que a oficial. Finalmente, em 1933, a fim de eliminar o mercado negro, o Govêrno começou a vender o câmbio à chamada *taxa cinzenta*, um meio-têrmo entre a taxa oficial e a negra.<sup>445</sup>

A tabela 71 mostra que, enquanto as exportações caíram violentamente em têrmos de moedas estrangeiras, as importações retraíram-se mais ràpidamente ainda, de aproximadamente 86 milhões de libras esterlinas a 21 milhões em 1932. Ao mesmo tempo, o valor das exportações em cruzeiros decaíra menos do que em moeda estrangeira, enquanto as importações ficaram reduzidas em mais ou menos a metade. Sem dúvida, parte dêsse balanço comercial era simplesmente o ajustamento passivo à Depressão, já que as importações provàvelmente declinaram com a baixa dos níveis de renda. Porém, é razoável supor que uma grande parte da variação do saldo comercial em 1931 e 1932 foi exógena, decorrente dos estritos contrôles cambiais e da desvalorização cambial.

<sup>443</sup> O outro aspecto da solução foi a consolidação da dívida externa, mas isso não interessa aos assuntos aqui expostos. Ver SOUZA REIS. op. cit.

<sup>444</sup> COMISSÃO DE TARIFAS DOS ESTADOS UNIDOS. op. cit. p. 17.

<sup>445</sup> COMISSÃO DE TARIFAS DOS ESTADOS UNIDOS. op. cit. p. 17; COMISSÃO CONJUNTA. op. cit. p. 296.

Por conseguinte, o argumento de recuperação de Furtado não explica inteiramente a presença da depressão no Brasil, pois o saldo comercial aumentou exógenamente durante os piores anos da Grande Depressão. Entretanto, a redução do comércio com vistas à manutenção do nível de emprego exerce dois efeitos prejudiciais: a redução do número e disponibilidade interna de bens e o declínio do emprego no exterior.

De acordo com suposições keynesianas consideremos a seguinte notaçãõ: <sup>446</sup>

TABELA 17

A) Comércio externo do Brasil em moeda estrangeira e nacional

Ano	Em milhões de mil-réis			Em mil libras		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
1929	3.860	3.528	333	94.831	86.653	8.178
1930	2.907	2.343	564	65.746	53.619	12.127
1931	3.398	1.881	1.517	49.544	28.756	20.788
1932	2.537	1.519	1.018	36.330	21.744	14.586
1933	2.820	2.165	655	35.790	28.132	7.658
1934	3.459	2.503	956	35.340	25.467	9.773

B) Brasil, saldo comercial, saldo orçamentário e produto real

Ano	Milhões de mil-réis				Preço médio da libra em mil-réis
	Saldo comercial		Saldo orçamentário federal total <sup>a</sup>		
1929	333	—	221	— 601	40.710
1930	564	—	832	— 1.367	43.992
1931	1.517	—	294	— 657	67.421
1932	1.018	—	1.108	— 1.372	69.474
1933	655	—	314	— 469	77.994
1934	956	—	531	— 853	98.206

<sup>a</sup> Incluindo estados, municípios e o distrito federal.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil em números*. p. 85; *Anuário Estatístico do Brasil 1939/40*. p. 1.359.

<sup>446</sup> O modelo e a notação aqui apresentados constituíam interessantes exercícios do curso do Professor Peter B. Kenen na Universidade de Colúmbia. Quaisquer erros de exposição ou interpretação são exclusivamente meus.

- a: autônomo
- 1,2: países um e dois (o resto do mundo)
- Y: renda
- H: despesas internas
- M: importações
- B: saldo comercial do país 1
- h: propensão marginal a gastar
- 1-h=s: propensão marginal a poupar
- m: propensão marginal a importar
- d: operador de mudanças discretas

Forma estrutural:

$$dY_1 = dH_1^a + h_1 dY_1 + dM_2^a + m_2 dY_2 - dM_1^a - m_1 dY_1 \quad (1)$$

$$dY_2 = dH_2^a + h_2 dY_2 + dM_1^a + m_1 dY_1 - dM_2^a - m_2 dY_2 \quad (2)$$

$$dB_1 = dM_2^a + m_2 dY_2 - dM_1^a - m_1 dY_1 \quad (3)$$

ou

$$\begin{bmatrix} s_1 + m_1 & -m_2 & 0 \\ -m_1 & s_2 + m_2 & 0 \\ m_1 & -m_2 & 1 \end{bmatrix} \begin{bmatrix} dY_1 \\ dY_2 \\ dB_1 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} dH_1^a + dB_1^a \\ dH_2^a - dB_1^a \\ dB_1^a \end{bmatrix} \quad (4)$$

Forma reduzida:

$$dY_1 = 1/|D| [(s_2 + m_2) dH_1^a + m_2 dH_2^a + s_2 dB_1^a] \quad (5)$$

$$dY_2 = 1/|D| [(s_1 + m_1) dH_2^a + m_1 dH_1^a - s_1 dB_1^a] \quad (6)$$

$$dB_1 = 1/|D| [s_1 m_2 dH_2^a - m_1 s_2 dH_1^a + s_1 s_2 dB_1^a] \quad (7)$$

onde  $|D| = s_1 s_2 + s_1 m_2 + m_1 s_2$ , a determinante da matriz de coeficientes estruturais.

Análise das políticas brasileiras da Depressão:

distúrbio:  $dH_2^a < 0$ , declínio de despesas no exterior

meta:  $dB_1 = 0$ , balanço comercial

instrumento:  $dB_1^a > 0$ , restrições ao comércio.

Seja  $dB_1 = 0$ .

Já que  $dH_1^a = 0$ ,

$$dB_1^a = - (m_2/s_2) dH_2^a, \quad (9)$$

a fim de atingir a meta estabelecida.

Substituir (9) em (5) para obter:

$$dY_1 = 0, \text{ i.e., equilíbrio interno} \quad (10)$$

Substituir (9) em (6) para obter:

$$dY_2 = (1/s_2) dH_2^a. \quad (11)$$

Sendo  $1/s_2$  o multiplicador no país 2, sem repercussões externas, há, conseqüentemente, um impacto negativo multiplicador no exterior, já que  $dH_2^a < 0$ . O comércio e equilíbrio interno são atingidos em detrimento do emprêgo externo. Apesar de o equilíbrio interno ser atingido, os níveis de bem-estar são prejudicados, pois teve lugar um severo declínio no número e disponibilidade de produtos em decorrência das restrições ao comércio internacional. O objetivo do presente exercício é mostrar que, na hipótese de adotar-se um modelo keynesiano, a tese Furtado não identifica as causas do ajustamento e os efeitos das políticas sôbre o bem-estar. As características institucionais do Brasil na década dos 30, além do mais, foram radicalmente diferentes das supostas nos simples modelos keynesianos. Houve suficiente flexibilidade de salários e preços para justificar a tese concorrente de que a recuperação econômica e a alocação ideal de recursos teriam sido melhor promovidas por políticas visando a flexibilidade de preços. Os contrôles sôbre o comércio exterior do Brasil nos anos de 1930 não diferiram das soluções nacionalistas geralmente adotadas pelos países industrializados naqueles anos. Empregadas conjuntamente com o equilíbrio orçamentário e a austeridade monetária, essas soluções nunca poderiam ter conduzido à prosperidade.

### 5.5 Microeconomia do subsídio ao café: comércio e bem-estar

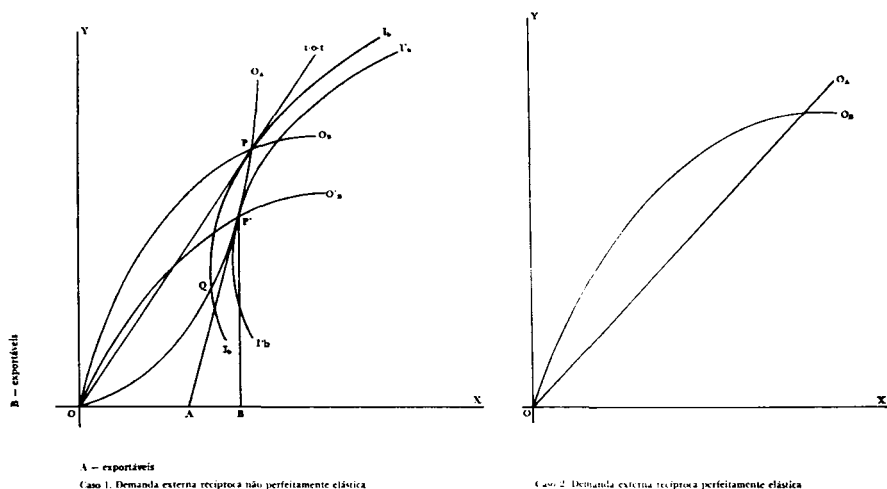
O aspecto econômico realmente significativo da criação de um impôsto em espécie sôbre as exportações é seu impacto sôbre as relações de troca e, conseqüentemente, sôbre a renda real. Um resultado clássico da teoria comercial, o *teorema de tarifas ideais de Mill-Bickerdike*, presta-se para ilustrar os aspectos microeconômicos relevantes do programa brasileiro de sustentação do café. Uma prolongação desse teorema é o *teorema de Lerner sôbre a simetria dos impostos de Importação e Exportação*. O objetivo desta seção é introduzir os resultados de Mill-Bi-

ckerdike, as extensões de Lerner e alguns dados sôbre as relações de troca do Brasil.

De acôrdo com o teorema de Mill-Bickerdike, um país poderá elevar seu padrão de vida impondo uma tarifa ideal, se a demanda externa recíproca não fôr perfeitamente elástica. <sup>447</sup> No diagrama 2, caso 1, os produtos exportáveis do país *A* são medidos ao longo do eixo *X* e os exportáveis do país *B* ao longo do eixo *Y*. Admitindo-se que uma função de bem-estar social seja maximizada, é possível traçar-se curvas comunitárias de indiferença em ambos os países. O quadrante *YOX*, conseqüentemente, contém os mapas de indiferença dos países *A* e *B*. Numa conjuntura de livre comércio, o ponto de equilíbrio encontra-se em *P*, na intersecção das duas curvas de oferta. O país *B* poderá melhorar seu bem-estar deslocando seu equilíbrio para um ponto entre *P* e *Q*, para uma curva de indiferença mais elevada. A curva de indiferença mais elevada atingível por *B*, *I'*<sub>b</sub>, é a curva de indiferença tangente a *O*<sub>A</sub>. O ponto *P'* poderá ser atingido pelo país *B* pela imposição de uma tarifa ideal equi-

DIAGRAMA 2

Teorema de tarifas ideais de Mill-Bickerdike



<sup>447</sup> Durante algum tempo, acreditou-se que o resultado só era válido na ausência de represálias. Porém, Harry G. Johnson desmente essa suposição em *Optimum tariffs and retaliation*, capítulo 2 de *International trade and Economic growth* (London, George Allen & Unwin, 1958). A presente exposição segue os diagramas e provas apresentados por Johnson.

valente à elasticidade de  $O_A$  menos um<sup>448</sup>. A imposição da tarifa deslocará a curva de oferta de  $B$  para  $O'_B$ .<sup>449</sup>

A posição final depois da tarifa ideal,  $P'$ , encontra-se numa curva de indiferença mais elevada do que a que prevalece numa conjuntura de livre comércio,  $P$ . Se a curva da oferta de  $A$  fôsse perfeitamente elástica, seria uma linha reta coincidindo com as relações de troca, como o indica o diagrama 2, caso 2. Nesse caso,  $B$  não poderá melhorar o seu bem-estar em relação às condições de livre comércio.

O diagrama 3 mostra o modelo comercial empregado por Meade,<sup>450</sup> que pode ser modificado para provar o teorema de simetria de Lerner. Novamente,  $Y$  representa os exportáveis do país  $B$  e  $X$  os exportáveis do

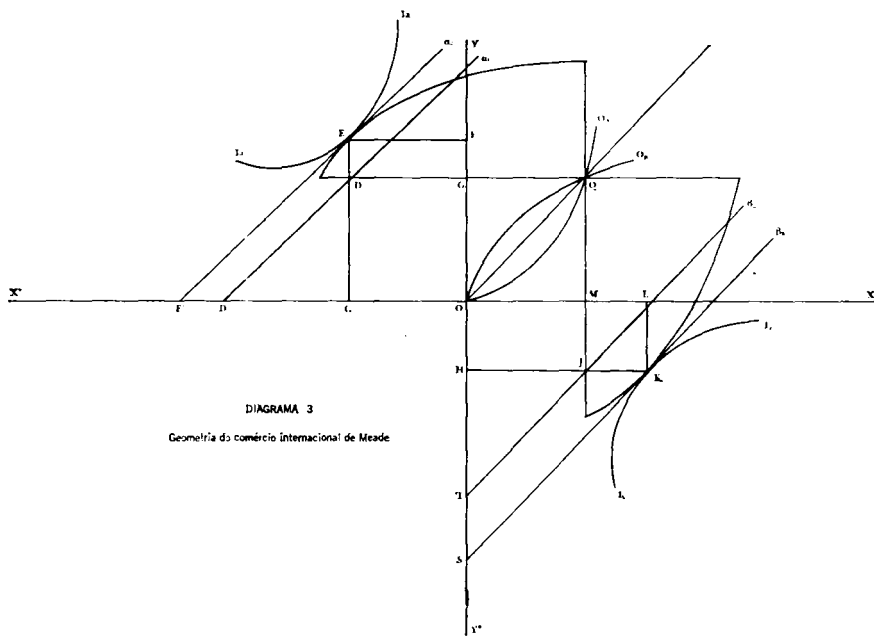


DIAGRAMA 3  
Geometria do comércio internacional de Meade

<sup>448</sup> Johnson desenvolve a fórmula da seguinte maneira: Seja  $e$  a elasticidade da curva de oferta. Logo,  $e = \frac{dY}{dX} \frac{X}{Y}$ .  $(dY/dX) =$  coeficiente angular de  $AP' = P'B/AB$ . E  $X/Y = OB/P'B$ . Logo,  $e = OB/AB$ . Seja  $t$  uma tarifa *ad valorem*. A razão do preço é  $p = P'B/AB$ ; e a razão do preço internacional é  $r = P'B/OB$ . Ora,  $p = r(1+t)$ . Logo,  $t = p/r - 1 = OB/AB - 1 = e - 1$ .

<sup>449</sup> Ver uma discussão sobre a maneira de obter-se essa nova curva de oferta em JOHNSON. op. cit. p. 33-4.

<sup>450</sup> É possível provar-se, formalmente, que esta é uma posição de equilíbrio total. Ver MEADE. op. cit. p. 45-6.



país  $A$ . O quadrante  $YOX'$  contém o mapa de indiferença social do país  $A$ . Deslizando-se o bloco de possibilidades de produção tangencialmente ao longo de uma dada curva de indiferença, o ponto  $Q$  traçará uma curva de "indiferença comercial" (que não aparece no diagrama) no quadrante  $YOX$ . Tirando-se múltiplas relações de preços, tais como  $\alpha$ , será obtido um *locus* de tangências de relações de preços e curvas comerciais de indiferença. Esse *locus* é a mesma curva de oferta  $O_A$ , que aparece no diagrama 2. De forma semelhante, obter-se-á uma curva de oferta para  $B$ ,  $O_B$ . Logo, o ponto  $Q$  será o ponto de equilíbrio interno e internacional de produção, consumo e comércio em condições de livre comércio.

Nessa situação de livre comércio, o país  $A$  produz  $DQ$  de  $X$  ( $A$  — exportáveis), consome  $DG$  e exporta  $GQ$ . Produz  $ED$  de  $Y$  ( $B$  — exportáveis), importando  $DC$  para o consumo além da produção. O país  $B$  produz  $QJ$  de  $Y$  ( $B$  — exportáveis), consumindo  $MJ$  e exportando  $QM$ . Produz  $JK$  de  $X$ , importando  $HJ$ . É possível mostrar-se que  $OE'$  é a renda do país  $A$  em termos de exportáveis. Desenhe-se  $\alpha_1$  e  $\alpha_2$  paralelos a  $\alpha$ . A renda da produção de  $X$  será  $DQ$ , que é igual a  $OD'$ .  $ED$  pode ser transformada em exportáveis por meio da relação de preços para chegar-se a  $E'D'$ . Da mesma forma,  $OS$  é a renda do país  $B$  em termos de  $B$  — exportáveis.

O teorema de Lerner afirma que a posição final de equilíbrio de um impôsto de importação e de um impôsto de exportação é essencialmente a mesma. Em outras palavras, que a posição final de equilíbrio é independente de o fato da receita fiscal ser consumida em exportáveis nacionais ou estrangeiros. Um aspecto importante do teorema, do ponto de vista do presente estudo, é que as condições de comércio melhoram no país que impõe a barreira ao comércio exterior, seja ela uma tarifa ou impôsto de exportação. Portanto, é conveniente falar-se de uma *restrição* ao comércio ideal de Bill-Bickerdike. Essa proposição é provada por Meade no diagrama 4. Admitamos que um país  $A$  imponha uma taxa de importação *ad valorem*  $Q_aK/JK$ . Em termos do diagrama, o país  $B$  exporta  $OJ$  para  $A$ , mas recebe em troca somente  $JK$ . A relação de preços em  $B$  é, portanto, o coeficiente angular de  $\beta$ . Os consumidores do país  $A$  pagam, realmente,  $Q_aJ$  pelas exportações do país  $B$ , mas o govêrno confisca  $Q_aK$ . Logo, a relação de preços no país  $A$  é o coeficiente angular de  $\alpha$ .  $\beta O\alpha$  representa, geograficamente, um *pencil*. Sua largura mede-se pela razão da distância vertical ao eixo e a parte que se encontra dentro do *pencil*, isto é,  $Q_bC/Q_bD$  ou  $Q_aK/Q_aJ$ . Chega-se à posição de equilí-

brío girando o *pencil* até encontrar-se a razão dos exportáveis  $B$  e  $A$  para a receita fiscal. Na figura 3, essa razão é  $KL/Q_aL$ . Isto é, o governo do país  $A$  está disposto a gastar a receita fiscal ( $Q_aK$ ) consumindo diretamente  $Q_aL$  de  $A$ -exportáveis, e importando  $Q_bL$  de  $B$ -exportáveis.<sup>450</sup> As condições brutas de troca são definidas como a quantia de  $B$ -exportáveis obtidas por unidade de  $A$ -exportáveis realmente exportados para  $B$ . No diagrama 4 as relações brutas de troca são representadas pelo coeficiente angular da linha  $\beta$ . Isto é, evidentemente, um melhoramento das relações de troca, em comparação com a que seria obtida numa conjuntura de livre comércio.

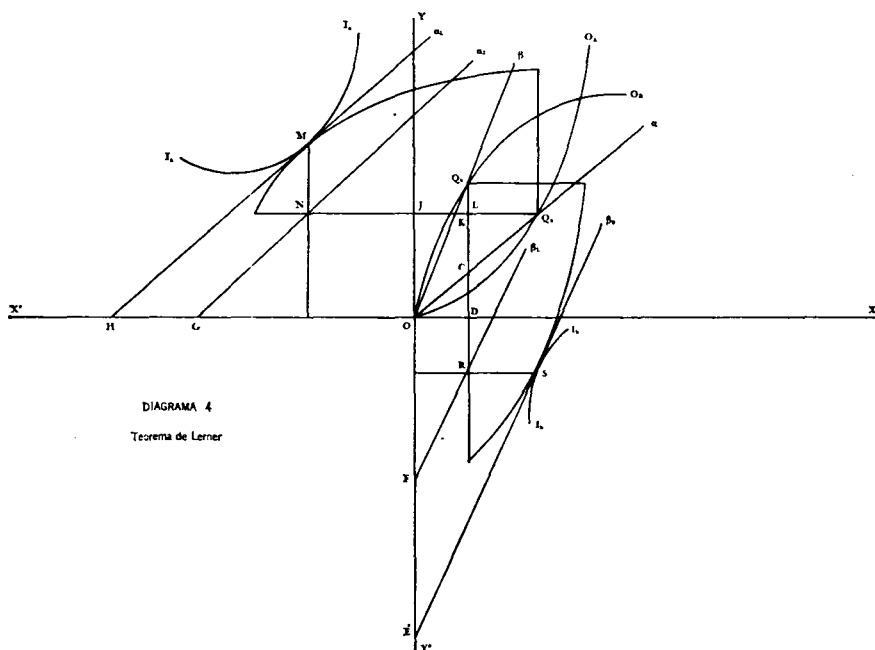
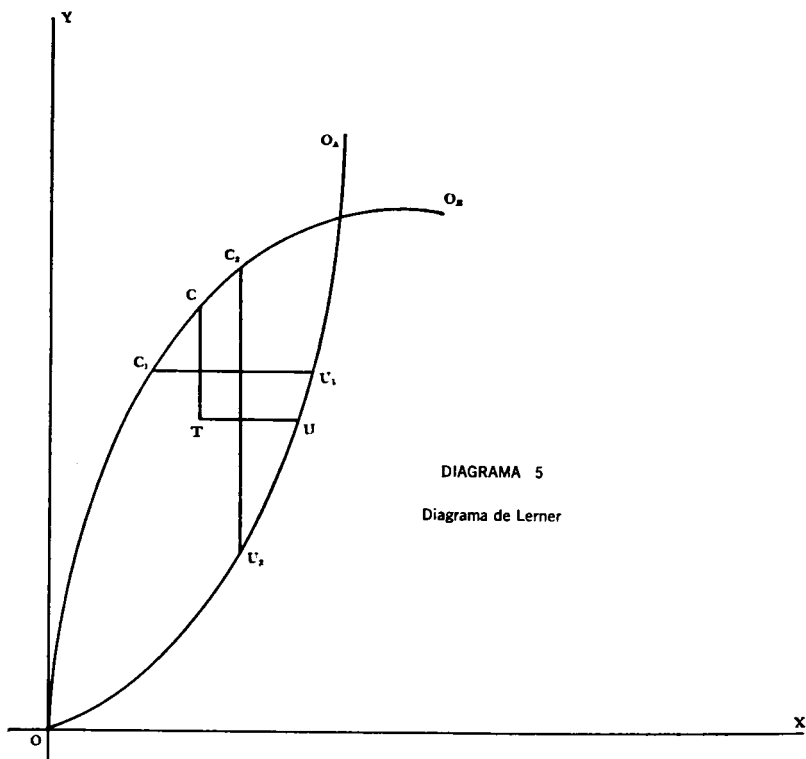


DIAGRAMA 4  
Teorema de Lerner

O mesmo diagrama pode ser utilizado para representar um impôsto de exportação em  $A$ . Suponhamos que o impôsto de exportação tenha uma taxa *ad valorem* de  $Q_bC/CD$ . Novamente, a arrecadação será empregada pelo governo de  $A$  para comprar  $Q_bL$  de  $Y$  e  $Q_aL$  de  $X$ . As relações de troca serão, novamente, coeficiente angular da linha  $\beta$ . O diagrama 5 mostra um dos diagramas empregados por Lerner.<sup>451</sup> Oferecem-se três soluções alternativas para o uso da arrecadação.  $C_2U_2$

<sup>451</sup> LERNER, Abba P. The symmetry between Import and Export Taxes. *Economica*, agô. 1936, transcrito em *Essays in Economic analysis*. London, MacMillan, 1953. p. 129, figura 3.

representa o caso em que tôda a receita fiscal é empregada em B-exportáveis.  $C_1U_1$  refere-se ao caso em que a arrecadação é inteiramente dispendida em A-exportáveis. Existem numerosos casos intermediários, tais como CTU, em que parte da receita (CT) é empregada em B-exportáveis e parte (TU) em A-exportáveis. O que interessa é que em todos os casos, o país A leva vantagem impondo uma restrição ao comércio exterior. Tanto um impôsto de importação quanto de exportação poderão ser empregados para melhorar as relações de troca.<sup>452</sup>



O Professor Delfim Netto introduz na análise acima uma importante alteração: uma distinção entre curto e longo prazo para fins de eficiên-

<sup>452</sup> É o seguinte o resultado 5 de Samuelson: "Se todos os países, com exceção de um, comerciarem livremente, será sempre vantajoso para esse país agir monopoliticamente, impondo tarifas ideais de Mill-Bickerdike ou outras restrições para aproveitar a demanda internacional não infinitamente elástica." SAMUELSON, Paul A. *The gains from International Trade once again*. In: STIGLITZ, Joseph E. ed. *The collected scientific papers of Paul A. Samuelson*. Cambridge, The M.I.T. Press, 1966. v. 2, p. 801. As provas apresentadas por Samuelson baseiam-se em conceitos mais elegantes que evitam as contradições das curvas comunitárias de indiferença.

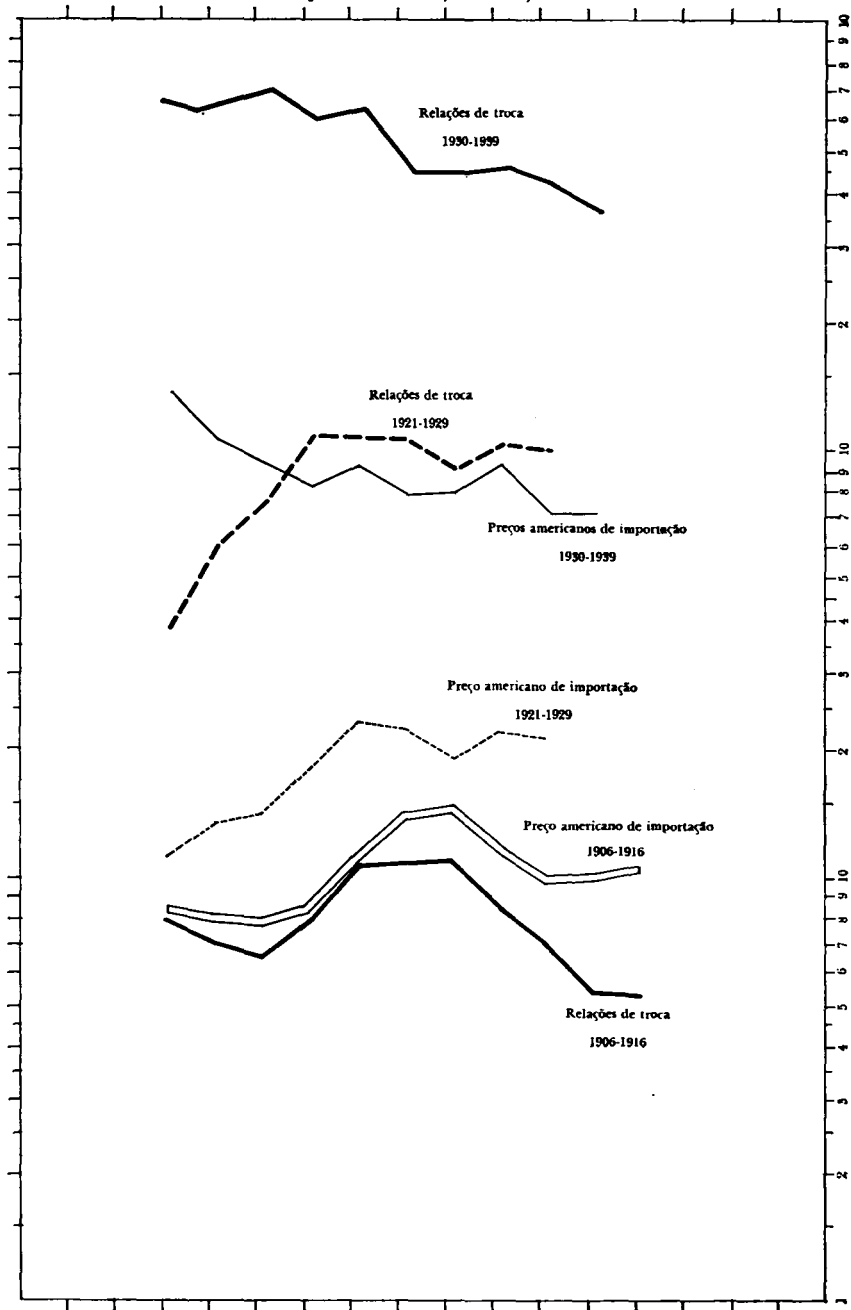
Naturalmente, as conclusões dessa análise são severamente limitadas pelos conceitos de bem-estar empregados. Ibid. p. 799-800.

cia econômica dinâmica.<sup>453</sup> A prolongação de uma política protecionista durante várias décadas, como no caso do Brasil, redundou, inevitavelmente, no desajuste dos recursos internos e a intensificação da concorrência externa. A má distribuição de recursos, decorrente dos preços mínimos do café, é capaz de impedir o desenvolvimento industrial do país e a diversificação das atividades econômicas. A intensificação da concorrência externa pode provocar o insucesso da política de preços mínimos e, eventualmente, desgastar a vantagem relativa do país na produção de café. Logo, é por demais simplista avaliar, como o faz Furtado, as dificuldades do Balanço de Pagamentos do governo de Vargas, isoladamente dos programas anteriores de sustentação do café. Se o Brasil possuía vantagens comparativas potenciais numa série de atividades industriais, os programas de sustentação do café prejudicaram a industrialização. A manutenção de uma política de preços mínimos para o produto mais importante de um dado país, durante um período prolongado, é seriamente desaconselhável do ponto de vista do bem-estar social — uma distribuição de renda intolerável — e do aspecto de eficiência dinâmica — taxas exíguas de crescimento econômico.

A análise da instituição de um imposto em espécie prova que o teste significativo do sucesso de uma política de recolhimentos monopolísticos de café do mercado é o comportamento das relações de troca. A retirada de café do mercado é equivalente a um imposto em espécie. Sob esse aspecto, os esquemas de valorização não apresentaram diferenças de substância analítica. O gráfico 14 mostra os dados disponíveis para testar o sucesso de três programas de valorização: a primeira valorização, de 1906 a 1914, o programa de valorização e defesa permanente de 1921 a 1929 e o programa de sustentação do governo de Vargas, de 1930 a 1939. A valorização de 1917 a 1920 decorreu de um acidente histórico, a geada de 1918, sendo de pouco interesse e, provavelmente, não comparável. Admitindo-se que todos os outros fatores tenham sido constantes, a primeira valorização elevou o preço do café e melhorou as relações de troca. Porém, depois de um certo ponto, tanto os preços quanto as relações de troca decaíram substancialmente. O declínio da primeira valorização decorreu do fechamento dos mercados durante a Primeira Guerra Mundial. As valorizações de 1921 a 1929 exerceram, na sua fase

<sup>453</sup> DELRIM NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. p. 249-57. Sua análise, porém, é algo diferente da apresentada aqui.

GRÁFICO 14  
 Preço americano de importação e relações de troca do Brasil durante as  
 valorizações de 1906-1916, 1921-1929, 1930-1939



inicial, um sensível impacto sobre os preços do café e as relações de troca. Não houve fase baixista, e sim um período estável, nos últimos anos da valorização. Conseqüentemente, a política protecionista adotada pelo Brasil obteve algum sucesso. Durante o programa de sustentação do café do governo de Vargas, porém, não melhoraram nem os preços do café nem as relações de troca. Pode-se afirmar que o programa de sustentação do café da presidência de Vargas foi um total fracasso. No máximo, poderia ter impedido uma maior deterioração dos preços que, numa conjuntura de livre mercado, teriam sido provavelmente baixos. Para fins da tese Furtado, mesmo esse argumento precário, que Furtado nem menciona, não poderia representar algum conforto. Ignorou-se completamente a importante análise econômica e, quando essa análise é somada aos dados disponíveis, a alegação de que o programa de sustentação do café do governo de Vargas tenha sido benéfico para o Brasil converte-se numa afirmação altamente discutível.

#### **6. Reajustamento Econômico dos agricultores, o crescimento das exportações de algodão e o argumento da transferência**

O argumento de transferência da tese Furtado contém subargumentos referentes a mercado e capital. A manutenção da renda do setor cafeeiro sustentou também, supostamente, o mercado dos manufaturados que concorriam com as importações. Os recursos líquidos do programa de sustentação do café e do Reajustamento Econômico dos agricultores foram aplicados na indústria nacional. Já provamos antes que a renda monetária disponível do setor cafeeiro não se manteve em níveis *elevados* durante a Grande Depressão. Não se registraram transferências substanciais de recursos líquidos do setor não-cafeeiro ao setor cafeeiro e à indústria nacional. Essa primeira premissa do argumento de transferência — a manutenção da renda do setor cafeeiro — fica desmentida empiricamente. Porém, o argumento de transferência poderia ser válido. Os recursos líquidos provenientes do Reajustamento Econômico, que representavam a política compensatória keynesiana, poderiam ter fornecido recursos aos agricultores para serem investidos na indústria. É igualmente possível que as poupanças do setor cafeeiro tenham financiado o processo de industrialização de São Paulo durante a década de 1930. O objetivo do presente item é provar que ainda essa versão razoável da tese Furtado é desmentida por hipóteses e medições contrárias.

## 6.1 Políticas de policultura do estado de São Paulo

A rentabilidade do plantio do café, em comparação com a de outras culturas, foi altamente vantajosa durante longo tempo, impedindo a diversificação agrícola do estado de São Paulo. Foi, contudo, mais um oneroso resultado das distorções introduzidas na economia do estado pela valorização do café. Somente nas épocas de aguda crise cafeeira é que as outras culturas prosperavam. Durante a geada de 1918 generalizou-se a prática do interplantio de outras culturas nas plantações de café. O rendimento dos cafêzais fôra seriamente afetado durante muitos anos e os cafeicultores viram-se obrigados a recorrer a outras culturas a fim de compensá-lo. Porém, assim que êste recuperou sua produtividade normal, as culturas secundárias foram abandonadas.

TABELA 18

São Paulo, valor da produção agrícola e da participação do café no total, 1925-1932  
(milhões de contos e percentagens)

Ano	Valor da produção cafeeira (milhões de contos)	Valor de outras produções agrícolas (milhões de contos)	Produção agrícola total (milhões de contos)	Participação do café (percentagens)
1925	1,9	0,7	2,6	75
1926	1,7	0,6	2,3	73
1927	1,3	0,8	2,1	64
1928	3,0	0,8	3,8	70
1929	1,1	0,9	2,0	56
1930	2,7	0,7	3,3	80
1931	0,8	0,7	1,5	54
1932	1,3	0,9	2,2	60

Fonte: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1934, p. 113.

Os dados originais foram publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

As primeiras mudanças dessa situação ocorreram nos 12 anos anteriores à crise de 1929. A tabela 18 mostra a variabilidade da participação do café no valor da produção agrícola do estado de São Paulo. Essa inconstância reflete a instabilidade da produção cafeeira. Tais dados provavelmente tiveram evolução semelhante durante os anos de 1930. Não existe método ou dados válidos para determinar as variações da parti-

cipação do café na produção agrícola total nos anos da década de 1930, em decorrência dos preços artificiais do café. Em termos da utilização real dos recursos, é bem provável que, de início, o setor cafeeiro não tenha desinvestido drasticamente, já que o cafeicultor era obrigado a manter a sua produção para pagar o imposto em espécie. Talvez uma das culturas mais importantes e que mais rapidamente se desenvolveu na segunda metade da década de 1920 tenha sido a da cana-de-açúcar. A tabela 19 mostra o seu extraordinário aumento de produção entre 1925 e 1930. Todavia, na década seguinte, a produção física expandiu-se somente em 30%.

TABELA 19

São Paulo, produção, importações interestaduais e exportações de açúcar, 1925-1931  
(em mil sacas)

Ano	Produção	Importações interestaduais	Exportações
1925	227	2.755	15
1926	451	2.950	10
1927	742	2.316	9
1928	1.034	2.290	23
1929	1.149	2.801	22
1930	1.067	2.500	39
1931	1.531	2.267	11

Fonte: BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1933*. p. 63.

Depois de 1929, o aumento da rentabilidade de uma série de produtos agrícolas veio estimular a expansão da produção.<sup>454</sup> Um importante fator que contribuiu para a diversificação de culturas nos anos de 30 foi a divisão de grandes propriedades em fazendas menores. Estas se prestavam mais ao cultivo de outros produtos que ao do café.<sup>455</sup> O estado de São Paulo fizera ligeira tentativa de mudar a estrutura agrícola, mas os elevados lucros da cultura do café impediram qualquer melhoria expressiva. O governo de Vargas também promovera e apoiara a policultura como uma das poucas alternativas que o Brasil tinha a

<sup>454</sup> BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1933*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1933. p. 6.

<sup>455</sup> BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. op. cit. p. 7-8.



seguir durante a década de 1930.<sup>456</sup> Entretanto, nunca foi traçado um plano global ao nível federal ou estadual. Muito se falou acerca da policultura, mas pouco se fez para implantá-la. Depois de 1934, houve mudança radical na estrutura da produção agrícola do estado de São Paulo, quando os lucros da produção de algodão para exportação provocaram um dos mais estrondosos surtos da história econômica do Brasil. A alta decorreu da estreita colaboração entre as instituições oficiais do estado, a empresa privada e os técnicos agrícolas, que tivera seu início em 1918. Depois da geada paulista, representa, provavelmente, uma das provas mais tangíveis jamais registradas do impacto da pesquisa e desenvolvimento sobre a produção agrícola. Porém, não fez parte de uma política global de policultura. Foi para a produção do algodão que se desviaram os recursos reais do café e o capital nacional durante a segunda metade da década de 1930, como veremos adiante.

## 6.2 O surto da exportação algodoeira em São Paulo e o argumento da transferência

### 6.2.1 Mudanças institucionais

Houve mudanças drásticas nas instituições agrícolas, tanto governamentais quanto privadas, ligadas à cotonicultura no estado de São Paulo, depois da geada de 1918. Na realidade, o algodão paulista teve ligeiro surto entre 1918 e 1925, só igualado, na história desse estado, pelo que se verificou durante a Guerra Civil dos Estados Unidos.<sup>457</sup> O Presidente Epitácio Pessoa da Silva decretara o programa de defesa permanente vi-

<sup>456</sup> VARGAS, Getúlio. Os benefícios da Revolução na economia geral do País. *Revista do Departamento Nacional do Café*, dez. 1934, p. 882; TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil*. Departamento Nacional do Café, Rio, 1939-1943. v. 13, p. 315; DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Revista do Departamento Nacional do Café*, jul. 1934, p. 112-3.

<sup>457</sup> SILVEIRA NEVES, Oswaldo da. & JUNQUEIRA, Antônio Augusto B. *O algodão no Brasil*. INSTITUTO BRASILEIRO DE POTASSA, ed. *Cultura e adubação do algodoeiro*. São Paulo, 1965. São os seguintes os dados referentes à produção algodoeira durante a Guerra Civil (em mil fardos):

	Estados Unidos	Brasil	Egito	Outros países
1860	2.513	100	107	557
1861	1.760	95	93	947
1862	62	114	125	938
1863	108	112	169	694
1864	156	167	202	1.512
1865	375	274	269	1.305
1866	955	335	138	1.653.

As exportações paulistas de algodão aumentaram de uma tonelada em 1862 para 10 mil em 1871, mas desapareceram logo em seguida. Ver também *Ibid.* p. 77, o surto de 1918-1925.

sando ao fortalecimento da agricultura em geral. A proteção do governo estendeu-se não só ao café, mas também a outras culturas. Como o algodão oferecia animadoras perspectivas, o estado de São Paulo criou uma seção algodoeira em 1922 no Instituto Agronômico de Campinas, IAC. Essa instituição fôra criada pelo Imperador Dom Pedro II em junho de 1887, objetivando o melhoramento da pesquisa científica dos problemas agrícolas.<sup>458</sup> A legislação de 1923 também estabelecia uma seção de café. O IAC foi colocado sob o contrôle da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; suas funções foram redefinidas claramente. O regulamento dessas funções constituiria um trabalho pioneiro. O IAC estabeleceria contatos diretos com a empresa privada, visando ao desenvolvimento agrícola do estado.<sup>459</sup>

Posteriormente, no mesmo ano de 1923, o estado de São Paulo abriu um crédito na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o pagamento dos trabalhos de pesquisa realizados pelas seções de algodão e café do IAC.<sup>460</sup> Antes dessa providência, as pesquisas do algodão em São Paulo eram extremamente precárias. No entender do nôvo diretor da seção de algodão do IAC, foram precisamente as técnicas superadas que impediram o desenvolvimento do plantio do algodão em São Paulo.<sup>461</sup> O algodão paulista era de baixo rendimento devido aos métodos deficientes de cultivo e à primitiva estrutura comercial. Depois da remodelação do IAC, passaram-se a obter fibras de comprimento e qualidade aceitáveis. O IAC começou a separar as fibras de melhor qualidade e, em 1931, a Secretaria da Agricultura já contava com abundantes sementes selecionadas. Estas foram entregues pelo IAC à Divisão de Fiscalização e Desenvolvimento Agrícola da Secretaria da Agricultura, para

<sup>458</sup> INSTITUTO Agronômico do Estado de São Paulo. Campinas, 1965. mimeogr. "Dá regulamento à Lei n.º 1.902 de dezembro de 1922, que criou no Instituto Agronômico de Campinas a Seção de Algodão, autorizou a adaptação de outras seções para seu bom funcionamento e dá outras providências; e a Lei n.º 1.927, de 8 de outubro de 1923, que criou no mesmo Instituto os cargos para a Seção do Café". In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção geral da legislação cafeeira do Brasil*. v. 2, p. 1.117.

<sup>459</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção*... p. 1.117-8.

<sup>460</sup> Decreto n.º 3.648 de 8 de novembro de 1923. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Coleção*... "Fica aberto no Tesouro do Estado à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de oitocentos contos de réis (800:000\$000) para despesas com a remodelação do Instituto Agronômico de Campinas; instalações das seções de café e algodão no mesmo, criação de estações experimentais destes dois produtos e outras providências", p. 1.122.

<sup>461</sup> CRUZ MARTINS. *Relatório*, cit. in: BÔLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1934*. p. 176-7.

serem distribuídas entre os agricultores.<sup>462</sup> Foi este um importante aspecto do novo mecanismo. As instituições estatais finalmente conseguiram reunir os técnicos e a empresa privada. Essa Divisão de Fiscalização teve importante participação no melhoramento da maquinaria utilizada no beneficiamento preliminar do algodão e na seleção de sementes. Em poucos anos, o IAC expandiu a atuação de seus laboratórios de uma seleção média de 1.500 sementes por ano na década de 1920, para 7.000 em 1934.<sup>463</sup>

É possível que esse mecanismo de articulação entre o estado e a empresa privada não tivesse funcionado sem um elo entre os mercados externos e os consumidores nacionais. A Bolsa de Mercadorias de São Paulo desempenhara essa função desde 1910. Naquele ano, a Bolsa fixara os tipos mínimos de algodão que poderiam ser transacionados no seu recinto.<sup>464</sup> Em 1932, a BMSP estabeleceu um cadastro de marcas e máquinas de embalagem com vistas a uma identificação mais fácil do algodão defeituoso. O estado deu à Bolsa o poder de impor multas aos comerciantes desonestos. No início do programa de defesa permanente, a BMSP contratara técnicos brasileiros e estrangeiros para ocupar cargos em sua seção de algodão. Em 1924, a Escola de Classificação Algodoeira da BMSP iniciou suas atividades. A escola passou a enviar seus técnicos a todos os pontos do estado para ajudar os agricultores a melhorarem a qualidade do algodão. Em 1925, a estação experimental de Piracicaba foi criada para a seleção de sementes de algodão. Técnicos brasileiros viajaram para os Estados Unidos a fim de receber treinamento especializado e dirigir a estação no seu regresso.<sup>465</sup> A Bolsa de Mercadorias de São Paulo era, reconhecidamente, uma instituição eficiente. A legislação federal chegou a utilizar seu cadastro de prensas de enfardar algodão como base dos controles comerciais.<sup>466</sup> De maneira inteligente e organizada, a Bolsa estabelecera estreitas relações com mercados estrangeiros e outros centros comerciais da Europa, já em 1923. O sistema con-

<sup>462</sup> BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1934*. p. 177-8.

<sup>463</sup> BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *op. cit.* p. 179.

<sup>464</sup> BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *op. cit.* p. 136.

<sup>465</sup> RELATÓRIO 1933. p. 81.

<sup>466</sup> RELATÓRIO 1934. p. 171-2.

sular brasileiro foi encarregado da distribuição de amostras do algodão brasileiro.<sup>467</sup>

As funções desempenhadas pela Bôlsa de Mercadorias foram extremamente importantes para o desenvolvimento da produção algodoeira. A demanda dos mercados europeus era transmitida aos produtores brasileiros pela Bôlsa. Novas técnicas foram introduzidas no Brasil por técnicos dessa instituição treinados no exterior. Foram estabelecidos contatos comerciais visando à venda de algodão em outros mercados. Enquanto o IAC desenvolvia novas fibras de algodão, a Bôlsa de Mercadorias preparou o mercado para o algodão brasileiro. Foi êste um programa de desenvolvimento singular na história econômica do Brasil. A maior parte dos ingredientes de programas modernos de assistência técnica estava nêle incluída: desenvolvimento de centros de pesquisa, transmissão de tecnologias, conhecimentos financeiros, especialização no exterior e desenvolvimento do mercado. Constituiu, também, uma articulação harmoniosa de instituições privadas e estatais.

Talvez um dos desenvolvimentos institucionais mais interessantes de São Paulo tenha sido a Escola de Classificação do Algodão da BMSP. A diretoria da Bôlsa votou pela criação da Escola numa reunião realizada em 29 de dezembro de 1922.<sup>468</sup> Em 6 de fevereiro de 1923, a escola começou a funcionar com uma reduzida admissão de 15 alunos.<sup>469</sup> A tabela 20 mostra a evolução dos índices de freqüência e formatura anteriores ao surto de exportação algodoeira de 1930-40. Como parte do treinamento, os alunos eram enviados a fábricas, estações experimentais e fazendas. Não raro os visitantes contribuíam para a solução de numerosos problemas relacionados com a produção e comércio algodoeiros.<sup>470</sup> Em 1934, quando se realizou a primeira expansão significativa de produção, 13 turmas consecutivas haviam-se formado na Escola de Classificação do Algodão. À medida que progredia o *boom* algodoeiro, a escola melhorava expressivamente seu conceito nacional e internacional. Começaram a vir estudantes de outros países latino-americanos, como a Colômbia, para freqüentar seus cursos. Em outubro de

<sup>467</sup> RELATÓRIO 1923. p. 34, 66, 67, 70, 71, 72; RELATÓRIO 1939. p. 117.

<sup>468</sup> RELATÓRIO 1923 p. 5.

<sup>469</sup> RELATÓRIO 1923. p. 112.

<sup>470</sup> RELATÓRIO 1933. p. 133-4.

1936, matricularam-se 140 estudantes, dos quais 86 formaram-se.<sup>471</sup> Essa excelente atuação continuou no decorrer dos anos de 30.<sup>472</sup> Os profissionais formados na escola prestaram relevante contribuição ao desenvolvimento do comércio algodoeiro no Brasil.

Numerosas outras funções da BMSP contribuíram significativamente para o desenvolvimento da produção. Ela determinara que o comprimento da fibra negociada no seu recinto seria de 22 a 34 milímetros, a fim de garantir a boa qualidade do algodão a ser vendido no exterior.<sup>473</sup> Essa medida estimulou os produtores nacionais a melhorarem a qualidade do algodão por eles produzido. Além do mais, fiscalizava leilões e criara um sistema de cotações. O regulamento da entrega do algodão comprado a prazo fôra, também, redigido na fase inicial de suas atividades.<sup>474</sup> Em reconhecimento de seu excelente trabalho de classificação, o estado de São Paulo nomeou a BMSP o classificador oficial de algodão

TABELA 20

Bolsa de Mercadorias de São Paulo, índices de matrícula e formatura da Escola de Classificação do Algodão, 1923-1932

Ano	Cursos	Alunos matriculados	Alunos formados
1923	2	37	22
1924	1	16	11
1925	1	14	7
1926	2	39	33
1927	2	15	14
1928	2	22	19
1929	—	—	—
1930	—	—	—
1931	1	17	11
1932	1	38	28

Fonte: BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1933*. p. 134-5.

<sup>471</sup> RELATÓRIO 1937. p. 226.

<sup>472</sup> RELATORIO 1940. p. 199.

<sup>473</sup> RELATÓRIO 1934. p. 144-45.

<sup>474</sup> RELATÓRIO 1923 p. 22 em diante

do Estado.<sup>475</sup> A Bôlsa reunia anualmente os novos tipos de algodão produzidos e distribuía-os no exterior e no País.<sup>476</sup> É importante salientar que ela não lucrava diretamente com o fornecimento desses serviços.<sup>477</sup> Os lucros só eram obtidos mais tarde, com a melhoria e o crescimento das vantagens comparativas do Brasil na produção algodoeira. Na segunda metade da década dos 30, a BMSP organizou seu próprio departamento agrícola, a fim de instruir os agricultores no preparo da terra, erosão do solo, prevenção de pragas, etc.<sup>478</sup> Uma importante função do novo departamento consistiu em estabelecer contatos entre as empresas privadas e as instituições técnicas oficiais.<sup>479</sup> Com esse objetivo, publicava regularmente um boletim técnico.<sup>480</sup> A BMSP chegou até a instalar um "museu" agrícola e tecnológico para expor os últimos melhoramentos em matéria de produção e comércio algodoeiros.

#### 6.2.2 O alcance dos melhoramentos nas técnicas algodoeiras e contrôles de qualidade

O problema principal da produção paulista de algodão de 1918 a 1933 era o fato de o algodão não poder ser aproveitado na produção interna devido ao pequeno comprimento das fibras. A iniciativa mais importante das instituições algodoeiras paulistas foi aumentar o comprimento das fibras, por meio de técnicas mais modernas. As instituições obtiveram grande sucesso. A produção algodoeira de São Paulo, em poucos anos, passou por uma das revoluções tecnológicas mais radicais da história da agricultura brasileira. A tabela 21 mostra a sensível melhoria do comprimento das fibras de algodão entre 1923 e 1939. Em 1923, o grosso da produção era constituído de fibras de 22 a 26 milímetros. Depois de 1933, o comprimento aumentara para 28 milímetros e mais. Não só a produção cresceu consideravelmente depois daquele ano, como veremos em seguida, mas também a qualidade melhorou de forma sensível.

<sup>475</sup> DECRETO n.º 9.121, de 20 de abr. 1938. In: *Relatório 1938*. p. 97.

<sup>476</sup> RELATÓRIO 1939. p. 115.

<sup>477</sup> RELATÓRIO 1938. p. 92-3.

<sup>478</sup> RELATÓRIO 1937. p. 4-5.

<sup>479</sup> RELATÓRIO 1938. p. 33-4.

<sup>480</sup> COLABORAÇÃO técnica para o Boletim de Informações. *Relatório 1938*. p. 32-3.

TABELA 21

São Paulo, distribuição percentual das safras de algodão pelo  
comprimento das fibras, 1923-1939

Compi- mento da fibra	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
30/35 m/m	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,09	0,68	0,34	0,03	0,01	—
28/30 m/m	—	—	—	—	—	—	—	13,00	49,00	35,51	97,94	99,71	99,31	98,14	99,97	99,15	99,97
26/28 m/m	—	—	—	—	—	42,00	54,00	40,00	35,00	64,49	2,06	0,20	0,01	1,52	—	0,84	0,03
24/26 m/m	82,00	11,00	3,00	18,00	55,00	50,00	46,00	47,00	16,00	—	—	—	—	—	—	—	—
22/24 m/m	18,00	46,00	79,00	81,00	43,00	8,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22 m/m	—	43,00	18,00	1,00	2,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: BÔLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1939*. quadro 2.

As instituições algodoeiras foram responsáveis pela melhor qualidade. Embora seja difícil reproduzir o grau em que se deu, para tal contribuiu uma série de fatores. Primeiro, a seleção de sementes realizada pelo IAC e sua distribuição por agências do Governo.<sup>481</sup> Segundo, ao classificar o algodão, a BMSP exercia pressão sobre os agricultores para que aplicassem controles de qualidade mais severos.<sup>482</sup> Terceiro, os relatórios contendo métodos agrícolas esclareciam bastante os aspectos mais técnicos da produção.<sup>483</sup> Quarto, a introdução de máquinas modernas aperfeiçoou o beneficiamento preliminar do algodão e a qualidade do produto.<sup>484</sup> Quinto, a BMSP organizou diversas campanhas para aprimorar a qualidade do algodão.<sup>485</sup> Sexto, o processo de amostragem igualmente alertava os produtores para os tipos de algodão que não seriam comercialmente lucrativos.<sup>486</sup> Sétimo, a adoção de severa regulamentação algodoeira, pela BMSP, eliminava as possibilidades de realizarem-se vendas compensadoras de algodão de baixa qualidade.<sup>487</sup> É evidente, como o indicam esses e muitos outros fatores, que foram aplicados substanciais investimentos na pesquisa e desenvolvimento do setor algodoeiro de São Paulo, e que esses investimentos renderam ótimos resultados em pouco tempo.

### 6.2.3 Movimento de produção, preços e exportações

O gráfico 15 fornece os dados mais importantes referentes ao setor algodoeiro durante o curto período do surto da década de 1930. Antes de 1933, o Brasil não exportara grandes quantidades de algodão. A produção do estado de São Paulo sempre ficara aquém das 10 mil toneladas. O ano de 1933 foi decisivo. Tanto a produção quanto a qualidade do algodão paulista melhoraram sensivelmente, em decorrência do comportamento dos preços de exportação relativos do algodão e café do Brasil. Esses preços são mais importantes do que as cotações internacionais, já que refletem mais diretamente as rentabilidades relativas internas. Os capítulos da história do café contêm um importante elemento, oculto

<sup>481</sup> RELATÓRIO 1923. p. 96; RELATÓRIO 1933. p. 82; RELATÓRIO 1934; p. 178; RELATÓRIO 1938. p. 126.

<sup>482</sup> RELATÓRIO 1938. p. 77.

<sup>483</sup> RELATÓRIO 1938. p. 34.

<sup>484</sup> RELATÓRIO 1938. p. 129-30.

<sup>485</sup> CAMPANHA em favor dos tipos finos. *Relatório 1938*. p. 31.

<sup>486</sup> RELATÓRIO 1934. p. 121.

<sup>487</sup> REGULAMENTO oficial do algodão. *Relatório 1934*. p. 94.



por êsses dados. Os preços relativos podem constituir séria subestimativa das rentabilidades relativas. Os cafeicultores paulistas produziam enormes quantidades de café, pelas quais percebiam tão-só um pagamento simbólico representado pelos 2 e 5 mil-réis por saca da quota de sacrifício. O caso dos cotonicultores era bem diferente. O surto algodoeiro foi mais uma prova do fato de os agricultores paulistas serem decididamente motivados pelos lucros.<sup>488</sup> Durante a década de 1930, o Brasil reproduziu, em poucos anos e em menor escala, o que a Colômbia fizera no caso do café. Os cotonicultores eram exatamente os mesmos indivíduos que se dedicaram à cultura do café. Logo, a alegação de que faltou motivação empreendedora é discutível. Tal alegação é uma das bases da escola estruturalista. O fato é que um mercado submetido a controles governamentais durante longos anos só pode produzir elementos humanos letárgicos e ineficientes. Logo, foram os controles governamentais, e não as deficiências empresariais, a causa da deterioração da vantagem comparativa do Brasil em matéria de produção de café.

Estimou-se que as antigas sementes, utilizadas antes de 1923, teriam produzido, em São Paulo, uma safra de 81 mil toneladas de algodão em 1934. Com as novas sementes selecionadas, distribuídas pela Secretaria da Agricultura, São Paulo produziu 90 mil toneladas de algodão, representando um aumento da receita algodoeira da ordem de 27 mil contos. A diferença dos preços percebidos pelo algodão tradicional de 22 milímetros e o nôvo algodão de 28 a 30 milímetros montava a 3 mil-réis por 15 quilos. Na safra de 1934, estimou-se que o aumento global da receita resultante da venda de algodão de melhor qualidade atingiu os 18 mil contos, mais 17% que se teria obtido na ausência dos controles da qualidade.<sup>489</sup> Foi, também, durante essa primeira safra de algodão de primeira qualidade que os preços do algodão brasileiro em Liverpool igualaram os do produto americano.<sup>490</sup> A participação do Brasil na área algodoeira mundial cultivada aumentou de 2% em 1929 para 8,7% em 1940. Entre 1925 e 1929, a participação do café no valor das exportações brasileiras situou-se em 71,7%, enquanto a do algodão só represen-

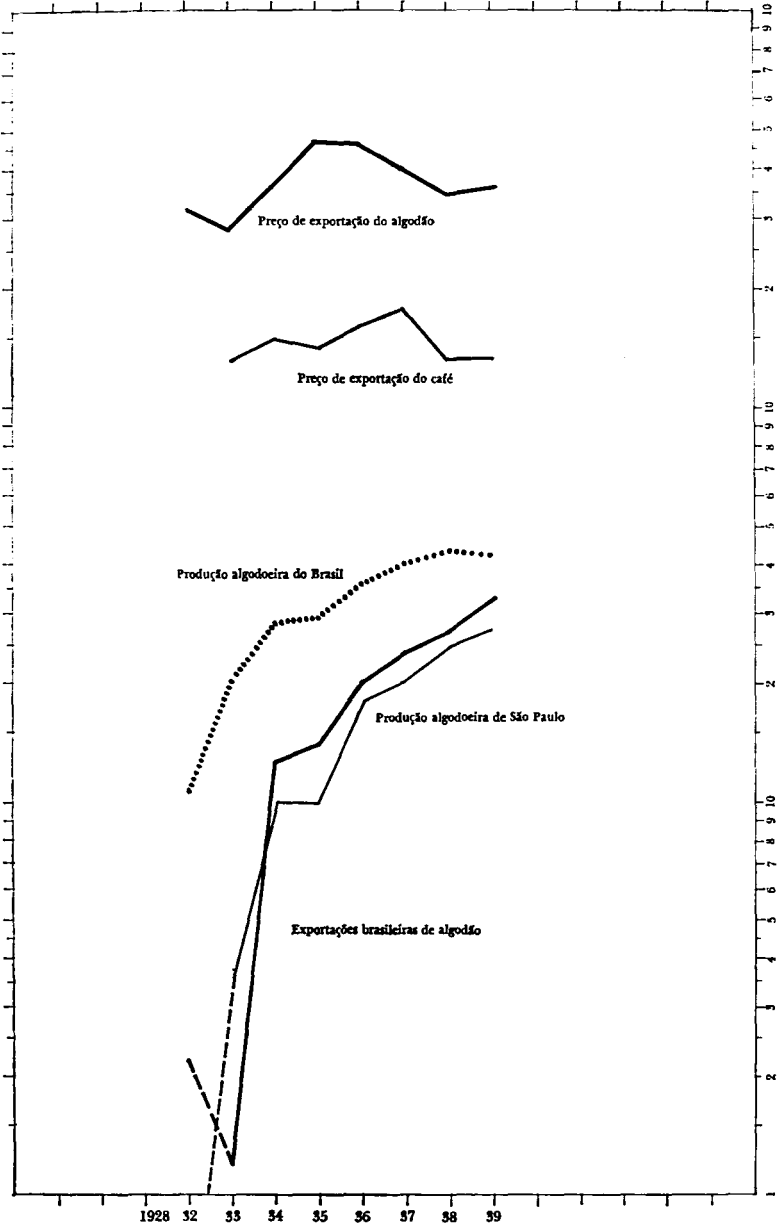
<sup>488</sup> A motivação dos lucros não muda radicalmente com o decorrer do tempo. Ver a excelente monografia de PASTORE, Afonso Celso. *A resposta da produção agrícola aos preços no Brasil*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968. (Boletim 55), que apresenta os resultados para o período de pós-guerra.

<sup>490</sup> RELATÓRIO 1934. p. 181.

<sup>491</sup> RELATÓRIO 1934. p. 189.

GRÁFICO 15

Produção e exportações brasileiras de algodão, produção algodoeira de São Paulo e  
preços brasileiros de exportação de algodão e café — 1928-32, 1939



Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, Serviço de Estatística Econômica e Financeira. *Algodão*. Separata de *Comércio Internacional*, maio e jul. 1932; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Anuário estatístico 1938*. p. 178, 188, 190. *Anuário estatístico 1939/40*. p. 162-3.

tava 2,1%. Entretanto, no período de 1935 a 1939, a participação do algodão aumentou para 18,6%, enquanto a do café decaía para 47,1%.<sup>491</sup> Sem dúvida essa participação teria crescido ainda mais se a guerra não houvesse fechado os mercados do algodão brasileiro, localizados principalmente na Europa.

É indiscutível que a grande oportunidade de desenvolvimento da cotonicultura paulista foi ensejada pelo programa americano de sustentação dos preços do algodão. A maior parte da demanda era estrangeira.<sup>492</sup> Porém, a demanda interna, sôbre a qual existem menos dados, também constituiu fator de algum relêvo.<sup>493</sup> O algodão paulista contava, em escala limitada, com um mercado seguro representado pelas indústrias manufatureiras de algodão do estado. A BMSP realizou detalhado levantamento dêesses consumidores paulistas no fim da década de 1930. Constatou-se que, em 1940, o número de firmas paulistas consumidoras de algodão montava a 57 e o número de máquinas fiadoras a 64. Essas firmas dividiam-se em três grupos. Primeiro, aquelas que só consumiam algodão produzido em São Paulo: eram 34. Segundo, 17 firmas que consumiam algodão paulista, mineiro e nordestino. Terceiro, seis firmas que só consumiam algodão de Minas Gerais e do Nordeste.<sup>494</sup> A evolução do consumo algodoeiro no estado de São Paulo está representada na tabela 22. Naquela época, ainda era exíguo em relação à produção. A tabela 23 mostra a distribuição das firmas paulistas, em 1939, em termos do volume consumido.

TABELA 22

São Paulo, consumo de algodão de 1937 a 1939  
(toneladas métricas)

Ano	Consumo
1937	47.269
1938	47.218
1939	47.557

Fonte: BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1940*. p. 171-2.

<sup>492</sup> Ver o meu estudo A BALANÇA comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, mai. 1968, p. 47.

<sup>493</sup> São Paulo e a política algodoeira norte-americana. *Relatório 1937*. p. 47.

<sup>498</sup> RELATÓRIO 1939. p. 7.

<sup>494</sup> RELATÓRIO 1940. p. 170-1.

TABELA 23

Distribuição das firmas consumidoras de algodão, por consumo anual e consumo total por classe, em 1939

Consumo anual (toneladas métricas)	Número de firmas	Consumo total da classe (toneladas métricas)
42 — 100	3	202
100 — 200	4	630
200 — 300	8	2.053
300 — 400	2	680
400 — 500	11	4.919
400 — 600	5	2.771
600 — 700	4	2.454
700 — 800	2	1.504
800 — 900	2	1.759
900 — 1.000	2	1.886
1.000 — 2.000	6	7.476
2.000 — 3.000	4	10.085
3.000 — e mais	3	11.137
	—	
	56	

Fonte: BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1940*. p. 173-4.

A tabela 24 mostra os dados disponíveis mais importantes referentes à indústria têxtil do Brasil, na década de 1930. Entre 1928 e 1933, a produção aumentou em 57 milhões de metros e as exportações em 0,4 milhão de metros, enquanto as importações recuavam em 45,5 milhões de metros. O crescimento do consumo atingiu os 11,1 milhões de metros, aproximadamente 1% em relação aos níveis de 1928. Logo, no período inicial de expansão, a produção interna beneficiou-se parcialmente da substituição de importações, com ligeiro aumento do consumo. Os dados também indicam que a produção interna expandiu-se no decorrer dos anos de 30, reagindo moderadamente à estagnação do fim da década anterior. Também o consumo recuperou-se dos ínfimos níveis do fim da década de 1920, mas o ponto máximo de 1923 não seria reproduzido na década de 1930. As importações praticamente desapareceram, mas continuaram representando proporção insignificante do consumo global.

TABELA 24

Indústria têxtil do Brasil  
(em milhões de metros, com exceção de 5)

Ano	(1) Produção interna	(2) Importações	(3) Exportações	(4) Consumo aparente	(5) Importações de maquinaria (toneladas métricas)
1920	587	29,4	0,8	595,6	4.262
1921	552	12,2	3,4	560,8	6.295
1922	627	19,0	4,7	641,3	6.635
1923	940	23,7	4,8	985,9	8.839
1924	580	35,3	0,3	615,0	10.192
1925	536	44,3	0,1	580,2	17.859
1926	539	44,3	0,1	583,2	10.430
1927	594	43,8	0,1	637,8	6.744
1928	582	50,3	0,1	632,2	6.244
1929	478	29,9	0,1	507,8	4.647
1930	476	8,1	—	484,1	1.986
1931	634	2,7	1,7	633,0	não disponível
1932	631	2,3	0,4	632,9	—
1933	639	4,8	0,5	643,3	2.051
1934	716	2,9	2,6	716,3	4.112
1935	753	2,1	1,3	753,8	3.875
1936	915	2,4	1,9	915,5	5.346
1937	964	2,7	4,1	962,6	8.647
1938	910	2,9	1,5	911,4	11.137
1939	894	3,3	12,0	885,3	5.855

Obs: Os dados referentes ao comércio foram ajustados às unidades de medição.

Fonte: STEIN, Stanley J. *The Brazilian cotton manufacture*. p. 192-5.

Existem três importantes fatores que explicam a recuperação da indústria brasileira de tecidos de algodão na década de 1930. Um importante aspecto dessa melhoria foram as políticas governamentais de incentivo à indústria:<sup>495</sup>

“Com sua atenção inteiramente absorvida pelas obrigações de fiscalizar as fábricas, maquinaria e empregados no meio da crise econômica mais aguda dos tempos modernos, os proprietários de cotonifícios da década dos 30 careceram da perspectiva necessária para ponderar seus problemas objetivamente. Essa falta de perspectiva na procura da estabilidade explica suas mudanças de posição de expediente para expe-

<sup>495</sup> STEIN, Stanley J. *The Brazilian cotton manufacture*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1957. p. 138.

diente, de tarifas para restrições impostas à importação de maquinaria, para limites das horas de trabalho, para o estabelecimento de escalas salariais mínimas e, finalmente, a sustentação governamental das exportações. . .”

Em segundo lugar, o programa de sustentação do café forçou a manutenção dos níveis de emprego nos cafézais, embora os salários caíssem substancialmente. Como o principal consumidor de produtos têxteis era o trabalhador das plantações de café, o mercado de tecidos de algodão conseguiu manter-se a níveis mínimos. Porém, o setor brasileiro de café não apresentou outra franca recuperação até 1949. Na realidade, um terceiro fator foi outra atividade econômica que passou a oferecer crescentes oportunidades de emprego aos trabalhadores agrícolas desempregados em São Paulo. A mão-de-obra das fazendas de algodão constituiu novo mercado para os tecidos menos finos de algodão. Esses três fatores combinados explicam a recuperação da produção têxtil no Brasil durante a década de 1930. A tese Furtado atribuiu erradamente essa melhoria à redução de importações, exclusivamente. Como já o indicamos, estas foram demasiadamente insignificantes para justificar o argumento. A indústria manufatureira e o plantio do algodão mantiveram-se estreitamente vinculados.

#### 6.2.4 Testes de um modelo de transferência de recursos da produção de café para a de algodão

A tese Furtado explica a industrialização por meio da transferência dos recursos líquidos e reais do setor de exportação de café para as atividades urbano-industriais. Naturalmente, esses argumentos dependem da mobilidade de recursos entre a agricultura e a indústria. É muito mais expressivo considerar um modelo no qual os recursos da produção de café sejam rígidos para a transferência às atividades urbano-industriais, porém flexíveis para sua transferência à agricultura de exportação. Esse tipo de modelo é particularmente importante a curto prazo. Logo, a hipótese contrária à tese Furtado afirma que os recursos reais foram transferidos da produção de café para a de algodão em decorrência da maior rentabilidade marginal do último. É possível fazer diversos testes com esse modelo. Primeiro, essa rigidez da transferência da terra, mão-de-obra, transportes, empresariado, capital e finanças leva à conclusão de que o café e o algodão devem ter coincidido geograficamente. O teste

do modelo seriam correlações altamente significativas entre a produção cafeeira e a algodoeira nas zonas agrícolas de São Paulo. Segundo, se a transferência concretizou-se, efetivamente, deveria ter sido registrada pelos observadores contemporâneos. Terceiro, é importante estimar o investimento aplicado no algodão para chegarmos à renda cafeeira disponível para a transferência líquida de recursos ao setor algodoeiro. O saldo para investimentos em outras atividades agrícolas ou industriais seria mínimo. Como na maioria das verificações empíricas, o teste ideal — a medição direta das transferências reais — é inviável devido à falta de dados da época. Qualquer um dos três testes aqui sugeridos representa, por si só, provas insuficientes para rejeitarmos a tese Furtado. Todavia, ponderando os três testes conjuntamente com a hipótese *a priori* da mobilidade da transferência entre duas atividades econômicas de exportação, é possível realizar uma sólida verificação empírica da tese Furtado.

A tabela 25 contém os dados importantes para o teste não-paramétrico da hipótese baseada na proximidade geográfica. O trabalho preli-

TABELA 25

São Paulo, produção algodoeira e cafeeira por regiões agrícolas,  
de acôrdo com o Censo de 1939  
(toneladas métricas)

Regiões	Produção de algodão	Produção de café
1	8.173	12.346
2	*	2.709
3	44	1.395
4	52.620	5.043
5	128.412	108.058
6	95.156	61.515
7	118.770	86.794
8	76.858	85.309
9	255.355	259.962
10	104.019	100.947

Notas: \* O resultado foi excluído para impedir a individualização das informações, mas os dados foram incluídos no total.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Brasil (1 de setembro de 1940), Censos econômicos, série regional XVII, 3, São Paulo*. Rio, Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 136-40.

minar realizado com vistas ao pouco conhecido censo agrícola paulista de 1934 incluiu a divisão do estado em 270 municípios.<sup>496</sup> Estes foram agrupados em 10 regiões agrícolas, que aparecem na tabela 25. O teste não-paramétrico da hipótese nula da falta de proximidade geográfica é o coeficiente de correlação de ordem.<sup>497</sup> Se o coeficiente estimado for menor ou igual a 0,746, a hipótese nula é aceitável. O coeficiente estimado é 0,952, de modo que a hipótese nula da falta de proximidade geográfica pode ser descartada com 0,99 grau de segurança. Igualmente, a tese Furtado é desmentida por êsse teste. A análise da produção algodoeira e da produção cafeeira indica que ambas se expandiram nos mesmos municípios.

Existem expressivas provas documentais do desinvestimento de recursos reais no setor brasileiro de café durante os anos de 30. Realizaram-se esforços para promover uma agricultura mais intensa e produtiva. Em poucos anos, os fazendeiros abandonaram o plantio de café.<sup>498</sup> A hipótese contrária, que aqui surge, consiste na transferência desses recursos do cultivo do café para o do algodão, que poderia ter-se processado de quatro modalidades diferentes. Primeiro, pelo plantio de algodão entre os cafeeiros. Existem provas de que essa foi uma prática comum no Brasil durante a década de 1930, embora não haja dados precisos a respeito.<sup>499</sup> Êsse plantio simultâneo, porém, afetou o rendimento dos cafeeiros. De acordo com experiências realizadas pelo IAC entre 1935 e 1949 em São Paulo, o interplantio reduziu a produção em 20%.<sup>500</sup> Entretanto, sendo o algodão um produto mais rendoso do que o café naqueles anos, essa consequência teve importância secundária. Os observadores contemporâneos salientam que o interplantio impediu a falência de numerosos cafeeicultores.<sup>501</sup> Em segundo lugar, grande número de cafêzais

<sup>496</sup> DIVISÃO do estado de São Paulo em 10 regiões agrícolas de acordo com o Decreto n.º 4.959 de 6 de abril de 1931. São Paulo, Departamento Estadual de Estatística. *Boletim 1940*, São Paulo, Tipografia Brasil, 1940, p. 7 em diante.

<sup>497</sup> KENDALL, M. G. *Rank correlation methods*. London, Charles Griffin, 1962; KENDALL, M. G. & STUART, A. *The advanced theory of statistics*, London, Griffin, 1967. v. 2.

<sup>498</sup> REVISTA do Instituto de Café de São Paulo. nov. 1937, p. 2.035-8.

<sup>499</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. *Curso de economia cafeeira*, Rio de Janeiro, 1962. t. 1, p. 222.

<sup>500</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. op. cit.

<sup>501</sup> DANTAS, Garibaldi. A Aliança do Café e do Algodão em São Paulo. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, mar. 1940, p. 237; Leon Regray, em *O café do Brasil em 1934* (DNC, Rio, 1935. p. 88), apresenta, porém, um argumento diferente.



foi abandonado entre 1930 e 1945 e é provável que algumas dessas terras tenham sido aproveitadas para o cultivo de algodão e outros produtos.<sup>502</sup> Entretanto, não temos dados precisos acerca dessas fazendas antes dedicadas ao cultivo do café e é, infelizmente, impossível reconstruir esses dados. Existe evidência documentária indicando que os cafèzais tenham sido destruídos a fim de preparar a terra para outros cultivos.<sup>503</sup> As terras do café tinham utilidade limitada para o cultivo do algodão. Entretanto, os melhores tipos do algodão de exportação foram produzidos nessas terras mais próprias para o cultivo do café, como é o caso do nordeste de São Paulo.<sup>504</sup> A zona cafeeira transformou-se na melhor e mais extensa área produtora de algodão. Houve sensível deslocamento do algodão das terras menos férteis do estado para as mais ricas onde o café havia sido plantado. Em termos geográficos, o deslocamento processou-se de Sorocabana para o nordeste de São Paulo.<sup>505</sup> Porém, no município de Marília, lavradores nipônico-brasileiros começaram a desenvolver novas terras.<sup>506</sup> Os engenheiros do IAC são da opinião de que, mesmo atualmente, não há definição estrita das zonas agrícolas paulistas e de que os agricultores vão variando de lavoura de acôrdo com as rentabilidades relativas do momento, mesmo quando se torna necessário destruir cafeeiros.<sup>507</sup> Entre 1930 e 1939 o total da área cultivada de café, em hectares, declinou de 414.700, enquanto as terras algodoeiras expandiam-se de 1.136.448. É possível, portanto, que a transferência direta das terras tenha sido superior aos 30%.

Em terceiro lugar, o deslocamento da fôrça de trabalho do café para a produção de algodão. Carecemos, novamente, de dados para esse período. Contudo, é provável que tenha sido importante parte da transferência, já que a mão-de-obra é o recurso mais fácil de deslocar.<sup>508</sup> Quarto, teria sido possível desviar o capital da cafeeicultura para a coto-

<sup>502</sup> CURSO . . p. 328.

<sup>503</sup> SILVEIRA, Fajardo de. A divisão da propriedade e o café. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, nov. 1937, p. 2.000.

<sup>504</sup> BÓLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO. *Relatório 1939*. p. 138.

<sup>505</sup> DANTAS. op. cit. p. 237. O município de Marília foi o principal produtor de algodão durante diversos anos, localizado no centro da área cafeeira. Ver RELATÓRIO 1939. p. 139; RELATÓRIO 1940. p. 141.

<sup>506</sup> REVISTA do Instituto de Café de São Paulo, nov. 1937, p. 2.036.

<sup>507</sup> Entrevista com o Dr. Carlos Ferraz, Seção de Aldão, Instituto Agrônomico de São Paulo, Campinas, 8 de abril de 1970.

<sup>508</sup> A natureza da colheita de algodão permitia que as mulheres nela trabalhassem. É, igualmente, provável que os trabalhadores dos cafèzais complementassem a renda familiar enviando suas mulheres às plantações de algodão. Ver DANTAS. op. cit. p. 236.

nicultura de exportação. A modalidade mais valiosa dessa transferência teria sido a utilização, no plantio do algodão, de grande parte do equipamento de transporte e maquinaria anteriormente aplicado no café. Os recursos aplicados na compra e melhoramento das sementes de café teriam sido empregados em sementes de algodão e a importação de máquinas para as plantações de algodão.<sup>509</sup> Existem provas de que os cotonicultores usaram as estradas de ferro do café.<sup>510</sup> Deve, igualmente, ter havido transferência de fundos com vistas à limpeza das terras cafezeiras ou não-cultivadas. Logo, embora não seja possível determinar a magnitude exata da transferência de recursos, é lícito concluir que houve uma transferência de recursos reais — terra, mão-de-obra e capital — do cultivo do café para o do algodão.

TABELA 26

São Paulo, custos de produção do café em anos determinados  
do período de 1928 a 1939  
(mil-réis por saca)

Zonas	1928	1932	1937	1939
Velhas	191	85	108	88
Intermediárias	135	73	88	77
Novas	123	67	73	73

Fonte: 1928: MUNIZ, João Carlos. O custo da produção do café em São Paulo. *Retrospecto Comercial do Jornal do Commercio* 1928. p. 316 em diante;

1932: PENTEADO, Márcilio. Custo da produção cafeeira em São Paulo. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, fev. 1932, p. 5 em diante; Aos lavradores de café no Brasil. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, dez. 1932, p. 53 em diante; REVISTA do DNC, out./dez. 1933; REVISTA do Instituto de Café de São Paulo, vários números; REGRAY, Leon. *O café do Brasil em 1934*. p. 79-92;

1937: DANON. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, dez. 1937, p. 2.187;

1939: CARVALHO, Uriel de. Situação da lavoura de café do estado de São Paulo. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, out. 1940, p. 1.067 em diante; PEREIRA BARRETO, Ubirajara. Custo e rendimento da produção cafeeira por área. *Revista do Instituto de Café de São Paulo*, jul. 1940, p. 1.168 em diante.

Existe, ainda, um teste do modelo concorrente: a renda monetária disponível dos cafeicultores para a transferência líquida de investimentos à produção algodoeira. Primeiro, é fundamental apurar se depois de

<sup>509</sup> SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO. *O ferro na economia nacional*. p. 54.

<sup>510</sup> RELATÓRIO 1939. p. 136-7.

serem pagos os fatores de produção — seguro, transporte e outros custos intermediários até o pôrto — os cafeicultores dispunham de algum saldo. Segundo, é necessário saber se a renda monetária disponível para transferência era suficiente para financiar o surto do algodão de exportação. A resposta a essas perguntas requer dados minuciosos que, possivelmente, nunca serão obtidos. Porém, é possível fazer algumas estimativas. A tabela 26 contém os custos de produção de uma saca de café em São Paulo, por zonas, nos anos para os quais existem dados. A estimativa de 1929 é sensivelmente mais elevada que as dos anos de 30. Naturalmente, os salários e outros custos caíram bastante dos altos níveis da década de 1920. Entretanto, como as estimativas não são comparáveis, é preciso agir com cautela. As estimativas de 1928 incluem custos de capital, depreciação e lucros “normais” dos empresários, enquanto as da década de 1930 não abrangem esses custos. A tabela 27 mostra uma estimativa das despesas incorridas em insumos e outros pagamentos, juntamente com as estimativas da renda monetária disponível para transferência. Como esses resultados foram calculados na base dos dados de custo contidos na tabela 27, as comparações devem ser classificadas, já que a estimativa da renda de 1928 apresenta forte viés descendente. Logo, é bem provável que a renda monetária disponível para transferência, se realmente existiu, tenha sido bem mais reduzida, nos anos de 1930, que a indicada. Entretanto, deve ter havido alguns fundos líquidos no setor cafeeiro para transferência a outras atividades econômicas. Em 1939, os investimentos na produção algodoeira paulista atingiam, aproximadamente, 1 bilhão de cruzeiros. Esse investimento foi distri-

TABELA 27

Brasil, renda monetária dos cafeicultores disponível para transferência  
(milhões de cruzeiros)

Ano	Renda monetária disponível do setor cafeeiro (Y <sub>a</sub> )	Despesas incorridas em insumos e outros pagamentos até o pôrto (p)	Renda monetária disponível para transferência (Y <sub>a</sub> - p)
1928	3 492	3 637	— 125
1932	1 673	1 045	628
1937	2 600	2 425	175
1939	2 787	2 071	716

Fonte: Estimativas baseadas nos dados de produção e custos apresentados na tabela 26.

buído entre 70 mil cotonicultores.<sup>511</sup> Sendo êsse cálculo baseado em custos históricos, deve-se considerar uma subestimativa. Só o capital de giro, por exemplo, representava 40 milhões de cruzeiros por ano. É, portanto, altamente duvidoso que ficassem recursos líquidos para investimento na indústria, depois de realizada a transferência para a produção de algodão e outros empreendimentos agrícolas em São Paulo. Não havia instituição financeira que pudesse realizar a transferência. Em face de todos êsses testes, a tese Furtado fica desmentida.

#### 6.2.5 Crédito rural, Reajustamento Econômico, recuperação e transferência

O Reajustamento Econômico originou-se da reivindicação de que a renda do setor cafeeiro não fôra protegida nos primeiros anos da Grande Depressão. De acôrdo com o Poder Executivo, a lei decorrera da elevação da dívida dos agricultores causada pelas políticas cambiais do Governo, principalmente o confisco do produto das exportações e sua conversão a taxas não compensadoras.<sup>512</sup> A legislação brasileira baseou-se no modelo de uma lei semelhante promulgada nos Estados Unidos no princípio de 1933: o Ato de Ajustamento Agrícola.<sup>513</sup>

O Reajustamento Econômico estêve estreitamente vinculado a um decreto brasileiro anterior: a Lei contra a Usura.<sup>514</sup> Essa outra lei estabeleceu juros anuais máximos de 8% sôbre os empréstimos garantidos por propriedades agrícolas, e de 6% para os empréstimos contraídos com vistas ao financiamento de atividades agrícolas ou à compra de equipamento agrícola. Além do mais, os credores foram proibidos de exigir a liquidação de dívidas cujos juros ultrapassassem os 10% ao ano.

O Reajustamento<sup>515</sup> reduziu de 50% as dívidas dos agricultores contraídas com instituições bancárias antes de 30 de junho de 1933 e exis-

<sup>511</sup> RELATÓRIO 1939. p. 96.

<sup>512</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. Câmara de Reajustamento Econômico. *Reajustamento Econômico dos agricultores*. Rio, Serviço Gráfico do IBGE, 1945. p. 10. Esse volume contém todo o material primário disponível: estatísticas minuciosamente detalhadas, a legislação respectiva e estudos históricos e legais. Encontra-se na seção de documentos da Biblioteca do Ministério da Fazenda, Rio. Ver também REGRAY, Leon. O problema do câmbio no Brasil. *Revista do Departamento Nacional do Café*, mar. 1935. p. 451; SPYER, Pedro. Reajustamento Econômico. *Revista do Departamento Nacional do Café*, nov. 1937, p. 2.037-8; MINISTÉRIO DA FAZENDA. Câmara de Reajustamento Econômico. *Relatório 1940-42*.

<sup>513</sup> REAJUSTAMENTO Econômico dos agricultores. p. 10.

<sup>514</sup> DECRETO n.º 22.626, de 7 de abril de 1933.

<sup>515</sup> DECRETOS n.º 23.533 e 23.981, de 1.º de dezembro de 1933 e 9 de março de 1934, respectivamente, transcritos no *Reajustamento*... Nas etapas iniciais, a implantação da lei foi lenta e burocrática; Aguinaldo de Melo Junqueira e Mário de Melo Junqueira apresentam uma crítica e propostas para uma reforma em *Reajustamento Econômico* (São Paulo, Empresa Gráfica da Revista de Tribunais, 1937).

tentes em 1.º de dezembro do mesmo ano. Foi estabelecida a Câmara de Reajustamento Econômico para proteger os direitos dos agricultores beneficiados pela nova lei. Visando o financiamento do Reajustamento, o Governo federal emitiu obrigações com rendimento fixo de 5% ao ano, vencimento em 30 anos, concedido aos credores, principalmente bancos, na proporção da redução do ativo causada pela lei.

O agricultor era obrigado a assinar um “térmo de endividamento” nos casos em que o valor dos bens oferecidos como garantia do empréstimo fôsse inferior à metade do valor da dívida. Os devedores (dos bancos) que não apresentassem garantia real só tinham direito ao desconto em caso de insolvência. O credor era obrigado a conceder o desconto previsto no Reajustamento quando o passivo correspondia ao dôbro do ativo. O desconto de 50% da dívida dos agricultores era considerado pela lei como pagamento adiantado dos cinco primeiros pagamentos anuais de 10%, dos 10 pagamentos previstos pela Lei contra a Usura para a liquidação das dívidas de agricultores insolventes.

Conseqüentemente, durante os cinco primeiros anos depois do Reajustamento Econômico, os credores só poderiam exigir os juros de seus empréstimos.<sup>516</sup>

O teto previsto pela lei para a primeira emissão de obrigações foi aumentado diversas vezes no decorrer das décadas de 1930 e 1940. Falta-nos aqui o espaço suficiente para avaliação completa do Reajustamento Econômico. Para os efeitos da presente monografia, examinaremos só duas importantes características. Entre 1934 e 1945, a Câmara de Reajustamento aprovou um total de 18.700 processos, deferindo indenizações no montante de 920.553 mil cruzeiros.<sup>517</sup> A primeira característica do Reajustamento foi a sua concentração no estado de São Paulo: 9.102 processos aprovados e 493.620 mil cruzeiros de indenização. Segundo, do total de 920.553 mil cruzeiros, o café foi responsável por 505.742 mil.<sup>518</sup> Em termos de dólares, o Reajustamento Econômico concedeu

<sup>516</sup> BANCO DO BRASIL. *Relatório 1933*. p. 10.

<sup>517</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. Câmara de Reajustamento Econômico. *Reajustamento...*, p. 129.

<sup>518</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. Câmara de Reajustamento Econômico. *Reajustamento...* p. 116, a distribuição por produtos.

47 milhões, dos quais o café paulista recebeu aproximadamente 25 milhões. Logo, o principal beneficiário do Reajustamento foi a lavoura de café no estado de São Paulo, o que é perfeitamente compreensível, já que esse estado era o maior produtor de café, o produto agrícola mais importante do Brasil. Os produtores nordestinos de açúcar também se beneficiaram da emissão de obrigações, mas o algodão só recebeu 2,9 milhões de cruzeiros.<sup>519</sup>

O Reajustamento tem aspectos que interessam tanto ao argumento de recuperação quanto ao de transferência. A proposição fundamental é que os “efeitos multiplicadores” do aumento das despesas em decorrência do Reajustamento mantiveram a demanda global em níveis elevados, proporcionando mercado à indústria nacional quando as importações encontravam-se reduzidas ao mínimo. No entender de Baer:<sup>520</sup> “A redução, pelas autoridades brasileiras, da quantidade de bens importados, logo depois da queda da receita cambial, ocasionou a escassez de numerosos produtos. Porém, a sustentação da renda do setor cafeeiro manteve a demanda dos tipos de bens importados. Logo, a menor oferta e a demanda estável (há quem afirme que a demanda total chegou a aumentar devido aos efeitos multiplicadores do Reajustamento Econômico) provocaram um sensível aumento dos preços relativos desses produtos... Foi assim como parte do capital líquido do programa de sustentação do café e do programa geral do Reajustamento Econômico não demorou em ser aplicado, direta ou indiretamente, em novos empreendimentos industriais...”

Baer não cita as fontes de suas afirmações, o que nos leva a atribuir essas idéias à “tradição oral” estruturalista. A primeira objeção oposta a esses comentários é a ausência de uma recuperação total da economia brasileira nos anos de 1930. A teoria é, portanto, discutível, de vez que procura explicar um fato que não ocorreu na realidade. Porém, o Reajustamento pode ter impedido que os níveis de renda recuassem a níveis inferiores aos que teriam prevalecido na sua ausência. O critério aplicado para avaliar a significação do Reajustamento é a sua magnitude em relação aos níveis de renda.

<sup>519</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. Câmara de Reajustamento Econômico. *Reajustamento...* p. 20.

<sup>520</sup> BAER, Werner. *Industrialization and Economic development in Brazil*. p. 22-3.

A quantia máxima de emissões de obrigações pela Câmara de Reajustamento Econômico foi alterada em diversas oportunidades:<sup>521</sup>

	Milhões de cruzeiros
Decreto n.º 24.233, de 12 de maio de 1934	500
Lei n.º 368, de 4 de janeiro de 1937	750
Decreto-lei n.º 729, de 22 de setembro de 1938	900
Decreto-lei n.º 3.048, de 13 de fevereiro de 1941	920
Decreto-lei n.º 6.267, de 16 de fevereiro de 1944	940.

Entretanto, as emissões nunca ultrapassaram os 920 milhões. Não há estimativas monetárias do PIB do Brasil durante a década de 1930. Só temos uma estimativa do PIB referente a 1939, ano do censo, preparada pela Comissão Mista, e um índice do produto real estimado pelo Dr. Suzigan. A estimativa do PIB pode ser utilizada conjuntamente com o índice do produto real para obter-se uma estimativa monetária do PIB para o período de 1928 a 1939. Os resultados desse exercício estão contidos na tabela 28. Os decretos citados parecem indicar que foram emitidos 500 milhões de cruzeiros em 1934, 1935 e 1936, mais 400 milhões em 1937, 1938 e 1939. O efeito do Reajustamento foi, primeiro, tranquilizar os agricultores do temor de serem processados pelas suas dívidas e, segundo, aliviá-los da amortização e reduzir os juros. De 1934 a 1936, a amortização importava em aproximadamente 1 bilhão de cruzeiros; sendo o prazo de amortização de cinco anos, teria atingido a substancial soma de 200 milhões de cruzeiros por ano. As poupanças decorrentes da redução dos juros podem ter sido de 50 milhões ao ano. Logo, os recursos disponíveis dos agricultores podem ter aumentado em 250 milhões de cruzeiros nos cinco primeiros anos do Reajustamento, talvez em mais ainda, se êstes conseguiram contrair empréstimos por outros meios. Mas, mesmo admitindo um impacto total do Reajustamento de 1 bilhão de cruzeiros em 1934, 1935 e 1936, ainda representaria parcela insignificante das atividades econômicas. As razões talvez sejam inexpressivas, já que os recursos do Reajustamento são calculados em cruzeiros correntes, e o PIB, em preços correntes. Não existe qualquer índice de preços referente aos anos de 1930. Se admitirmos um impacto total de 800 milhões para o período de 1937 a 1939, ainda representa parcela

<sup>521</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. Câmara de Reajustamento Econômico. *Reajustamento...*, p. XIV.

insignificante das atividades econômicas. Conseqüentemente, a repercussão do Reajustamento dos níveis da renda foi menos importante do que têm afirmado diversos autores.

TABELA 28  
 Brasil, estimativa do PIB de 1928-1939  
 (milhões de cruzeiros de 1939)

Ano	PIB aos preços de 1939 (milhões de cruzeiros)
1928	30 600
1929	30 500
1930	30 300
1931	29 400
1932	31 000
1933	34 200
1934	36 500
1935	37 100
1936	41 200
1937	42 200
1938	44 200
1939	45 600

Fonte: Estimativas do Dr. Wilson Suzigan, IBRE, Fundação Getúlio Vargas, para o projeto do Dr. Annibal Villela.

É igualmente provável que o Reajustamento Econômico tenha contribuído para o financiamento do surto da exportação algodoeira. Mais uma vez, o modelo concorrente de transferência presta-se a um simples teste de proximidade geográfica. A tabela 29 contém os dados necessários para o teste não-paramétrico. O elevado nível de reconhecimento de dívidas do setor cafeeiro paulista constitui ampla prova das condições de falência em que se encontrava grande parte do comércio brasileiro de café. Se o coeficiente estimado fôr menor ou igual a 0,746, a hipótese nula da falta de proximidade geográfica da indenização do Reajustamento Econômico ao café e à produção algodoeira deve ser aceita. Porém, o coeficiente da correlação das classes é de 0,806, de maneira que a hipótese nula pode ser rejeitada ao nível de segurança de 0,99. Logo, é provável que a produção algodoeira tenha sido beneficiada pelas emissões de obrigações do Reajustamento Econômico. A conclusão do presente capítulo é de que o argumento de transferência é igualmente inválido.



TABELA 29

São Paulo, reconhecimento de dívidas dos agricultores, indenizações concedidas à agricultura e ao café pela Câmara de Reajustamento Econômico, e produção algodoeira de 1939, por regiões agrícolas  
(cruzeiros e toneladas métricas)

Regiões	Reconhecimento de dívida (Cr\$)	Indenização à agricultura (Cr\$)	Indenização ao café (Cr\$)	Produção de algodão em 1939 (toneladas)
1	95 269 641	20 764 000	9 391 500	8 173
2	22 777 144	7 092 000	4 183 000	*
3	9 178 453	2 081 000	436 000	44
4	32 285 207	11 336 500	4 696 500	52 620
5	141 638 675	38 787 500	37 127 000	128 412
6	173 191 676	54 643 000	47 261 500	95 156
7	270 957 768	87 021 500	80 935 000	118 770
8	337 985 610	110 236 500	92 760 500	76 858
9	402 053 413	128 911 000	122 068 500	255 355
10	148 063 267	32 317 500	29 938 000	104 019
Total	1 633 500 854	493 190 500	428 797 500	840 597**

Notas: \* O resultado foi excluído para impedir a individualização das informações. Os dados omitidos estão incluídos nos totais.

\*\* O total é de 839.407. A diferença se deve a \*.

Fontes: BRASIL. Ministério da Fazenda. Câmara de Reajustamento Econômico. *Reajustamento Econômico dos agricultores*. Rio, Serviço Gráfico do IBGE, 1945. p. 223-42;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Brasil (1 de setembro de 1940) censos econômicos, série regional 17, 3. São Paulo*. Rio, Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 136-40.

## 7. Conclusão

### 7.1 O argumento da recuperação

Primeiro, *fundo de depressão anterior*. A tese Furtado tem razão em afirmar que houve um fundo de depressão anterior ao ciclo da Grande Depressão no Brasil. Porém, esta se verificou em 1931-32, e não em 1933. A Depressão dos Estados Unidos ocorreu em março de 1933, e não em 1934.

Segundo, *impacto limitado da Depressão*. Os novos dados referentes aos anos de 1930 mostram que o impacto da Grande Depressão no Brasil foi mais suave do que nos Estados Unidos. Entretanto, o comportamento econômico destes dois países na década de 1930 foi muito semelhante. Esses foram anos de estagnação econômica e reduzido índice de forma-

ção de capital. Em termos de renda *per capita*, a taxa de crescimento da economia brasileira foi quase nula no decorrer da década. Naturalmente, o resultado era previsível, considerando-se a deterioração maciça da principal atividade econômica e produto de exportação do Brasil: o café.

Terceiro, *sustentação da renda*. A renda não se manteve em níveis elevados, como podemos ver pela estagnação econômica. Não se pode afirmar que a renda monetária do setor cafeeiro, principalmente a renda disponível para transferência, haja-se mantido em altos níveis. As seções históricas constituem, provavelmente, uma prova mais conclusiva do que os indicadores físicos de mensuração precária. Porém, tanto os registros históricos quanto os indicadores confirmam a quase falência do setor cafeeiro durante um período de mais de 15 anos, de 1930 a 1946. O cafeicultor insolvente dificilmente terá sido a fonte das finanças industriais, em particular na década de 40, quando os custos de produção subiram bastante e os preços permaneceram estáveis.

Quarto, *política fiscal*. O ponto em que a tese Furtado mais se afasta da realidade é o referente às finanças do Governo. Durante os primeiros sete anos da Depressão, as políticas monetárias e fiscal do Brasil caracterizaram-se precisamente pela mesma ortodoxia que fôra condenada por Lord Keynes em sua teoria geral. Três ministros sucessivos — J. M. Whitaker, Oswaldo Aranha e Artur de Souza Costa — adotaram uma política de austeridade e equilíbrio orçamentário. Não houve deficits orçamentários decorrentes das políticas cafeeiras. O único grande deficit, do qual é mais fácil determinar uma parcela autônoma, originou-se do aumento das despesas militares durante a revolução paulista de 1932. Em termos de um simples modelo keynesiano semelhante ao utilizado por Celso Furtado, a recuperação de 1932 foi causada por despesas não planejadas resultantes da pressão de um incidente histórico-político. A única política *keynesiana* claramente identificável na década de 1930 foi a solução tipo *beggar-my-neighbor* adotada para o problema do desemprego. Essa porém, não foi proposta por Keynes, embora a análise se baseie num simples modelo keynesiano de economia aberta. *Beggar-my-neighbor* é, realmente, um modelo histórico baseado na experiência comum à maior parte dos países durante os anos de 30. Logo, a experiência brasileira não foi diferente da do resto do mundo.

Uma vez abandonadas as suposições simplistas de um modelo keynesiano, é possível concluir que um modelo clássico aplicar-se-ia melhor

ao caso do Brasil. Não houve aqui a rigidez institucional necessária à validade empírica de um modelo keynesiano. Durante a Grande Depressão, o Brasil não sofreu de rigidez salarial monetária ou real, já que os salários nos cafèzais caíram sensivelmente. Não teve um banco central ou outra autoridade monetária, no sentido economicamente significativo. A flexibilidade dos preços era quase perfeita. Nessas condições, que são completamente diferentes das atuais, uma política que permitisse a flexibilidade dos preços teria sido mais adequada para promover a recuperação econômica, a distribuição de recursos e o bem-estar social.

## 7.2 O argumento de transferência

Primeiro, *o mercado dos manufaturados concorrentes com as importações.*

Esse mercado não se manteve em níveis elevados, pois depende da renda real *per capita* que, na época, sofreu sensível declínio.

Segundo, *rentabilidades variáveis.* Um importante erro de natureza, tanto histórica, quanto analítica, da tese Furtado é atribuir a industrialização à política de proteção dos interesses dos exportadores. Furtado afirma que “a industrialização no Brasil foi... um subproduto de medidas adotadas para beneficiar a economia tradicional de agricultura de exportação...”<sup>522</sup> Foi exatamente essa distorção dos mercados cafeeiros decorrentes da prolongada intervenção do Governo que impediu a industrialização no Brasil. Essa distorção não só consistiu na fixação de preços mínimos para o café, como também na distorção das rentabilidades relativas pela manipulação das taxas cambiais, oferta monetária e política fiscal. Só depois do total fracasso desse mecanismo de defesa do setor cafeeiro tornou-se possível a industrialização no Brasil. Não foi o mecanismo de defesa dos interesses cafeeiros que promoveu a industrialização, mas — como o provam definitivamente os fatos históricos — a eliminação desse mecanismo, principalmente depois de 1945. O processo de industrialização do Brasil no princípio da República desenvolveu-se *a despeito* dos programas de defesa do café.

O programa de defesa do governo de Vargas tentara, sem sucesso, sustentar os lucros da produção cafeeira. Existe uma confusão elementar

<sup>522</sup> FURTADO, Celso. *Political obstacles to economic development in Brazil*. In: VELIZ, Cláudio, ed. *Obstacles to change in Latin America*. London, Oxford University Press, 1965. p. 150.

na hipótese econômica realmente essencial da tese Furtado. O que é realmente relevante do ponto de vista do progresso é o impacto potencial dos impostos de exportação sobre as relações de troca e, conseqüentemente, sobre a renda real. As evidências disponíveis indicam que, nesse aspecto, a política brasileira da época da Depressão não conseguiu, pela primeira vez, atingir o seu objetivo, que consistia em melhorar as relações de troca.

Quarto, *indústrias tradicionais*. Como já indicamos anteriormente, o argumento de transferência com relação às indústrias tradicionais difere do comportamento empírico real.<sup>523</sup> É provável que a reação à estagnação, no fim da década de 1920 e princípios de 1930, da indústria manufatureira de algodão do Brasil tenha sua causa no fortalecimento do mercado ensejado pelo maior nível de emprego da mão-de-obra não especializada de São Paulo no setor algodoeiro de exportação.

Quinto, *indústrias básicas*, e sexto, *fatores externos*. Não houve transferência de recursos do café para a siderurgia e o cimento. Essas indústrias foram estabelecidas nos anos de 1920, não nos de 1930, principalmente com capital, empresariado e assistência técnica estrangeiros.<sup>524</sup> Nesse aspecto, a Industrialização brasileira inicial não diferiu da experiência européia.<sup>525</sup>

Sétimo, *Reajustamento Econômico dos agricultores*. Não foi uma fonte de recuperação e, provavelmente, contribuiu de modo sensível para a expansão das exportações algodoeiras. O argumento de transferência é geralmente errôneo. Os recursos eram rígidos para transferência na indústria urbana, porém flexíveis no setor de exportação. Diversos testes confirmam a validade empírica dessa hipótese contrária.

### 7.3 História econômica e política social

Talvez um dos postulados mais fortes do estruturalismo consista na alegação de que os modelos históricos do século XIX não são importan-

<sup>523</sup> Ver o meu estudo *The State, the Great Depression and the Industrialization of Brazil*. cap. 3.

<sup>524</sup> Ver PELÁEZ. *O Estado, a grande Depressão e a industrialização do Brasil: uma crítica da teoria estruturalista da industrialização do Brasil*. Rio, Apec Editôra, 1972, cap. 4, 5, 6.

<sup>525</sup> O desenvolvimento tecnológico inicial da Inglaterra estendeu-se à França e, da França, às outras nações européias. Ver CAMERON, Rondo E. *France and the economic development of Europe*. Princeton, Princeton University Press, 1961.

tes para o desenvolvimento econômico da América Latina.<sup>526</sup> Portanto, os cientistas sociais ficam obrigados a desenvolver um “modelo de desenvolvimento latino-americano”. O modelo construído pelos estruturalistas explica o desenvolvimento por meio de um curioso acidente histórico:<sup>527</sup>

“...durante as duas décadas posteriores à Grande Depressão, a indústria surgiu na América Latina, de modo geral, não em decorrência de uma deliberada política de modernização adotada por uma classe média urbana e reformista, ou como uma consequência marginal da imitação por parte da classe industrial crescente, do modelo europeu, e sim como o resultado direto de um acidente histórico.”

Celso Furtado alega que esse fenômeno é “típico do Brasil dentro do panorama latino-americano”.<sup>528</sup> Segundo a tradição oral estruturalista, a industrialização da década de 1930 teve três consequências importantes para a política pública.

Primeiro, *socialização da indústria*. Sendo a industrialização consequência de um acidente histórico e não o resultado de uma política desenvolvimentista deliberada, só a “reformulação das estruturas econômicas e sociais existentes seria capaz de promover a industrialização e o progresso duradouro”.<sup>529</sup> A tese Furtado afirma que a industrialização nos anos de 30 decorreu de uma política de proteção da aristocracia cafeeira. A intensificação da industrialização na América Latina só concentraria a renda e o poder social-político-econômico nas mãos dos proprietários de terras capitalistas. Nessas condições, é impossível promover o progresso social e o crescimento econômico. Logo, é preciso remodelar drasticamente as instituições sociais. A reestruturação ideal das instituições consiste na socialização da indústria. A industrialização, pela socialização dos meios de produção industrial, promoveria dinâmico crescimento econômico, a democracia e o progresso social.

Segundo, *condições de quase total protecionismo*. O comércio exterior não tem grande importância para o desenvolvimento econômico. As con-

<sup>526</sup> VELIZ, Cláudio. Introdução de *Obstacles to change in Latin America*. p. 1.

<sup>527</sup> VELIZ, C. op. cit. p. 5.

<sup>528</sup> FURTADO, *Political...* p. 146.

<sup>529</sup> FURTADO. *Political...* p. 146.

dições de quase protecionismo, como as que prevaleceram durante a Depressão e as guerras, fortaleceram o processo de industrialização. São necessárias substanciais restrições ao comércio exterior para o crescimento econômico.

Terceiro, *financiamento deficitário do desenvolvimento econômico*. Os deficits incorridos pelo Governo brasileiro nos anos de 1930 financiaram a industrialização. A reformulação — reconhecidamente não deliberada — das finanças governamentais com vistas a atender as necessidades desenvolvimentistas deu ensejo ao rápido progresso econômico do Brasil.

É possível fazer três objeções à formulação de uma política desenvolvimentista na base da tese Furtado. Em primeiro lugar, a própria tese é incompatível com os acontecimentos reais. Logo, as propostas de reforma carecem de suas supostas bases empíricas. Em segundo lugar, a tese Furtado e a teoria dos choques adversos são postuladas em termos de um acidente histórico. É improvável que esse acidente venha a repetir-se no futuro. Em terceiro lugar, a conveniência de reproduzir as condições do acidente histórico é discutível. Os estruturalistas estão provavelmente certos quando afirmam que muitas das características do modelo histórico do desenvolvimento dos países atualmente industrializados estão ausentes na América Latina. Porém, isso é comum na maior parte dos modelos históricos. A história econômica é a fonte dos conhecimentos acerca do comportamento econômico. Pela sua própria natureza, eles são imperfeitos e algo vagos devido à escassez de informações para testar as hipóteses econômicas. Uma política tal como a de taxas cambiais flexíveis teria sido, provavelmente, aconselhável para o Brasil antes de 1945, mas a sua conveniência, nas circunstâncias atuais, é discutível. A estrutura econômica do Brasil de pós-guerra é tão diferente da que existiu durante a Grande Depressão quanto da estrutura dos países industrializados no século XIX. Apesar das objeções dos estruturalistas, os elementos atualmente disponíveis para a formulação de políticas são o conjunto científico da moderna teoria econômica e a mensuração rigorosa. É verdade que as reformas sociais deveriam ser examinadas em todos os níveis do conhecimento de ciências sociais, mas isso não se pode realizar em detrimento dos métodos intelectualmente mais atraentes.

Em defesa do tipo de economia política advogado por Furtado, Werner Baer afirma:<sup>530</sup> “Já ouvi dizer que a maneira como Furtado visualizava a economia, principalmente em relação aos problemas desenvolvimentistas, diferia da orientação e metodologia econômicas anglo saxônicas e que, por êsse motivo, o seu impacto nos Estados Unidos foi quase imperceptível. Pode ser. Porém, deveríamos considerar a possibilidade de que tenha sido o pensamento econômico norte-americano sôbre o desenvolvimento que não tenha acompanhado o curso real dos acontecimentos.”

Para aquêles que preferem as políticas disfarçadas, juízos de valor e o empirismo causal à pesquisa científica, a obra de Furtado constitui notável exposição. Contudo, isso implicaria no isolamento profissional, apesar da aceitação dos leigos. E, depois de tudo, como o afirma o Professor Paul A. Samuelson, não há aplauso mais precioso para o economista do que o da sua profissão:<sup>531</sup>

“... In the long-run the economic scholar works for the only coin worth having-our own applause. Lest I be misunderstood, I elaborate. This is not a plea for ‘Art for its own sake’, ‘Logical elegance for the sake of elegance’. It is not a plea for leaving the realworld problems of political economy to non-economists. It is not a plea for short-run popularity with members of a narrow in-group. Rather it is a plea for calling shots as they really appear to be (on reflection and after weighing all evidences), even when this means, losing popularity with the great audience of men and running against ‘the spirit of the time’...”

A história e o pensamento econômico estruturalista são postulados na base de fenômenos econômicos de medição precária, geralmente sem apoio na teoria. É impossível afirmar que o estruturalismo represente o curso real dos acontecimentos. Pelo contrário, como afirma o Professor Mário Henrique Simonsen, é compreensível que muitos economistas profissionais opinem que os estruturalistas nada mais façam que construir idéias confusas para justificar a má administração de seus governos favoritos. O estruturalismo — na história, na análise e na política econômicas — não se situa no curso dos acontecimentos, e sim no centro de dogmas, sofismas e idiosincrasias.

<sup>530</sup> BAER, Werner, *Furtado on development*. Vanderbilt University, 1958. p. 25. mimeogr.

<sup>531</sup> SAMUELSON, Paul A. *Economists and the History of ideas*. Discurso presidencial dirigido à Associação Americana de Economia, 1961. In: *The collected scientific papers of Paul A. Samuelson*. Cambridge, Tipografia do Instituto de Tecnologia de Massachussetts, 1966. v. 2, p. 1.516.

TABELA M

## Fatores do mercado cafeeiro e a economia do Brasil, 1850-1944

Ano Civil	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					PNI dos EUA (preços de 1929, bilhões de \$)
	(Milhões de sacas de 60 kg.)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					E.U.A.	Brasil	Taxa cambial (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo argumentário (1000 contos)	
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil		Preço de importação (centavos por libra)	Preço de exportação (mil-réis por saca)						
1851	—	—	—	—	—	—	—	—	7,4	13,1	8,2	—	47,9	—	—	—	
1852	—	—	—	—	—	—	—	—	7,7	14,1	8,7	—	50,3	—	—	—	
1853	—	—	—	—	—	—	—	—	8,0	13,9	8,4	—	52,3	—	—	—	
1854	—	—	—	—	—	—	—	—	8,7	16,6	8,7	—	62,2	—	—	—	
1855	—	—	—	—	—	—	—	—	9,1	15,2	8,7	—	67,8	—	—	—	
1856	—	—	—	—	—	—	—	—	9,1	16,8	8,7	—	85,8	—	—	—	
1857	—	—	—	—	—	—	—	—	9,6	16,9	9,0	—	95,2	—	—	—	
1858	—	—	—	—	—	—	—	—	9,4	16,3	9,4	—	92,6	—	—	—	
1859	—	—	—	—	—	—	—	—	10,8	18,3	9,6	—	95,9	—	—	—	
1860	—	—	—	—	—	—	—	—	11,1	23,9	9,3	—	87,9	—	—	—	
1861	—	—	—	—	—	—	—	—	11,3	22,3	9,4	—	82,0	—	—	—	
1862	—	—	—	—	—	—	—	—	12,5	24,3	9,1	—	79,1	—	—	—	
1863	—	—	—	—	—	—	—	—	12,0	26,5	8,8	—	81,7	—	—	—	
1864	—	—	—	—	—	—	—	—	11,5	27,0	8,9	—	99,5	—	—	—	
1865	—	—	—	—	—	—	—	—	11,2	24,2	9,6	—	100,6	—	—	—	
1866	—	—	—	—	—	—	—	—	10,9	25,1	9,9	—	112,9	—	—	—	
1867	—	—	—	—	—	—	—	—	10,1	22,1	10,7	—	117,2	—	—	—	
1868	—	—	—	—	—	—	—	—	9,7	23,5	14,1	—	124,7	—	—	—	
1869	—	—	—	—	—	—	—	—	10,3	23,8	12,8	—	183,2	—	—	—	
1870	—	—	—	—	—	—	—	—	9,8	24,7	10,9	—	192,5	—	—	—	
1871	—	—	—	—	—	—	—	—	19,7	20,1	9,9	—	191,8	—	—	8,3	
1872	—	—	—	—	—	—	—	—	15,0	17,6	9,6	—	188,8	—	—	8,8	
1873	—	—	—	—	—	—	—	—	19,3	32,9	9,2	—	185,0	—	—	9,4	
1874	—	—	—	—	—	—	—	—	15,8	39,7	9,3	—	183,1	—	—	10,1	
1875	—	—	—	—	—	—	—	—	16,7	32,7	8,8	—	181,9	—	—	10,6	
1876	—	—	—	—	—	—	—	—	16,2	34,7	9,5	—	179,4	—	—	11,2	
1877	—	—	—	—	—	—	—	—	16,8	31,4	9,8	—	179,3	—	—	12,1	
1878	—	—	—	—	—	—	—	—	12,5	28,7	10,5	—	208,9	—	—	13,5	
1879	—	—	—	—	—	—	—	—	13,5	27,3	11,2	—	216,9	—	—	14,6	
1880	—	—	—	—	—	—	—	—	12,5	48,2	10,9	—	215,7	—	—	15,9	



Ano Civil	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					PNL dos EUA (preços de 1929, bilhões de \$)
	(Milhões de sacas de 60 kg.)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					EUA	Brasil	Taxa cambial (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo orgamento (1000 contos)	
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil									
1881	—	—	—	—	—	—	—	—	10,0	34,5	10,9	—	212,3	—	—	16,9	
1882	—	—	—	—	—	—	—	—	8,2	25,7	11,3	—	212,2	—	—	17,7	
1883	—	—	—	—	—	—	—	—	9,3	18,3	11,1	—	210,9	—	—	18,1	
1884	—	—	—	—	—	—	—	—	8,2	24,5	11,6	—	209,6	—	—	18,7	
1885	—	—	—	—	—	—	—	—	7,6	24,4	12,9	—	207,9	—	—	19,2	
1886	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1887	—	—	—	—	—	—	—	—	10,7	22,9	12,8	—	213,6	—	—	19,6	
1887	—	—	—	—	—	—	—	—	14,0	30,8	10,7	—	202,3	—	—	20,0	
1888	—	—	—	—	—	—	—	3,4	13,0	29,9	9,5	—	205,3	18,9	3,3	20,6	
1889	—	—	—	—	—	—	—	5,6	16,0	30,9	9,1	—	211,0	31,3	— 25,3	21,3	
1890	—	—	—	—	—	—	—	5,1	19,0	37,2	10,6	—	207,7	25,1	— 25,4	22,3	
1891	—	—	—	—	—	—	—	5,4	20,0	52,9	16,1	—	448,4	25,4	8,4	23,2	
1892	—	—	—	—	—	—	—	7,1	14,0	62,1	19,9	—	523,9	91,2	— 51,7	23,6	
1893	—	—	—	—	—	—	—	5,3	16,4	85,2	20,7	—	631,9	120,7	— 40,8	24,4	
1894	—	—	—	—	—	—	—	5,6	14,7	89,5	23,8	—	712,4	80,1	— 107,7	24,9	
1895	—	—	—	—	—	—	—	6,7	14,6	80,9	24,2	—	678,1	81,9	— 37,0	25,4	
1896	—	—	—	—	—	—	—	6,7	11,1	77,7	26,5	—	712,4	12,1	— 22,7	26,3	
1897	—	—	—	—	—	—	—	9,5	7,5	55,6	31,1	—	780,3	92,1	— 75,9	28,0	
1898	—	—	—	—	—	—	—	9,3	6,5	50,3	33,4	—	779,9	49,9	— 344,0	29,2	
1899	—	—	—	—	—	—	—	9,8	6,7	48,2	32,3	—	733,8	97,1	— 25,5	31,4	
1900	—	—	—	—	—	—	—	9,2	7,4	52,9	25,3	—	699,6	301,4	— 125,6	33,2	
1901	—	—	—	—	—	—	—	14,8	6,4	34,5	21,1	72,3	680,5	412,5	— 30,0	35,2	
1902	—	—	—	—	—	—	—	13,2	6,6	31,2	20,1	63,3	675,5	264,8	46,1	36,6	
1903	—	—	—	—	—	—	—	12,9	7,0	29,7	20,0	64,9	674,9	256,1	52,2	38,3	
1904	—	—	—	—	—	—	—	10,0	8,1	39,1	19,0	74,7	673,7	263,8	— 20,7	40,2	
1905	—	—	—	—	—	—	—	10,8	8,6	30,0	15,1	81,0	669,5	230,5	26,2	42,2	
1906	—	—	—	—	—	—	—	13,9	7,9	20,9	14,8	76,0	702,1	300,4	8,3	42,7	
1907	—	—	—	—	—	—	—	15,7	7,6	28,9	15,8	68,1	743,6	215,9	13,8	44,6	
1908	—	—	—	—	—	—	—	12,7	7,5	20,1	15,8	63,5	724,1	138,5	— 69,8	46,1	
1909	—	—	—	—	—	—	—	16,9	7,9	31,6	15,8	86,3	853,7	423,7	— 68,4	46,6	
1910	—	—	—	—	—	—	—	9,7	10,3	39,6	14,8	103,3	924,9	225,6	— 98,7	47,6	

Ano Civil	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					PNL dos EUA (preços de 1929, bilhões de \$)
	(Milhões de sacas de 60 kg.)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					EUA	Brasil	Taxa cambial (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo argamentário (1000 contos)	
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil									
1911	--	--	--	17,6	--	--	--	11,3	13,3	53,9	14,9	105,2	981,7	210,2	-118,4	50,0	
1912	--	--	--	17,5	--	--	--	12,1	13,8	57,8	14,9	106,8	1.284	168,4	-173,9	50,2	
1913	--	--	--	17,7	--	13,4	--	13,3	11,1	46,1	14,9	82,5	1.158	-25,7	-108,6	50,6	
1914	--	--	--	15,7	--	13,7	--	11,3	9,6	39,0	16,2	69,1	1.087	193,9	-343,4	52,6	
1915	--	--	--	16,6	--	10,1	--	17,1	9,6	36,4	19,1	52,7	1.176	459,3	-284,2	53,7	
1916	--	--	--	17,5	--	10,3	--	13,0	10,1	45,2	19,9	51,2	1.452	326,1	-208,7	53,9	
1917	--	--	--	16,9	--	11,3	--	10,6	9,0	41,5	18,7	38,8	1.807	354,4	-284,0	56,4	
1918	--	--	--	14,7	--	11,3	--	7,4	14,1	47,4	18,5	38,0	2.267	147,7	-248,3	58,9	
1919	--	--	--	19,3	--	6,7	--	12,9	19,5	94,6	16,5	58,4	2.373	841,5	-305,9	59,0	
1920	--	--	--	19,1	--	8,8	--	11,5	19,5	74,7	16,5	43,3	2.351	-332,2	-304,5	60,4	
1921	--	--	--	21,0	--	9,5	--	12,4	10,7	82,4	28,7	36,0	3.339	19,9	-298,3	64,0	
1922	--	--	--	19,9	--	9,5	--	12,7	12,9	118,7	33,2	57,6	4.398	679,5	-456,1	66,9	
1923	--	--	--	21,2	--	7,9	--	14,5	13,5	146,9	44,3	72,9	4.870	1.029,9	-311,0	70,0	
1924	--	--	--	21,8	7,2	4,4	2,8	14,2	17,5	205,9	40,0	102,4	5.259	1.073,9	-41,4	74,6	
1925	--	--	--	20,8	8,1	5,3	2,8	13,5	22,3	215,1	38,9	105,9	4.765	645,1	-18,4	78,6	
1926	--	--	--	22,4	9,5	5,0	4,5	13,8	21,6	170,7	33,3	102,9	4.901	485,0	-219,9	80,8	
1927	--	--	--	22,9	11,5	4,7	6,8	15,1	18,5	170,4	40,6	87,1	5.656	370,9	13,5	83,8	
1928	--	--	--	23,1	18,4	4,9	13,5	13,9	21,3	204,6	40,3	100,0	6.483	275,3	-133,6	84,4	
1929	--	--	--	23,7	18,6	5,2	13,4	14,3	20,4	191,9	40,6	98,1	6.043	332,7	-221,1	82,6	
1930	--	--	--	26,3	30,1	5,1	25,0	15,3	13,1	119,5	49,4	65,1	5.197	563,6	-832,6	77,9	
1931	--	--	--	27,9	31,3	5,1	26,2	17,9	10,1	131,5	62,4	61,7	5.957	1.517,2	-293,9	72,6	
1932	--	--	--	24,6	34,9	6,9	28,0	9,3	11,9	152,8	48,1	66,8	7.451	1.018,1	-1.108,9	67,4	
1933	--	--	--	25,3	25,0	6,2	19,0	13,7	15,5	132,8	52,6	56,6	7.087	655,0	-313,3	66,4	
1934	--	--	--	24,7	25,9	7,6	18,3	8,3	14,1	149,5	59,7	60,1	8.004	956,2	-530,7	68,7	
1935	--	--	--	27,0	25,1	6,6	18,5	15,3	7,6	140,7	57,9	43,5	8.339	248,1	-149,3	75,1	

Ano Civil	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					PNL dos EUA (preços de 1929, bilhões de \$)
	(Milhões de sacas de 60 kg)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					EUA	Brasil	Taxa de cambial (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo orçamentário (1000 contos)	
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil									
1936	—	—	—	26,6	29,1	7,8	21,3	3,7	14,2	7,7	157,3	58,4	43,8	9.246	626,8	— 98,6	80,6
1937	—	—	—	26,5	31,9	7,9	24,0	17,2	12,1	8,9	178,1	56,9	44,9	10.391	—222,5	—681,5	86,1
1938	—	—	—	30,0	—	—	—	8,0	17,1	6,9	134,2	57,6	49,7	13.024	— 98,7	—855,7	91,3
1939	—	—	—	26,7	—	—	—	3,5	16,5	6,9	135,4	71,1	35,0	12.825	631,9	—539,6	97,0
1940	—	—	—	20,5	—	—	—	2,8	12,0	6,2	131,9	74,9	34,3	13.505	—	—	100,0
1941	—	—	—	19,6	—	—	—	3,4	11,1	7,9	182,5	79,7	38,9	15.325	—	—	104,0
1942	—	—	—	15,1	—	—	—	2,3	7,3	12,0	270,0	79,6	37,2	21.268	—	—	106,9
1943	—	—	—	18,5	—	—	—	1,2	10,1	12,4	277,2	79,6	38,7	31.268	—	—	108,4
1944	—	—	—	22,2	—	—	—	0,1	13,6	12,5	286,2	79,3	44,4	39.545	—	—	112,1

Notas: Ofertas visíveis nos anos civis depois de 1913; anos comerciais de 1850/51 a 1911/12  
Consumo aparente mundial nos anos comerciais de 1850/51 a 1909/10; anos civis de 1911 em diante  
Estoque de dinheiro de 1851-1912, estoque monetário 1913 em diante depósitos a vista (alguns incluindo juros) + estoque monetário  
Saldo orçamentário em 1850/51 -- 1896/87 ano comercial 1888 ano civil  
Exportações de café 1858/59 -- 1886/87 ano comercial, 1888 ano civil  
Preço de exportação do café brasileiro: valor das exportações/exportações  
Saldo comercial de 1850/51 a 1886/87 ano comercial, 1888 em diante, ano civil.  
Estoques no interior do Brasil *WICI*.

Fontes: Produção de 1900/1901 -- 1943/44: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Superintendência dos Serviços do Café. *Anuário Estatístico 1947 P. 127*. São Paulo, s. d.  
Consumo de 1911-44 (Importações): *Ibid.* p. 164.  
Produção, consumo de 1850-1899/1900, Estatísticas de Laneuville. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Anuário Estatístico 1938*. Rio, s.d. tabela p. 264.  
Consumo de 1899/1900 -- 1909/10: *ibid.*  
Estoque de dinheiro: *AEB 1939/40*. p. 1353-5.  
Saldo orçamentário: *AEB 1939/40*. p. 1410.  
Exportações de café: *AEB 1939/40*. p. 1375; SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Superintendência dos Serviços do Café. *Anuário Estatístico 1943*. São Paulo, p. 62-3.  
Preço de exportação do Brasil: *AEB 1939/40*. p. 1377-8.  
Taxa cambial: *AEB 1939/40*. p. 1354; Ministério da Fazenda - Serviço Estatístico Econômico Financeiro - Brasil.  
Relações de troca -- Equipe do Projeto de Annibal Villela.  
Saldo comercial: *AEB 1939/40*. p. 1358-9.  
Preço de importação dos Estados Unidos: DELFIM NETTO. *O problema do café no Brasil* p. 331-2.  
Produto Nacional Líquido dos Estados Unidos: KUZNETS. *Capital in the American Economy*. p. 563-4.

TABELA M

Fatores do mercado cafeeiro e a economia do Brasil, 1850-1944

Ano de mercado	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					EUA PNL (preço de 1929, bilhões de \$)		
	(Milhões de sacas de 60 kg)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					EUA	Brasil	Taxa de câmbio (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo orçamentário (1000 contos)			
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil		Preço de importação (centavos por libra)	Preço de exportação (mil-réis por saca)								
1850/51									2,5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
51/52									2,3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
52/53									2,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
53/54									2,1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
54/55	4,5	2,3	2,3	4,5	--	--	--	--	3,2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
1855/56									2,9	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
56/57									3,2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
57/58									2,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
58/59									2,7	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
59/60	5,3	2,8	2,4	5,2	--	--	--	--	2,5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
1860/01									3,6	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
01/02									2,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
02/03									2,1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
03/04									2,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
04/05	5,6	2,6	2,9	5,6	--	--	--	--	2,6	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
1865/66									2,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
66/67									3,2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
67/68									3,6	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
68/69									3,8	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
69/70	6,0	3,3	3,3	6,5	--	--	--	--	3,1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
1870/71									3,8	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
71/72									4,1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
72/73									3,5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
73/74									2,8	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
74/75	7,2	3,5	3,7	7,2	--	--	--	--	3,9	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
1875/76									3,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
76/77									3,6	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
77/78									3,8	--	--	--	--	--	--	--	--	--	

Ano de mercado	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					EUA PNL 1929, bilhões de \$
	(Milhões de sacas de 60 kg)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					EUA	Brasil	Taxa de câmbio (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo orçamentário (1000 contos)	
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil									
78/79									4,9	---	---	---	---	---	40,6	--- 69,7	---
79/80	8,2	4,1	4,1	8,1	---	---	---	---	2,6	---	---	---	---	---	48,7	--- 29,7	---
1880/81									3,7	---	---	---	---	---	51,3	--- 10,2	---
81/82									4,1	---	---	---	---	---	27,6	--- 9,0	---
82/83									6,7	---	---	---	---	---	6,8	--- 23,3	---
83/84									5,3	---	---	---	---	---	14,5	--- 21,7	---
84/85	10,6	5,9	4,7	10,0	---	5,3	---	---	6,2	---	---	---	---	---	47,8	--- 36,5	---
1885/86	9,7	5,8	3,9	10,9	---	4,0	---	---	5,4	---	---	---	---	---	--- 2,5	--- 26,7	---
86/87	10,5	6,3	4,1	10,9	---	4,1	---	---	7,8	---	---	---	---	---	56,3	--- 8,3	---
87/88	6,9	3,2	3,8	8,9	---	2,5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
88/89	11,0	6,9	4,1	10,2	---	3,6	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
89/90	8,4	4,4	4,0	10,3	---	2,4	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1890/91	9,3	5,5	3,8	9,9	---	1,9	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
91/92	11,9	7,7	4,2	11,0	---	2,9	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
92/93	11,3	6,6	4,7	11,3	---	3,2	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
93/94	9,4	5,0	4,4	10,6	---	2,2	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
94/95	11,7	7,2	4,5	11,1	---	3,1	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1895/96	10,4	6,0	4,4	10,9	---	2,5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
96/97	13,9	9,3	4,6	12,4	---	3,9	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
97/98	16,0	11,2	4,8	14,6	---	5,4	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
98/99	13,7	9,3	4,4	12,9	---	6,2	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
99/1900	13,8	9,4	4,4	14,3	---	5,7	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1900/01	16,6	12,7	3,9	13,9	---	6,8	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
01/02	18,7	14,8	3,8	15,3	---	11,3	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
02/03	16,7	12,9	3,9	16,1	---	11,8	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
03/04	15,6	10,6	5,0	15,6	---	12,3	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
04/05	14,8	10,8	3,9	15,5	---	11,2	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Ano de mercado	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					EUA PNL (preços de 1929, bilhões de \$)
	(Milhões de sacas de 60 kg.)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					EUA	Brasil	Taxa de câmbio (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo orçamentário (1000 contos)	
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil		Preço de importação (centavos por libra)	Preço de exportação (mil-réis por saca)						
1905/06	15,1	11,0	4,1	16,3	—	9,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
06/07	23,6	19,9	3,7	17,1	—	16,4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
07/08	14,9	10,9	4,0	17,1	—	14,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
08/09	17,5	13,4	4,1	18,2	—	12,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
09/10	18,9	14,9	3,9	18,2	—	13,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1910/11	14,8	14,1	3,7	—	—	11,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11/12	18,3	13,9	4,3	—	—	11,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
12/13	17,5	13,2	4,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13/14	19,8	14,6	5,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
14/15	18,9	14,5	4,4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1915/16	20,3	15,5	4,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16/17	17,6	13,6	3,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17/18	18,5	15,5	3,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18/19	15,9	11,4	4,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19/20	16,3	8,6	7,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1920/21	22,7	16,9	5,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
21/22	20,9	13,9	6,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22/23	19,7	14,0	5,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
23/24	22,5	15,6	6,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
24/25	21,3	14,6	6,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1925/26	22,8	15,8	7,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
26/27	25,2	18,1	7,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
27/28	35,6	27,6	8,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
28/29	24,9	16,1	8,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
29/30	37,2	28,9	8,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1930/31	25,2	16,6	8,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
31/32	36,8	28,5	8,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
32/33	25,8	16,6	9,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
33/34	38,6	29,6	8,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
34/35	25,9	18,2	7,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Ano de mercado	Produção			Consumo aparente mundial	Inventários				Exportações do Brasil	Preços		Economia do Brasil					EUA PNL (preços de 1929, bilhões de \$)
	(Milhões de sacas de 60 kg.)				(Milhões de sacas de 60 kg.)					EUA	Brasil	Taxa de câmbio (mil-réis por £)	Relações de troca (1901 = 100)	Estoque monetário (1000 contos)	Saldo comercial (1000 contos)	Saldo orçamentário (1000 contos)	
	Mundial	Brasil	Outras		Total	Oferta mundial visível	Interior do Brasil	Café destruído no Brasil									
1935/36	31,9	20,9	10,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
36/37	37,2	26,4	10,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
37/38	33,6	23,6	10,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
38/39	33,4	23,3	10,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
39/40	29,4	19,3	10,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
40/41	28,9	16,7	12,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
41/42	31,3	15,7	15,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
42/43	28,7	13,8	14,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
43/44	29,2	13,2	15,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	

Notas: Ofertas visíveis no ano civil depois de 1913; ano comercial de 1850/51 a 1911/12  
 Consumo aparente mundial no ano comercial de 1850/51 a 1909/10 ano civil de 1911 em diante  
 Estoque de dinheiro: de 1851-1912, reserva monetária 1913 depósitos a vista (alguns incluindo juros) + estoque monetário  
 Saldo orçamentário em 1850/51 -- 1886/87 ano comercial 1888 ano civil  
 Exportações de café 1858/59 -- 1886/87 ano comercial, 1888 ano civil  
 Preço de exportação do café brasileiro: valor das exportações/exportações  
 Saldo comercial de 1850/51 a 1886/87 ano comercial, 1888 em diante, ano civil.  
 Estoques no interior do Brasil WICL.

Fontes: Produção de 1900/1901 -- 1943/44: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Superintendência dos Serviços do Café. *Anuário Estatístico 1947* P. 137. São Paulo, s. d.  
 Consumo de 1911-44 (Importações): Ibid. p. 164.  
 Produção, consumo de 1850-1899/1900, Estatísticas de Laneuville. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Anuário Estatístico 1938*. Rio, S.d. tabela p. 264.  
 Consumo de 1899/1900 -- 1909/10: ibid.  
 Estoque de dinheiro: AEB 1939/40. p. 1353-5.  
 Saldo orçamentário: AEB 1939/40. p. 1410  
 Exportações de café: AEB 1939/40. p.1375; SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Superintendência dos Serviços do Café. *Anuário Estatístico 1943*. São Paulo, p. 62-3.  
 Preço de exportação do Brasil: AEB 1939/40. p. 1377-8.  
 Taxa cambial: AEB 1939/40. p. 1354; SICEF -- MF -- Brasil.  
 Relações de troca -- Equipe do Projeto de Annibal Villela.  
 Saldo comercial: AEB 1939/40. p. 1358-9.  
 Preço de importação dos Estados Unidos: DELPIM NETTO. p. 331-2.  
 Produto Nacional Líquido dos Estados Unidos: KUZNETS. *Capital in the American Economy*. p. 563-4.

## DEMOGRAFIA Y ECONOMIA

Raúl Benítez Zentano, Gerardo N. Bueno, Gustavo Cabrera Acevedo, Eliseo Mendoza Berrueto, Leopoldo Solís M., Claudio Stern, Tomás Carza, Luis Unikel S., Víctor L. Urquidí.

---

Vol. V, Núm. 2 (14)

1971

---

### Artículos

*José B. Norelos*

El desarrollo económico y los recursos humanos en México. Un esquema conceptual.

*Francisco Alba y Ricardo Alvarado*

Algunas observaciones sobre la mortalidad por causas en México, 1950-1967.

*Donald B. Kessing y Alan S. Manne*

Proyecciones de fuerza de trabajo para México

*Charles Nash Nyers*

Proyección de la demanda de médicos en México, 1965-1980.

### Informe

Aspectos demográficos del desarrollo económico

### Reseña de Libros

### Notas Breves

### Comunicaciones

---

DEMOGRAFIA Y ECONOMIA se publica tres veces al año

*Redacción y administración:*

El Colegio de México, Guanajuato 125, México 7, D.F.

*Precio del ejemplar:* México \$ 25.00; Extranjero, Dls. 2.50

*Suscripción anual:* México, \$60.00; Extranjero, Dls. 6.00